



FORUM NACIONAL

DOS PRÓ-REITORES DE
ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

DEZ ENCONTROS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

**FÓRUM NACIONAL
DOS PRÓ-REITORES DE
ASSUNTOS ESTUDANTIS
E COMUNITÁRIOS**

DEZ ENCONTROS

**GOIÂNIA
1993**

REITOR

Prof. Ricardo Freua Bufaiçal

VICE-REITOR

Prof. Sérgio Paulo Moreyra

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Profª Nazira Fátima Elias

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Lázaro José Chaves

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Prof. Nelson Cardoso Amaral

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Arq. Ilza Vitória Rocha

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo

CHEFE DE GABINETE DO REITOR

Prof. Zezuca Pereira da Silva

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UFG

5ª Avenida c/Praça Universitária – Setor Universitário

Fone: (062) 202-1322, ramal 125 – Telefax: (062) 261-6111

Caixa Postal, 131

74001-970 – Goiânia – Goiás

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Goiás tem a satisfação de publicar o presente trabalho, após uma longa jornada de encontros nacionais e regionais realizados pelas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários e órgãos equivalentes, com o propósito de mostrar à Comunidade Universitária o resultado de um trabalho conjunto em prol de uma Universidade que seja competente, de qualidade e, principalmente, pública e gratuita.

Prof. Dr. Ricardo Freua Bufáical
Reitor da UFG

JUSTIFICATIVA

Trata-se esta publicação de uma coletânea dos documentos produzidos durante as realizações dos fóruns de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES e órgãos equivalentes, tendo como objetivo preservar documentos tão importantes pela riqueza de propostas e servir de fonte de consultas e ensinamentos.

A idéia desta iniciativa surgiu durante a realização do Seminário sobre Política de Assistência à Comunidade, em Belo Horizonte, no período de 04 a 06 de dezembro de 1991, com a participação dos Pró-Reitores Maria do Socorro C. Ferreira, da UFPI, Vera Lúcia Mota Klein, da UFCE, Thânia Monteiro de Arruda, da UFMT, Conceição Zotta Lopes, da UnB, Elizabeth G. S. Araújo Voros, da UFPR, Tânia Chiari Gomes Lazarini, da UFSCAR, Narciso Júlio Freire Lobo, da FUA, Marcos Roberto Moreira Ribeiro, da UFMG e Ary Monteiro do Espírito Santo, da UFG, ficando decidido que este trabalho seria realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás, tendo em vista que esta sediaria o X Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Os documentos foram reunidos a partir do que havia nos arquivos da Secretaria da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFG e complementados com a colaboração de alguns Pró-Reitores. Entretanto, é possível que dados importantes não tenham sido contemplados, pelo que nos escusamos de antemão.

Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo

DISTRIBUIÇÃO DAS IFES POR REGIÃO

I - REGIÃO NORTE:

- 1) Universidade Federal do Acre UFAC
- 2) Universidade do Amazonas FUA
- 3) Universidade Federal do Pará UFPA
- 4) Universidade Federal de Rondônia UNIR
- 5) Universidade Federal de Roraima UFRR

II - REGIÃO NORDESTE:

- 1) Universidade Federal de Alagoas UFAL
- 2) Universidade Federal da Bahia UFBA
- 3) Universidade Federal do Ceará UFC
- 4) Universidade Federal do Maranhão UFMA
- 5) Universidade Federal da Paraíba UFPB
- 6) Universidade Federal de Pernambuco UFPE
- 7) Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE
- 8) Universidade Federal do Piauí UFPI
- 9) Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN
- 10) Universidade Federal de Sergipe UFSE

III - REGIÃO CENTRO-OESTE:

- 1) Universidade de Brasília UnB
- 2) Universidade Federal de Goiás UFG
- 3) Universidade Federal do Mato Grosso UFMT
- 4) Universidade Fed. do Mato Grosso do Sul FUFMS

IV - REGIÃO SUDESTE:

- 1) Universidade Federal do Espírito Santo UFES
- 2) Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF
- 3) Universidade Federal de Minas Gerais UFMG
- 4) Universidade Federal de Ouro Preto UFOP

- 5) Universidade Federal de Uberlândia UFU
- 6) Universidade Federal de Viçosa UFV
- 7) Escola Superior de Agricultura de Lavras ESAL
- 8) Universidade do Rio de Janeiro UNI/RIO
- 9) Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ
- 10) Universidade Federal Fluminense UFF
- 11) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ
- 12) Universidade Federal de São Carlos UFSCAR
- 13) Escola Paulista de Medicina EPM

V – REGIÃO SUL:

- 1) Universidade Federal do Paraná UFPR
- 2) Universidade Federal de Pelotas UFPEL
- 3) Universidade Federal de Santa Maria UFSM
- 4) Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS
- 5) Universidade Federal de Santa Catarina UFSC

COORDENADORES DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

I – COMISSÃO PROVISÓRIA: PERÍODO DE AGOSTO A OUTUBRO DE 1987.

No II Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, realizado em Belo Horizonte, no período de 26 a 27/08/87, instituiu-se a Comissão Provisória, composta de 5 representantes de cada região geográfica, que atuou até outubro de 1987:

- 1) Universidade Federal do Pará.
Raul Meireles do Vale.
- 2) Universidade Federal de Sergipe.
Maria Augusta Silva Cruz.
- 3) Universidade Federal de Juiz de Fora.
Maria José Féres Ribeiro.
- 4) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
Izaías Pereira da Costa.
- 5) Universidade Federal do Paraná.
Mário Portugal Pederneiras.

II – COORDENADORES NACIONAIS

- 1) Mário Portugal Pederneiras.
Universidade Federal do Paraná.
- 2) Antoninho Pegoraro Stefanello.
Universidade Federal de Santa Maria.
- 3) Tânia Chiari Gomes Lazarini.

- Universidade Federal de São Carlos.
- 4) Narciso Júlio Freire Lobo.
Universidade Federal do Amazonas.
- 5) Ary Monteiro do Espírito Santo.
Universidade Federal de Goiás.

III – COORDENADORES REGIONAIS

- 1) REGIÃO NORTE:
- Raul Meircles do Vale (UFPA).
 - Manoel Jesus Pinheiro Coelho (UFAM).
 - Narciso Júlio Freire Lobo (UFAM).
- 2) REGIÃO SUL:
- Mário Portugal Pederneiras (UFPR).
 - Antoninho Pegoraro Stefanello (UFSM).
 - Acácia Zeneida Kuenzer (UFPR).
 - Marco Aurélio de Oliveira da Silva (UFSM).
- 3) REGIÃO CENTRO-OESTE:
- Izaías Pereira Costa (UFMS).
 - Júlio César Prates (UFG).
 - Thânia Monteiro de Arruda (UFMT).
 - Ary Monteiro do Espírito Santo (UFG).
- 4) REGIÃO SUDESTE:
- Maria José Féres Ribeiro (UFJF).
 - Antônio Claudino de Jesus (UFES).
 - Tânia Chiari Gomes Lazarini (UFSC).
 - Sídio Werdes de Souza Machado (UFF).
- 5) REGIÃO NORDESTE:
- Maria Augusta Silva Cruz (UFSE).
 - Ranke dos Santos Gonçalves (UFRN).
 - Maria do Socorro Cordeiro Ferreira (UFPI).
 - Pafôncio Barros Neto (UFSE).

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DAS IFES

LOCAIS E DATAS DOS ENCONTROS

01) Florianópolis-SC	27 a 30/11/85
02) Belo Horizonte-MG	26 e 27/08/87
03) Manaus-AM	21 a 23/10/87
04) Brasília-DF	12 a 14/04/88
05) Curitiba-PR	25 a 27/10/88
06) Vitória-ES	22 a 25/08/89
07) Goiânia-GO	22 a 24/11/89
08) Brasília-DF	24 a 27/04/90
09) Vitória-ES	22 a 24/05/91
10) Goiânia-GO	21 a 24/04/92

**PROMOÇÃO:
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE
UNIVERSITÁRIA-UFSC**

**I ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE
UNIVERSITÁRIA**

**FLORIANÓPOLIS-SC
PERÍODO: 27 A 30 DE NOVEMBRO DE 1985**

APRESENTAÇÃO

O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, realizado em Florianópolis, no período de 27 a 30 de novembro de 1985, teve como temário básico a análise da política de assistência e apoio ao estudante e ao servidor. Sua realização visou congregar a participação direta do maior número possível de Universidades, objetivando maximizar o intercâmbio de informações, aprofundar o debate em torno do tema central e ampliar a idoneidade política da área.

Nesse Encontro estiveram representadas 27 Universidades Federais de todos os quadrantes brasileiros, desde o Acre até o Rio Grande do Norte, e desde o Pará até o Rio Grande do Sul, além de Instituições Estaduais e Fundacionais.

O Encontro de Florianópolis deu seqüência, a nível nacional, aos encontros de Pró-Reitores das regiões Norte e Nordeste, que enfocaram a Promoção e o Apoio ao Estudante Universitário, inseridos num contexto de preocupações com os problemas da Universidade, em suas relações com a problemática geral da Sociedade Brasileira.

Nesses encontros regionais foram elaborados quatro documentos que caracterizaram a relevância de temas, apresentando sugestões para implementação de ações concretas:

- PROMOÇÃO DE APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO, novembro de 1984, Maceió;
- PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL, março de 1985, São Luiz;
- PROJETO EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DO NORTE E NORDESTE, setembro de 1985, João Pessoa;
- DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA UMA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E APOIO AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO - Subsídios para um Programa do Ministério da Educação, novembro de 1985, Aracaju.

Ao longo dos dois anos de realização dos referidos Encontros no Norte e Nordeste, foram efetuados encaminhamentos ao Ministério da Educação, ao Conselho de Reitores (CRUB), ao poder legislativo e às demais instituições universitárias. Os dois últimos documentos relacionados foram elaborados a partir de solicitação do próprio Ministro da Educação, em audiência concedida aos Pró-Reitores da área.

O documento elaborado em Aracaju, de modo especial, e o relatório da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, serviram de

referencial para o trabalho desenvolvido nos grupos e nas plenárias, no Encontro Nacional de Florianópolis.

Nos debates efetuados tiveram claramente evidenciadas grandes diversidades na situação econômica da população discente, dantes sem as mínimas condições para freqüentar com aproveitamento os cursos em que estão matriculados, apesar de toda a sorte de isenção de taxas já oferecida.

Caracteriza-se, portanto, uma grande necessidade de atividades de promoção e apoio, priorizando os estudantes economicamente desfavorecidos. A eliminação do Departamento de Assuntos Estudantis do MEC, com a conseqüente supressão de programas de bolsas e outras formas de apoio e promoção, agravou sensivelmente esta situação.

Por afetar diretamente a aprendizagem, que é uma das faces da qualidade do ensino, as atividades de apoio e promoção devem ser atendidas com recursos proporcionados pela Emenda Constitucional João Calmon.

POLÍTICA DE APOIO ESTUDANTIL

O apoio ao estudante carente é dever do Estado expresso na Constituição Brasileira. Não obstante, assiste-se a um processo de recuo gradativo do Ministério da Educação no cumprimento desse seu dever, traduzido na minimização política e no empobrecimento orçamentário dos setores de promoção e apoio aos alunos nas instituições brasileiras de ensino superior. Esta posição, além de negar um direito à população estudantil, tem contribuído para uma elitização cada vez maior do ensino de 3º Grau no País.

Tendo em vista o exposto e motivados pela transição política que a sociedade brasileira agora atravessa rumo às suas aspirações democráticas, os Pró-Reitores e demais autoridades incumbidas da administração dos assuntos estudantis, reunidos em Florianópolis, julgam oportuno e premente sugerir ao Governo Federal as linhas básicas da retomada de uma Política de Promoção e Apoio ao Estudante do 3º Grau.

Não se trata apenas de resgatar direitos não contemplados nos últimos anos, mas sobretudo de assegurar às IES condições para que possam cumprir o papel que a Sociedade delas reivindica. O apoio ao estudante carente tem como finalidade provê-lo das condições mínimas indispensáveis a um bom desempenho acadêmico e, conseqüentemente, capacitá-lo para sua função maior de agente transformador da sociedade.

No entanto, o perfil da população estudantil e as características próprias de cada IES são de tal forma variáveis, nas diversas regiões do País, que se torna desaconselhável – e até mesmo impossível – o desenvolvimento conseqüente de uma política unificada para a área. Considerar-se-á, portanto,

a obediência aos princípios já enunciados como premissa, sugerindo passar estratégias de nível geral, que deixam ampla margem de detalhamento e decisão para o âmbito interno das próprias instituições:

- As ações de apoio ao estudante carente devem ser parte integrante do orçamento da IES;

- O atendimento financeiro aos programas de apoio e promoção do estudante decorre do exercício de uma vontade política genuína, que deve emanar do Ministério da Educação;

- As decisões sobre os programas de apoio ao estudante devem ser exercidas pelas IES, com ampla utilização de sua autonomia nessas decisões de todos os segmentos da comunidade universitária;

- O sistema de orçamentos globais é condição para que as Universidades possam exercer eficazmente sua autonomia na programação, execução e prestação de contas dessas atividades;

- A criação de uma coordenação específica na SESU facilitaria a discussão de propostas de programas, visando a sua inclusão nos orçamentos, bem como a análise de projetos especiais que contemplem situações de emergência ou idéias e ações inovadoras nesse campo.

TAXAS E EMOLUMENTOS

O pagamento de taxas nas Universidades serve como um paliativo à injustiça social reinante na sociedade. O que deveria ser efetuado nesse âmbito, ou seja, a distribuição de renda, acaba dessa forma sendo realizado num local impróprio dentro da Universidade, - através da distinção entre carentes e não carentes, provocando a discriminação econômica entre os estudantes.

A cobrança de taxas nas instituições particulares representa hoje fonte de evasão e deficiência do ensino, fazendo com que as classes mais exploradas da sociedade, que não têm acesso às universidades públicas, se vejam privadas da única possibilidade de cursar o 3º Grau.

A cobrança de taxas apresenta-se como uma distorção, na medida em que esses recolhimentos são utilizados para suprir a inexistência de recursos governamentais para os programas de apoio e promoção estudantil. Para superar essa deficiência, o MEC deverá assegurar às IES recursos suficientes para atender às várias necessidades da área, de acordo com a previsão orçamentária de cada uma.

REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL E AUXÍLIO ÀS ENTIDADES

É necessário que o Ministério da Educação normatize, a curto prazo, a Lei nº 7.395 (Aldo Arantes), de 31/10/85, para regulamentar as atividades de representação estudantil em questões como elegibilidade e proporcionalidade, para posterior alterações dos Estatutos e Regimentos das IES.

Recomenda-se a participação de todos os segmentos da comunidade universitária nos órgãos colegiados das Instituições e nos setores de apoio e promoção aos estudantes.

Tendo em vista o reconhecimento das entidades representativas dos estudantes, deverão ser asseguradas pelo MEC as verbas específicas para atender às necessidades de funcionamento normal dessas organizações.

BOLSAS

Em consonância com as conclusões dos Encontros de Pró-Reitores do Norte e Nordeste e da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, o Encontro de Florianópolis ressaltou a relevância de um programa de bolsas que vise ao treinamento profissional dos alunos em atividades pertinentes à sua área de formação. Não se atendo simplesmente ao auxílio financeiro, as bolsas devem contemplar tanto o ensino de graduação como a pesquisa e a extensão.

Propõe-se:

- A criação de um canal de comunicação com o MEC, nos moldes de uma subsecretaria ou coordenação ligada à SESU, com disponibilidade de recursos financeiros para atender às necessidades de bolsas para alunos de graduação;

- A estruturação de uma sistemática própria para o Programa de Bolsas, com a utilização de formulário padronizado e a definição de um cronograma que facilite o repasse daqueles recursos às Universidades;

- A alocação de recursos especialmente definidos para o Programa de Bolsas;

- A definição de uma política que resguarda a autonomia de cada IES no gerenciamento dos recursos do Programa de Bolsas, atendendo às características peculiares de cada região;

- O estabelecimento de legislação federal específica para o Programa de Bolsas, com prévia consulta aos representantes das IES.

MORADIAS E ALOJAMENTOS ESTUDANTIS

Foram aprovadas as seguintes proposições:

- Deve ser viabilizado junto ao MEC o repasse de recursos específicos para manutenção das casas de estudantes existentes;
- É necessário prover recursos para melhorias e adaptações das casas existentes, a partir de projetos elaborados em conjunto com os respectivos moradores;
- Promover a construção de moradias onde ocorra a real necessidade, partindo de um entendimento entre a administração e o corpo discente da IES;
- Deve ser ressaltada a importância das residências estudantis em função de seu relevante papel como meio de democratizar o ensino, assegurando condições de bom desempenho do aprendizado.
- O Estado deve assumir como sua a responsabilidade pelo provimento de moradias estudantis;
- Recomenda-se a elaboração precedida de ampla discussão entre os moradores ou pretendentes e a administração da IEA, de um Regulamento que normalize o ingresso, a administração e a manutenção das casas existentes e, em especial, daquelas a serem criadas;
- É necessário incluir no orçamento do MEC verba específica para a construção e manutenção de locais adequados para alojar estudantes, funcionários e professores, por ocasião de encontros de âmbito regional ou nacional.

RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS

Os Restaurantes Universitários devem fornecer alimentação de boa qualidade aos alunos, funcionários e professores, com preços diferenciados e subsidiados.

Para tanto é necessário:

- Que o Ministério da Educação viabilize programas de conservação, recuperação e construção de equipamentos e prédios para refeitórios e cozinhas;
- Que o MEC assegure recursos orçamentários substanciais às IES para aquisição de gêneros alimentícios, manutenção e ampliação dos serviços de atendimento dos Restaurantes Universitários;
- Que sejam devidamente consideradas as deliberações contidas nos documentos elaborados no V ENCONTRO DE PRÓ-REITORES PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS das Universidades do Norte e Nordeste (item I) e na Comissão de Alto Nível do MEC;
- “Uma nova política para a Educação Superior Brasileira” (item III).

POLÍTICA DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Embora o trabalho técnico-administrativo desenvolvido nas IES seja considerado atividade meio, ele se reveste de suma importância na medida em que contribui decisivamente para que os fins a que se destinam essas instituições sejam efetivamente alcançados. Além da responsabilidade que esta atividade encerra, ela exige, também, por parte de quem executa, uma diferenciada e especializada qualificação.

Por outro lado, as difíceis condições de trabalho e de vida dos servidores, sobretudo em face de sua baixa remuneração, têm-lhes causado descontentamento e desestímulo, frustrando suas aspirações e realizações e, em consequência, prejudicando o desempenho funcional desse segmento da comunidade universitária.

É indispensável, portanto, que o Governo providencie, para janeiro de 1986, a inclusão de todos os servidores técnicos e administrativos das IES federais num plano de cargos e salários que contemple não apenas uma nova denominação e distribuição de cargos, mas também critérios justos de enquadramento e progressão na carreira, bem como uma tabela salarial compatível com a dignidade e as responsabilidades de que esses servidores devem ser detentores.

Esta inclusão não deve ser impedimento a que, no futuro, com o advento dos orçamentos globais, cada universidade possa decidir sobre o pleno uso de sua autonomia na matéria, respeitados os pisos salariais convenientes.

A nível das IES, enquanto não forem encontradas soluções definitivas para o atual quadro aflitivo dos servidores, urge que sejam adotadas iniciativas no sentido de minimizar seus efeitos através da distribuição de vantagens indiretas, a exemplo do que já vem ocorrendo em muitos órgãos e instituições, tanto do setor público como da área privada. Neste sentido, podem ser desenvolvidas, a partir das manifestações dos órgãos representativos desse segmento, ações visando à implementação de projetos capazes de elevar o nível de integração social dos servidores.

Em todas as situações, entende-se necessária a institucionalização de uma política de apoio, promoção e assistência ao servidor, com o reconhecimento do MEC e a aprovação da respectiva IES. Especial destaque merece a instalação de creches, assegurando um direito trabalhista a professores e servidores.

Foram aprovadas também as seguintes proposições nesta área:

- É imperiosa a adoção de um Estatuto próprio, comum às IES Fundações e Autárquicas, cujos princípios e normas façam abolir a atual discriminação entre pessoal das Autarquias e das Fundações;

- Devem ser incluídos nos orçamentos das Universidades recursos específicos para atender aos programas de assistência e de valorização do pessoal técnico-administrativo;

- Recomenda-se a criação, nas Universidades, de Comissões Permanentes de Pessoal Técnico e Administrativo, para estudos e planejamento no setor, com a participação de representantes dessa categoria funcional;

- Torna-se necessário assegurar a participação dos servidores nos Conselhos Superiores e Colegiados Acadêmicos cujas decisões interessam diretamente ao pessoal técnico-administrativo;

- Devem ser implantados sistemas de desenvolvimento de recursos humanos que atendam às necessidades dos serviços técnicos e administrativos, tais como: bolsas, auxílios e licença para aperfeiçoamento profissional, abrangendo desde cursos de 1º e 2º graus até cursos de especialização, mestrado e doutorado;

- É indispensável a criação, na estrutura do MEC, de um órgão com a finalidade precípua de apoiar e incentivar o desenvolvimento, a nível nacional, de uma política de promoção social para os servidores, executada através das IES.

CONCLUSÕES

O Encontro Nacional concluiu pela necessidade de ser criado um Programa na Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC, com a adequada dotação orçamentária, para atender a área de apoio e promoção de estudantes universitários. A Coordenação desse Programa atuará como catalizador e indutor do desenvolvimento da área, servindo também de polo articulador dos esforços desenvolvidos nas IES.

Na proposta de autonomia financeira, com a adoção do orçamento global, caberá àquela Coordenação, além da destinação de recursos para projetos especiais, o envolvimento político com o reconhecimento ministerial da relevância do setor de apoio e promoção estudantil. Na alternativa de não aplicação imediata do orçamento global, aquela coordenação deverá se situar ao lado das Pró-Reitorias de Assistência à Comunidade Universitária na luta por maior destinação de verbas nas rubricas referentes à promoção e ao apoio à área estudantil.

Órgão com atribuições análogas, com recursos orçamentários próprios, deverá ser criado no MEC para atender a área de apoio e assistência

aos servidores técnicos e administrativos das IES Federais. Sua principal função será assegurar direitos trabalhistas desse segmento, compatíveis com a dignidade e a relevância das funções exercidas.

É fundamental que o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO adote uma postura de transparência, mantendo as Pró-Reitorias correspondentes devidamente informadas a respeito de todo o processo decisório sobre políticas e destinação de verbas na área de Assistência aos Estudantes e aos Servidores.

Neste momento, além do exposto, imprescindível se faz uma urgente manifestação do Ministério da Educação sobre a alocação de recursos para os Restaurantes Universitários em 1986.

ENTIDADES REPRESENTADAS NO I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES

DE ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA:

- 01) Universidade Federal de Minas Gerais.
- 02) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 03) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 04) Universidade Federal Fluminense.
- 05) Fundação Universidade Federal de São Carlos.
- 06) Universidade Federal de Uberlândia.
- 07) Universidade Nacional de Brasília.
- 08) Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste/Fundeste.
- 09) Universidade Federal de Goiás.
- 10) Fundação Universidade Federal do Piauí.
- 11) Universidade Federal de Juiz de Fora.
- 12) Universidade Federal do Espírito Santo.
- 13) Universidade Federal da Bahia.
- 14) Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí.
- 15) Fundação Universidade Regional do Nordeste.
- 16) Fundação Universidade do Amazonas.
- 17) Universidade Federal do Pernambuco.
- 18) Universidade Federal de Santa Maria.
- 19) Universidade Federal do Sergipe.
- 20) Fundação Universidade Federal de Pelotas.
- 21) Fundação Universidade Federal do Mato Grosso.
- 22) Universidade Federal do Ceará.
- 23) Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
- 24) Universidade Federal do Pará.

- 25) Universidade Federal de Santa Catarina.
- 26) Universidade para o Desenvolvimento do Estado de SC/UDESC.
- 27) Universidade Federal de Alagoas.
- 28) Representante do Ministério da Educação e Cultura.
- 29) Representante da FAE/MEC.
- 30) Representante da Secretaria de Educação Física e Desportos/MEC.

PROMOÇÃO:
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS-UFMG

**II ENCONTRO NACIONAL DE
PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS
ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS**

BELO HORIZONTE-MG
PERÍODO: 26 a 27 DE AGOSTO DE 1987

INTRODUÇÃO

A questão da Promoção e Apoio ao Estudante das Universidades Federais tem sido tema de permanente preocupação e discussão no interior das instituições. As administrações, representadas pelos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários e a Comunidade discente buscam encontrar mecanismos adequados, tentando viabilizar a permanência do discente na Universidade.

O número de encontros realizados entre os Pró-Reitores da área, tanto a nível nacional quanto a nível regional, está sobejamente registrado na produção de documentos. Tais documentos insistem em demonstrar a necessidade de que seja definida uma política de Ação que venha a atender a questão e, ao mesmo tempo, propor ao Ministério da Educação medidas para a resolução dos problemas mais imediatos, vivenciados no âmbito das Universidades.

Os aludidos documentos têm sido entregues ao Ministério, na pessoa de seus representantes, em sucessivas audiências. Não obstante, até o momento não se tem conseguido respostas concretas que evidenciem a postura do MEC, face à situação existente.

Este II Encontro Nacional caminha no mesmo sentido, buscando, de forma insistente, resolver a questão, considerando que solucioná-la é garantir ao discente sua graduação.

Nesse sentido foi deliberado no presente encontro a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, o qual representará oficialmente e de forma permanente os referidos Pró-Reitores. Além disto ficará encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante.

Em primeira instância constituiu-se uma Comissão Provisória, composta por um representante de cada região geográfica, em número de 5 (cinco), ficando encarregada de organizar e estruturar o Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários, a instalar-se na 2ª quinzena de outubro, na cidade de Manaus.

Precedendo ao presente Encontro, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis do Norte e Nordeste estiveram reunidos em Brasília nos dias 23 e 24, com o objetivo de definirem os assuntos que seriam tratados, com o Excelentíssimo Senhor Professor Ernani Bayer, secretário de Ensino Superior, em audiência. A esta compareceu o Dr. José Walter Pereira dos Santos, Assessor de Política Estudantil do MEC.

Na oportunidade, pretendiam os referidos Pró-Reitores consolidar o resultado da audiência anterior realizada em 19 de janeiro de 1987, com o

então secretário Prof. Paulo Elpídio Menezes Neto, que demonstrou o interesse de recuperar dentro do MEC o espaço para assistência ao estudante universitário. Naquela ocasião, ficaram as Universidades encarregadas de apresentar projetos individuais de manutenção e recuperação de restaurantes e residências universitárias, por tratar-se de questões emergenciais. Pretendia o Senhor Secretário iniciar o processo através dos dois temas citados e também revitalizar a Monitoria.

Retomada a discussão com o atual Secretário Prof. Ernani Bayer, foram entregues os projetos anteriormente solicitados e novamente colocada a necessidade de definição de uma política de Promoção e Apoio ao Estudante das IFES, tendo o MEC se comprometido a adotar algumas medidas.

A referência anterior da falta de resposta concreta por parte do MEC, portanto, está relacionada ao fato de que até o presente momento não se conseguiram resultados práticos.

A presença do MEC neste Encontro, representado pelo Dr. José Walter Pereira dos Santos, Assessor de Política Estudantil, acena com a perspectiva de uma definição de postura, evidenciada através de seu pronunciamento durante a abertura:

“Propõe a SESU, através de sua assessoria Política Estudantil, apoiar a Universidade, se a comunidade universitária assim o desejar:

- a) Em projetos e programas que visem à otimização do serviço de Restaurante Universitário, em seus diferentes aspectos;
- b) Em projetos de recuperação de alojamentos estudantis, desenvolvendo programas em conjunto com o CEDATE e analisando, com os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, fórmulas alternativas de apoio ao estudante carente de residência;
- c) Em programas de bolsas de estudo em áreas consideradas pela Comunidade Universitária.”

O agravamento dos problemas dentro das IFES tem-se refletido, de um lado, na falta de condições para que alguns estudantes possam permanecer na Universidade e, de outro, nos prejuízos para as próprias IFES, que vêm assumindo cada vez mais os Programas de Apoio aos Estudantes, comprometendo de forma crescente a verba de OCC, destinada ao custeio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, caracterizando uma inversão de seus objetivos.

Entendem os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários ser vital, para a vida acadêmica das IFES, que esses programas sejam custeados com recursos públicos, cabendo ao governo o papel central de manter as Instituições Universitárias, suporte sem o qual elas não corresponderão aos seus compromissos sociais e muito menos atingirão a expansão necessária para garantir a democratização do acesso ao ensino superior.

METODOLOGIA

O II Encontro Nacional de Pró-Reitores foi organizado dentro de um método de discussão e abordou os seguintes temas:

- a) Restaurantes Universitários (RUs).
 - b) Moradias Estudantis.
 - c) Programas de Apoio.
- A Metodologia utilizada foi a seguinte:
- a) Avaliação dos RUs, moradias e programas de apoio e promoção ao estudante;
 - b) Identificação de pontos convergentes;
 - c) Discussão e aprovação em plenária dos relatórios referentes a cada tema.

PROBLEMAS E DIFICULDADES LEVANTADOS

Dificuldades constatadas nas diferentes IFES:

- a) Restaurantes Universitários:
 - Precárias condições dos equipamentos e das instalações físicas;
 - Falta de recursos humanos;
 - Insuficiência de recursos financeiros para manutenção;
 - Diferenciação em relação a custos, clientela, preços, estrutura administrativa e sistema de produção de alimentos;
 - Insuficiência de recursos financeiros para custear projetos de produção de alimentos.
- b) Moradia:
 - Precárias condições das instalações físicas e dos equipamentos;
 - Insuficiência de recursos financeiros para manutenção;
 - Número insuficiente de vagas;
 - Diferenciação nos critérios de ingresso e permanência e de responsabilidade no processo de seleção;
 - Inexistência e/ou diferenciação de estrutura administrativa.
- c) Programas de Apoio e Promoção:
 - Diferenciação de tipos de bolsas, valor, período de duração e critérios para concessão de benefícios;
 - Valores irrisórios de bolsas;
 - Falta de recursos para melhoria dos programas e comprometimento excessivo da verba própria (auferida principalmente da taxa de matrícula) no custeio de programas;

- Inexistência de programas para alunos estrangeiros e/ou precário atendimento nesta área;
- Predominância de programas paternalistas;
- Insuficiente prestação de serviços psicológico, médico e odontológico.

Além desses pontos prioritários, destacam-se outras reivindicações não menos importantes, porém de soluções a médio prazo, como segue:

- 1) Que o MEC assuma o compromisso de discutir a política de promoção e assistência aos estudantes, a partir de propostas elaboradas pelas IFES;
- 2) Que o MEC reative o Departamento de Apoio Estudantil da SESU, com programas e recursos específicos para apoio ao estudante universitário;
- 3) Que o MEC destine recursos específicos às IFES, a fim de que se criem programas de apoio aos Diretórios e Centros Acadêmicos. Isto porque, de acordo com a legislação vigente, os mesmos, por serem considerados entidades representativas dos estudantes, são parte integrante das Instituições Universitárias;
- 4) Que o MEC incentive e apoie projetos de produção de alimentos, no âmbito de cada IFES, como suporte aos Restaurantes Universitários;
- 5) Que se adote uma política de reposição e ampliação dos quadros de pessoal dos RUs, observando a relação entre os servidores e o número de refeições servidas;
- 6) Que o MEC dê suporte para instalação e manutenção de RUs às IFES que não as possuem;
- 7) Que o MEC atue junto aos Estados e Municípios para que se efetive a devolução do ICM pago na aquisição de gêneros alimentícios para os RUs;
- 8) Que seja revitalizado o programa de bolsas da PEB-8;
- 9) Que o MEC crie um programa especial que permita a viabilização de programas de apoio aos estudantes, à semelhança do PRÓ-GRAD, a fim de que estes não estejam condicionados a recursos próprios das IFES.

REIVINDICAÇÕES

As discussões evidenciaram a necessidade de se destacarem os problemas emergenciais, consolidados numa carta enviada ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação. Tal documento enfatiza como prioritário:

a) Recuperação dos equipamentos e instalações físicas dos RUs e das residências estudantis;

b) Alocação de recursos para aquisição de gêneros alimentícios, de modo a permitir o funcionamento pleno dos RUs até o final do 2º semestre letivo de 1987;

c) Manutenção dos programas alternativos existentes para residências e RUs.

RECOMENDAÇÃO PARA AS IFES

a) Quanto aos Restaurantes Universitários:

1) Elaboração detalhada e divulgação de documento sobre a situação dos RUs, explicando as necessidades que precisam de atendimento urgente;

2) Aprofundamento de discussão sobre a utilização ou não dos critérios de identificação de carência;

3) Adoção de norma uniforme na identificação de carentes, respeitando-se as diferenças regionais, para as IFES que adotam tais critérios.

b) Quanto à Moradia Estudantil:

Por se considerar que a Moradia Estudantil faz parte, enquanto meio, do processo educacional, enfatiza-se a necessidade de as IFES estabelecerem programas específicos para a moradia estudantil.

c) Quanto aos demais Programas de Promoção e Assistência aos Estudantes:

1) Que os programas não tenham caráter paternalista, exigindo-se dos beneficiários participação efetiva e desempenho acadêmico eficiente;

2) Que sejam redimensionados os programas de bolsa de trabalho, monitoria e estágios para que cumpram suas reais finalidades;

3) Que as IFES busquem a remuneração adequada aos programas referidos no item anterior, corrigindo as atuais distorções;

4) Que as IFES implementem e otimizem os serviços de assistência à saúde dos estudantes (médico, odontológico, psicológico etc.);

5) Que as IFES busquem a permanente troca de experiências quanto aos programas de promoção e assistência aos estudantes.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 1987.

Ao
Dr. Jorge Bornhausen
D.D. Ministro de Estado da Educação

Belo Horizonte, 27 de agosto de 1987

Senhor Ministro,

Apesar de formalmente o governo reconhecer sua obrigatoriedade na manutenção do ensino nas IFES, na prática o que vem ocorrendo é uma progressiva desobrigação do MEC frente às atividades de apoio ao ensino superior nas universidades federais. É elementar que a melhoria do nível de ensino, tão cobrada pela sociedade, passa obrigatoriamente por uma política efetiva de assistência e promoção ao estudante refletida em programas, tais como de bolsas, alimentação e habitação. O não reconhecimento dessa política, e/ou considerá-la como uma concessão, é no mínimo uma posição que nega a obrigação que o Estado deve ter em prover a sociedade de ensino público e gratuito.

As universidades públicas devem continuar sendo custeadas com recursos públicos, cabendo ao governo o papel central de manter a instituição universitária, suporte sem o qual as IFES não corresponderão aos seus compromissos sociais, e muito menos poderão perseguir a expansão necessária para garantir a democratização do acesso ao ensino superior.

Essa constatação de que o governo vem postergando as soluções para os problemas sempre crescentes das universidades federais é respaldada pelas seguintes evidências:

1 - A desativação dos programas especiais de apoio ao Estudante por parte do MEC;

2 - A precariedade das instalações físicas de residências e restaurantes universitários por falta de recursos, chegando a implicar em risco de vida para estudantes e funcionários;

3 - A ausência de respostas a documentos enviados ao Ministério da Educação por Pró-Reitores da Área Estudantil em que, sistematicamente, os mesmos problemas são cobrados;

4 - A inexistência de uma política efetiva de Apoio ao Estudante.

Considerando o exposto, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários reunidos em Belo Horizonte, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, resolveram:

1 - Solicitar a Vossa Excelência o atendimento, através de Programas Especiais do MEC, para as seguintes questões emergenciais:

- Recuperação imediata dos equipamentos e instalações físicas de Residências e Restaurantes Universitários;
- Alocação de recursos para aquisição de gêneros alimentícios de forma a partir o funcionamento pleno dos Restaurantes Universitários até o final do 2º semestre letivo de 1987;
- Manutenção dos programas alternativos existentes de Residências e Restaurantes Universitários.

2 - Criar um Fórum Nacional permanente de Pró-Reitores de assuntos Estudantis e Comunitários com o objetivo de elaborar, implementar e acompanhar uma Política de Apoio ao Estudante, que será definida a partir de discussões no interior das IFES.

3 - Realizar uma reunião do Fórum nacional na segunda quinzena de outubro, em Manaus, quando serão traçadas diretrizes fundamentais da Política de Apoio ao Estudante.

Na oportunidade, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários esperam de Vossa Excelência o compromisso de discutir e implementar junto com as IFES, a política que será discutida na reunião de Manaus.

Ressaltando a gravidade da atual situação dos restaurantes universitários e das moradias estudantis, que de maneira alguma pode ser resolvida no âmbito das IFES, apresentamos a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Pelo encontro de Pró-Reitores, assina o presente documento a Comissão Provisória do "Fórum de Assuntos Estudantis e Comunitários".

Universidade Federal do Pará

Raul Meireles do Vale

Universidade Federal de Sergipe

Maria Augusta Silva Cruz

Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria José Féres Ribeiro

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Izaias Pereira da Costa

Universidade Federal do Paraná

Mário Portugal Pederneiras

Ilmo. Sr.
Prof. Ernani Bayer
D.D. Secretário de Ensino Superior
Ministério da Educação

Senhor Secretário,

Fui escolhido pelos colegas Pró-Reitores da Área Estudantil do Norte-Nordeste para ser o porta-voz do grupo. A escolha não obedeceu a nenhum critério de competência ou de aptidão maior. A escolha recaiu sobre mim pelo incidente registrado no campus da Universidade Federal da Paraíba, envolvendo a minha pessoa, Pró-Reitor da Área Estudantil daquela Universidade, fato amplamente divulgado pela imprensa, do qual Vossa Excelência tem conhecimento, e que reflete a situação existente e por nós vivenciada na Universidade das regiões Norte e Nordeste.

Querem os colegas, com esse gesto de escolha, sensibilizar V. Excia., mostrando que, os aqui presentes, constantemente são notícias nos jornais e canais de televisão de suas cidades, respnsabilizados pelas péssimas condições das Resdiências e dos Restaurantes Universitários, sofrendo, desse modo, as primeiras conseqüências da falta do decisivo apoio do MEC à questão.

Certamente quer o grupo, mostrar ao Sr. o óbvio: que a qualidade da Assistência Estudantil afeta sobremaneira a uma grande parcela da Comunidade Universitária e, principalmente devido às condições sócio-econômicas das regiões que representamos, a um grande contingente de estudantes carentes de recursos financeiros.

Quando aqui estivemos pela última vez, no início do ano, o Prof. Paulo Elpídio nos disse reconhecer a postura do MEC de ter voltado as costas para esse problema há alguns anos. Acrescentava, todavia, que essa postura estava mudando e que ele mesmo iniciava providências para reverter a situação. Encomendou-nos, então, projetos atinentes a Restaurantes e Residências Universitárias. Logo depois, quando os projetos estavam prontos, o Prof. Paulo Elpídio não mais estava no Ministério. Esses projetos trazemos aqui hoje para discussão.

Infelizmente nada tem sido feito pelo Ministério.

Temos a afirmar que, em que pese a importância da questão para a harmonia da vida universitária, nunca recebemos um convite do MEC para discutir a questão. Jamais recebemos a visita de um representante dessa

Secretaria, para verificar "in loco" a situação das Residências e Restaurantes e do sistema de Bolsas e Monitoria.

Estamos, Sr. Secretários, aqui mais uma vez, por nossa iniciativa e por nossa conta, solicitando do Ministério da Educação um esforço no sentido de solucionar urgentemente os problemas relativos à qualidade da Assistência Estudantil.

Queremos alertar ao MEC e a Vossa Excelência que a questão favorece a uma prática política doentia, dentro do campus, e que o problema tende a agravar-se com o passar do tempo e o inevitável sucateamento das Residências e dos Restaurantes Universitários.

Vamos, agora, passar às suas mãos, um documento extraído da nossa reunião de hoje, pela manhã, em que reafirmamos os pontos cruciais da questão.

Brasília, 24 de agosto de 1987

Audiência dos Pró-Reitores da Área Estudantil
do Norte-Nordeste com o Sr. Ernani Bayer -
Secretário de Ensino Superior do MEC.

Prof. Josimar Viana
Pró-Reitor para Assuntos Comunitários-UFPB

AUDIÊNCIA COM O SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO

Presentes, além dos Pró-Reitores, o Prof. Ernani Bayer – Secretário da SESu e o Prof. José Walter Pereira dos Santos.

Inicialmente foi colocado pelo Prof. Fattini e complementado pelo Prof. Pederneiras a criação do Fórum e as reivindicações, essencialmente as contidas na carta ao Ministro, enfatizando-se a gravidade da situação. Foi solicitado resposta às reivindicações protocoladas no MEC no dia 09 de setembro. O professor Ernani Bayer repetiu as informações dadas na audiência do dia 09 de setembro (correspondência datada de 14/09/97).

Ao comentar as reivindicações o Prof. Sottero comentou que as Universidades tem gastos excessivos com compras de veículos, tapetes, xerox, etc. Que os Reitores solicitam autonomia e os Pró-Reitores falam em programas especiais. Que o MEC não tem recursos suficientes. Que é necessário o aumento de arrecadações de impostos. Que os recursos de OCC para as Universidades tem aumentado. Que 85% do orçamento do MEC é gasto com as Universidades, etc.

Os Pró-Reitores contra argumentaram mostrando que a colocação dos gastos excessivos não era real, que as verbas de OCC não são suficientes, que a questão Central era estabelecer prioridades, etc.

Afirmamos que defendemos a autonomia das Universidades e que a situação dos R.U.s e Moradias é decorrente da falta de política, por parte do Ministério. Portanto, deveria ter um tratamento especial até que uma política geral fosse definida. Com a insistência, por parte do Prof. Sottero e do Prof. Ernani Bayer, de que o MEC não destinaria recursos específicos para os R.U.s foi novamente colocado que a situação era explosiva, que não poderia ser resolvida no âmbito das Universidades e que estamos trazendo a problemática ao MEC. A partir desta colocação o Prof. Sottero solicitou que as Universidades fizessem o levantamento das despesas nos R.U.s até o final do ano, enviasse ao MEC, não se comprometendo entretanto em atender.

Compromissos do Ministério:

1. Comprometeu-se a estudar uma política de apoio e promoção dos estudantes, a partir das propostas das IFES. Comprometeu-se a comparecer no Encontro de Manaus. Afirmção do Prof. Sottero "As Instituições deverão indicar as fontes de recurso ao propor a política".

2. Apóia projetos de produção de alimentos que visem a melhoria da comida e baixem os custos.
3. "Podemos" criar um programa especial junto ao CEDATE para recuperação de instalações físicas e equipamentos dos R.U.s e moradia estudantil.
4. Para 1988 – Projeto de bolsa no âmbito da SESu, alocando recursos para cada Universidade.
5. Analisar a ordem de grandeza da demanda de gastos, até o final do ano, dos R.U.s.

ENCAMINHAMENTOS:

Em função de compromissos em Brasília estive no Ministério no dia 29/09/87, onde obtive ofício que deverá ser enviado a todos os Pró-Reitores (em anexo).

Face a demissão do Ministro a situação geral do Ministério é de completa indefinição, tendo o MEC suspenso inclusive a participação de seus representantes em Encontros Nacionais e Regionais (Exemplo: Reunião de Pró-Reitores de Planejamento e Administração em Recife).

INFORME SOBRE AUDIÊNCIA NO MEC, DIA 22/09/87, PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS:

De acordo com informação anterior (14/09/87), o MEC havia marcado audiência dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários com o Ministério da Educação para o dia 22, às 16:30 horas, para tratar das reivindicações emanadas do II Encontro Nacional. Compareceram ao MEC os seguintes Professores:

1. MARIA AUGUSTA SILVA CRUZ

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de Sergipe

2. CÉLIA MARINHO DA COSTA SOARES

Universidade Federal Rural de Pernambuco

3. EVA TEREZINHA SILVEIRA FALEIROS

Universidade de Brasília

4. DUCELIA MOTA LOPES

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários
Universidade Federal do Acre

5. JOÃO CARLOS GONZALES

Pró-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do sul

6. RANKE DOS SANTOS SILVA

Pró-Reitor para Assuntos Estudantis
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

7. FRANCISCO A. B. CATELINO

Superintendente Estudantil
Universidade Federal da Bahia

8. RAUL MEIRELES DO VALE

Assessor Comunitários
Universidade Federal do Pará

9. IZAIAS PEREIRA DA COSTA

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

10. ANA LÚCIA GASTAUD LOBO DA ROCHA .

Diretora do Departamento de Assistência
Pró-Reitoria de Graduação e de Assistência
Universidade Federal de Pelotas

11. AMILCAR DE OLIVEIRA BEZERRA

Pró-Reitor para Assuntos Comunitários
Universidade Federal de Pernambuco

12. CARLOS AMÉRICO FATTINI

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

13. MARIO PORTUGAL PEDERNEIRAS

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal do Paraná

Conforme solicitação da Coordenação Nacional os Professores compareceram ao MEC às 14:00 horas para reunião antes da audiência.

Conversando com o Prof. Ernani Bayer o mesmo disse que acredita que os programas de apoio às Fazendas não deverão ser interrompidos.

Reafirmamos o Encontro Nacional marcado para os dias 21, 22 e 23 de outubro, em Manaus. Pedimos confirmação de participação diretamente com o Prof. Manoel Jesus P. Coelho, Sub-Reitor para Assuntos Comunitários, Fundação Universidade do Amazonas. Ressaltamos a importância das IFES apresentarem propostas concretas na reunião de Manaus sobre Política de Apoio e Promoção dos Estudantes.

De comum acordo com os Coordenadores das regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) as IFES deverão enviar aos mesmos, até o dia 15, levantamento dos gastos com gêneros dos R.U.s, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro. Deve-se prever uma inflação de 7% ao mês. Combinamos também que tão logo seja indicado o novo Ministro deveremos solicitar audiência para reapresentar as reivindicações do Encontro de Belo Horizonte, discutir os compromissos assumidos pelo MEC e, apresentar o levantamento dos gastos com os R.U.s até dezembro.

Curitiba, 5 de outubro de 1987

Prof. Mário Portugal Pederneiras
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários

Em Tempo: Solicitamos que todas as Universidades preencham os questionários sobre R.U., Moradia e Programas de Apoio, entregues no Encontro de Belo Horizonte e enviem com a máxima urgência para a Fundação Mendes Pimentel da UFMG.

PROMOÇÃO:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

**III ENCONTRO NACIONAL DE
PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
E COMUNITÁRIOS**

MANAUS-AM
PERÍODO: 21 a 23 DE OUTUBRO DE 1987

INTRODUÇÃO

Desde 1984, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES vêm demonstrando suas preocupações no que tange à política de promoção e apoio ao estudante.

Através de encontros regionais e nacionais, foram gerados documentos onde tais preocupações foram colocadas, visando a permanência dos estudantes nas universidades, dentro das condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade.

Em todos os documentos, sempre houve a insistência na necessidade de definição de políticas de ação, por parte do MEC, que atendessem as posições defendidas pelos Pró-Reitores da área contidas nos vários documentos produzidos e apresentados àquele Ministério.

As deliberações do II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 1987, em Belo Horizonte-MG, tiveram dois eixos principais:

- a) A necessidade de se definir a partir das IFES as diretrizes de uma política de apoio e promoção dos estudantes;
- b) Por falta de uma política de desenvolvimento dessa área, a necessidade de o MEC resolver de forma emergencial as seguintes questões:
 - Recuperação imediata dos equipamentos e instalações físicas de residências e restaurantes universitários;
 - Alocação de recursos para aquisição de gêneros alimentícios de forma a permitir o funcionamento pleno dos restaurantes universitários até o final do segundo semestre de 1987;
 - Manutenção dos programas alternativos existentes de residências e restaurantes universitários.

No referido encontro, os Pró-Reitores decidiram também criar um Fórum Nacional, com o objetivo de estabelecer políticas de ações, visando a orientação e fortalecimento das Pró-Reitorias, de articular as ações comuns das IFES da área e de ser o veículo de contato com os órgãos governamentais, atuando em estreita ligação com o CRUB.

O Fórum encaminhou as deliberações e reivindicações do Encontro de Belo Horizonte ao MEC, através de audiências com o Secretário do Ensino Superior e com o Secretário do MEC.

Com o objetivo de avaliar as questões emergenciais encaminhadas ao MEC, de traçar as diretrizes da referida política e de instalar oficialmente o Fórum Nacional, reuniram-se, em Manaus-AM, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 1987, tendo

comparecido à sessão de abertura, como convidados representantes do MEC e da UNE.

AVALIAÇÃO DOS ENCAMINHAMENTOS FEITOS AO MEC, EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES EMERGENCIAIS

O Fórum concluiu que, das reivindicações feitas, houve avanço na medida em que, pela primeira vez, o MEC se dirigiu oficialmente aos Pró-Reitores, através de ofício datado de 28/09/87, propondo-se a apoiar as universidades com a seguinte política:

- a) Em projetos que visem a otimização do serviço de restaurante universitário (traduzido em projetos de produção de alimentos);
- b) Na recuperação de alojamentos estudantis e restaurantes universitários (juntamente com o CEDATE);
- c) Em projetos de bolsas de estudo, em áreas consideradas prioritárias pela comunidade universitária.

Muito embora o Fórum tenha considerado o fato positivo, avaliou, porém, que ainda está a nível de promessa, mesmo porque as necessidades existentes nas IFES, relativas a RUs e REs, são emergenciais, de solução urgente, e as propostas apresentadas talvez se realizem a longo prazo.

No que se refere aos projetos de produção de alimentos, já em ao em algumas universidades, o entendimento foi de que não é a solução indicada para resolver a situação em que se encontram os RUs, uma vez que não contempla todas as universidades, podendo, no entanto, minimizar o problema. A este respeito, entende-se ainda que o MEC deverá encaminhar documentos às IFES explicitando a caracterização do Programa de Produção de Alimentos, com seus objetivos, fontes de recursos e qual o órgão para onde se devem encaminhar os projetos, para conhecimento das universidades, entendendo que estes devem estar ligados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com relação ao item b, “recuperação das instalações e equipamentos dos RUs e REs”, a compreensão dos Pró-Reitores é de que o que existe de concreto é um ofício do MEC ao CEDATE, solicitando “avaliar a possibilidade de o mesmo realizar conjuntamente com a SESU, a exemplo de que fez com os Hospitais Universitários, levantamento preliminar da atual situação dos RUs e REs. Como até o momento não temos resposta oficial do CEDATE, concluiu-se que a questão ainda está a nível de intenções.

Por orientação do então Secretário Geral, Professor Aluísio Sottero, todas as IFES deverão encaminhar ao MEC levantamento de custo com gêneros, para manutenção do RU até o final do ano.

Todas estas questões devem ser tratadas com o titular do MEC, tão logo se tenha a indicação oficial do novo Ministro da Educação.

PROMOÇÃO E APOIO AO ESTUDANTE

a) Ensino Público e Gratuito

O ensino público e gratuito, como um direito de todos e um dever do estado, vem sendo colocado por importantes e significativos setores da sociedade brasileira, comprometidos com o processo de democratização do País.

Torna-se fundamental, entretanto, que alguns pontos sejam abordados no sentido de clarificar melhor o que significa o discurso da gratuidade do ensino.

- Ensino público e gratuito constitui um dado essencial para a democratização da sociedade, uma vez que a democracia supõe o combate sistemático à injustiça social. Todas as pessoas têm o direito de ter acesso à educação. Nesse sentido só o ensino público e gratuito tem condições de tornar esse direito uma realidade. Garantir o acesso ao processo educacional significa a manutenção do ensino público e gratuito no 1º, 2º e 3º graus, para que todos tenham a oportunidade concreta de estudar.

- O MEC deve garantir para 1988 que o orçamento para custeio e capital seja de 15% do total do orçamento das IFES, de acordo com os compromissos assumidos pelo MEC com o CRUB, ANDES e FASUBRA.

- Garantir o acesso à escola para todos não significa apenas a não cobrança de anuidade. Significa também garantir a permanência do educando na escola, o que implica na necessidade de programas de assistência médica, social, odontológica, psicológica, etc.

- No caso específico superior, as IFES públicas e gratuitas vêm passando há alguns anos por um processo sistemático de redução de verbas, que tem gerado sérias dificuldades na manutenção dessas instituições. Apesar do movimento desencadeado pela comunidade universitária (reitores, professores, servidores técnico-administrativos e alunos) em defesa da universidade pública e gratuita, ainda não é possível falar em solução do problema. De fato, a solução da crise das IFES depende da vontade política do governo em assumir na prática o compromisso com o ensino público e gratuito.

Quando se constata a crise da universidade pública, é fundamental considerar a ação desencadeada pelo "loby" do ensino privado, que, numa postura claramente política e ideológica, tem procurado colocar em descrédito diante da sociedade, o trabalho sério desenvolvido nas IFES.

- O discurso do “lobby” privatista contra o ensino público e gratuito tem destacado alguns pontos que merecem ser rebatidos:

- Já é lugar comum a afirmação de que os “filhos dos ricos estão nas universidades públicas e os filhos dos pobres, nas particulares”. Constatado esse dado, que o discurso privatista transforma em verdade absoluta, passa-se a justificar a campanha que a rede privada do ensino superior desenvolve para conseguir maior percentual de subsídios do poder público. A partir do discurso de que os filhos dos ricos são os que estão nas universidades públicas, a tendência das autoridades governamentais tem sido a de desativar os programas de assistência ao estudante.

- Em primeiro lugar é preciso deixar claro que a clientela que hoje frequenta as universidades públicas tem a sua origem social muito mais vinculada à classe média e à classe média baixa, ou seja, os estudantes das universidades públicas são majoritariamente filhos de assalariados.

- Entretanto, é preciso admitir que o acesso ao ensino superior nas IFES ainda é extremamente elitizado. Democratizar o acesso às universidades é uma necessidade urgente.

- A democratização do acesso implica na expansão da rede pública, na abertura de cursos noturnos, na manutenção e expansão dos programas de assistência.

- Desativar os programas de assistência significa aumentar o círculo vicioso que é preciso romper.

- Desativar a assistência ao estudante dificultando a manutenção dos restaurantes, moradias, bolsas etc, é fazer o jogo “lobby” privatista do ensino superior.

- Democratizar a universidade é democratizar o acesso. Isto implica em desenvolver mecanismos que garantam ao estudante condições mínimas para permanecer na instituição e poder apresentar um bom rendimento acadêmico.

- A assistência longe de ser um mecanismo que desvia verbas do ensino e da pesquisa (como muitos afirmam) é um dos instrumentos que garante condições para o bom ensino e para a produção do conhecimento científico. Nesse sentido, não é possível falar em ensino público e gratuito sem falar na expansão dos programas de assistência ao estudante.

b) Propostas dos Restaurantes Universitários.

Considerando que os RUs têm importância fundamental na normalidade da vida acadêmica, em face do papel social que desempenham no seio da comunidade universitária, conclui-se que estes se constituem em atividade de apoio necessário ao alcance dos objetivos das universidades e como tais estão embutidos no conceito de ensino público e gratuito.

A partir deste pressuposto, foram formuladas as seguintes diretrizes:

- A programação das despesas dos RUs deverá estar prevista nas verbas de OCC das IFES;

- Os RUs deverão estabelecer como política de transição até que se atinjam condições necessárias para implementação da gratuidade, subsídios que deverão variar entre 50 a 70% do custo/gênero;

- Os RUs deverão cobrar preço de custo/gênero para o pessoal docente;

- Os RUs cobrarão aos servidores não docentes preços subsidiados entre 0 a 70% de acordo com sua classificação sócio-econômica;

- Todas as IFES deverão possuir RUs em seus Campi;

- O MEC deverá manter programa permanente de construção, ampliação, recuperação de instalações físicas, de máquinas e equipamentos, lotação de recursos humanos, pagamento de água, luz, combustíveis.

c) Quanto ao pagamento de bolsas anunciado pelo MEC para 1988.

Através do Ofício s/nº/87/ASPE/SESU/MEC, de 28 de setembro de 1987, enviado a todos os Pró-Reitores, o MEC anunciou, dentro da política da Secretaria de Educação Superior, apoiar a Universidade, respeitando a autonomia, as prioridades orçamentárias e as características locais e regionais em projetos de bolsas em áreas consideradas prioritárias pela comunidade universitária.

Indagado sobre as linhas gerais do referido programa, o Professor José Walter Pereira dos Santos, representando o MEC na abertura do encontro, afirmou que o Ministério não tinha estabelecido suas diretrizes, esperando as sugestões desse encontro.

Propostas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários para o referido programa:

- Que o programa de bolsas não substitua os programas específicos, como moradia estudantil, restaurantes etc.;

- Que seja formulado como um programa de bolsa-trabalho;

- Que as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes se operem no âmbito das IFES;

- Que o programa seja financiado pelo MEC;

- Que atenda aos alunos carentes;

- Que leve em consideração a área de formação dos estudantes;

- Que considere a aptidão individual dos estudantes;

- Que considere a aptidão individual dos estudantes;

- Que leve em consideração as necessidades das IFES;

- Que seja observado em sua concessão, o nível de aproveitamento escolar dos pretendentes;

- Que a carga horária semanal de trabalho seja de, no máximo, 20 horas;

- Que a remuneração mensal seja de um salário mínimo de referência;

- Que o MEC, ao distribuir as bolsas de trabalho às IFES não deixe de contemplar nenhuma das instituições e considere as necessidades do alunado de cada uma delas.

d) Moradia Estudantil.

No que concerne ao problema de moradia estudantil, concluiu-se que:

- Todas as IFES devem possuir residências estudantis;

- As residências não devem ser localizadas nos Campi;

- As residências devem ser gratuitas para alunos que delas necessitem;

- O programa de moradia estudantil deverá ser contemplado nas verbas de OCC;

- O MEC deverá manter um programa permanente para construção, ampliação e recuperação de residências;

- As residências devem ser várias e pequenas, abrigando um número pequeno de estudantes em cada uma delas;

- Não deve haver substituição de programa de moradia por programas especiais de bolsas;

- Devem ser resguardadas as alternativas já existentes nas IFES (aluguéis, cessões, etc).

e) Assistência à Saúde.

As IFES devem implantar programas que visem ao atendimento médico, odontológico e psicológico aos estudantes, destinando um percentual de sua OCC para viabilização destes.

Pelos pontos abordados, caberá, portanto, ao MEC reconhecer a promoção e apoio ao estudante como atividade prioritária e obrigatória ao lado do ensino, da pesquisa e da extensão, dando assim às IFES condições de cumprir seu real papel no desenvolvimento da sociedade brasileira.

f) Apoio às Entidades e suas promoções.

Reconhecimento pelo MEC e pelas IFES de que a participação dos estudantes no movimento estudantil é uma das atividades universitárias fundamentais para a formação acadêmico-política e social.

Assim caberá às IFES apoiar as representações estudantis nos seus programas, no âmbito acadêmico, cultural e esportivo, com recursos previstos em seus orçamentos (OCC).

Manaus, outubro de 1987.

ENTIDADES REPRESENTADAS

01) Amilcar de Oliveira Bezerra

Pró-Reitor para Assuntos Comunitários

Av. Moraes Rego, nº 1.235 - Campus Universitário

Universidade Federal de Pernambuco

DDD (082) 271-0160

02) Ana Lúcia Gastaud Lobo da Rocha

Assistente Social - Diretora do Departamento de Assistência à Comunidade
da Universidade Federal de Pelotas

Campus Universitário

DDD (0532) 212033 - Ramal 143

03) Ana Maria Ribeiro

Representante da UNE

Rua Amoras, nº 37, Apto. 304, Santa Efigênia - Belo Horizonte

DDD (031) 463-9481

CEP: 30.260

04) Carlos Américo Fattini

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Reitoria - Av. Antônio Carlos, nº 6.627

Fone: (031) 441-1344

Pampulha - Belo Horizonte-MG

05) Célia Marinho Costa Soares

Diretora do Departamento de Assistência Estudantil

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - Recife-PE

DDD (081) 268-5477 - Ramal 255

06) Dauri Lima do Nascimento

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rua Jerônimo Rosado, nº 198 - Centro

Mossoró - RN - CEP: 59.600

DDD (084) 321-5242

07) Dirceu Teixeira Coelho

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa-MG - CEP: 36.570
DDD (031) 891-1671 (residência)

08) Ducélia Mota Lopes
Pró-Reitora de Assuntos Comunitários
Universidade Federal do Acre
Rio Branco-AC - CEP: 69.900
DDD (068) 226-1422 - Ramal 114

09) Ediane A. Gonçalves Araújo Costa
Coordenadora de Assistência ao Estudante
Universidade Federal do Piauí
Campus Universitário - Ininga
Teresina - PI - CEP: 64.000
DDD (086) 232-1212

10) Eleni Alves Pereira
Coordenador de Assistência ao Estudante
Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Correa, s/nº - Coxipó
Cuiabá-MT - CEP: 78.000
Fone: 361-2211 - Ramal 225

11) Francine Muniz de Lima
Psicóloga - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Cidade Universitária, s/nº - Rio de Janeiro

12) Francisco Assis Borges Catelino
Superintendente Estudantil
Universidade Federal da Bahia
Av. Araújo Pinho, nº 58 - Canela - Salvador-BA
DDD (071) 235-8833

13) Gustavo Hitzschky Fernandes Vieira
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, nº 846 - Fortaleza-CE
DDD (085) 243.1007

14) Hegner Araújo

Sub-Reitor para Assuntos Comunitários

Universidade Federal do Espírito Santo

Campus Universitário de Goiabeiras

Vitória-ES CEP: 29.000

DDD (027) 227-4733 - Ramal 274

15) Isaias Pereira da Costa

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Cidade Universitária - Campo Grande - MS

DDD (067) 388-3311 - Ramal 140

16) João Carlos Gonzalez

Pró-Reitor da Comunidade Universitária

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, nº 110, 7ª andar - Porto Alegre-RS

17) José Walter Pereira dos Santos

Assessor de Política Estudantil da SESU/MEC

Ministério da Educação - Esplanada dos Ministérios

Bloco L - 3º andar - sala 302

Brasília-DF - CEP: 70.074

Fone: 223-7130 e 214.8677

18) Josimar Viana

Pró-Reitor para Assuntos Comunitários

Universidade Federal da Paraíba

Campus Universitário - João Pessoa-PB

DDD (083) 224-7200 - Ramal 2210 e 2164

19) Júlio César Prates

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários

Universidade Federal de Goiás

Praça Universitária s/nº - Caixa Postal 131

Goiânia-GO

DDD (062) 261-4666

20) Kléber Salgado Bandeira

Diretor Executivo da Fundação José Américo

Universidade Federal da Paraíba
Av. Getúlio Vargas, nº 125 - Centro
João Pessoa -PB

21) Maria Augusta Silva Cruz
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de Sergipe
Campus Universitário Jardim Rosa Elze - São Cristovão
Aracajú - SE
DDD (079) 224-1331 - Ramal 260

22) Maria José Feres Ribeiro
Pró-Reitora de Assuntos Comunitários
Universidade Federal de Juiz de Fora
Av. Rio Branco, nº 3.372 - Juiz de Fora-MG
DDD (032) 211-9369 e 212-5807

23) Maria do Socorro Freitas Melo
Serviço de Cadastro e Concessão de Benefícios
Universidade Federal do Piauí
Campus Universitário - Ininga - Teresina-PI
Fone: (086) 232-1212

24) Manoel Jesus Pinheiro Coelho
Sub-Reitor para Assuntos Comunitários
Universidade do Amazonas
Av. Getúlio Vargas, nº 381 - Centro
Manaus-AM - CEP: 69.013
DDD (092) 233-3600 - Ramal 213

25) Mário Portugal Pederneiras
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal do Paraná
Travessa Alfredo Bufren, nº 140 - Curitiba-PR
DDD (041) 223-7347

26) Nestor Barbosa de Andrade
Diretor Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia
Fundação de Assistência ao Estudante - FAESU
Av. Engenheiro Diniz s/nº Uberlândia-MG CEP: 38.400

Fone: 235-4710 e 232-2000

27) Paulo Galindo Martins
Pró-Reitor Estudantil da Universidade Federal de Alagoas
Praça do Sinimbu, nº 206 - Centro
Maceió-AL CEP: 57.000
DDD(082) 21-3090

28) Raul Meireles do Vale
Assessor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Guamá - Prédio da Reitoria - 2ª andar
Pró-Reitoria de Assuntos de Extensão e Natureza Estudantil
DDD (091) 229-2088 - Ramal 261

29) Ranke dos Santos Gonzalez
Pró-Reitor para Assuntos Estudantis
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Campus Universitário - Reitoria
Natal-RN - CEP: 59.000
DDD (084) 231-1266 - Ramal 361 e 362

30) Renemilda Cacique Barbosa Goes
Divisão de Assistência ao Estudante
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Cidade Universitária, s/nº

31) Sidnei Ramos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Antiga Estrada Rio - São Paulo, Km. 47
Itaguaí-RJ - CEP: 23.851
Decanato de Assuntos Estudantis

32) Tânia Chiari Gomes Lazarini
Divisão de Assuntos de Alunos
Universidade Federal de São Carlos
Rodovia Washington Luiz, Km. 235
São Carlos-SP - CEP: 13.560
DDD (0162) 71-1100 - Ramal 128

33) Antoninho P. Stefanello
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de Santa Maria
Campus Universitário - Ed. Administração Central S/A
Santa Maria-RS - CEP: 97.100
DDD (055) 226-1616 - Ramal 2394 e 2310

PROMOÇÃO:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB

**IV ENCONTRO NACIONAL DE
PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS
ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS**

BRASÍLIA-DF
PERÍODO: 12 A 14/03/88

INTRODUÇÃO

Conforme já mencionado em documentos de Encontros anteriores os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES vêm, desde 1984, discutindo e encaminhando questões junto ao MEC referentes às suas áreas de atuação.

O II Encontro Nacional (setembro/87) teve dois eixos principais: a necessidade de se definir, a partir das IFES, diretrizes norteadoras de uma política de apoio e promoção dos estudantes e a reivindicação de soluções para questões consideradas como emergenciais.

Os Pró-Reitores decidiram também criar um Fórum Nacional.

As resoluções do Encontro foram levadas ao MEC, mostrando que, por falta de uma política de apoio e promoção dos estudantes, as IFES acumularam problemas que requerem soluções urgentes, as quais o MEC sempre tem postergado. Na ocasião, o MEC reconheceu a inexistência de uma política de apoio e promoção dos estudantes e a necessidade de elaborá-la, tendo os Pró-Reitores assumido o compromisso de apresentarem as bases da referida política.

Em outubro de 1987 foi realizado o III Encontro Nacional, ocasião em que se elaborou as diretrizes da política de apoio e promoção dos estudantes, tendo também se avaliado os encaminhamentos dados pelo Ministério em relação às questões emergenciais. Avaliaram-se as propostas do MEC em relação a restaurante universitário, através do programa de produção de alimentos; recuperação de alojamentos estudantis e restaurantes, através do CEDATE e criação do programa bolsa trabalho. Apesar das propostas serem de executar a médio prazo e os problemas necessitarem de soluções urgentes, considerou que as propostas do MEC representavam um avanço. Pela primeira vez, o MEC apresentava uma proposta oficial e iniciava o diálogo com os Pró-Reitores, através de propostas concretas.

Em janeiro do corrente ano os Pró-Reitores reuniram-se com o novo Secretário da SESU, Prof. José Camilo Filho, ocasião em que discutiram as propostas oriundas do III Encontro.

No que se refere às diretrizes da política de apoio e promoção dos estudantes, a SESU fez referência ao "acatamento". Em relação às questões emergenciais e mesmo quanto às propostas apresentadas anteriormente pelo MEC, o novo Secretário comprometeu-se a dar uma definição no mês de março, ocasião em que discutiria com o Fórum as bases da política de apoio e promoção dos estudantes.

Diante desses fatos e levando-se em consideração a grave situação por que passam as IFES em relação aos programas de apoio a estudantes e

servidores, reuniram-se em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de abril, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, com o objetivo de avaliar a situação no âmbito de cada IFES, avaliar as propostas que deveriam advir do MEC e definir ações a fim de assegurar a efetiva participação do Fórum na elaboração das diretrizes de uma política de apoio e promoção dos estudantes e servidores das IFES.

AVALIAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS DO FÓRUM AO MEC

Apesar do Encontro ter sido realizado em Brasília, no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o Secretário da SESU não compareceu à abertura, tendo o MEC sido representado pelo Prof. José Walter, Assessor de Política Estudantil do Ministério.

O representante da SESU/MEC informou que o MEC ainda não tinha definição em relação à política de Assistência e Promoção aos Estudantes, nem mesmo resposta às reivindicações do Fórum relativas às questões emergenciais. Também não havia definição em relação aos programas anteriormente anunciados oficialmente pelo MEC (programa de produção de alimentos e recuperação de restaurantes e moradias estudantis, via CEDATE).

Considerando o exposto foi avaliado que:

a) Não houve evolução em relação às propostas encaminhadas pelo Fórum ao MEC. Ao contrário, considerou-se que houve retrocesso, uma vez que nem os programas anunciados anteriormente tiveram seu início;

b) As dificuldades encontradas pelo Fórum em estabelecer contatos produtivos com o MEC espelha a política deste em relação às Universidades Federais, expressadas através do seu comportamento diante dos sérios problemas que hoje atravessam as IFES, que em última análise refletem a política de privatização do ensino público implantada pelo Governo Federal;

c) A solução das questões específicas, em relação à Assistência e Promoção dos Estudantes, passa pela mudança da Política Educacional para o Ensino Superior adotada nos últimos anos pelo MEC;

d) Para que as ações implementadas pelo Fórum tenham maior efetividade, faz-se necessário maior articulação com o CRUB, ANDES, FASUBRA e UNE.

DELIBERAÇÕES

a) Os participantes do Encontro deveriam ir ao Ministério, a fim de se obter audiência com o Secretário da SESU, no sentido de se definir um

cronograma para a elaboração conjunta - Fórum e SESU - da política de Assistência e Promoção aos Estudantes e Servidores das IFES, além de cobrar respostas oficiais às reivindicações das questões emergenciais contidas no documento de Manaus bem como o posicionamento do MEC frente à implantação das Creches e Vale-Transporte, segundo compromisso deste, assumido em janeiro/88;

b) No caso da audiência não ser concedida, seria elaborado um documento para distribuição à imprensa local e nacional, denunciando o tratamento que o MEC tem dado às questões do Ensino Superior e, especificamente, da área de atuação dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários;

c) Implementar, a nível nacional, a articulação do Fórum com o CRUB, ANDES, FASUBRA e UNE e, a nível local, com as entidades representativas dos seguimentos da comunidade universitária, visando a inserção do Fórum nas lutas em defesa do Ensino Público e Gratuito, bem como relacionar as reivindicações do Fórum com essas lutas;

d) O Fórum deverá viabilizar, através do CRUB, audiência com o Ministro da Educação.

ENCAMINHAMENTOS JUNTO AO MEC

Diante da indefinição do Ministério, fizeram-se gestões no sentido do Fórum ter uma audiência com o Secretário da SESU. Através de gestões do Prof. José Walter, a audiência seria concedida após o término da reunião do Secretário. Diante deste fato, os Pró-Reitores reuniram-se no próprio MEC, quando deliberaram sobre a pauta da audiência.

a) Constituição de uma Comissão composta por membros do Fórum para que, em conjunto com a SESU, elabore as diretrizes básicas de política de Assistência e Promoção dos estudantes;

b) Estabelecimento de prazos para o início e término dos trabalhos da comissão conjunta;

c) Definição de recursos orçamentários para a implantação da referida política.

Na oportunidade, reuniram-se com o Presidente do CRUB, Prof. Rodolfo Pinto da Luz, ocasião em que discutiram os trabalhos desenvolvidos pelo Fórum, analisaram a situação das IFES, os recentes decretos governamentais e a política do MEC para a educação superior do País. O Presidente do CRUB reconheceu a importância do trabalho dos Pró-Reitores na área de assistência e promoção dos estudantes.

Ao final da manhã, o Prof. Luiz Otávio, Subsecretário da SESU, compareceu à sala de reuniões, tendo feito as seguintes colocações.

- Devido à impossibilidade de se realizar a audiência com o Senhor Secretário da SESU, pelo fato de que a reunião da qual participava iria se estender além do tempo previsto, o Prof. Luis Otávio foi designado para representá-lo;

- Desconhecia os encaminhamentos feitos pelo Fórum junto à SESU;

- Desconhecia qualquer ação da SESU no sentido de discutir a proposta formulada pelo Fórum;

- Após exposição pelo Coordenador Geral do Fórum sobre os encaminhamentos feitos até então e os compromissos assumidos pela SESU em janeiro/88, comprometeu-se a gestionar no sentido de que houvesse resposta às questões apresentadas pelo Fórum, até o final do Encontro;

-Ofereceu-se como interlocutor da SESU/MEC com o Fórum.

AVALIAÇÃO DO ENCONTRO

Constatamos que a ausência de política de Assistência e Promoção dos Estudantes e Servidores das IFES é acompanhada da falta de política explícita também para o ensino, pesquisa e extensão, por parte do MEC, o que, sem dúvida, faz parte da política global do Governo Federal para o Ensino Superior.

O Governo Federal tem implementado, através de sucessivas medidas como decretos-leis, portarias etc., o sucateamento das Universidades Públicas, o que tem levado à perda da sua autonomia administrativa, da qualidade de ensino, bem como do papel de formadora de consciência crítica e de agente transformador da sociedade.

Nesse sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários entende que a luta pelo atendimento às questões específicas de sua área de atuação deve estar vinculada à luta que vem sendo desenvolvida pelo CRUB, ANDES, FASUBRA, UNE e de outras entidades representativas da sociedade, em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

ESTRATÉGIAS

a) Realizar ações a nível local e de âmbito nacional, que traduzam a defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade.

Nesse sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários recomenda a criação da Comissão, em cada EFES, constituída por elementos da Administração, das entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária, no sentido de coordenar ações como:

- Seminários com discussão aprofundada das questões nacionais, entre as quais a política de assistência e promoção aos estudantes e servidores e seu significado na luta pela defesa do ensino público e gratuito;

- Elaboração de documentos com ampla divulgação interna e na imprensa local indicando a crise das IFES e suas causas e sua contribuição à comunidade etc.;

- Debates com sindicatos e associações de classe, visando o esclarecimento das questões referentes à Universidade Pública;

- Divulgação à comunidade da produção científica, cultural e técnica das Universidades;

- Discussão com a comunidade e com os Conselhos Superiores das IFES sobre as consequências dos Decretos em relação às Universidades Públicas, objetivando um posicionamento oficial a respeito;

- Envidar esforços junto aos Constituintes de cada Estado, no sentido de se garantir a aprovação do texto da Comissão de Sistematização no que se refere à Educação;

- Gestões no sentido de viabilizar um Seminário Nacional, de ampla participação, visando a defesa do Ensino Público, gratuito e de qualidade.

b) Ações específicas a serem implementadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários:

- Criação do Banco de Dados, que contenha informações a respeito de RUs, moradias e programas assistenciais das IFES, sendo indicada a Universidade Federal do Paraná para ser a sede;

- Realizar a identificação do perfil sócio-econômico e cultural dos alunos das IFES, devendo a UNB coordenar os trabalhos que serão realizados juntamente com a UFMS, UFMT, UFMG e UFRJ, no sentido de discutir e apresentar, até o mês de junho/88, a metodologia de investigação;

- A coordenação geral do Fórum, através do CRUB, deverá solicitar audiência ao Senhor Ministro da Educação, para discussão e encaminhamento das propostas do Fórum;

- Elaboração de Nota do Fórum, na qual, a partir das questões específicas pautadas pelo Encontro, analisa-se a relação destas com as questões mais amplas que envolvem a Educação Superior, com divulgação à imprensa local e de circulação nacional;

- Aprovado conteúdo da nota “Universidade Pública e Gratuita Patrimônio Ameaçado” que deverá ser divulgado amplamente.

DELIBERAÇÕES FINAIS

a) Apesar de estarem previstas eleições dos novos Coordenadores regionais, a plenária do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários decidiu pela permanência dos atuais Coordenadores, considerando que não seria oportuno mudança nas coordenações, uma vez que os atuais coordenadores não completaram 1 ano de gestão e este fato poderia comprometer a atuação e consolidação do Fórum;

b) Ficou marcada para a próxima reunião ordinária a eleição dos Coordenadores;

c) Foi aprovada para o final de setembro e início de outubro/88, a próxima reunião ordinária do Fórum, devendo ser precedida de reuniões regionais para discussão de pauta, aprofundamento das questões específicas e gerais.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA PATRIMÔNIO AMEAÇADO

Os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES, há muito tempo, estão reivindicando do Ministério da Educação e definição de uma política de assistência ao estudante e ao servidor, bem como a liberação de recursos financeiros para atender questões emergenciais, tais como: recuperação de prédios dos RUs, moradias estudantis, renovação de equipamentos. Além disso, os Pró-Reitores têm insistido junto ao MEC para que seja cumprido o disposto no Decreto nº 93.408 de 10/10/86, que dispõe sobre o direito dos servidores a Creche para seus filhos.

No que tange à definição de uma política de assistência, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários tomaram a iniciativa de elaborar uma proposta em outubro de 1987, já encaminhada ao MEC. Em janeiro de 1988, a Secretaria de Educação Superior do MEC garantiu que os Pró-Reitores teriam em março uma resposta do Ministério a todos os problemas colocados.

Em abril, nos dias 12, 13 e 14, os Pró-Reitores foram ao MEC para cobrar o compromisso assumido em janeiro e verificaram com espanto que nenhuma providência foi tomada por parte do Ministério, não havendo nenhuma resposta às questões colocadas.

Diante dos fatos acima expostos, o Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, reunido em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de abril, resolveu vir a público colocar as seguintes questões:

- A política do MEC em relação à assistência ao Estudante e Servidor das IFES tem sido de descaso e descompromisso total.

- Esta política faz parte de uma estratégia maior do governo que, aliado ao lobby privatista da Educação, tem colocado a Universidade Pública e Gratuita em situação de penúria e abandono.

Além disso, é importante ressaltar que o governo vem se empenhando sistematicamente através do próprio Ministério da Educação em levar à frente a campanha de difamação e desvalorização das Universidades Federais junto à opinião pública.

Os decretos 2423, 2424 e 2425 de 7 de abril de 1988 constituem uma verdadeira catástrofe que pode levar a Universidade Pública e Gratuita à insolvência. Entre outros fatos, além do congelamento da URP, o próprio governo incentiva os servidores técnico-administrativos e docentes das IFES a se aposentarem e a pedirem demissões. É importante ressaltar que, de acordo com a política governamental, as vagas resultantes de tais atos serão extintas, o que poderá ocasionar um esvaziamento crescente das Universidades, comprometendo projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O compromisso básico da Universidade Pública e Gratuita é com a maioria da população brasileira que a sustenta através dos impostos. Nesse sentido, conclamamos todos os setores da sociedade comprometidos com a democracia e com a injustiça social para que juntos possamos defender esse patrimônio ameaçado pelo governo e pelos empresários da educação.

ENTIDADES REPRESENTADAS

01) Fundação Universidade do Amazonas

Manoel Jesus Pinheiro Coelho

Sub-Reitor para Assuntos Comunitários

Av. Getúlio Vargas, nº 381 - Centro

Manaus-AM - CEP 76.100

DDD (092)

02) Universidade Federal de Alagoas

José Peixoto dos Santos

Pró-Reitor Estudantil

Cidade Universitária

Maceió-AL - CEP: 18.400

DDD (082) 241-6141 - Ramal 2048

03) Fundação Universidade de Brasília
Eva Terezinha Faleiros
Decano de Assuntos Comunitários
Campus Universitário da UNB
Brasília-DF - CEP: 97.540
DDD (061)

04) Universidade Federal do Ceará
Gustavo Hitzschky Fernandes Vieira
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Av. da Universidade
Fortaleza - CE CEP: 76.800
DDD (085)

05) Universidade Federal do Espírito Santo
Antônio Claudino de Jesus
Sub-Reitor Comunitário
Campus de Goiabeiras
Vitória-ES - CEP: 29.000
DDD (027) 227-7026 / 227-4733 - Ramal 274

06) Universidade Federal Fluminense
Georgette Rosa Chagas
Diretora da Divisão de Assistência ao Estudante e ao Servidor
Rua Miguel de Frias, nº 9 - Sobreloja da Reitoria - Icaraí -
Niterói-RJ - CEP 24.210
DDD (021) 717-8080 - Ramal 431

07) Universidade Federal Fluminense
Vilma da Rocha Ribeiro
Assistente Social
Rua Miguel de Frias, nº 9 - Icaraí
Niterói-RJ CEP 24.210
DDD (021) 717-8080

08) Universidade Federal de Goiás
Júlio César Prates
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Praça Universitária, nº 1.533 - Setor Universitário
Goiânia-GO CEP: 74.000

DDD (062)

09) Fundação José Américo/ Universidade Federal da Paraíba
Kleber Salgado Bandeira

Diretor Executivo

Rua Infante Dom Henrique, nº 103 - Tambaú

João Pessoa-PB - CEP: 58.000

DDD (083)

10) Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria José Feres Ribeiro

Pró-Reitora

Av. Rio Branco, nº 3.372 -

Juiz de Fora-MG CEP 36.100

DDD (032)

11) Universidade Federal do Maranhão

Aldy Mello de Araújo

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis

Rua das Hortas, nº 109-A

São Luiz-MA - CEP: 65.000

DDD (098)

12) Universidade Federal de Mato Grosso

Eleni Alves Pereira

Coordenador de Assistência ao Estudante

Rua 24, nº 191 - Bairro da Esperança

Cuiabá-MT - CEP: 78.000

DDD (065)

13) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Izaías Pereira da Costa

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Cidade Universitária

Campo-Grande-MS - CEP: 79.100

DDD (067)

14) Universidade Federal de Minas Gerais

Carlo Américo Fattini

Vice-Reitor

Av. Antônio Carlos, nº 6.627 - Pampulha
Belo Horizonte-MG CEP 30.000
DDD (031) 441-1790

15) Universidade Federal de Ouro Preto
Maria do Socorro Gomes Nominato
Assistente Social
Campus Universitário - Morro do Cruzeiro - Centro de Saúde
Ouro Preto-MG CEP 35.400
DDD (031)

16) Universidade Federal do Pará
Raul Meireles do Vale
Assessor Especial de Assuntos Comunitários
Av. Alcindo Cacela, nº 995, Ed. Estoril, apto. 1205
Belém-PA CEP 66.000
DDD (091)

17) Universidade Federal do Paraná
Mario Portugal Pederneiras
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Travessa Alfredo Bufren, nº 140
Curitiba-PR - CEP 80.000
DDD (041)

18) Universidade Federal de Pelotas
Ana Lúcia Gastaud Lobo da Rocha
Diretora do Depto. de Assistência à Comunidade Universitária
Pró-Reitoria de Graduação e Assistência - Campus Universitário
Pelotas-RS - CEP 96.100
DDD (0532)

19) Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Ranke dos Santos Silva
Pró-Reitoria Estudantil - Reitoria
Campus Universitário - Lagoa Nova
Natal-RN CEP 59.000
DDD (084)

20) Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Álvaro B. Alencar Silva
Diretor de Representação Estudantil
Av. Paulo Gama, nº 110, 7º andar
Porto Alegre-RS - CEP 90.047
DDD (0512)

21) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Sidinei Ramos
Decano de Assuntos Estudantis
Km. 47 - Itaguaí
Rio de Janeiro-RJ CEP 23.800
DDD (021)

22) Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Conceição Pinto de Góes
Sub-Reitoria de Graduação e Corpo Discente
Prédio da Reitoria - Sala 815 - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro-RJ CEP 20.000
DDD (021)

23) Universidade Federal do Rio de Janeiro
Virginia Maria Afflalo
Superintendente de Graduação e Corpo Discente - Prédio da Reitoria
Sala 813 - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro-RJ CEP: 20.000 - DDD (021)

24) Universidade Federal de Santa Maria
Antoninho Pegoraro Stefanello
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Campus Universitário
Santa Maria-RS CEP 97.100
DDD (055)

25) Universidade Federal de São Carlos
Tânia Chiari Gomes Lazarini
Chefe da Divisão de Assuntos de Alunos
Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
São Carlos - SP CEP 13.560
DDD (0162)

26) Universidade Federal de Sergipe
Maria Augusta Cruz
Pró-Reitora
Cidade Universitária Prof. José Aloisio de Campus
Jardim Rosa Elze
São Cristovão-SE CEP 49.100
DDD (079)

27) Universidade Federal de Uberlândia
Maria Guimarães da Silva
Gerente de Divisão Estudantil de Apoio e Orientação Social
Av. João Pinheiro, nº 565 - Centro
Uberlândia-MG CEP 38.400
DDD (034)

28) Universidade Federal de Viçosa
Dirceu Teixeira Coelho
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Viçosa-MG - CEP 36.570
DDD (031)

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Relato das Reuniões e Audiências Oriundas nos Dias 28 e 29/Janeiro
em Brasília

Conforme comunicado anteriormente divulgado, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários deveriam reunir-se em Brasília, no mês de janeiro, para as seguintes reuniões:

Dia 28, às 14:00 horas – Reunião dos coordenadores de região para avaliação geral e preparo da audiência.

Dia 29, às 09:00 horas – Reunião com representante do CRUB.

Dia 29, às 16:00 horas – Audiência com o Secretário da SESu.

No dia 28 os Pró-Reitores reuniram-se no MEC para preparar a audiência com o Secretário da SESu (estiveram presentes: Mário Pederneiras - UFPR, Manoel Jesus Pinheiro Coelho - FA, Sidinei Ramos - UFRRJ, Maria José Feres Ribeiro - UFJF, Izaias Pereira da Costa - UFMS, Ana Lúcia Lobo da Rocha - UFPEL, Josimar Viana - UFPB e Kleber Salgado Bandeira - FJA/UFPB).

No decorrer da reunião tomaram conhecimento que a audiência marcada para o dia seguinte com o Secretário da SESu seria com o Prof. Derblay Galvão e não com o Secretário. Imediatamente foi solicitada a presença urgente do Prof. José Walter (o Prof. José Walter estava de férias mas naquele momento encontrava-se no MEC com o Secretário da SESu) a fim de discutirmos a audiência que havia sido marcada pelo próprio Secretário da SESu há mais de 30 dias.

Para nossa surpresa compareceram na sala onde estávamos reunidos o Prof. José Walter acompanhado do Prof. Derblay Galvão e do Prof. José Camilo Filho – Secretário da SESu. O Secretário da SESu sem se apresentar, sentou-se à mesa e intempestivamente colocou os pontos que resumimos a seguir: que não era mais possível continuar empurrando o problema com a "barriga"; que existia uma perspectiva razoável de ação quanto ao programa bolsas de estudo, com valor razoável; que o programa produção de alimentos se constituía em um programa de eventual contribuição para os RUs, havendo Universidades que estavam vendendo alimentos de sua própria produção para os R.U.s acima do preço de mercado; referiu-se à "Lei Esther", que determinava o nível de subsídio para as refeições; falou no plano nacional de educação, objeto da próxima reunião plenária do CRUB; referiu-se à má alocação dos recursos por parte das IFES; falou sobre a situação das moradias estudantis,

dizendo ser um reclamo das IFES; disse já ter "alguma coisa avançada" na relação SESu/CEDATE para a recuperação das moradias estudantis e restaurantes, dizendo se ter necessidade da definição dos recursos; quanto a assistência à saúde, disse que o Ministério estava preparando minuta, a ser enviada em março para as Universidades, solicitando sugestão e propostas; disse que para começar a conversar necessita ter os recursos e que por enquanto "só tem papo"; reconhece a pressão do alunato; falou sobre a política econômica e o aviltamento de salários; que nas Universidades estão as elites pensantes e que necessitam apresentar sugestões para resolver as questões; falou da pobreza dos recursos; que há necessidade do MEC fazer uma avaliação de seus gastos; da necessidade de se avaliar a produtividade das Universidades; que o Presidente da República havia se comprometido com os 15% de OCC e que o MEC estava fazendo esforço para que isto se concretizasse; que havia preocupações com os recursos para 1988; que para se ter uma conversa mais efetiva havia necessidade de se ter dinheiro; referiu-se ao programa nova universidade que usou recursos orçamentários da SESu e que com a sua extinção estes recursos haviam sumido da SESu; que no orçamento de 1988 não há recursos para a área estudantil; que o MEC está solicitando ao FNDE recursos para a área de bolsas de estudo, com parecer favorável da Secretaria Geral mas que há normas da SEPLAN para que sejam feitos convênios e que estão preparando as minutas dos convênios; que estão na fase de conversações; que o MEC deve a 3ª suplementação para as Universidades; que a verba de 1988 é insuficiente até para pagamento de diárias; que no começo de março responderá questões referentes aos estudantes e outros; que existem possibilidades de se obter recursos com as agências; que há necessidade da SESu voltar a desempenhar sua função; de que há necessidade de se avaliar como o dinheiro está sendo empregado e da avaliação das Universidades.

Após sua explanação o Secretário foi interpelado sobre:

1. As propostas apresentadas pelo Fórum no Encontro de Manaus, colocando-se as questões emergenciais e a política de promoção e apoio aos estudantes. Quanto às questões emergenciais (bolsas, produção de alimentos, recuperação de RUs e moradias) repetiu, essencialmente, o contido na sua fala. Quando foi insistentemente questionado sobre se o MEC havia aceito as diretrizes do Fórum para a política de promoção e apoio aos estudantes, tendo sido citados inclusive os pronunciamentos do Ministro a favor do ensino pago, disse que o MEC "acolheu" as propostas. Questionado sobre este ponto, disse que o MEC "acolheu", como acolheria outras propostas.

2. As constantes reivindicações dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários, fundamentadas em vários documentos enviados ao MEC.

As constantes mudanças no Ministério fazendo com que pessoas diferentes tratem das questões e a cada mudança as reivindicações são tratadas como se fossem questões novas não havendo compromisso institucional.

3. Que a "Lei Esther", à qual o Secretário havia se referido, era na realidade uma portaria, e que como portaria poderia ser revogada a qualquer momento. O Secretário disse que achava que era uma lei e que então haviam passado o "bizú" errado. Comprometeu-se a levar a questão ao Ministro da Educação.

4. Programa de recuperação dos Restaurantes e Moradias Estudantis. Foi colocado ao Secretário que segundo informação obtida do CEDATE o programa encontra-se parado.

5. Reafirmado que o MEC não tem política de apoio e promoção dos estudantes. O Secretário reconheceu dizendo que o MEC não tem política para o ensino, a pesquisa e a extensão.

6. Feita explanação sobre a falta de um órgão no MEC com infraestrutura mínima para tratar das questões estudantis, enfatizando que no âmbito das Universidades a estrutura era muito melhor que a do MEC.

O Secretário, nas respostas aos questionamentos, sempre insistiu na necessidade da definição dos recursos, tendo assumido por insistência do Fórum o compromisso de discutir com representantes do Fórum as prioridades para os programas de apoio e promoção dos estudantes, no início de março.

Após a audiência, o Prof. José Walter nos mostrou as linhas gerais da sua proposta para o programa bolsa de trabalho, dizendo ter solicitado CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados) para o mesmo e que as linhas gerais do programa seguiam a proposta do Encontro de Manaus.

Disse que se a remuneração mensal fosse de 01 valor de referência, e se a distribuição fosse equitativa, cada universidade receberia cerca de 09 bolsas mensais.

O Professor Derblay insistiu na necessidade de se avaliar os programas de produção de alimentos. Tendo assumido o compromisso de que a avaliação seja feita em conjunto com as Universidades contempladas pelo programa, insistiu-se na necessidade de se ter clareza sobre os objetivos do mesmo, conhecimento dos recursos destinados ao programa, prazos e ampla divulgação.

Chamamos a atenção dos colegas Pró-Reitores no sentido de que o Ministro da Educação tem feito vários pronunciamentos a favor do ensino pago. Que há uma campanha no sentido de denegrir a imagem da Universidade perante a opinião pública. Que a desorganização no Ministério é flagrante (em 36 meses tivemos 03 (três) Ministros e 05 (cinco) Secretários de Ensino Superior).

Reunião com o Secretário Geral do CRUB – Prof. Ademir Arcângelo Cirimbelli

Inicialmente fez-se um breve relato da criação do Fórum, do contato mantido com o Prof. Rodolfo Pinto da Luz – Presidente do CRUB, da audiência com o Secretário da SESu, da intenção do Fórum de trabalhar em estreita ligação com o CRUB.

O Secretário do CRUB colocou o CRUB à disposição dizendo que o CRUB estava aberto às reivindicações da Comunidade Universitária.

Pontos firmados no encontro:

1 – Que o Fórum faria solicitação de representação no CRUB;
2 – Que o CRUB faria convite para que a Coordenação do Fórum participasse da reunião do CRUB a ser realizada em Florianópolis nos dias 08 à 11 de março de 1988.

3 – Que o CRUB publicaria, em sua revista, os documentos oriundos dos encontros regionais e nacionais dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

4 – Que o CRUB colocava toda a sua infra-estrutura à disposição dos Pró-Reitores.

Logo a seguir os Pró-Reitores presentes realizaram uma reunião no próprio CRUB. Assuntos tratados:

1 – Análise do documento final do Encontro de Manaus, verificando-se a necessidade de se elaborar errata (em anexo).

2 – Próximo encontro nacional. Como o Encontro de Manaus estabeleceu que o próximo encontro seria no mês de abril, estabeleceu-se a data de 06 e 07 (quarta e quinta-feira). De acordo com orientação de Manaus, o Encontro será em Brasília.

Estamos solicitando as dependências do CRUB para o encontro. Os Pró-Reitores devem enviar aos coordenadores de região sugestão de pauta. A pauta deve ser fechada até o dia 20 de março.

3 – Discutiu-se a nomeação do Reitor da Universidade Federal da Bahia. Foi decidido o envio de telegrama ao Ministro (em anexo).

4 – Reunião do CRUB. A coordenação tentará incluir na pauta das reuniões setoriais (autarquias e fundações) discussão sobre a política de apoio e promoção dos estudantes. Caso seja possível, os representantes de região devem comparecer à reunião de Florianópolis.

5 – Quanto à publicação dos documentos dos nossos encontros, formou-se uma comissão constituída por: Josimar Lima Viana – Universidade Federal da Paraíba, Raul Meireles do Vale – Universidade Federal do Pará, e

Mário Portugal Pederneiras – Universidade Federal do Paraná, para organizarem o material a ser entregue no CRUB no mês de março.

Audiência com o Prof. Derblay Galvão – SESu

A audiência com o Prof. Derblay não trouxe grandes novidades. Ressaltamos a colocação do Prof. Derblay de que as recentes notícias veiculadas na imprensa sobre a Universidade não saíram da SESu. Do impacto sobre a Universidade dos recentes decretos.

Quando questionado sobre a ajuda do Ministério na implantação de creches, disse não haver possibilidade. Argumentou-se em cima do decreto de outubro/1986 e da portaria julho/87, que estabelece o direito à creche nas Instituições. Foi mostrado que o Governo cria as leis e não dá condições para cumpri-las. Que há propaganda nos meios de comunicação sobre a implantação de creches. Que é uma necessidade inadiável a implantação. O Prof. Derblay assumiu o compromisso de verificar a questão no âmbito do Ministério.

NOTA: Deixamos de relacionar nomes dos participantes da reunião no CRUB e na audiência com o Prof. Derblay, porque a lista de presença estava incompleta. Solicitamos aos participantes que enviem seus nomes para a coordenação do Fórum, a fim de incluímos no próximo informe.

Curitiba, 03 de fevereiro de 1988

Ilmo Sr.

Prof. RODOLFO PINTO DA LUZ

MD. Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

SEP - NORTE - QUADRA 516 - LOTE 09

CEP: 70.770 - BRASÍLIA/DF.

Senhor Presidente:

Como é do seu conhecimento, no III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das Instituições Federais de Ensino Superior, realizado nos dias 21 a 23 de outubro de 1987, em Manaus-AM, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES com os seguintes objetivos:

Articular das ações comuns das Pró-Reitorias das IFES da área, a nível regional e nacional;

Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento da atuação das Pró-Reitorias;

Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) visando a análise e encaminhamento das questões referentes a área de atuação das Pró-Reitorias;

Contato com os órgãos governamentais, atuando como interlocutor sobre as questões e as políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias.

Neste sentido solicitamos que o referido Fórum tenha representação no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Outrossim, entendemos que para maior aproximação do Fórum Nacional com o CRUB seria oportuno a indicação de um Reitor que pudesse acompanhar os nossos trabalhos.

Na certeza de que Vossa Senhoria acatará nossos pedidos, agradecemos e apresentamos nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Prof. Mário Portugal Pederneiras

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFPR

Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos
Estudantis e Comunitários.

Ilmo Sr.
Prof. JOSÉ CAMILO FILHO
MD. Secretário da Educação Superior
Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios
Brasília-DF.

Senhor Secretário:

Em função da audiência concedida pela Secretaria da Educação Superior (SESu) ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES, no dia 28 de janeiro próximo passado, dirijo-me a Vossa Senhoria a fim de expor e solicitar o que se segue:

Naquela oportunidade ficou acordado que o referido Fórum participaria da definição das prioridades a serem estabelecidas no início do mês de março pela SESu, para o programa de apoio e promoção dos estudantes do ensino superior. Ocasão em que se teria a definição dos recursos para o programa bolsa de trabalho.

Que a SESu faria avaliação do programa de produção de alimentos das Fazendas Experimentais das IFES, em conjunto com as Instituições contempladas pelo programa. A partir desta avaliação traçaria as diretrizes do mesmo, dando ampla divulgação do programa.

Considerando que o Prof. José Walter Pereira dos Santos, Assessor de Política Estudantil, SESu/MEC, apresentou a Vossa Senhoria proposta para programas visando a promoção e apoio aos estudantes, tendo como base o documento oriundo do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, conforme comunicado de Vossa Senhoria na referida audiência -, solicitamos que a SESu dê ciência da referida proposta ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Solicitamos, também, que os contatos da SESu com o referido Fórum sejam realizados através do Prof. Mário Portugal Pederneiras, Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Paraná, que responde pela coordenação do Fórum.

Na certeza do atendimento e no aguardo de convocação para a reunião que deverá traçar as prioridades para o programa de apoio e

promoção dos estudantes do ensino superior, agradeço e apresento protestos de consideração.

Atenciosamente,

Prof. Mário Portugal Pederneiras
Pela Coordenação do Fórum Nacional
de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários

PARECER

Os Pró-Reitores de Extensão ou ocupante de cargos similares de trinta e três (33) universidades públicas brasileiras reuniram-se em Brasília, nos dias 04 e 05.11.87, para discutir questões referentes a conceituação, institucionalização e financiamento da Extensão. Um documento contendo as conclusões aprovadas nas sessões plenárias desse "Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas" foi encaminhado ao CRUB para apreciação, cabendo-nos, no âmbito deste Conselho, a tarefa de relatá-lo.

Por oportuno devemos destacar, preliminarmente, alguns aspectos significativos relacionados à natureza e a importância do citado Encontro. É fato notório que a prática extensionista tem assumido ao longo do tempo, conotações bastante diversificadas nas universidades brasileiras. Práticas e procedimentos das mais diferentes espécies, às vezes totalmente desvinculadas da vida acadêmica, foram muitas vezes agregados sob o manto de um conceito indefinido de extensão. Essa falta de clareza conceitual acabou contribuindo para a depreciação do "status" da extensão na vida universitária e, em consequência, para a não utilização plena do potencial que a mesma representa para a renovação da universidade. Uma reavaliação do conceito de extensão, que permitisse traçar diretrizes gerais para seu desenvolvimento, fazia-se já, de há muito, necessária. Essa necessidade foi claramente percebida pelos Pró-Reitores de Extensão, a julgar pela representatividade que o Encontro obteve. Por outro lado, há que se destacar a produtividade do Encontro, que conseguiu relacionar medidas práticas concretas para que um conceito contemporâneo de extensão possa ser desenvolvido na prática. Mais ainda, ressalta-se a disposição dos Pró-Reitores em manter, de modo duradouro, a articulação iniciada no Encontro de Brasília, a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, coordenado por uma equipe representativa das cinco regiões brasileiras.

Essas considerações iniciais são feitas com o objetivo de ressaltar a relevância do Encontro, sua oportunidade, a necessidade de que este Conselho e cada Universidade, individualmente, tome na devida consideração as conclusões e proposições contidas no documento elaborado durante o Encontro.

Os Pró-Reitores apresentam um conceito de extensão que poderíamos classificar como contemporâneo. Transcrevemo-lo abaixo:

"A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social."

Este conceito deixa clara a natureza da extensão como um processo que não deve ser dissociado do ensino e da pesquisa e que não pode ser confundido como uma atividade isolada. Concordamos com esta formulação e acreditamos que, nesse contexto, a extensão é efetivamente um instrumento básico de recuperação da função social da universidade e de restauração de sua credibilidade.

No que tange a institucionalização e ao financiamento da extensão, dentro da perspectiva do conceito apresentado, o documento propõe várias medidas a serem implementadas em diferentes níveis. A maioria dessas proposições é inerente à estrutura e ao funcionamento de cada universidade, devendo, portanto, ser discutidas individualmente nas mesmas. Algumas das proposições, porém, são de caráter geral ou se referem à medida de amplitude regional e nacional, nas quais cabe uma participação efetiva a este Conselho.

Assim, por exemplo, os pró-reitores propõem "uma participação formal de reapresentação da área de extensão junto ao CRUB". Acreditamos que a contribuição que os pró-reitores se propõem a dar ao CRUB pode ser extremamente positiva no sentido do assessoramento a este Conselho nas questões referentes à extensão, pois que especializada no assunto. Como forma de viabilizar concretamente essa contribuição, propomos que o CRUB utilize o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão como órgão de assessoramento às questões relativas a extensão. Assuntos específicos dessa área que requerem análises ou necessitassem de subsídios prévios, poderiam ser remetidos ao Fórum para apreciação, a fim de facilitar as decisões deste Conselho. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão funcionaria, portanto, como uma câmara "ad hoc" ao CRUB. Sempre que necessário, um representante do Fórum poderia ser convidado a participar das reuniões deste Conselho e o CRUB, também sempre que convidado, deveria se dispor a designar um representante para participar das reuniões do Fórum.

Essa forma de relacionamento seria produtiva, do ponto de vista prático, além de propiciar a consolidação da organização, a nível nacional, na área da extensão. Por oportuno, deve-se destacar que tal procedimento poderia também ser seguido no caso de organizações semelhantes de pró-reitores de outras áreas acadêmicas.

Outras proposições emanadas do Encontro de Brasília, que também, por seu caráter, merecem ser apoiadas por ações concretas e imediatas do CRUB, são as seguintes.

"1. Na estrutura organizacional do MEC, deverá existir um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão.

2. Criação, MEC, de um fundo especial para financiamento de Programas/Projetos de Extensão.

3. Restabelecimento do sistema de bolsas de extensão do MEC nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica e de monitoria, além das bolsas próprias já existentes em algumas IESP ou bolsas oferecidas por outras agências".

Essas proposições refletem a constatação de que a própria estrutura organizacional do MEC precisa ser otimizada para atender as necessidades de fomento da extensão nas universidades brasileiras.

Propomos que o CRUB assuma a defesa dessas reivindicações em gestões junto ao MEC. Para subsidiar essas gestões e, também, como forma de inaugurar o relacionamento prático entre este Conselho e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, sugerimos que seja solicitado ao citado Fórum a elaboração de exposições de motivos detalhadas sobre cada uma das reivindicações, que possam subsidiar a ação do CRUB, visando suas aprovações junto ao MEC.

Este é o parecer.

Belém, 24 de fevereiro de 1988

Prof. Dr. José Seixas Lourenço
Reitor UFPA

TELEX/CRUB NR. 0098/BSB 15MAR88

Ilmo Sr.

Prof. MARIO PORTUGAL PEDERNEIRAS

DD. Coordenador do Forum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos
Estudantis e Comunitários

UFPR

Curitiba-PR

Tenho a grata satisfação de comunicar a V.Sa. que o plenário da 46ª reunião deste conselho de reitores, na sessão do dia 11 do corrente, em Florianópolis, acolheu solicitação desse fórum para que se faça representar no CRUB.

CDS SDS – Prof. Ademar Cirimbelli – Secretário Geral do CRUB

JORNAL DA CIDADE – 10/4/88 – CAMPO GRANDE-MS

O SUCATEAMENTO DA UNIVERSIDADE

Se verificarmos a história das instituições brasileiras, dificilmente iremos encontrar uma que tenha sofrido tantos ataques em tão pouco tempo e de maneira tão ostensiva, agressiva e injusta, como aqueles que as Universidades Públicas têm sofrido nos últimos meses, em relação às suas competências administrativas, didáticas e às suas finalidades. Corrobora ainda mais para a singularidade desses ataques, o fato de que eles partem, na sua maioria, de pessoas que têm as funções e as responsabilidades pela manutenção e desenvolvimento dessas competências.

Porque estes fatos estariam ocorrendo? Porque, de repente, parte da imprensa nacional se mobiliza com vistas a prejudicar a imagem das universidades públicas, com análises superficiais, utilizando para tal, elementos que são uma grande falácia? A quem interessa a imagem de incompetência das Universidades Públicas?

As respostas a estas perguntas devemos buscá-las através de análise da história recente deste País, com enfoque especial naquelas decisões políticas que selaram os destinos da Universidade Pública Brasileira.

No final da década de 60 e início da de 70, verificamos uma expansão desordenada das Instituições Federais de Ensino Superior, (IFES)

como resposta às pressões do movimento estudantil que clamava por maior número de vagas, bem como parte de uma estratégia política federal de desenvolvimento rápido em todos os setores, com que se pretendia justificar a instalação e a manutenção de um governo impopular. Assim, proliferaram-se as IFES por todo o País, sem que estas estivessem assentadas em uma programação de recursos financeiros, físicos e humanos, para o atendimento das necessidades que decorreriam com a criação destas instituições. Dessa maneira, construíram-se prédios muitas vezes suntuosos, sem o devido cuidado para com as instalações de salas de aula, para com o material didático, equipamento de laboratórios, etc...

Os professores que foram contratados, na sua maioria, eram aqueles que mais se destacavam profissionalmente na comunidade, sem uma preocupação maior com a formação didática e pedagógica. Além de não se ter uma política de aperfeiçoamento dos docentes, o que contribuiu para que as IFES apenas transmitissem os conhecimentos obtidos a partir da experiência profissional de cada professor e daqueles obtidos em livros; o que, sem dúvida contribuiu sobremaneira para a diminuição da qualidade do ensino, pela ausência de uma reflexão crítica, que é obtida através da pesquisa, que por sua vez, exige qualificação do docente para a sua realização.

Por outro lado, verifica-se que não se resolveu o problema de vagas no ensino superior, uma vez que, apenas um por cento da população tem acesso às universidades.

Somando-se a esse quadro, podemos verificar uma série de ações políticas do Governo Federal em relação ao Ensino Superior, que tem contribuído para o sucateamento das IFES.

A participação financeira do MEC, no orçamento de custeios e capital das IFES Federais, no ano de 1987, variou de 4,5 a 9,5 por cento, segundo dados levantados pela ANDES – Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior e apresentados na Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. A constatação desses dados nos permite avaliar que as IFES, para a sua sobrevivência, estão cada vez mais buscando recursos financeiros em fontes alternativas. E sabemos que essas "outras fontes", são aquelas decorrentes de vendas de serviços à comunidade, bem como cobrança de taxas e emolumentos dos seus serviços internos e, em algumas, a cobrança de mensalidades. O que, obviamente, não supre as suas necessidades financeiras.

Depreendemos dessa distorção, que as IFES estão cada vez menos públicas e cada vez mais com caráter de empresa privada.

A preferência que o MEC tem por programas de apoio às Universidades, que não contemplam o conjunto do Ensino Público Superior,

como foi o caso do famigerado Programa Nova Universidade, em detrimento de uma política global para o ensino, pesquisa e extensão, só se justifica pelo fato de que ao agir através de programas paralelos, aumenta-se o poder de manobra do MEC em relação às Universidades, tornando-se menos autônoma financeira e administrativamente e dando margem a política clientelística, fazendo com que os reitores enfrentem verdadeira maratona nos órgãos públicos, em busca de recursos. Sendo que muitas vezes o seu esforço pessoal não é suficiente, fazendo-se necessária a interferência de Deputados e Senadores, para que se consiga a liberação de verbas orçamentárias. Verificamos, mais uma vez, como o MEC diminui a autonomia administrativa das IFES e ainda a deixa vulnerável a ações partidárias, o que a torna mais um espaço aberto às nefastas manobras políticas.

Com as restrições impostas pelo Decreto-Lei 95.682, de 28.01.88, que impede contratações de docentes e técnicos administrativos, aumentaram-se as preocupações em relação à qualidade do trabalho desenvolvido pelas Universidades Públicas, à medida que várias disciplinas não poderão ser ministradas pela falta de docentes, comprometendo prejudicialmente o ensino, a pesquisa e a extensão, que são o tripé do curso superior.

Na UFMS, por exemplo, como decorrência da aplicação do Decreto, acima referido, cerca de 155 disciplinas não serão oferecidas neste semestre, o que acarretará a recusa de 4.500 pedidos de matrículas em disciplina.

O Exmo. Sr. Ministro da Educação, em recentes pronunciamentos, tem utilizado dados falaciosos, pelos quais as IFES sugaram 80 por cento do orçamento do MEC destinados ao Ensino no País. Este fato, lamentável sob todos os aspectos, veio estimular ainda mais alguns setores da sociedade com interesses em privilegiar o ensino privado, bem como contribuiu para que se formassem opiniões contrárias às Universidades Públicas.

No sentido de verificar a veracidade desses números, a ANDES realizou, durante dois meses deste ano, levantamento dos orçamentos do MEC, de 1985/86 e 87 e do percentual que foi destinado às IFES. Dessa maneira, constatou-se que os percentuais foram, respectivamente 52, 53 e 56 por cento.

Os quais, em valores absolutos, ficam muito distantes daqueles febrilmente anunciados.

Para corroborar esses dados obtidos pela ANDES, eis os dados do Banco Mundial em relação a 1987: do orçamento global destinado à educação pelos governos federal, estaduais e municipais, apenas 23 por cento foram alocados ao ensino superior e os 77 por cento restantes, ao ensino de 1º e 2º graus.

Muito mais que as palavras, os números aí expressos vêm mostrar que as universidades estão sendo rapidamente levadas a inadimplência, no sentido de torná-las cada vez mais dependentes da iniciativa privada.

A partir da análise desses fatos, constatamos que há uma diretriz política governamental, que resiste a vários ministros e presidentes da República que, portanto, fez parte de toda uma ideologia privatista da Educação Superior, que norteou as ações políticas para o ensino, tanto dos governos da "Velha República", como da "Nova República".

Se, portanto, deixamos de analisar como fatos isolados, as denúncias contra as universidades públicas, os recentes pronunciamentos do Ministro da Educação, toda campanha sistemática por parte da Imprensa Nacional, verificamos que eles representam, no seu conjunto, apenas uma cortina de fumaça para esconder o verdadeiro conteúdo de uma ideologia capitalista, que exige o ensino superior pago. Como somos uma grande massa falida, a mão-de-obra será barateada e os lucros serão maiores, uma vez que, sendo todo o ensino superior privatizado, menor número de brasileiros terá acesso aos cursos superiores.

Devemos, ainda, estar atentos nos próximos dias para outras agressões que poderão acontecer. Isto porque, em breve, a Constituinte estará discutindo sobre o ensino e, então, mais uma vez, o "lobby" das escolas particulares estará agindo desassombradamente e, o que é pior, com o apoio dos governantes.

Portanto, em nome da justiça, devemos inocentar a Universidade Pública de acusações, como incapacidade administrativa, falta de consciência crítica, responsável pelo déficit público, etc... porque devemos ter claro que cada uma dessas acusações foi pacientemente trabalhada ao longo dos anos, pelos governos burgueses, para aquelas não cumprirem o seu papel de formadoras de consciências críticas de mão-de-obra especializada, pois tais fatos colocariam em risco a hegemonia do poder das classes dominantes. E isto fica muito transparente, quando vemos toda essa campanha sistemática a favor da iniciativa privada no ensino superior e em detrimento do ensino público, gratuito, laico e competente.

ISAIAS PEREIRA DA COSTA
Professor do Deptº de Clínica Médica – UFMS
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

DA COORDENAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DAS IFES

AOS PRÓ-REITORES

INFORME:

1 - SOBRE A 46ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CRUB:

De acordo com o informe de 09 de fevereiro, enviamos correspondência ao CRUB solicitando que o Fórum tivesse representação junto ao CRUB.

Recebemos convite para participar da reunião, sem que no entanto tivéssemos certeza de que os assuntos referentes ao Fórum constassem da pauta da reunião. Dois dias antes do início da reunião, em contacto com o Prof. Ademir Arcângelo Cirimbelli, Secretário do CRUB, obtivemos a informação de que talvez o assunto entrasse na pauta. Dada a incerteza, não foram convocados todos os coordenadores de região.

O Fórum foi representado pelo Prof. Izaias Pereira da Costa (UFMS) e Mário Pederneiras (UFPR). O Prof. Izaias esteve presente já na segunda feira, quando se iniciou a reunião das setoriais. Durante a reunião das Federais foi discutida a inclusão na pauta das questões referentes ao Fórum, tendo sido aprovado e marcado para o dia seguinte.

Devido à delicada situação das IFES, várias questões foram discutidas sendo, que o assunto do Fórum só pode ser apresentado no final da reunião.

Fizemos um histórico das reuniões dos Pró-Reitores, dos vários encontros realizados, nas indefinições do MEC, resumo das resoluções do Fórum, encaminhamentos junto ao MEC, objetivos do Fórum e a necessidade de se trabalhar em estreita ligação com o CRUB. Reiteramos a solicitação de representação do Fórum junto ao CRUB e a necessidade de indicação de um Reitor para acompanhar os trabalhos do Fórum.

A criação e os trabalhos do fórum foram bem recebidos pelos Reitores, tendo sido destacada a necessidade de uma política de apoio e promoção dos estudantes, de acordo com a nossa proposta.

O Prof. Lourenço, Reitor da Universidade do Pará, referiu-se ao parecer que ele emitiu em relação ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão (em anexo). Na opinião do Prof. Lourenço, o Fórum deve funcionar como uma câmara "ad doc" do CRUB em assuntos da área.

A representação foi aprovada pela plenária do CRUB (telex em anexo).

2 - SOBRE OS NOSSOS ENCAMINHAMENTOS JUNTO AO MEC:

De acordo com compromisso assumido, o MEC deveria, no início de março, quando teria a definição dos recursos, discutir com o Fórum as prioridades do programa de apoio e promoção dos estudantes.

A informação do Prof. Derblay foi de que o Secretário ainda não havia definido as linhas de ação.

O Prof. Izaias conversou com o Prof. Camilo, Secretário da SESu, em Florianópolis, tendo o mesmo "reconhecido" que está em dívida com o Fórum. Disse que teria as definições dos recursos somente no final de março.

Vários contatos foram feitos com o MEC sem obtermos resposta concreta.

No dia de hoje mantivemos novo contato. Desta feita com o Prof. José Walter. O Prof. José Walter informou que o Prof. Camilo deveria ter definição em relação aos recursos no dia 30 de março. No entanto isto não ocorreu. Disse que o único programa que tem uma certa garantia é o de produção de alimentos.

3 - SOBRE A PUBLICAÇÃO DE ARTIGO DE NOSSOS ENCONTROS NA REVISTA DO CRUB:

O Prof. Raul (UFPA) comunicou que já fez a coletânea dos documentos, estando a assessoria de imprensa daquela Universidade encarregada de redigir a matéria que será apresentada no Encontro Nacional.

4 - IV ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS:

A. Pauta e demais informações enviadas por telex;

B. Face à difícil situação das IFES em relação aos RUs, moradia Estudantil e demais programas, solicitamos o preenchimento dos formulários em anexo. Pedimos que todas as IFES levem ao Encontro de Brasília os formulários devidamente preenchidos.

Prof. Mário Portugal Pederneiras
P/Coordenação do Fórum

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES)

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, criado no dia 27 de setembro de 1987, durante o II Encontro Nacional de Pró-Reitores da área, realizado em Belo Horizonte – MG e instalado durante o III Encontro Nacional de Pró-Reitores da área nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 1987, em Manaus – AM, tem como objetivo:

1. A articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IFES da área, a nível regional e nacional;
2. O estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento da atuação das Pró-Reitorias;
3. A articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias;
4. O contato com os órgãos governamentais, atuando como interlocutor sobre as questões e as políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias.

O Fórum é composto pelos Pró-Reitores da área de todas as IFES do País que deverão reunir-se, ordinariamente, uma vez por ano, com o objetivo de avaliar suas ações no âmbito de cada IFE e estabelecer as linhas gerais de ações comuns. Extraordinariamente sempre que a coordenação entender necessária ou o próprio Fórum.

O Fórum terá cinco coordenadorias regionais – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Cada coordenadoria regional terá um coordenador, eleito entre os Pró-Reitores das IFES da região, durante a reunião anual ordinária, com mandato de um ano.

Os coordenadores regionais indicarão um de seus pares para responder pela Coordenação Geral do Fórum.

IV ENCONTRO NACIONAL Brasília – 12 e 13 abril 1988

PAUTA:

Dia 12 – 09:00 horas – Abertura

"A política de apoio e promoção dos estudantes e programas de assistência aos servidores das IFES"

SESu/MEC, ANDES, UNE e FASUBRA.

"O problema da relação das administrações democráticas com estudantes e servidores"

Reitor CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTE BUARQUE –
Representante do CRUB.

14:00 horas

- Discussão e aprovação da pauta
- Informes Gerais
- Avaliação dos Encaminhamentos das propostas do Fórum junto ao MEC.
- Definição de ações para assegurar a participação do Fórum na elaboração das diretrizes de política de apoio e promoção dos estudantes das IFES.

Dia 13 – 09:00 horas

Situação dos R.U.s/Moradia Estudantil/Bolsa Trabalho/Creche.

Avaliação dos recursos alocados, em 1988, no âmbito de cada IFE, para as atividades na área de ação das Pró-Reitorias.

14:00 horas

Questões Gerais

Encaminhamentos

Eleição dos novos Coordenadores Regionais do Fórum.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. As informações solicitadas pela Coordenação do Fórum sobre R.U.s, Moradia Estudantil e programas assistenciais para estudantes e servidores deverão ser entregues na Secretaria do Encontro.

2. Transporte

Dia 12

08:00 horas – Saída Hotel Garvey

12:00 horas – Saída CRUB para almoço

14:00 horas – Retorno ao CRUB

18:00 horas – Saída para Hotel Garvey

Dia 13

08:00 horas – Saída Hotel Garvey

12:00 horas – Saída CRUB para almoço

14:00 horas – Retorno ao CRUB

18:00 horas – Saída para Hotel Garvey

3. Solicitamos aos participantes que marquem seus retornos para o dia 14 à tarde.

PROMOÇÃO:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**V FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE
ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS**

CURITIBA-PR
PERÍODO: 25 A 27/10/88

INTRODUÇÃO

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, criado em Belo Horizonte em setembro de 1987 e instalado em outubro do mesmo ano em Manaus, surgiu a partir da inquietação dos Pró-Reitores da área, face às dificuldades que enfrentavam em consequência de uma política de promoção e apoio ao estudante universitário, programas de apoio aos servidores e a necessidade de articulação entre as universidades.

As preocupações e inquietações nessa área já vinham sendo discutidas, analisadas e formuladas proposições através de encontros de Pró-Reitores por regiões, que culminaram com a realização de encontros nacionais até a instalação do Fórum em Manaus que tinha como objetivo a discussão e produção de um documento onde estivessem traçadas as linhas gerais de uma política de apoio e promoção dos estudantes a nível nacional, atendendo solicitação do representante da SESU-MEC durante a reunião de Belo Horizonte.

O Fórum definiu como objetivos iniciais de sua ação o seguinte:

- estabelecer política de promoção ao estudante;
- fortalecer as Pró-Reitorias;
- articular as ações comuns das IFES na área;
- ser o veículo de contato na área, com órgãos governamentais, via

CRUB;

- atuar em estreita ligação com o CRUB, ANDES, UNE e FASUBRA, no que diz respeito aos objetivos do Fórum.

Naquele momento, além da necessidade de estabelecimento da política, o Fórum avaliou os encaminhamentos anteriores, considerados emergenciais, feitos ao MEC, ou seja, restaurantes universitários e residências estudantis, sendo que o MEC estaria disposto a investir em:

- a) projetos que visassem a otimização dos serviços de RU (traduzido em projetos de produção agrícola);
- b) recuperação de alojamentos estudantis e restaurantes universitários (via CEDATE);
- c) projetos de bolsas em áreas consideradas prioritárias pela Comunidade Universitária.

Diante disso, a conclusão do Fórum foi que tudo não passava de promessa.

Produzido o documento contendo as linhas gerais da política e decidido que deveriam ser retomadas as discussões das questões emergenciais, foi solicitada audiência ao Prof. José Camilo Filho, Secretário da SESU.

Nessa audiência, o Secretário da SESU disse não poder se manifestar a respeito das soluções propostas pelo próprio MEC para as questões emergenciais, por não ter uma definição de recursos. Assumiu o compromisso de convocar o Fórum tão logo fossem definidos os recursos financeiros, com o objetivo de discutir a política de apoio e promoção aos estudantes e os programas propostos para as questões emergenciais.

Como o Fórum não foi convocado na data prevista, em abril, o Coordenador Geral do Fórum solicitou audiência ao Secretário da SESU. Após a confirmação, convocou os Coordenadores Regionais. A presença do Coordenador Geral e dos Coordenadores Regionais, em Brasília, resultou infrutífera face à ausência do Secretário.

Várias outras gestões foram realizadas junto à SESU, sem que, no entanto, tivesse uma definição dos encaminhamentos e mesmo da política do MEC quanto às questões pertinentes ao Fórum.

No âmbito do Conselho Nacional de Reitores, as ações se deram no sentido de inteirá-lo das questões específicas do Fórum, para propiciar-lhe subsídios necessários ao estabelecimento de uma política geral para as IFES.

O Fórum manteve, ainda, contato com as entidades representativas dos segmentos da Comunidade Universitária.

Considerando o relato acima, o Fórum de Pró-Reitores, apesar de seus esforços, avalia que, mesmo tendo desenvolvido ações permanentes, estas não surtiram os efeitos desejados.

Essa situação não é específica às áreas de atuação de competência das Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários. Constatam-se nas IFES sérios problemas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, como decorrência da política para o ensino superior e da crise econômica e social do país.

Os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES, dentro desse contexto, reuniram-se em Curitiba nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 1988, com a seguinte programação:

Dia 25/10/88.

8:30 horas - Abertura

- Prof. Eduardo Coelho (Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras)

- SESU, UNE, ANDES e FASUBRA.

10:00 horas - Debates sobre as exposições.

14:00 horas - Trabalho de Grupo.

Tema: "Avaliação dos programas afetos às Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários, face a atual situação financeira das IFES. Perspectivas de atuação em 1989".

17:00 horas - Plenária

Dia 28/10/88.

09:00 horas - Painei

“A Lei de Diretrizes e Bases e a Assistência Estudantil”. Expositores: Profa. Acácia Zeneida Kuenzer (Representante do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento).

Participação: SESU, UNE, ANDES.

10:00 horas - Debate.

14:30 horas - Trabalho de Grupo.

Tema: “Lei de Diretrizes e Bases”.

17:30 horas - Plenária.

Dia 27/10/88.

8:30 horas - Plenária Final.

Eleição dos novos Coordenadores Regionais e da Coordenação

Geral.

SESSÃO DE ABERTURA

Considerando a importância do Encontro, foi convidado para a sessão de abertura o Secretário da SESU/MEC, os Presidentes do CRUB, ANDES, UNES e FASUBRA. Fizeram-se presentes: Prof. Gilberto Aquino Benetti, Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, representando o CRUB; Prof. Carlos Peraro, representante da ANDES e o acadêmico Juliano Coberlini, Presidente da UNE. O secretário da SESU/MEC, através de telex, comunicou a impossibilidade do seu comparecimento. A sessão de abertura foi presidida pelo Prof. Riad Salamuni, Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Tópicos dos Pronunciamentos:

Prof. Riad Salamuni

- Enalteceu a importância do Encontro no sentido de buscar soluções para a crise do Ensino Superior e a coesão na ação dos vários segmentos envolvidos;

- Enfatizou a política desestabilizadora do Ensino Superior visando a sua privatização, citando como exemplo o estímulo à busca de recursos próprios para a manutenção e viabilização da Universidade;

- Conclamou os Pró-Reitores a traçarem política e estratégia de ação para garantir a assistência e promoção dos estudantes universitários, frente à nova realidade.

Prof. Gilberto Aquino Benetti.

- Afirmou não ser possível traçar uma posição do CRUB sobre a política de assistência e promoção aos estudantes universitários, mesmo porque não existe posição do Conselho sobre o assunto. O que existe são posições individuais dos Reitores;

- Há disparidade marcantes no tratamento da questão por parte das Universidades, o que traz problemas e críticas por parte do MEC. Este, por um lado, repassa às IFES a responsabilidade para resolver os problemas e as críticas quando as soluções são adotadas;

- O Governo Federal obriga as empresas a darem tratamento assistencial a seus funcionários e não cumpre com as obrigações em relação a servidores;

- Nos últimos anos, a Instituição mais desgastada perante a comunidade é a Universidade. Aponta como um dos fatores que levou ao desgaste a própria autocrítica que ela foi capaz de fazer e a forma pela qual foi veiculada junto à comunidade. Indaga se outros órgãos do governo foram capazes de se autocriticarem;

- Citou que, recentemente, o Secretário da SEPLAN após várias críticas às IFES confirmou a existência de um plano de fechamento e privatização das mesmas;

- Acredita que a assistência estudantil não pode ser tratada sob a óptica cooperativista e nem de maneira intransigente;

- Há necessidade de união e conscientização de todos os segmentos para os vários problemas da Universidade Brasileira.

Prof. Carlos Peraro.

- Salientou o agravamento da crise nas IFES, evidenciado através da minimização dos recursos de custeio e capital e o descompromisso do governo com o ensino público e gratuito. Como exemplo citou a recente destinação de recursos na ordem de 7,5 bilhões de cruzados novos destinados a todas as IFES e 8,5 bilhões alocados para nove instituições particulares de ensino superior;

- Denunciou a não nomeação pelo MEC de Reitores eleitos pela Comunidade Universitária;

- Responsabilizou a proibição da contratação como fator de estrangulamento das Universidades;

- Relatou as decisões do Conselho Nacional das Associações Docentes, realizado na Paraíba, e fez leitura da Carta de João Pessoa lançando a campanha "SOS Universidade".

Acadêmico Juliano Coberlini.

- Destacou a necessidade de um projeto articulado por todos os Setores da Universidade em defesa da educação no País;
- Ressaltou a união dos segmentos da Universidade para que esta alcance o credenciamento junto à comunidade;
- Acentuou que é responsabilidade do Estado a manutenção do ensino público e gratuito;
- Cobrou das administrações universitárias posições mais claras com respeito à política de privatização do ensino.

AValiação DOS PROGRAMAS REFERENTES A 1988

a) Restaurantes Universitários:

1) Verificou-se que, apesar da orientação do Encontro de Manaus de se adotar um subsídio entre 50 e 70% do custo gênero, a variação do percentual de subsídio é bastante grande entre as várias IFES. A variação no preço das refeições também é grande. Não há possibilidade de, no momento, se implementar uma política unificada de subsídio para as refeições, tendo em vista:

- as características sócio-econômicas e culturais das várias regiões e mesmo dentro da mesma região que condicionam inclusive cardápio diferenciado;
- o tratamento diferenciado do MEC em relação às IFES. Como exemplo, o programa de produção de alimentos pelas fazendas experimentais das IFES, que só foi financiado em algumas Instituições;
- a liberação de recursos do MEC de forma assistemática, o que faz com que as IFES não possam ter uma programação efetiva. As licitações para compra de alimentos ficam prejudicadas;
- diferenciação na capacidade de estocagem das IFES. A grande maioria apresenta deficiências de área física.

2) Ao se analisar o percentual gasto com os RUs em relação à verba destinada a OCC, pode-se considerá-lo alto. No entanto, há que se considerar que os gastos foram planejados prevendo-se no orçamento das IFES o percentual de 15% para custeio e capital, de acordo com o compromisso assumido pelo MEC. Este percentual está muito abaixo dos 15%. Com o não repasse regular de verbas por parte do MEC e com a reduzida capacidade de

estocagem da maioria das IFES, os gêneros são adquiridos mensalmente, sofrendo grande impacto das taxas de inflação.

3) Na maioria das IFES, os restaurantes encontram-se em situação crítica. Se não forem repassados recursos ocorrerá o fechamento a exemplo do que já ocorreu com as Universidades de Ouro Preto, Rural de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

4) Com relação a equipamentos e instalações, a grande maioria encontra-se em situação precária. Há necessidade urgente de recuperação e compra de equipamentos.

b) Bolsas

Até o momento, apesar da insistência do Fórum, o MEC não cumpriu com a promessa de implementação do programa de bolsas a nível nacional. O programa deveria ter objetivos claros, mesma remuneração nas várias IFES e atender as necessidades do corpo discente. A não implementação do programa faz com que se acentuem as desigualdades em relação a bolsas nas IFES. Em muitas delas tem ocorrido sua desativação, por falta de recursos, em outras, o desvirtuamento pela baixa remuneração.

c) Assistência ao servidor

Verifica-se que, na maioria da IFES, não está havendo condições de implementação nem dos programas previstos em lei, como creche e vale-transporte. Nas IFES que mantêm creches a demanda é muito maior do que se pode atender. No que tange à assistência médica, odontológica e jurídica, a situação é semelhante.

CONCLUSÃO

1) Constatou-se que há possibilidade de colapso de todos os programas de assistência ao servidor e ao educando, caso não haja repasse específico de recursos para tais programas. Ressalta-se que eles estariam plenamente assegurados, caso o Governo Federal cumprisse acordo do percentual de 15% para custeio e capital.

2) A insuficiência e suspensão dos programas de assistência, consequência da política de cunho claramente privatista, tem levado à evasão escolar nas IFES, penalizando justamente aqueles que dependem desse apoio para sua manutenção. Determina um clima de insatisfação e insegurança que tem gerado sérios conflitos, ocasionando a instabilidade da Instituição.

3) O cumprimento do preceito constitucional de acesso e permanência do estudante nas Escolas Públicas, como forma de garantia do ensino

público e gratuito somente se efetivará com a formulação e implementação de políticas de promoção e apoio ao educando, complementada com as condições plenas aos servidores do exercício de suas funções.

PERSPETIVAS DE ATUAÇÃO EM 1989

Ao analisarmos as perspectivas de viabilização dos programas das IFES, na área afeta às Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários, para 1989, verificamos que a mesma não pode ser analisada somente no âmbito do orçamento específico de cada Instituição.

O orçamento para as IFES proposto ao Congresso Nacional não compromete somente os referidos programas mas todo o funcionamento das Universidades, uma vez que o percentual destinado a outros custeios e capital é significativamente inferior ao ano de 1988.

Ao contrário do que vinha ocorrendo nos anos anteriores, tendo em vista as particularidades conjunturais geradas pelo Processo Constituinte e pelas alterações na sistemática de elaboração do Orçamento Geral da União, as Universidades não foram chamadas pelo MEC, tampouco pela SEPLAN/PR, para apresentação e discussão de suas pré-propostas.

Desta forma, a dotação global com sua distribuição pelos diversos programas é resultado exclusivo de estimativas feitas pela SEPLAN/PR, com o objetivo de reduzir o déficit público ao nível de 2%, sem levar em consideração as reais necessidades das Universidades.

No que se refere ao orçamento das IFES, verifica-se que o percentual de verbas para custeio e capital é de 3,52%. É importante frisar que o aviso Ministerial, emitido em 1987 e referendado pelo Presidente da República, fixava este índice em 15% para 1988 e 27% para 1989.

Com relação aos recursos próprios, houve a previsão que as IFES arrecadem cerca de três vezes mais do que no presente ano, o que, neste contexto, denota a política de privatização aí embutida.

O CRUB, assessorado pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento, discutindo com entidades representativas dos vários segmentos da Comunidade Universitária e, com efetiva articulação com diversos parlamentares, trabalhou no sentido de que fossem apresentadas emendas à comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, a fim de corrigir tais distorções:

a) Emendas à despesa do Orçamento da União:

- propõe que as Universidades disponham de 15% do orçamento global para despesas de custeio e capital;

- reintroduz no orçamento o projeto integrado de desenvolvimento da educação superior que tem como objetivo apoiar as IFES;
- reintroduz o projeto de apoio às Entidades de Ensino Superior Estaduais e Municipais no orçamento da SESU.

b) Emendas de texto à lei de orçamento:

- propõe a vigência imediata do artigo 207 da Constituição que atribui autonomia, permitindo às IFES reprogramar seus saldos orçamentários de 1988 e o orçamento referente a outras despesas correntes de custeio e capital para 1988;

- propõe que o poder público assegure recursos necessários ao cumprimento dos dispositivos constitucionais com respeito às IFES.

A Comissão mista de orçamento verificou que a Emenda Calmon não está sendo cumprida, uma vez que está sendo aplicado 10,4% da arrecadação de impostos. Este fato justificaria aumento no orçamento global do MEC, o que poderia significar o atendimento dos 15%. No entanto, existem outras metodologias de cálculo como a desenvolvida pela própria Secretaria de Orçamento e Finanças da Presidência da República (SOFPR) que mostram que o orçamento de 1989 prevê a aplicação de mais de 30% dos recursos provenientes do excesso de arrecadação de impostos.

Considera-se que esta metodologia está perpassada por um viés de análise que expressa a posição da SOFPR relativa à necessidade das IFES se auto-sustentarem.

Significa, portanto, a viabilização de privatização do Ensino Superior Público Brasileiro, conforme foi emitido publicamente por representante do MEC junto à Comissão mista de orçamento, realizada no dia 20 do corrente.

O Fórum entende, assim como os demais setores das administrações superiores das IFES, que ao persistir a situação vigente, o ano de 1989 será de grande conturbação e inviabilizarão funcionamento da Universidade.

A fim de reverter esta situação, recomenda as seguintes ações:

- 1) Esclarecimento junto à comunidade universitária e a sociedade.
- 2) Contatos com parlamentares.
- 3) Maior articulação com Fóruns de Pró-Reitores, ANDES, UNE e FASUBRA.
- 4) Fortalecimento das ações do CRUB.

LEI DE DIRETRIZES E BASES- LDB

A regulamentação do Capítulo de Educação da atual Constituição dar-se-á na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB. A importân-

cia da participação ativa no processo de discussão da LDB é evidente e os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários se farão presentes em todos os seus momentos. Contudo, desde já, estão colocadas duas propostas concretas para avaliação de todos os fóruns de discussão, pertinentes à especificidade das ações nas áreas comunitária e estudantil:

1) Tendo em vista que a Constituição não estabelece a competência relativa à manutenção do ensino superior do país e, considerando os encargos já estabelecidos na Constituição para Estados e Municípios no que concerne ao ensino pré-escolar e ensino fundamental, o Fórum propõe que seja estabelecida na LDB a responsabilidade da União na garantia do ensino superior, assegurando condições plenas para o seu funcionamento, nos termos do Art. 216 da Constituição:

1) Tendo em vista que a Constituição não estabelece a competência relativa à manutenção do ensino superior do país e, considerando os encargos já estabelecidos na Constituição para Estados e Municípios no que concerne ao ensino pré-escolar e ensino fundamental, o Fórum propõe que seja estabelecida na LDB a responsabilidade da União na garantia do ensino superior, assegurando condições plenas para o seu funcionamento, nos termos do Art. 216 da Constituição.

2) Reafirmando o princípio de que o Ensino Público e Gratuito compreende também os programas de assistência e apoio ao educando e aos servidores e, considerando ser o Ensino Público um dos elementos de promoção social, ao lado da saúde, emprego e salário digno, transporte, dentre outros, o Fórum propõe que sejam assegurados recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, estabelecidos na LDB, destinados ao custeio dos projetos de assistência e apoio à comunidade universitária.

COORDENADORES REGIONAIS

Período: Agosto/1987 a Outubro/1987 (Comissão Provisória)

Período: Outubro 1987 a Outubro/1988

- REGIÃO NORTE

Raul Meireles do Vale

Assessor de Assuntos Comunitários

Universidade Federal do Pará

Campus Universitário do Guamá - Prédio da Reitoria - 2º andar

Pró-Reitoria de Assuntos de Extensão e Natureza Estudantil

DDD (091) 229-2088 - Ramal 261

- REGIÃO NORDESTE

Maria Augusta Silva Cruz

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Universidade Federal de Sergipe

Cidade Universitária - Jardim Rosa Elze - São Cristóvão

CEP: 49.100 - DDD (079) 224.1331 - Ramal 260

- REGIÃO CENTRO-OESTE

Izaías Pereira Costa

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Cidade Universitária - Campo Grande-MS

DDD (067) 388-3311 - Ramal 140

- REGIÃO SUDESTE

Maria José Feres Ribeiro

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários

Universidade Federal de Juiz de Fora

Av. Rio Branco, nº 3.372- Juiz de Fora-MG

DDD (032) 211-9369 e 212-5807

- REGIÃO SUL

Mário Portugal Pederneiras (Coordenador Nacional)

Universidade Federal do Paraná

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários

Trav. Alfredo Bufrem, nº 140 - Centro

Curitiba-PR - CEP 80.020

DDD (042) 264-2522 - Ramal 161

Período: Outubro/1988 a Outubro/1989

- REGIÃO NORTE

Manoel Jesus Pinheiro Coelho (Coordenador Regional)

Universidade do Amazonas

Sub-Reitor para Assuntos Comunitários

Av. Getúlio Vargas, nº 381 - Centro

CEP 69.013 - DDD (092) 233-3600 - Ramal 213

- REGIÃO NORDESTE

Ranke dos Santos Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Pró-Reitor Estudantil
Rua Grafite nº 24 - Pontilandir
Campus Universitário - Reitoria
Natal-RN - CEP 59.000
DDD (084) 231-1266 - Ramal 361 e 362

- REGIÃO CENTRO-OESTE

Júlio César Prates
Universidade Federal de Goiás
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Av. Universitária, nº 1.533 - Caixa Postal 131
Goiânia-GO - CEP:74.000
DDD (062) 261-6111

- REGIÃO SUDESTE

Antônio Claudino de Jesus
Sub-Reitor Comunitário
Universidade Federal do Espírito Santo
Campus de Goiabeiras
Vitória-ES - CEP 29.000
DDD (027) 227-7026 e 227-4733 - Ramal 274 e 275

- REGIÃO SUL

Antoninho Pegoraro Steganello
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de Santa Maria
Campus Universitário
Santa Maria-RS CEP: 97.100
DDD (055) 221-5817 e 226-1616 - Ramal 2394

ENTIDADES REPRESENTADAS

01) Universidade Federal de Alagoas
José Peixoto dos Santos
Pró-Reitor Estudantil
Cidade Universitária - BR-101, km. 14
Maceió-AL - CEP: 57.000
DDD (082) 241-6141

02) Fundação Universidade do Amazonas
Manoel Jesus Pinheiro Coelho
Sub-Reitor para Assuntos Comunitários
Av. Getúlio Vargas, nº 381, 10ª andar - Centro
Manaus-AM - CEP 69.000
DDD (092) 236-3452 e 233-3600 - Ramal 213

03) Universidade Federal do Espírito Santo
Antonio Claudino de Jesus
Sub-Reitor Comunitário
Sub-Reitoria Comunitária - Campus de Goiabeiras
Vitória-ES - CEP: 29.000
DDD (027) 227-7026 e 227-4733 - Ramal 274 e 275

04) Universidade Federal de Goiás
Júlio César Prates
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Av. Universitária, nº 1.533 - Caixa Postal 131
Goiânia-GO - CEP: 74.000
DDD (062) 261-6111

05) Universidade Estadual de Maringá
Lucilia Amaral Fontanari
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Av. Colombo, nº 3.690 - Campus Universitário
Maringá-PR - CEP: 87.020
DDD (0442) 22-4242

06) Fundação Universidade Federal e Mato Grosso do Sul
Izaías Percira Costa
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Rua da Nogueira, nº 281 - Flamboyant
Campo Grande-MS - CEP: 79.100
DDD (067) 387-3311

07) Universidade Federal de Minas Gerais
Carlo Américo Fattini
Vice-Reitor
Av. Antonio Carlos, nº 6.627 - Pampulha
Belo Horizonte-MG - CEP: 30.000
DDD (031) 441-1790

08) Universidade Federal da Paraíba
Iveraldo Lucena da Costa
Pró-Reitor
Cidade Universitária
João Pessoa-PB - CEP: 58.000
DDD (0832) 224-7200

09) Universidade Federal do Paraná
Mário Portugal Pederneiras
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
Trav. Alfredo Bufrem, nº 140 - Centro
Curitiba-PR - CEP: 80.000
DDD (041) 264-2522 - Ramal 163

10) Universidade Federal de Pelotas
Ana Lúcia Gastaud Lobo da Rocha
Diretora do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária
Pró-Reitoria de Gradação e Assistência
Campus Universitário - Lagoa Nova
Pelotas-RS - CEP: 96.165
DDD (0532) 21-22033

11) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Sidinei Ramos
Decano de Assuntos Estudantis
Estrada Rio/São Paulo, km. 47 - Campus Universitário
Itaguaí-RS - CEP: 23.851
DDD (021) 782-1210 - Ramal 299

12) Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Fernando Irajá Félix de Carvalho
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Av. Paulo Gama, nº 110 - 7º andar
Porto Alegre-RS - CEP: 90.049
DDD (0512) 21-8886

13) Universidade Federal de Santa Catarina
Gilberto Vieira Angelo
Pró-Reitor
Campus Universitário - Trindade

Florianópolis-SC - CEP: 88.049
DDD (0482) 33-9625

14) Universidade Federal de Santa Maria
Antoninho Pegoraro Steganello
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Campus Universitário
Santa Maria-RS - CEP: 98.100
DDD (055) 221-5817 (residência) e 226-1616 - Ramal 2394

15) Universidade Federal de São Carlos
Tânia Chiari Gomes Lazarini
Assessora de Assuntos de Alunos
Rodovia Washington Luiz - km 235 - Caixa Posta 676
São Carlos-SP - CEP: 13.560
DDD (0162) 71-1100

16) Fundação Universidade Federal de Sergipe
Maria Augusta Silva Cruz
Pró-Reitora
Cidade Universitária - Jardim Rosa Elze
São Cristovão-SE - CEP: 49.100
DDD (079) 224-1331 - Ramal 260

17) Fundação Universidade Federal Uberlândia
Marco Túlio Martins da Silva
Diretor Estudantil
Av. João Pinheiro, nº 565 - Centro
Uberlândia-MG - CEP: 38.400
DDD (034) 236-3704 (direto)

18) Fundação Universidade Federal de Viçosa
José Tarcisio Lima Thiebaut
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
Campus Universitário
Viçosa-MG - CEP: 36.570
DDD (031) 899-2180

A VITÓRIA ESTÁ PRÓXIMA

Nos últimos dias nosso movimento tem dado sinais de fortalecimento e aponta possibilidades concretas de vitória. Nossos representantes, que foram a Brasília negociar com o MEC, conseguiram deste a indicação de uma Comissão Técnica Administrativa para compor o CONSELHO DIRETOR da UNIR. Essa Comissão, que aguarda somente a assinatura do Presidente Sarney para se instalar, será responsável pela organização dos Conselhos Superiores da UNIR (CUNSUN E CONSEPE), os quais promoverão eleição para Reitor.

O interventor, sentindo que não tem apoio social e que, nem mesmo o MEC sustenta o golpe dado na UNIR, demonstra claramente o seu recuo. Exemplo disso é a declaração feita por ele à Imprensa local, publicada no Jornal ALTO MADEIRA do dia 09. ABR, 88, afirmando que não haverá reposição de aulas "se estivermos no cargo".

Constatando, pelas inúmeras demonstrações da Comunidade Universitária, que o seu lugar não é na Reitoria da UNIR, o interventor até já transferiu o seu gabinete para a SEPLAN.

Neste momento urge que todos os que participam do Movimento se mobilizem ainda mais para mostrar sua força.

Antevendo a vitória final, o Comando de Greve elaborou a sua proposta de negociação com o CONSELHO DIRETOR, a ser nomeado pelo Presidente Sarney, a seguir transcrita:

NEGOCIAÇÕES DA COMUNIDADE COM O CONSELHO DIRETOR

I – CONDIÇÕES PARA ABRIR NEGOCIAÇÃO

- 1 – Retirada da Polícia Militar;
- 2 – Exoneração das pessoas nomeadas para função de confiança, que não pertencem à Comunidade Universitária;
- 3 – Garantias individuais a todos os membros da Comunidade Universitária em todos os níveis e, especialmente:
 - Suspensão imediata do Inquérito Policial;
 - Não corte dos Pontos para Professores e Funcionários;
 - Reposição das aulas-calendário a ser aprovado por professores e alunos;
 - Reintegração da menor Sandra (Auxiliar das Coordenações de Matemática e Geografia);

- 4 – Negociação em greve;
- 5 – O documento resultado das negociações deve:
 - Ser assinado pelo Comando de Greve e pelo Conselho Diretor;
 - Ser enviado ao Secretário da SESu e ao Ministro da Educação;
 - Ser publicado em 02 (dois) jornais local, de grande circulação;
- 6 – Qualquer alteração no acordo firmado só terá validade com a concordância dos três segmentos da Comunidade Universitária da UNIR;

II – PAUTA DE NEGOCIAÇÃO

- 1 – Convocação imediata de Eleições para os representantes dos Conselhos: UNIVERSITÁRIO e de ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO;
- 2 – Instalação imediata dos referidos Conselhos (Prazo de 08 (oito) dias após a suspensão da Greve);
- 3 – Aprovação das Normas para consulta à Comunidade para escolha do Reitor (Prazo de 15 (quinze) dias após a suspensão da Greve);
- 4 – Data para a consulta à Comunidade para a escolha do Reitor (Máximo de 30 (trinta) dias após a suspensão da Greve);
- 5 – Data para a escolha da Lista Séxtupla pelo Colégio Eleitoral (Máximo de 35 (trinta e cinco) dias após a suspensão da Greve);
- 6 – Data para encaminhar a Lista Séxtupla ao MEC (Máximo de 40 (quarenta) dias após a suspensão da Greve);
- 7 – Data para Eleição dos novos Chefes de Departamento e Coordenadores e Colegiado de Curso (Máximo 30 (trinta) dias após a escolha do Reitor);
- 8 – Eleição dos 02 (dois) Diretores de Núcleos, na mesma data das eleições dos representantes para os Conselhos Superiores;
- 9 – Ocupação das Funções de Confiança somente por Professores e Funcionários da carreira;
- 10 – Professores que não pertencem à carreira só poderão Ministrar aulas, se aprovados pelos respectivos Departamentos;
- 11 – Manutenção do atual Vice-Reitor, ou, em caso de vacância, permanecer o cargo vago até a nomeação do Reitor Eleito; e
- 12 – Aprovação da alteração do Calendário Acadêmico visando reposição de aulas.

COMANDO DE GREVE

PROMOÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**VI FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E
COMUNITÁRIOS**

VITÓRIA-ES
PERÍODO: 22 A 25/08/89

DOCUMENTO FINAL DO VI FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES vem, através deste, reconhecer a iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, no sentido de estreitar as relações com os diversos Fóruns de Pró-Reitores, ao solicitar contribuições para a formulação de uma proposta a ser apresentada aos candidatos à Presidência da República.

Acreditamos que esse fato vem de encontro com o aprovado na reunião Plenária do CRUB que estabeleceu que os Fóruns deveriam funcionar como câmaras de apoio ao Conselho.

Já manifestamos, em oportunidades anteriores, nossa disposição de colaborar com esse Conselho em questões específicas da nossa área de atuação. Por outro lado, esperamos poder estreitar cada vez mais essa relação, no sentido do encaminhamento conjunto de questões cruciais que afetam nossa área de atuação.

Com relação à solicitação de subsídios, na área de atuação dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, para a formulação de uma proposta a ser apresentada aos candidatos à Presidência da República, temos a expor o que se segue:

Os problemas por que passam os programas afetos à área de assistência à Comunidade Universitária nas IFES, além de alguns de entendimento interno, não podem ser analisados isoladamente. Eles estão inseridos dentro da problemática geral da Universidade, que, por sua vez, está relacionada com o sistema econômico, político e social do País.

As políticas públicas desenvolvidas no Brasil nas últimas décadas, notadamente a política econômica que prioriza programas que não se coadunam com as necessidades efetivas do povo brasileiro, além de produzir uma sangria nos cofres públicos em função do pagamento da dívida externa, vêm deteriorando sensivelmente setores da vida nacional resultando em grave queda nos índices de qualidade de vida da grande maioria da população brasileira. A essas políticas aliam-se, sob um comportamento sub-reptício do Governo Brasileiro, graves opções por soluções de caráter privatista em áreas que, constitucionalmente inclusive, são deveres e obrigações do Estado, como Educação e Saúde, dentre outras. A resultante é o intensivo sucateamento do sistema educacional através da permanente ausência de recursos para o setor. Nesse contexto as Universidades que, pelo seu próprio caráter, necessitam de

aportes substanciais de recursos para poderem cumprir com suas funções primordiais, vêm sofrendo insistentes ataques por parte de órgãos governamentais, especialmente as Universidades Públicas Federais, bem como a inexistência de programas que visem a solução dos problemas já detectados e/ou a prevenção de situações já conhecidas e a concessão de regalias, com maior participação no orçamento do MEC das escolas superiores privadas, demonstrando claramente a intenção e prática de uma política de estabelecimento do ensino privado no país, flagrante inconstitucionalidade.

É nosso entendimento que as verbas públicas devam ser destinadas exclusivamente às instituições públicas de ensino.

Constitucionalmente, o ensino público e gratuito é um direito de todos e um dever do Estado.

Devemos, porém, especificar tal colocação e chegar a uma conceituação mais clara de como deve ser entendida a questão do direito e da gratuidade, haja visto que deve ser consensual a questão do ensino público.

O Direito constitui um dado essencial para a democratização da Universidade, através da garantia do acesso e da permanência do educando na escola. A democratização do acesso implica na expansão da rede pública, bem como na abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência, ou seja, para que o educando possa se desenvolver na sua plenitude acadêmica, além da excelência da qualidade do ensino ministrado, é necessária uma política efetiva de apoio ao estudante através da gratuidade da alimentação, moradia, serviços de saúde, lazer, esportes e facilidade de acesso a material técnico-científico. Fica claro que esta política se contrapõe àquela defendida por grupos privatistas de que “quem pode deve pagar a Universidade para subsidiar os carentes”. Este é o mesmo discurso governamental, que não se justifica na medida em que a Universidade não é o local onde se deva fazer a distribuição de renda. Além disso, a impossibilidade alegada pelo governo no repasse de verbas necessárias para contemplar tal conceituação não se justifica na sua totalidade, tendo em vista que esse mesmo governo repassa às universidades particulares substanciais recursos. As propostas até hoje surgidas como alternativas para o encaminhamento de soluções para as questões assistenciais têm tido sempre um sentido paliativo sem uma perspectiva que contemple o entendimento aqui colocado de ensino público e gratuito. Uma grande evidência do descaso da área governamental para com as questões assistenciais diz respeito à inexistência de órgão específico na estrutura do Ministério da Educação.

Por outro lado, no momento em que a discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta-se como uma das questões

substanciais, apresentamos nosso posicionamento em relação a três pontos que dizem respeito direto às nossas áreas de atuação.

1) Tendo em vista que a Constituição não estabelece a competência relativa à manutenção do ensino superior no país e, considerando os encargos já estabelecidos na Constituição para Estados e Municípios no que concerne ao ensino pré-escolar e ensino fundamental, o Fórum propõe que seja estabelecido, na LDB, a responsabilidade da União na garantia do ensino superior assegurando condições plenas para o seu funcionamento, nos termos do Art. 216 da Constituição.

2) Reafirmando o princípio de que o Ensino Público e Gratuito compreende também os programas de assistência e apoio ao educando e aos servidores e, considerando ser o Ensino Público um dos elementos de promoção social, ao lado da saúde, emprego e salário digno, transporte, dentre outros, o Fórum propõe que sejam assegurados recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, estabelecidos na LDB, destinados ao custeio dos projetos de assistência e apoio à Comunidade Universitária.

3) Reafirmando o Art. 207 da Constituição Federal, o Fórum propõe que sejam assegurados claramente, na LDB, os princípios da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

CONCLUSÕES

1) Há a necessidade premente do Governo Federal, em conjunto com as Universidades Públicas Federais, estabelecer uma política voltada para o Ensino Superior que atenda os princípios básicos da excelência da qualidade.

2) Garantir que os recursos públicos para a educação superior sejam direcionados exclusivamente às Universidades Públicas.

3) Entender Ensino Público e Gratuito na sua concepção maior e, como decorrência, oferecer aos alunos e servidores, através de programas assistenciais, as melhores condições para o pleno desempenho de suas atividades.

Vitória, 25 de agosto de 1989.

RECOMENDAÇÕES APROVADAS

1) Que sejam encaminhado ao MEC somente projetos de produção que estejam ligados ao ensino, pesquisa e extensão.

2) Que seja destinada uma verba para OCC igual a 27,8% do orçamento global das IFES.

3) Que se empenhe junto ao MEC para o estabelecimento de uma rubrica específica para os Restaurantes Universitários.

4) Que a eleição do Coordenador Geral seja entre os Coordenadores Regionais, em votação pela plenária do Fórum Nacional. Os Coordenadores Regionais são escolhidos pelos membros de cada região.

5) A próxima eleição para Coordenador Geral será realizada em Goiânia, no mês de novembro de 1989.

6) O mandato do Coordenador Geral eleito neste VI Fórum será até outubro de 1989 - o Coordenador Geral eleito é o Professor Antoninho Stefanello Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria-RS.

7) Foi apresentado o Coordenador da Região Norte, Professor Narciso Júlio Freire Lobo, Pró-Reitor para Assuntos Comunitários.

8) Que o Documento Final deste VI Fórum Nacional seja enviado ao CRUB, ANDES, UNE, FASUBRA e a Associação Nacional de Reitores das Universidades Federais.

Vitória, agosto de 1989.

RELAÇÃO DE PRESENCAS NO VI FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DAS IFES

01) Antônio João de Almeida
Pró-Reitor de Extensão e Serviços Comunitários
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Cidade Universitária, Caixa Postal 649
Campos Grandes-MS CEP:79.100

02) José Lúcio de Cruz Filho
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade do Rio de Janeiro
Av. Pasteur, nº 296 - Urca
Rio de Janeiro-RJ

03) Marco Aurélio dos Santos Barbosa
Decano de Assuntos Estudantis
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Antiga Rodovia Rio/São Paulo, Km. 47

04) Fernando Irajá Félix de Carvalho
Pró-Reitor da Comunidade Universitária (PRUNI)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Paulo Gama, s/nº - Reitoria, 7ª andar
Porto Alegre-RS CEP: 90.000

05) Narciso Júlio Freire Lobo
Pró-Reitor para Assuntos Comunitários
Universidade do Amazonas
Av. Getúlio Vargas, nº 381, 10º andar
Manaus-AM CEP: 69.000

06) Tânia Chiari Gomes Lazarini
Chefe da Divisão de Assuntos de Alunos
Universidade Federal de São Carlos
Rua Dr. Washington Luiz, Km. 235
São Carlos-SP CEP: 13.560

07) Ana Lúcia Gastaud Lobo da Rocha
Diretora do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária - Pró-
Reitoria de Graduação e Assistência
Universidade Federal de Pelotas
Campus Universitário Capão do Leão
Pelotas-RS

08) José Peixoto dos Santos
Pró-Reitor Estudantil
Universidade Federal de Alagoas
Pró-Reitoria Estudantil - Cidade Universitária
Maceió-AL

09) Rosemiro S. Canto Filho
Assessor de Assuntos Comunitários da Reitoria
Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Pará

Campus Universitário do Guamá, Prédio da Reitoria, 2º andar Belém-PA
CEP: 66.000

10) Carlos Américo Fattini
Vice-Reitor
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, nº 6.627 - Campus da Pampulha
Belo Horizonte-MG

11) Normando Melquíades de Araújo
Diretor do Departamento de Assistência ao Estudante
Universidade Federal da Paraíba
Campus Universitário I
João Pessoa-PB CEP: 58.000

12) Ranke dos Santos Silva
Pró-Reitor Estudantil
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Campus Universitário - Reitoria
Natal-RN

13) João Correia Lima Sobrinho
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal do Acre
Campus Universitário - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
Rio Branco-AC CEP: 69.900

14) Antoninho Pegoraro Stefanello
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de Santa Maria
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Santa Maria-RS - CEP: 97.100

15) Thania Monteiro de Arruda
Coordenadora de Assistência ao Estudante
Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Correa s/nº
Cuiabá-MT CEP: 78.000

16) Alonso Augusto Moreira Filho
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários

Universidade Federal de Juiz de Fora
Av. Rio Branco, nº 3.372
Juiz de Fora-MG

17) Júlio César Prates
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal de Goiás
Av. Universitária, nº 1533 - Setor Universitário
Goiânia-GO

18) Gustavo Hitzschky F. Vieira
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade
Fortaleza-CE CEP: 60.000

19) Maria de Jesus Jorge Torres
Administradora do RU
Universidade Federal do Maranhão
Restaurante Universitário - Campus do Bacanga
São Luiz-MA

20) Mário Portugal Pederneiras
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal do Paraná
Travessa Alfredo Bufrem, nº 140
Curitiba-PR

21) Rogério Moreira Arcieri
Diretor de Extensão
Universidade Federal de Uberlândia
Pró-Reitoria Estudantil e de Extensão
Av. João Pinheiro, nº 556 - Caixa Postal 593
Uberlândia-MG CEP: 38.400

22) José Tarcisio Lima Thiebaut
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários
Universidade Federal de Viçosa
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - Campus Universitário
Viçosa-MG

23) Antonio Claudino de Jesus
Sub-Reitor Comunitário
Universidade Federal do Espírito Santo
Campus Universitário de Goiabeiras
Vitória-ES CEP: 29.000

Ilmo. Sr.

Prof. ANTONINHO PEGORADO STEFANELLO

DD. Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Universidade Federal de Santa Maria

Campus Universitário, Faixa Camobi, Km 9

97119 - SANTA MARIA - RS

Prezado Professor,

Como é do conhecimento de V. Sa., o Conselho de Reitores fará realizar sua 49ª Reunião Plenária, no período de 25 a 28 de julho do corrente ano, em São Luís, tendo como anfitriã a Universidade Federal do Maranhão.

O tema central "A Universidade e as Grandes Questões Nacionais" será objeto de debate dos Reitores com representantes de diversos setores da sociedade.

Por iniciativa do próprio CRUB, reuniram-se em Brasília, no último dia 20, os representantes dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores. Os objetivos desse encontro foram: a) reunir no Conselho, pela primeira vez, os representantes das grandes áreas da vida universitária e b) estabelecer uma forma de trabalho articulada que, iniciando-se na plenária de São Luís, possa resultar, ainda neste exercício, em propostas concretas do Conselho de Reitores para a educação superior, a serem encaminhadas ao próximo Dirigente máximo da Nação.

As contribuições dos Pró-Reitores foram de significativa importância, a partir das quais, então, pudemos elaborar a programação da Plenária. Foram definidos três painéis:

1. "Universidade e Sociedade: Questões e Propostas", no dia 26/07 às 14:30h;

2. "A Universidade e a Política Nacional de Ciência e Tecnologia", no dia 27/07 às 08:30h e

3. "Lei de Diretrizes e Bases: Análise Comparada", no dia 28/07 às 08:30h.

Ficou acertado, na mesma reunião, que os Pró-Reitores representantes de Fórum irão atuar como relatores dos painéis relacionados às suas respectivas áreas. Conforme estabelecido no fluxo em anexo, posteriormente à plenária de São Luís, os Pró-Reitores terão os meses de agosto, setembro

e outubro para reunirem os fóruns e elaborarem um documento prévio contendo as propostas de cada área.

Finalmente, no mês de novembro, as contribuições apresentadas serão consolidadas e em seguida submetidas à apreciação dos Dirigentes das IES, de forma a consubstanciar um documento contendo as propostas do Conselho de Reitores de políticas para a educação superior.

Tendo em vista o exposto, convidamos V.Sa. para atuar como relator, juntamente com o representante de Fórum de Extensão, do painel "Universidade e Sociedade: Questões e Propostas", quando serão debatidos assuntos de real importância para a comunidade, como, por exemplo, a relação Universidade/Empresa. Neste painel está prevista a participação de representante dos empresários, dos trabalhadores, do Governo e da Universidade.

Na certeza da participação de V.Sa. no painel, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Profª Maria Helena Alves Garcia
Secretária-Geral

AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES vem, através deste, reconhecer a iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, no sentido de estreitar as relações com os diversos Fóruns de Pró-Reitores ao solicitar contribuições para a formulação de uma proposta a ser apresentada aos candidatos à Presidência da República.

Acreditamos que este fato vem ao encontro do que foi aprovado na reunião Plenária do CRUB, que estabeleceu que os Fóruns deveriam funcionar como câmaras de apoio ao Conselho.

Já manifestamos, em oportunidades anteriores, nossa disposição de colaborar com este Conselho em questões específicas da nossa área de atuação. Por outro lado, esperamos poder estreitar, cada vez mais, esta relação no sentido do encaminhamento conjunto de questões cruciais que afetam nossa área de atuação.

Com relação à solicitação de subsídios, na área de atuação dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, para a formulação de uma proposta a ser apresentada aos candidatos à Presidência da República, temos a expor o que segue:

- a problemática por que passam os programas afetos à área de assistência à comunidade universitária nas IFES, além de alguns problemas de entendimento interno que não podem ser analisados isoladamente, pois estão inseridos dentro da problemática geral da Universidade que por sua vez está relacionada com o sistema econômico, político e social do país;

- as políticas públicas desenvolvidas no Brasil nas últimas décadas, notadamente a política econômica que prioriza programas que não se coadunam com as necessidades efetivas do povo brasileiro, além de produzir uma sangria nos cofres públicos em função do pagamento da dívida externa, vêm deteriorando sensivelmente setores da vida nacional, resultando em grave queda nos índices de qualidade de vida da grande maioria da população brasileira. A estas políticas aliam-se, sob um comportamento sub-reptício do Governo Brasileiro, graves opções por soluções de caráter privatista em áreas que, constitucionalmente, inclusive, são deveres e obrigações do Estado, como: educação e saúde, dentre outras. A resultante é o intensivo sucateamento do sistema educacional através da permanente ausência de recursos para o setor. Neste contexto, as Universidades que, pelo seu próprio caráter, necessitam de aportes substanciais de recursos para poderem cumprir com suas funções primordiais, vêm sofrendo insistentes ataques por parte de órgãos governamentais, especialmente as Universidades Públicas Federais. Por outro

lado, sofrem também com a inexistência de programas que visem à solução dos problemas já detectados e/ou a prevenção de situações já conhecidas. A concessão de regalias, com maior participação no orçamento do MEC, às escolas superiores privadas, demonstram claramente a intenção e prática de uma política de estabelecimento do ensino privado no país, flagrante inconstitucionalidade;

– é nosso entendimento que as verbas públicas devam ser destinadas exclusivamente às instituições públicas de ensino;

– constitucionalmente, o ensino público e gratuito é um direito de todos e um dever do Estado.

Devemos, porém, especificar tal colocação e chegar a uma conceituação mais clara de como deve ser entendida a questão do direito e da gratuidade, haja vista que deve ser consensual a questão do ensino público.

Temos, portanto, que o direito constitui um dado essencial para a democratização da universidade, através da garantia do acesso e da permanência do educando na escola. A democratização do acesso implica a expansão da rede pública bem como a abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica a manutenção e expansão dos programas de assistência, ou seja, para que o educando possa se desenvolver na sua plenitude acadêmica, além da excelência da qualidade do ensino ministrado, é necessária uma política efetiva de apoio ao estudante, através de gratuidade da alimentação, moradia, serviços de saúde, lazer, esportes e facilidade de acesso a material técnico-científico. Fica claro que esta política se contrapõe àquela defendida por grupos privatistas de que "quem pode deve pagar a universidade para subsidiar os carentes". Este é o mesmo discurso governamental que não se justifica, na medida em que a universidade não é o local onde se deva fazer a distribuição de renda. Além disso, a impossibilidade, alegada pelo governo, no repasse de verbas necessárias para contemplar tal conceituação, não se justifica na sua totalidade, tendo em vista que esse mesmo governo repassa às universidades particulares substanciais recursos. As propostas até hoje surgidas, como alternativas para o encaminhamento de soluções para as questões assistenciais, têm tido sempre um sentido paliativo sem uma perspectiva que contemple o entendimento, aqui colocado, de ensino público e gratuito. Uma grande evidência de descaso da área governamental para com as questões assistenciais diz respeito à inexistência de órgão específico na estrutura do Ministério da Educação.

Por outro lado, no momento em que a discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta-se como uma das

Questões substanciais, apresentamos nosso posicionamento em relação a dois pontos que dizem respeito direto às nossas áreas de atuação:

1 – Tendo em vista que a Constituição não estabelece a competência relativa à manutenção do ensino superior no país e considerando os encargos já estabelecidos na Constituição para Estados e Municípios, no que concerne ao ensino pré-escolar e ensino fundamental, o Fórum propõe que seja estabelecida, na LDB, a responsabilidade da União na garantia do ensino superior, assegurando condições plenas para o seu funcionamento, nos termos do Art. 216 da Constituição;

2 – reafirmando o princípio de que o Ensino Público e Gratuito compreende também os programas de assistência e apoio ao educando e aos servidores, considerando ser o Ensino Público um dos elementos de promoção social, ao lado da saúde, emprego e salário digno, transporte, dentre outros, o Fórum propõe que sejam assegurados recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários estabelecidos na LDB, destinados ao custeio dos projetos de assistência e apoio à comunidade universitária;

3 – reafirmando o Art. 207 da Constituição Federal, o Fórum propõe que seja assegurada claramente, na LDB, os princípios da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

CONCLUSÕES

Considerando o exposto, concluímos que:

1 – há a necessidade premente do Governo Federal, em conjunto com as Universidades Públicas Federais, de estabelecer uma política voltada para o Ensino Superior que atenda os princípios básicos da excelência da qualidade;

2 – urge garantir que os recursos públicos para a educação superior sejam direcionados exclusivamente às Universidades Públicas;

3 – há que se entender Ensino Público e Gratuito na sua concepção maior e, em decorrência aos alunos e servidores, através de programas assistenciais, as melhores condições para o pleno desempenho de suas atividades.

Vistória-ES, 25 de agosto de 1989.

VI Reunião do Fórum Nacional de Pró-Reitores de
Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES.

Informe sobre audiência no SESu, dia 27-09-89, com Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

De acordo com a deliberação do Fórum de Pró-Reitores no encontro ocorrido em Vitória, em agosto p.p., foi marcada uma audiência com o Secretário da SESu, pelo Coordenador Nacional do Fórum, Prof. Antoninho, para o dia 27 de setembro às 16:00h, para entrega do documento final do VI Fórum e, para que a SESu deixasse explícita qual a política do MEC/SESu sobre as questões relativas aos assuntos estudantis e comunitários e ainda, a reivindicação de criação de um órgão na SESu que fosse voltado para as questões comunitárias.

A reunião teve seu início por volta das 17:30h com a presença de:

Prof. Edson Machado

Secretário da SESu

José Walter Pereira dos Santos

Prof. Antoninho Pegoraro Stefanello

Universidade Federal de Santa Maria – RS

Prof. Júlio Cesar Prates

Universidade Federal de Goiás – GO

Prof. Ranke dos Santos Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN

Prof. Antonio Claudino de Jesus

Universidade Federal do Espírito Santo – ES

Profª Thania Monteiro de Arruda

Universidade Federal do Mato Grosso – MT

Profª Tania Chiari Gomes Lazarini

Universidade Federal de São Carlos – SP

Prof. José Tarcísio Lima Thiebaut

Universidade Federal de Viçosa – MG

Inicialmente foram colocadas pelo Prof. Antoninho todas as questões relativas à problemática por que passam as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários, ressaltando que aquela audiência não tinha, na verdade, um caráter de reivindicação de verbas para RU, alojamento, etc. mas que nosso objetivo era cobrar do ministério e da SESu uma política sobre as questões comunitárias, além de solicitação formal da criação de um órgão específico para cuidar de tais questões.

Outros pró-reitores complementaram essas colocações, enfatizando também a grave situação das pró-reitorias e solicitando a falta de diálogo entre o Fórum e a SESu.

O Prof. Edson fez então uma série de colocações que tentaremos resumir:

– logo que entrou na SESu, tentou estabelecer um programa para a Secretaria e para tanto procurou o ministro. Este, porém, deixou claro que o Ministério iria dar andamento ao que já estava estabelecido sem entrar em novas definições ou políticas. E dessa forma ele tem procurado conduzir os trabalhos na SESu.

– quanto à questão da criação de um setor na SESu que fosse específico para o tratamento das questões estudantis e comunitárias, disse ser isso praticamente impossível de se concretizar devido a:

1ª – estarmos em final de governo;

2ª – alterações na SESu implicam em alterações regimentais que hoje não bastam mais ser aprovadas pelo Ministro da Educação mas tem que ser aprovadas pela SEPLAN o que dificulta e entrava tais pretensões.

3ª – problemas localizados que tenham que ser atacados rapidamente mobilizam a SESu no sentido de resolvê-los sem que seja necessário o estabelecimento de novos programas ou políticas.

– quanto à questão da autonomia, coloca que a SESu está trabalhando nesse sentido, ou seja, a Universidade pode assumir, inteiramente, políticas independentes da SESu. Afirma que SESu vai ser uma grande agência de fomento, ou seja, seria um balcão de receber pedidos das instituições e dar a elas respaldo financeiro. A SESu neste sentido estaria evitando os grandes programas a nível nacional.

– quanto à questão de verbas destinadas a assistência estudantil, colocou que, como o governo não quer expandir o ensino público e como esse mesmo governo insiste na questão da liberdade vigiada quanto às mensalidades cobradas pelas escolas particulares, não é possível pensar numa política governamental de assistência ao estudante só para as escolas públicas, ou seja, as escolas particulares estão suprimindo a falta de vagas da rede pública e os estudantes por já pagarem escola, necessitam de assistência. Assim, se for estabelecido um programa, ele deve atender tanto as escolas públicas quanto as privadas.

– quanto aos funcionários, no que diz respeito a assistência (como no caso das empresas privadas que têm dado até cesta básica para seus operários), informa que a SESu não tem qualquer posição a respeito, vendo porém, a necessidade de refletir sobre a questão.

Colocou para os pró-reitores a questão da assistência institucional X a assistência sindical (através das associações), deixando no ar a idéia de que as associações poderiam assumir a assistência comunitária. Os pró-reitores

colocaram que são duas situações inteiramente distintas sem que isso inviabilize o encaminhamento de programas conjuntos (institucionais e sindicais).

- questionado sobre como os pró-reitores podem resolver as questões emergenciais, disse que os mesmos devem encaminhar os problemas à SESu e que dentro do que é possível haverá o empenho para a resolução dos mesmos (soluções individuais, não coletivas).

- concluiu dizendo que, dependendo do encaminhamento que a LDB der à questão da autonomia, poderemos ter uma Universidade inteiramente diferente do que ela é hoje, ou seja, não será autarquia, fundação nem repartição pública: será simplesmente "Universidade" com total autonomia.

Colocou que, inclusive a médio prazo, cada instituição poderia estabelecer seus próprios aumentos salariais, o que significaria o fim da isonomia.

Informe elaborado por Tania Lazarini, com o qual concordo.

Vitória, 04 de setembro de 1989

DO: VI Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários

AO: Ilmo Sr. D. Edson Machado
Secretário de Ensino Superior – MEC

Senhor Secretário:

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários criaram em 1987 um Fórum Nacional com o objetivo de:

- Estabelecer políticas de promoção ao estudante;
- Fortalecimento dos pró-reitores;
- Articular as ações comuns das IFES na área;
- Ser o veículo de contato na área, com órgãos governamentais, via CRUB;
- Atuar em estreita ligação com o CRUB, ANDES, UNE e FASUBRA, no que diz respeito aos objetivos do Fórum.

Desde a sua criação, o Fórum manteve contatos constantes com o Ministério levando suas preocupações e propostas. O MEC, através da SESu, comprometeu-se a implementar alguns programas para resolver problemas emergenciais na área de assistência estudantil, tais como: recuperação, via CEDATE, dos restaurantes universitários e das moradias estudantis das IFES; estabelecimento de critérios e ampliação do programa de produção de alimentos, via fazendas experimentais; criação de programa bolsa trabalho a nível nacional. Comprometeu-se também a estabelecer uma política na área de assistência estudantil e solicitou ao Fórum as linhas gerais desta política. O Fórum a expressou através do "Documento de Manaus".

Várias reuniões ocorreram na SESu, sem que se fizesse a definição desta política. Não houve, nem mesmo resposta oficial a respeito da nossa proposta apresentada por sugestão do próprio Ministério.

Nossa experiência nos permite afirmar que os compromissos assumidos por parte do Ministério não ocorreram de forma Institucional.

A falta de um órgão oficial na estrutura da SESu que funcione como interlocutor e que possa ser efetivamente responsável pela área de

assistência é crítica, e ao nosso ver a existência de tal órgão será de fundamental importância para o encaminhamento de nossos problemas.

Estando Vossa Senhoria à frente desta importante Secretaria e conhecedor do seu trabalho a frente da CAPES, solicitamos audiência a fim de que possamos retomar o diálogo no sentido de resgatarmos a discussão do compromisso anteriormente assumido pelo MEC e analisarmos proposta de solução para os sérios problemas que afetam a Universidade, em especial aquelas referentes às áreas de atuação das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Certo de sua atenção, agradecemos e apresentamos nossos protestos de consideração.

Professor ANTONIO CLAUDINO DE JESUS
Sub-Reitor Comunitário da UFES
Coordenador do VI FORUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE
ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS.

VI FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DAS IFES - UFES

ANEXOS:

1 - Relação com endereços dos participantes do VI Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

2 - Relatório do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis do Nordeste.

3 - Planilha distribuída durante o VI Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários sobre Restaurante Universitário.

4 - Apuração da planilha sobre Restaurantes Universitários recolhida no VI Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

5 - Prévia Eleitoral - Presidência da República - realizada no VI Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

ANEXO 01

RELAÇÃO DA PRESENÇA NO VI FÓRUM DE PRÓ-REITORES VITÓRIA - 22/25 DE AGOSTO DE 1989

01 - Antônio João de Almeida - Pró-Reitor de Extensão e Serviços Comunitários - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Cidade Universitária - C.P. 649 - Presc - UFMS - 79100, Campo Grande-M.S.

02 - José Lúcio de Cruz Filho - Pró-Reitor de Assuntos Comunitários - Universidade do Rio de Janeiro, UNI-RIO, Av. Pasteur 296, Urca-RJ.

03 - Marco Aurélio dos Santos Barbosa - Decano de Assuntos Estudantis - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - End. Antiga Rio/São Paulo, Dm 47, Decanato de Assuntos Estudantis.

04 - Fernando Irajá Félix de Carvalho - Pró-Reitor da Comunidade Universitária (PRUNI) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. End. Av. Paulo Gama s/n, Reitoria 7º andar - PRUNI, 90000 Porto Alegre-RS.

05 - Narciso Julio Freire Lobo - Pró-Reitor para Assuntos Comunitários - Universidade do Amazonas - End. Av. Getúlio Vargas, 381, 10º andar, Centro, 69000 - Manaus-AM.

06 – Tânia Chiari Gomes Lazarini – Chefe da Divisão de Assuntos de Alunos – Universidade Federal de São Carlos. End. Rua Dr. Washington Luiz, km 235, 13560 – São Carlos-SP.

07 – Ana Lúcia Gastaud Lobo da Rocha – Diretora do Departamento de Assistência à Comunidade Universitária – Pró-Reitoria de Graduação e Assistência – Universidade Federal de Pelotas. End. Campus Universitário Capão do Leão – Pelotas-RS.

08 – José Peixoto dos Santos – Pró-Reitor Estudantil – Universidade Federal de Alagoas. End. Pró-Reitoria Estudantil, Cidade Universitária, Macéio-AL.

09 – Rosemiro S. Canto Filho – Assessor de Assuntos Comunitários da Reitoria – Universidade Federal do Pará – End. Campus Universitário do Guamá, Prédio da Reitoria, 2º andar, 66000 – Belém-PA.

10 – Carlos Américo Fattini – Vice Reitor – Universidade Federal de Minas Gerais – End. Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus da Pampulha-MG.

11 – Normando Melquíades de Araújo – Diretor do Departamento de Assistência ao Estudante – Universidade Federal da Paraíba. End. Campus Universitário I, 58000 – João Pessoa-PB.

12 – Ranke dos Santos Silva – Pró-Reitor Estudantil – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. End. Campus Universitário – Reitoria – Natal-RN.

13 – João Correia Lima Sobrinho – Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, Universidade Federal do Acre – End. Campus Universitário, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, 69900 – Rio Branco-AC.

14 – Antoninho Pegoraro Stefanello – Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – Universidade Federal de Santa Maria. End. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – UFSM – 97100 – Santa Maria-RS.

15 – Thania Monteiro Arruda – Coordenadora de Assistência ao Estudante, Universidade Federal de Mato Grosso. End. Av. Fernando Correa s/n – 78000 – Cuiabá-MT.

16 – Alonso Augusto Moreira Filho – Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, Universidade Federal de Juiz de Fora. End. Av. Rio Branco, 3372 – Juiz de Fora-MG.

17 – Júlio Cesar Prates – Pró-Reitor de Assuntos Comunitários – Universidade Federal de Goiás – End. Av. Universitária, 1533 – Goiânia-GO.

18 – Gustavo Hitzschky F. Vieira – Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – Universidade Federal do Ceará – End. Av. da Universidade – 60000 – Fortaleza-CE.

19 - Maria de Jesus Jorge Torre - Administradora do RU - Universidade Federal do Maranhão - End. Restaurante Universitário - Campus do Bacanga - São Luis-MA.

20 - Mário Portugal Pederneiras - Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, Universidade Federal do Paraná - End. Travessa Alfredo Bofren, 140 - Curitiba-PR.

21 - Rogério Moreira Arcieri - Diretor de Extensão - Universidade Federal de Uberlândia - End. Pró-Reitoria Estudantil e de Extensão - Av. João Pinheiro, 556, C.P. 593, 38400 - Uberlândia-MG.

22 - José Tarcisio Lima Thiébaud - Pró-Reitor de Assuntos Comunitários Universidade Federal de Viçosa - End. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - Campus Universitário - Viçosa-MG.

23 - Antonio Claudino de Jesus - Sub-Reitor Comunitário - Universidade Federal do Espírito Santo - End. Campus Universitário de Goiabeiras - 29000 - Vitória-ES.

ANEXO 03

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

- 1) Custo Gênero:
- 2) Percentual da OCC usado para RU:
- 3) Dados:

CLIENTELA	PREÇO CO- BRADO	NÚMERO DE USUÁRIOS			PERCENTUAL/- SUBSÍDIO	
	DESJ.ALMOÇO	Desj.	Alm.	Jant.	De.	Alm./Jant.
Carente						
Semi carente						
Não carente						
Alunos de Pós-Grad.						
Carente						
Semi-Carente						
Docentes						
Outros						

4) Condições dos equipamentos do RU:

Manutenção: Péssima ☐
 Regular ☐
 Boa ☐
 Ótima ☐

Relação quantidade de equipamento/demanda:

Péssima ☐
 Regular ☐
 Boa ☐
 Ótima ☐

5) Número de funcionários está adequado a demanda?

Sim ☐

Não ☐

6) Previsão de funcionamento: até _____

7) Seleção para estabelecer carência:

Quem faz: Instituição ☐

Alunos ☐

Outros ☐ Qual? _____

Como é feita a seleção? _____

MORADIAS

1) Tipo de moradia: Alojamento ☐

Repúblicas ☐ Qual? _____

Outros ☐

2) Número de estudantes atendidos:

Sexo masculino: _____

Sexo feminino: _____

3) Moradias são mistas?

Sim ☐

Não ☐

4) Local das moradias:

No Campus ☐

Fora do Campus ☐

ASSISTÊNCIA MÉDICA:

1) Que clientela atende?

Alunos ☐

Servidores TA ☐

Docentes ☐

Familiares ☐

2) Onde é feito atendimento?

Na própria Universidade: HC ☐

Ambulatório ☐

Outros ☐ Qual? _____

Externo: Hospitais ☐
Convênios ☐
Outras IFES ☐
Outros ☐ Qual? _____

3) O atendimento é gratuito?

Sim ☐

Não ☐

4) Se é gratuito citar como é pago.

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

1) Que clientela atende?

Alunos ☐

Servidores TA ☐

Docentes ☐

Familiares ☐

2) Onde é feito o atendimento?

Na própria Universidade: HC ☐

Ambulatório ☐

Outros ☐ Qual? _____

Externo: Hospitais ☐

Convênios ☐

Outras IFES ☐

Outros ☐ Qual? _____

3) O atendimento é gratuito?

Sim ☐

Não ☐

4) Se não é gratuito citar como é pago:

5) Por que é feita a manutenção:

Pela instituição ☐

Pelos alunos ☐

Outros ☐ Por quem? _____

6) Por quem é feita a seleção para ocupação das moradias:

Pela instituição ☐

Pelos alunos ☐

Outros ☐ Por quem? _____

BOLSAS

1) A Universidade oferece bolsas?

Sim ☐

Não ☐

2) Quais os tipos de bolsas oferecidas? Qual o número de bolsas?

Arte ☐

Esporte ☐

Estudo ☐

Moradia ☐

Alimentação ☐

Manutenção ☐

Outras ☐ Quais? _____

3) Existe o sistema de Reembolso?

Sim ☐

Não ☐

Como se dá o Reembolso? _____

ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA

1) É feita pela instituição?

Sim ☐

Não ☐

2) Existindo tal atendimento, qual a clientela?

Alunos ☐

Docentes ☐

Servidores TA ☐

Familiares ☐

3) Tem um setor específico para tal atendimento?

Sim ☐

Não ☐

ATENDIMENTO SOCIAL

1) É feito pela instituição

Sim ☐

Não ☐

2) Clientela atendida:

Alunos ☐

Servidores TA ☐

Docentes ☐

3) Desenvolvido por qual profissional? _____

4) Escreva rapidamente como é feito tal atendimento.

LAZER

1) É oferecido pela instituição?

Sim ☐

Não ☐

2) Qual o tipo de lazer?

Esportes ☐

Cultural ☐

Artístico ☐

Outros ☐ Quais? _____

3) Clientela atendida:

Alunos ☐

Docentes ☐

Servidores TA ☐

Comunidade cidade ☐

CRECHE:

1) A instituição possui creche?

Sim ☐

Não ☐

2) Qual o número de vagas?

3) Horário de funcionamento?

Manhã ☐

Tarde ☐

Ambos ☐

4) Quem faz a manutenção da creche?

5) A utilização da creche é gratuita?

Sim ☐

Não ☐

6) Por quem é feita a seleção?

7) Quais os principais critérios utilizados?

OUTROS PROGRAMAS:

1) Quais?

2) Observações:

Estrutura básica da Pró-Reitoria (ou equivalente):

OBSERVAÇÕES GERAIS:

ANEXO 04

APURAÇÃO DA PLANILHA SOBRE RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS SITUAÇÃO EM 25/08/89

UNIVERSI- DADES	Nº RES.	PRÓ- REITORIA	PRE- ÇOS	Nº ALUNOS	Nº REFS.	
Acre	01	Ass. Comunit.	Zero	2.200	800	36
Amazonas	02	Divisão de Restaurantes	0,08	7.500	1.300	18
Pará	--	--	--	--	--	--
Maranhão	01	Extensão e Ass. Estudantil	Zero 20% c. 50% c. 6,00 a- vulso	6.000	1/5--	25
Ceará	02	Assuntos Estudantis	Zero 0,30	1.500	2.700	18
Rio Grande do Norte	02	Assuntos Estudantis	Zero 1,00 2,00	6.000	2.300	40
Alagoas	01	Assuntos Estudantis	0,93 3,11 4,66	8.000	600	07
Paraíba	07	Superintendên- cia	Zero	2.000	6.000	30
Mato Grosso	01	Administra.	0,02 0,35 0,50	7.000	2.100	30
Goiás	02	Dep. Ass. Comunitários	0,60 1,05	9.000	2.200	24
Uberlândia	02	Fundação	0,04 0,25 0,65 1,25 1,75 2,50	6.300	900	13
Viçosa	01	Ass. Comunit.	0,06	7.000	7.500	107
Juiz de Fora	02	Ass. Comunit.	0,80	7.000	3.500	50

Minas Gerais	05	Fump	0,36 0,84 1,20	18.000	7.500	42
Esp. Santo	02	Ass. Comunit.	Zero 0,24	10.000	7.000	70
São Carlos	01	Ass. Comunit.	0,01 0,06 1,00	3.000	2.000	66
Santa Maria	02	Ass. Comunit.	1,00	10.000	2.800	28
Paraná	03	Ass. Comunit.	0,90	16.000	2.500	15
Rio Grande do Sul	04	Ass. Comunit.	0,1 0,25 0,60 1,00	22.000	5.600	26
Rural Rio	01	Ass. Comunit.	.-	37,00	.-	.-

ANEXO 05

VI FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Vitória - Agosto - 1989

Prévia Eleitoral - Presidência da República

1º Colocado - Mário Covas	07 votos
2º Colocado - Lula	05 votos
3º Colocado - Freire	04 votos
4º Colocado - Brizola	03 votos
5º Colocado - Maluf	02 votos
SUB-TOTAL	21 votos
NULOS	02 votos
TOTAL VOTOS	23 votos

PROMOÇÃO:
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

**VII FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E
COMUNITÁRIOS**

GOIÂNIA-GO
PERÍODO: 22 A 24 DE NOVEMBRO DE 1989

	HORÁRIO	ATIVIDADES	COORDENAÇÃO
21/11	14:00/18:00	- Seção Preliminar - * Preparação dos detalhes da Programação * Ultimear detalhes da dinâmica da reunião.	* Coord. Nacional * Pró-Reitores presentes.
22/11	08:00/11:30	Reunião com todos os presentes para ordenamento e discussão preliminar a serem priorizados e objetivos a serem alcançados.	* Coord. Nacional * Pró-Reitores presentes.
	13:30/15:30	* Apresentação do Relatório das Atividades da Coordenação Nacional * Avaliação da audiência com o Secretário da SESU em 27/09/89. * Aprovação da pauta da Reunião.	* Antoninho Pegoraro (UFSM) * Antoninho Pegoraro * Tania Lazarini (UFRSCar)
	16:00/17:30	ABERTURA OFICIAL	* Prof. Joel Pimentel de Uilhôa (Reitor UFG) * M ^a Yeda de Almeida (Presidente Associação de Docentes) * Renato Gomes (Diretor do DCE) * Antoninho Pegoraro (Coord. Nacional do Fórum) * Júlio César Prates (Coord. da Região Centro-Oeste) * Panke dos Stos, Silva (Coord. da Região Nordeste) * Narciso F. Lobo (Coord. Região Norte) * José Walter (Assessor da SESU)
	18:00/19:00	Discussão e eleição dos Coordenadores Regionais	

23/11	08:00/11:30	<p>1ª Plenária - Política Global das Universidades</p> <ul style="list-style-type: none"> * Análise da questão assistencial no conjunto das questões globais que atingem as Universidades (LDB, Regime Jurídico, Plano de Cargos e Salários, Reposição da Força de Trabalho). * Características e Identidade dos Pró-Reitores ou equivalentes. * Ensino Público x Privatização. * Assistencialismo x Articulação Política. * Participação Política do estudante. 	<ul style="list-style-type: none"> * Gustavo Hitzschky F. Vieira (UFCE) * Tânia Lazarini (UFSCar) * Carlo A. Fatini (UFMG) * Narciso F. Lobo (UFAM) * Antoninho Pegoraro (UFMS)
	13:30/15:30	<p>2ª Plenária - Apresentação dos Temas Inscritos</p> <ul style="list-style-type: none"> * Programa de apoio a participação discente em Eventos Tecnológicos e Científicos. * Brinquedotecas. * Orçamento * Programa de prevenção ao uso de Drogas. * Creche * Moradia Estudantil. * Restuarante Universitário. 	<ul style="list-style-type: none"> * Gilberto V. Angelo (UFSC) * Vera Beatriz Petersen (UFRS) * Normando Melquiades de Araújo (UFPb) * Carlo A. Fatini (UFMG) * Panke dos S. Silva (UFRN) * Normando Melquiades de Araújo (UFPb)
	16:00/18:00	Complementação e discussão dos temas apresentados.	
	18:00/18:30	Eleição Coordenação Nacional.	

OBJETIVOS

- 1) Análise da conjuntura atual no contexto das Universidades Públicas Federais e a sua interferência nas questões globais que atingem as Universidades e em especial na questão da política estudantil e comunitária.
- 2) Estudo das diversas alternativas de solução aplicadas aos vários programas comunitários das Universidades.
- 3) Eleição dos Coordenadores Regionais e Coordenação Nacional.

COORDENAÇÃO:

- Antoninho Pegoraro Stafanello
- Júlio César Prates
- Ranke dos Santos Silva
- Narciso Júlio Freire Lobo

UNIVERSIDADE ANFITRIÃ

- Universidade Federal de Goiás
(Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários)

SECRETARIA GERAL E RELATORES:

- Tânia Chiari Gomes Lazarini (UFSCAR)
- Thânia Monteiro de Arruda (UFMT)
- Narciso Júlio Freire Lobo (UFAM)

PLANILHA ANTECIPADA DE DADOS:

- Tânia Chiari Gomes Lazarini

CARTA DE GOIÂNIA

O Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, reunido em Goiânia, no período de 22 a 24 de novembro de 1989, ratificou as teses em favor do ensino público e gratuito, como forma de democratização da própria sociedade e aprovou, por unanimidade, as seguintes recomendações:

- 1) Definir uma política de ação das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários e equivalentes, por meio de estratégia que envolva

a participação da comunidade ou de seus representantes, referenciando-a ao princípio do ensino público e gratuito. As diretrizes devem contemplar ações em vertentes assistenciais e promocionais nas áreas da arte, cultura, esporte e lazer. A definição dessa política deve estar articulada com o ensino, a pesquisa e a extensão.

2) Essas Pró-Reitorias e equivalentes devem se constituir como pólos de debates e articulação política dentro e fora da Universidade.

3) É essencial buscar o comprometimento dos segmentos que compõem a Comunidade Universitária e da Administração, no planejamento e na implementação das políticas estudantis e comunitárias, reforçando o caráter pedagógico de sua ação.

4) Propiciar condições para maior clareza e entendimento do significado do ensino público e gratuito por meio da discussão do tema no interior da Universidade (seminários, debates, encontros etc.), disseminando os resultados junto às demais instituições de ensino e à opinião pública.

5) Lutar incessantemente por recursos compatíveis às necessidades do ensino público e gratuito.

6) Destinação de recursos para as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários e equivalentes, através de planejamento definido em OCC e na programação orçamentária, para custeio dos programas da área.

7) No processo de redefinição e democratização da Universidade Brasileira, consideramos que as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários devem ocupar papel relevante como instrumento de articulação e dinamização das ações sociais, políticas e culturais, sempre vinculadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, devendo, portanto, serem fortalecidas. Recomendamos, também, que sejam criadas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitárias naquelas Universidades onde suas funções são realizadas por outros órgãos, eliminando-se, dessa forma, a visão tecnicista com que seu trabalho tem sido visto por certas administrações universitárias.

8) As Pró-Reitorias ou equivalentes devem promover nas suas Universidades discussões com vista à elaboração de novos Estatutos, contemplando teses favoráveis à democratização da vida universitária e articulando-se a nível regional e nacional.

Goiânia, 24 de novembro de 1989.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

01) Vitor Paulo Lopes Leonardo - UFRG

02) José Walter P. dos Santos - MEC

03) Júlio César Prates - UFG

- 04) Gustavo H. Fernandes Vieira - UFCE
- 05) José Vanderlei Borba - FURG
- 06) Célia Marinho da Costa Soares UFRPE
- 07) Antoninho Pegoraro Stafanello - UFSM
- 08) Conceição Zotta Lopes - UNB
- 09) Gilberto Vieira Angelo - UFSC
- 10) João Correia Lima Sobrinho - UFAC
- 11) Lucila Souto Mayor Rondon de Andrade - UnB
- 12) Maria das Neves G. de Oliveira Castro - UFMossoró
- 13) Maurício Roberto da Silva - UFSE
- 14) Maria José Frota dos Santos - UFMossoró
- 15) Narciso Júlio Freire Lobo UFAM
- 16) Normando Melquíades de Araújo - UFPB
- 17) Ranke dos Santos Silva - UFRN
- 18) Rogério Moreira Arcieri - UFU
- 19) Maristher M. Vargas - UFES
- 20) Vera Beatriz C. Peterson - UFRS
- 21) Adenir Baptista da Silva - UFJF
- 22) Carlo Américo Fattini - UFMG
- 23) Maria Darci Colares Siqueira - UnB
- 24) Ana Lúcia G. Lobo da Rocha-UFPelotas
- 25) José Peixoto dos Santos - UFAL
- 26) Thânia Monteiro de Arruda - UFMT
- 27) Jorge Carlos Dias de Sousa - UFRRJ
- 28) Tânia Chiari Gomes Lazari UFSCarlos
- 29) José Tarcínio Lima Thiebaut - UFViçosa
- 30) Jurandir de Melo - UNB
- 31) Rosalina Pereira - UNB
- 32) Maria Alice Noro Vargas - UNB
- 33) Lelia Marize Brito da Silva - UNB
- 34) Messias A. da Silva - UNB
- 35) Anelise Weigartner Ferreira - UNB
- 36) Imara Teresa Milhoretto - UFPR
- 37) João Luiz Reis e Silva Pereira - UFRRJ
- 38) Regina Luna - UFMA

UNIVERSIDADES PRESENTES

- 01) Universidade Federal de Goiás
- 02) Universidade Federal Rural de Pernambuco

- 03) Fundação Universidade de Brasília
- 04) Universidade Federal de Juiz de Fora
- 05) Fundação Universidade do Rio Grande
- 06) Universidade Federal do Maranhão
- 07) Universidade Federal de Alagoas
- 08) Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 09) Universidade Federal do Mato Grosso
- 10) Universidade Federal de Pelotas
- 11) Universidade Federal de Viçosa
- 12) Universidade Federal do Espírito Santo
- 13) Universidade Federal de São Carlos
- 14) Universidade Federal do Ceará
- 15) Universidade Federal de Santa Maria
- 16) Universidade Federal de Santa Catarina
- 17) Universidade Federal do Acre
- 18) Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
- 19) Universidade Federal de Sergipe
- 20) Universidade do Amazonas
- 21) Universidade Federal da Paraíba
- 22) Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- 23) Universidade Federal de Uberlândia
- 24) Universidade Federal de Minas Gerais
- 25) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- 26) Universidade Federal do Paraná
- 27) Secretaria da Educação Superior do MEC.

PROMOÇÃO:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**VIII FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E
COMUNITÁRIOS**

BRASÍLIA - DF
PERÍODO: 24 a 27/04/90

RELATO DO VIII FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

DIA: 24/04

O Fórum iniciou seus trabalhos com uma reunião prévia dos Coordenadores Regionais e demais Pró-Reitores presentes, com o objetivo de reorganizar a pauta do Encontro em atendimento às questões levantadas nos Encontros Regionais.

Preparou-se uma minuta de documento, tendo como base o documento elaborado no Encontro de Vitória, para ser entregue à SENESU por ocasião da abertura oficial do Fórum.

Foram feitos contatos com as entidades UNE, FASUBRA e ANDES.

DIA: 25/04

Foi inicialmente apresentada a nova pauta para a plenária, que foi aprovada.

Como estava presente à reunião o Prof. Antônio César Perri de Carvalho, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, este deu informes sobre o referido Fórum no que tange às seguintes questões que estão sendo discutidas pelos Pró-Reitores:

- LDB.
- Valorização do ensino público e gratuito.
- Criação do Conselho Nacional de Ensino Superior.
- Rediscussão das funções do vestibular.
- Eliminação do currículo mínimo.
- Extinção da obrigatoriedade das disciplinas EPB e Educação Física dos currículos dos cursos de 3º grau.
- Proliferação de Universidades e Institutos isolados particulares.
- Discussão sobre cursos noturnos.
- Integração com ensino de 1º e 2º graus numa política de trabalho conjunto.

AValiação:

Com entendimento do Fórum de que a mesma não deve ser feita pela comunidade externa, nem pelo Governo, mas por comitês inter pares que tenham como preocupação a excelência acadêmica.

O Prof. Antônio César informou também que em maio ocorrerá um Encontro de Pró-Reitores da Região Sudeste e em setembro o Encontro Nacional em Maceió.

Após os informes, o Prof. Antônio César retirou-se da reunião e a plenária passou a discutir as questões relativas ao Plano Brasil Novo e suas conseqüências para as Universidades públicas.

Avaliou-se, também, o envolvimento do Fórum com os demais segmentos da Comunidade Universitária, bem como com as entidades representativas, ou seja, UNE, FASUBRA e ANDES.

Foi também analisada a minuta do documento a ser entregue à SENESU, sendo aprovada após algumas alterações.

No período da tarde, foi aberto oficialmente o Encontro no auditório da Reitoria da UnB.

Os componentes da mesa fizeram suas colocações, todas voltadas para análises e relatos da situação crítica porque passam as universidades públicas.

A Profª Myrian Bastos dos Santos, Diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior da SENESU, colocou que estava aberto um canal de comunicação com o MEC e que, com o retorno do Ministro às suas atividades normais, será apresentado às universidades o Plano Nacional de Ensino Superior. Enfatizou que o Plano Brasil Novo foi uma verdadeira revolução sem armas.

Após a abertura, houve a apresentação pelo Sr. Celso Luiz Garcia, da IAESTE, organismo internacional que propicia o intercâmbio entre alunos de diferentes países, afirmando que, entre 1982 e 1989, mais de 800 estudantes brasileiros já fizeram estágio em outros países através desse intercâmbio. Foi entregue aos Pró-Reitores um prospecto com todas as informações sobre a IAESTE.

Ainda nesse mesmo dia, os Pró-Reitores fizeram uma avaliação a respeito do pronunciamento da representante da SENESU durante a abertura do Encontro. Houve, também, uma discussão sobre as formas de encaminhamento da reunião que havia sido marcada com a Profa. Myrian para o dia seguinte pela manhã. Basicamente ficou acertado que seriam feitas perguntas diretas para a obtenção de respostas concretas para situações específicas das Pró-Reitorias, sem contudo haver uma desvinculação dessas questões das mais gerais ligadas à autonomia e democracia.

Pela manhã houve um debate de aproximadamente 3 horas com a Profa. Myrian. Durante a apresentação inicial de suas posições e durante os debates acontecidos com os Pró-Reitores, pode-se destacar alguns pontos a saber:

- O Ministério tem várias linhas de ação e naturalmente uma delas é a de auxílios a estudantes;
- Prova disso é o retorno do Crédito Educativo e a suspensão da extinção da CAPES;
- Ainda não há programa definido para as questões estudantis, pois não houve tempo para estabelecer, mas isso ocorrerá em breve, pois é absolutamente certo que o estudante deve ter não só uma assistência material, mas também psicológica, social etc.;
- O atendimento deve ser dado dentro de uma visão real, pois o estudante em geral reivindica muito e dá pouco. Isso porque não vê o estudante reclamar do ensino, do professor etc. Na verdade, o estudante quer apenas o bônus e não o ônus da educação;
- Para estabelecer esse programa, temos que ter criatividade, pois não temos dinheiro e nem teremos por muito tempo;
- MEC está com problemas financeiros e grande parte desses problemas está ocorrendo em função das reclamações trabalhistas (perdas salariais em função dos planos econômicos) que estão sendo julgadas e, na medida em que são favoráveis aos impetrantes, as Universidades têm 24 horas para o pagamento ou haverá penhora de bens;
- Esse problema, apesar de grande, é temporário, ao passo que a questão do estudante é permanente. Portanto, é necessário pensar junto para buscar alternativas para esse problema. Sabe que existe gente carente, mal alimentada, mal vestida e que precisa de apoio;
- Mesmo sem dinheiro, haverá pelo menos a receptividade ao estabelecimento de um programa dessa natureza, pois não existe universidade sem aluno;
- Entende que deve existir ensino público e gratuito, porém, entende também que quem tem possibilidade de

pagar deve pagar para subsidiar o carente. Isso possibilitará que mais gente possa estudar.

- Quanto às greves de docentes e funcionários, é contra, pois toda greve acaba quando uns minguados tostões vão para os bolsos. Falta seriedade. Desaparecem as outras reivindicações quando se recebe algum aumento salarial;
- A parte de pessoal é extremamente pesada para o MEC. Nas Universidades existe um “inchaço” de pessoal, além de muitas funções comissionadas e gratificadas. As promoções são feitas de forma abusiva, isto porque o dinheiro não sai do bolso de quem promove, mas do MEC;
- Concorde que tem que haver verba específica para a assistência ao estudante e que isso nada tem a ver com a verba de pessoal. Cada área tem que ter verba específica e isso vai na direção da autonomia;
- Para o MEC é mais vantajoso a autonomia, pois com ela o problema de pessoal, que é muito sério, vai parar no Reitor e não mais no MEC. O Reitor é que terá que administrar os favoritismos que ele fizer;
- Não tem ainda o valor orçamentário para a educação e nem sabe se haverá verba suficiente. Só daqui a um mês é que isso deverá estar claro, pois o orçamento da União está sendo feito;
- Ainda sobre autonomia, o MEC deverá deixar que a escolha dos dirigentes fique afeta às Universidades da forma como elas desejarem, pois no texto constitucional não há barreiras que impeçam tal decisão;
- Hoje está difícil trabalhar, pois sem um Plano Nacional de Ensino Superior, tem que se ver tudo ao mesmo tempo: autonomia, vestibular, avaliação etc. Porém, enquanto não se tem a vacina para curar o doente definitivamente, vamos ter que usar remédios;
- Outro problema é o ensino de 1º e 2º graus que não podem estar à margem do processo de discussão do vestibular.
- Esclarece que o projeto que a ANDES tem para as Universidades será analisado e que outros segmentos serão ouvidos. Atrave-se mesmo a dizer que algo que

não está combinado com o Ministro - acha que a UNE deve participar das discussões das questões relativas à Universidade;

- Chegou a hora de fazer. Não há mais condições de se estabelecer comissões. Um grupo de trabalho irá definir metas que serão postas em práticas já;
- Faz colocações sobre estrutura do MEC, hierarquizando: Ministros, Secretarias executivas abrangendo os três níveis: ensino básico, ensino tecnológico e ensino superior e departamentos num total de dois para cada secretaria, ressaltando a extinção da Secretaria Geral. Foi convidada pelo Ministro para o Departamento do Ensino Superior, ressaltando a forte ligação que tem com ele (é também assessora especial do Ministro). Afirma que nunca a SENESU esteve tão próxima do Ensino Superior e do Ministro. Afirma não ter o poder de dizer para o Ministro fazer, mas pode orientar e interceder para que determinadas questões sejam resolvidas;
- Com relação ao documento entregue à SENESU na abertura do Encontro diz que o discutirá com o Secretário e com o Ministro e que depois o Sr. José Walter (que ficou na SENESU na Chefia do Serviço de Assuntos Estudantis e Comunitários) entrará em contato com o Fórum para marcar uma reunião.

No período da tarde houve uma reunião e debates com o Prof. Sadi Dal-Rosso, Presidente da ANDES e o estudante Vitor Salazar, Secretário da UNE.

Basicamente os pontos relevantes dessa discussão e que parecem ser consensuais entre os Pró-Reitores e o próprio movimento docente e discente são:

- Indefinição do Governo quanto à educação.
- Tentativa explícita de deixar o MEC cuidando só do ensino (desaparece indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão).
- Poucas perspectivas de mudança - área educacional deve continuar na mesma linha liberal.
- Preocupação com implantação dos laboratórios associados e com a alocação de recursos, tanto para estes, como para pagamento de salários.

- Trabalho da ANDES juntamente com diversas entidades a nível estadual, visando o Fórum Nacional de Educação e atuação constante nas questões relativas à LDB.
- Não há qualquer problema em levar lutas conjuntas. Não há validade apenas nas lutas de rua. O momento é de unir forças com o CRUB, outras entidades, parlamentares, reitores etc.
- Distinguir claramente a autonomia (hoje também defendida pelo governo) que o governo quer com aquela que nós queremos e defendemos. Autonomia sem recursos suficientes não é autonomia, como também não existirá autonomia sem democratização. Os recursos são para a instituição e não para os reitores. São necessários, assim, organismos colegiados fortes para definirem a questão das verbas.
- Questão de vital importância é a participação das Pró-Reitorias, a nível estadual, da organização do Fórum Nacional de Educação, pois dessas reuniões estaduais é que sairão os delegados para participação a nível nacional.
- A importância da atuação da UNE na campanha geral pela universidade pública, além de campanhas específicas feitas pela entidade como a que será lançada no próximo CONEGO intitulada "Educação não rima com lucro".
- A importância de um contato mais estreito entre DCEs e Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários.

DIA 27/04

A plenária reuniu-se pela manhã para o encerramento do Encontro e para as deliberações finais. São elas:

- 1) Aguardar durante 15 ou 20 dias que a audiência com a SENESU seja marcada, caso contrário iniciar a cobrança.
- 2) Pró-Reitores devem enviar, com urgência, à Coordenação Nacional do Fórum o planejamento de suas Pró-Reitorias para 1990. Esse documento deve conter as ações comunitárias programadas, custos e esquemas de

manutenção e recuperação de programas afetos à Pró-Reitoria.

- 3) O Fórum deverá elaborar um documento sobre o ensino público e gratuito que contenha além de definições, uma análise mais completa da questão. Para tal, contribuições podem ser dadas, envolvendo propostas, documentos etc.
- 4) A Coordenação Nacional deve participar da reunião em Brasília com os Fórum de Pró-Reitores e o Instituto Euvaldo Lodi.
- 5) Próximo encontro nacional deverá ocorrer em outubro (2ª quinzena - opção de local: São Carlos), quando serão eleitos os novos coordenadores regionais e nacional. As reuniões regionais deverão ocorrer no máximo até a 1ª quinzena de setembro.
- 6) A avaliação final do Encontro será feita através de documentação a ser encaminhada após a audiência na SENESU, audiência esta com data a ser marcada.

NOTA PÚBLICA

A Coordenação Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, reunida em Brasília, nos dias 18 e 19 de junho, após analisar o quadro político envolvendo a crise da Universidade e o movimento conjunto de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, e considerando que:

- a) Para que uma Universidade democrática e de qualidade possa efetivamente desabrochar, entendemos que deva dispor de condições para seu pleno funcionamento (boas bibliotecas, laboratórios e infra-estrutura), e igualmente seus servidores docentes e técnicos devem receber remuneração condizente com as suas necessidades e responsabilidades;
- b) A Universidade pública, já minoritária no contexto das Universidades brasileiras, sofre grave risco de desaparecer, fato que se configuraria em grave prejuízo para o desenvolvimento social, político e econômico do País, para não falar de um crime contra a cultura e o patrimônio do povo brasileiro.

DECIDIU:

- 1) Manifestar seu apoio irrestrito à justa luta que hoje é travada em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade;
- 2) Apelar, na oportunidade, a todas as forças vivas e interessadas na democratização da sociedade, no sentido de que se manifestem em defesa do ensino público e gratuito, no plano geral, e da Universidade pública, em particular, sobretudo no momento em que tramita, no Congresso Nacional, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Brasília, 19 de junho de 1991.

Coordenação Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das Universidades Federais.

I - QUESTÕES GERAIS - AVALIAÇÃO

Constitucionalmente o ensino público e gratuito é um direito de todos e um dever do Estado.

O Direito constitui um dado essencial para a democratização da Universidade, através da garantia do acesso e da permanência do educando na escola. A democratização do acesso implica na expansão da rede pública, bem como na abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência. Isto significa que, para que o educando possa se desenvolver na sua plenitude acadêmica, além da excelência da qualidade do ensino ministrado, é necessário uma política efetiva de apoio ao estudante através da alimentação, moradia, serviços de saúde, lazer, esportes e facilidade de acesso a material técnico-científico.

Fica claro que esta política se contrapõe àquela defendida por grupos privatistas de "quem pode deve pagar a Universidade para subsidiar os carentes", o que não se justifica na medida em que a Universidade não é o local onde se deve fazer a distribuição de renda.

As políticas públicas desenvolvidas no Brasil, nas últimas décadas, notadamente a política econômica que prioriza programas que não se coadunam com as necessidades efetivas do povo brasileiro, afora produzir

uma sangria nos cofres públicos em função do pagamento da dívida externa, vem deteriorando sensivelmente setores da vida nacional, resultando em grave queda nos índices de qualidade de vida da grande maioria da população brasileira. A estas políticas, aliam-se graves opções por soluções de caráter privatista em áreas que, constitucionalmente, inclusive, são deveres e obrigações do Estado, como a Educação e a Saúde, dentre outras. A resultante é o intensivo sucateamento do sistema educacional, através da ausência de recursos para o setor.

Portanto, a problemática porque passam os programas afetos à área de assistência à comunidade universitária nas IFES, a par de alguns problemas de entendimento interno, não pode ser analisada isoladamente. Ela está inserida no contexto geral da crise enfrentada pelas Universidades, que por sua vez está relacionada com o sistema econômico, político e social do País.

As Universidades, pelo seu próprio caráter, necessitam de aportes substanciais de recursos oriundos do poder público, uma vez que estes devam ser destinados exclusivamente ao ensino público. Tais recursos são fundamentais para que as universidades possam cumprir com suas funções primordiais.

Essas funções compreendem a formação de uma consciência crítica e social, geração e transmissão de conhecimento, as quais só poderão ser plenamente alcançados numa comunidade autônoma e democrática. Para a Universidade esse binômio significa: gerenciar seus recursos, oriundos do Estado, conforme suas prioridades; planejar e executar suas atividades acadêmicas segundo a obediência a um padrão mínimo de qualidade para as universidades brasileiras e ter sua vida administrativa e política forjada através da participação coletiva da comunidade universitária com reconhecido poder de decisão. Não se entende autonomia sem democracia e aquela com tutela do Estado a moldar as atividades e objetivos da Universidade, conseqüentemente, restringindo suas potencialidades críticas, políticas e criativas.

II - QUESTÕES ESPECÍFICAS - POLÍTICA ESTUDANTIL E COMUNITÁRIA

O Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários reúne-se pela oitava vez, na tentativa de buscar junto ao Governo Federal respostas aos documentos e propostas há tanto tempo elaborados e encaminhados à SESU. Deve-se ressaltar que nunca essa Secretaria dignou-se a respondê-los, numa manifestação clara de omissão e descompromisso com as atividades complementares ao ensino superior.

As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência dentro da

Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação.

Por outro lado, é urgente que a SENESU viabilize essa política de apoio à comunidade universitária de acordo com a definição global dada pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários em conformidade com as peculiaridades de cada universidade, e que esta política atenda prioritariamente os seguintes programas:

- 1) Programa de manutenção e expansão de RUs.
- 2) Programa de manutenção e expansão da moradia estudantil.
- 3) Programa de bolsas.
- 4) Programa de Assistência à Saúde.
- 5) Programa de creches.
- 6) Programas de livro didático-expansão das bibliotecas.
- 7) Programa de equipamentos e de instrumental.
- 8) Programa de apoio cultural, esportivo e de lazer.

Finalmente, para que a concretização destes programas resguarde condições mínimas de qualidade é indispensável a liberação imediata de recursos específicos necessários.

Brasília, 25 de abril de 1990.

PROMOÇÃO:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**IX FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E
COMUNITÁRIOS**

VITÓRIA-ES
PERÍODO: 22 A 24/05/91

PROGRAMAÇÃO

O IX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários realizou-se em Vitória-ES, durante os dias 22, 23 e 24 do mês de maio de 1991, obedecendo à seguinte programação:

DIA 22/05/91 - 20:00 horas

- Abertura: Reitor da UFES e representantes da ANDES/FASUBRA/UNE
 - Discussão visando a integração e articulação entre Fóruns e entidades na busca de soluções e alternativas para os graves problemas da Universidade.

DIA 23/05/91 - 08:00 horas

- Seminário: O momento político e histórico de nossa sociedade: o papel do Estado, da Universidade e a prática política das Pró-Reitorias Comunitárias.
- Sub-Temas:
 - a) Mobilização da sociedade civil e organização da comunidade universitária.
 - b) Direito do cidadão trabalhador e do estudante e o papel das Pró-Reitorias Comunitárias.
 - c) Novo projeto de educação do MEC.
14:00 horas.
- Painel.
Tema: A concepção de sociedade e seus reflexos sobre os comportamentos sociais na comunidade universitária.
Apresentação do trabalho: Comissão de Alcoolismo da Universidade do Paraná.
14:00 horas.
- Palestra.
Tema: O Regime Jurídico Único e a questão da Assistência
16:30 horas.
- Eleição do novo Coordenador Nacional.
- Encaminhamentos.

COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL ELEITA:

- Prof. Narciso Júlio Freire Lobo: Coord. Nacional e Regional Norte (FUA)
- Profa. Tânia Chiari Gomes Lazarini: Coordenadora Regional do Sudeste (UFSCAR).

- Téc. Thânia Monteiro de Arruda: Coordenadora Regional do Centro Oeste (UFMT).
- Profa. Maria do Socorro Cordeiro Ferreira: Coordenadora Regional do Nordeste (UFPI).
- Profa. Acacia Zeneida Kuenzer (UFPR) - Coordenadora Regional do Sul.

ENCAMINHAMENTOS

- Avançar na luta pela Universidade pública, gratuita e de qualidade;
- Debate e mobilização em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que neste momento deixa a comissão de Educação para tramitar em plenário da Câmara Federal;
- Ampla mobilização envolvendo os diversos Fóruns (de Extensão, Pesquisa, Graduação, Planejamento, da Escola Pública, etc.) e entidades nacionais como UNE, ANDES, FASUBRA, etc., objetivando levar a cada ponto do país, a mensagem da tese fundamental da nova LDB e trabalho conjunto em defesa do ensino público;
- Provocar uma reunião de articulação através da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais (ANDIFES), de toda comunidade interessada, para participar do Seminário “Educação: O Desafio do Ano 2.000”, nos dias 18 e 19 de junho em Brasília, quando estarão em pauta, respectivamente, o ensino superior e o Financiamento da Educação.

**PROMOÇÃO:
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**X FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES
DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E
COMUNITÁRIOS**

**GOIÂNIA-GO
PERÍODO: 21 A 24 DE ABRIL DE 1992**

PROGRAMA

Dia 21 de abril

Local: Auditório da Faculdade de Enfermagem e Nutrição da UFG

20:30h: Abertura

Conferencista: Prof. Marcus Luiz Barroso Barros

Reitor da Universidade do Amazonas – Representante da ANDIFES e representante do CRUB.

Dia 22 de abril

Local: Auditório da Faculdade de Enfermagem e Nutrição da UFG

08:30h Conferência: Política de Assistência

Expositor: Prof. Marco Aurélio O. da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria

Debatedor: Assistente social Sandra de Faria – Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás e Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais de Goiás.

14:30h TEMAS LIVRES

– Coordenador

– Relator

17:00h – Discussão do processo eleitoral para escolha do Coordenador Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

17:30h – Reunião do relator com o Coordenador dos temas livres.

– Síntese dos debates e propostas.

Dia 23 de abril

Local: Auditório da Faculdade de Enfermagem e Nutrição da UFG.

08:30h Conferência: Política de Recursos Humanos

Expositor: Profª Acácia Zeneida Kuenzer

Pró-Reitora de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis da UFPR.

14:30h TEMAS LIVRES

- Coordenador
- Relator

17:30h – Reunião do relator com o coordenador dos temas livres

- Síntese dos debates e propostas.

Dia 24 de abril

Local: Auditório da Faculdade de Enfermagem e Nutrição da UFG.

08:30h Conferência: Política de Convivência – Lazer, Cultura e Esporte.

Assistente Social Conceição Zotta Lopes – Decana de Assuntos Comunitários da UnB.

13:30h TEMAS LIVRES

- Coordenador
- Relator

17:00h Reunião do relator com o coordenador

- Síntese dos debates e propostas.

18:00h – Encerramento com relatório final do evento.

Dia 25 de abril

Local: Auditório da Faculdade de Enfermagem e Nutrição da UFG.

08:30h – Plenária conjunta com a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE)

X FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Período: 21 a 24/Abril/92

SOLENIDADE DE ABERTURA

Prof. Ricardo Freua Bufáçal – Reitor da Universidade Federal de Goiás

Companheiros da mesa, senhoras e senhores presentes, eu não vou me alongar, faço minhas as palavras do Coordenador do Fórum nacional, o Prof. Narciso. Principalmente quando ele mencionou tão bem que as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis não têm apenas a tarefa assistencial de cuidar de casas de estudantes; de promover eventos de jogos universitários, de trabalhar com a questão do restaurante e casas dos estudantes enfim essas coisas que são importantes – são necessárias mas não se esgotam, nós temos que nos preocupar e muito com a integração de toda a comunidade universitária, principalmente os estudantes porque nestes últimos anos o nosso país tem sido muito rude através das administrações federais para com este setor que muitas vezes é carente não apenas de recursos imediatos para moradia, para refeições nos restaurantes, para contatos com os livros, mas para sua manifestação integral de cidadão que, dentro em breve serão os nossos Governantes, parlamentares, os nossos profissionais que estarão levando esse país para frente. Portanto, não me alongando, faço minhas as suas palavras Prof. Narciso, e gostaria de repetir o que ele disse quando nós através do Dr. Ary, recebemos todos vocês aqui na cidade de Goiânia, uma cidade ainda jovem, e, esperamos que vocês tenham aqui uma estada saudável e que gostem desse clima às vezes um pouco quente, mas talvez seja porque São Pedro esteja nos beneficiando depois de um pouco de chuva a mais. Mas, no fundo eu desejo que daqui saiam idéias que possam superar, pelo menos em parte, algumas de nossas dificuldades, porque certamente encontraremos dias duros pela frente, não apenas em 1992, mas em 93, 94 e talvez mais anos, mas, certamente se nós tivermos um pouco de resistência e ao lado dessa resistência nós nos unirmos à criatividade, talvez possamos encontrar algumas saídas para esse momento que é praticamente de caos; no que se refere ao enfoque dado pelo Governo Federal à questão comunitária e estudantil de nossas universidades. Faço votos que a gente tenha bastante proveito, retirado neste encontro. Agradeço a todos vocês pelas presenças e também aos nossos auxiliares da Universidade Federal de Goiás, o Prof. Pedro Célio que de uma forma até improvisada nestes dias de feriado ajudou o Dr. Ary, e aos demais

da nossa Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e também a nossa assessoria de comunicação social. Desejo a vocês todos muitas felicidades nestes dias aqui em Goiânia, muito obrigado.

X FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

CONFERENCISTA: Prof. Marcus Luiz Barroso Barros – Reitor da Universidade do Amazonas.

Prof. Ricardo – É com muita honra e com muito prazer que apresentamos o nosso conferencista da noite, o Magnífico Reitor da Universidade do Amazonas, Prof. Marcus Luiz Barroso Barros.

Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás, meu companheiro prof. Ricardo Bufaiçal, autoridades que compõem a mesa, líderes estudantis, líderes dos servidores, Pró-Reitores e demais estudantes. Quero inicialmente, em nome do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em nome da ANDIFES, nossa associação que congrega as federais, agradecer a deferência do convite, que muito nos orgulha. Antes porém de ser uma deferência, entendo o convite como um ato político significativo, uma marca de amadurecimento e discernimento político deste Fórum. Nesta conferência tentarei aprofundar-me em pontos da história do desenvolvimento deste Fórum. Farei uma leitura política da sua existência e mais do que isso tentarei pretensiosamente opinar sobre o futuro e sua veiculação com o que chamo de "sobrevida da universidade brasileira".

Durante a ditadura militar, ou imediatamente após, algumas das sequelas, das cicatrizes que como tatuagem mais me marcaram, foi a tortura, o desaparecimento das pessoas, o "milagre brasileiro" com o débito que ele nos impingiu em nível internacional etc... Mas, de todas essas, pincei uma, do ponto de vista político e afetivo, que mais me marcou no plano pessoal, uma consequência da censura, do cerceamento da liberdade naqueles 21 anos de regime de exceção, o que redundou disso para mim, pessoa física, foi uma coisa chamada **auto-censura** que eu observei ser muito mais grave do que a própria censura.

Em determinado momento da minha vida, nós militantes que corremos, nos escondemos, tivemos que enterrar os nossos livros, que tivemos todos aqueles procedimentos de combate à repressão nos depararmos com a incapacidade por vezes, de redigir algo com medo que isso fosse gerar problemas, mesmo depois que as "Diretas Já" haviam chegado ou mesmo antes, no final da década de 70. Isso foi uma coisa que marcou profundamente

te. Mas devagar, lentamente devagar essa coisa foi caminhando, para o desaparecimento, foi e desapareceu. Mas marcou.

No Governo Collor, com todo esse desmando, com toda essa onda terrível, eu não diria onda, mas este maremoto de corrupção que destrói o país, que agride os nossos bolsos desde o primeiro momento, quando nosso salário de funcionários públicos nos foi confiscado num marcado ato de violência e autoritarismo. Fatos outros que todos sentimos continuam nos marcando profundamente. Porém, como no "ciclo militar" hoje, uma das coisas que mais me frustra, não mais o militante da resistência daquela época, também como cidadão e como Reitor de uma Universidade Pública, é o que este ainda contingente momento político nacional gera em cada um de nós e no qual traço um paralelo com a auto-censura, que é o marasmo, a desorganização da sociedade civil, a inapetência, o deixar de lado, a nossa desorganização, o desinteresse por tudo na sociedade brasileira e para falar senso strito, o desinteresse que não nos faz olhar para frente na universidade que todos nós queremos crítica, libertadora, geradora do saber; motor, motor das mudanças sociais, motor do meio de resistência contra a ditadura, motor depois dela, das diretas já, da construção nacional, a ausência dela no momento da ditadura que destruiu o país – todos esses fatos, mas esse marasmo, esse desinteresse e estes dois primeiros anos trouxeram frustrações, em todos os níveis, da sociedade de classes que me deixaram tão preocupado quanto a questão da auto-censura ao final da ditadura militar.

Essas primeiras palavras são até ou fluem até como desabafo para chegar no segundo momento dessa conferência que é a alegria de estar aqui, porque eu começo a ter esperança, pelos documentos que li. Tendo uma visão histórica dos Fóruns eu começo a ter a esperança que nós vamos, com o interesse que se cria aqui, resistir e contribuir para a mudança. eu quero lhes confessar, ultimamente que começo a me animar. Quero lhes dizer que não tinha esperança de ver quase todos os Pró-Reitores Comunitários do Brasil aqui; porque o Prof. Narciso Lobo sempre me fala que esta não é a regra, então francamente eu quero lhes falar dessa esperança e, eu quero crer, sem ser ingênuo ou afobado, que, como a auto-censura desapareceu, o desinteresse, o descaso, a desesperança vão dar espaço à determinação, ao discernimento e à vontade de nós nos organizarmos outra vez, na perspectiva de avançarmos contra a agressão ao país. Nós cremos no inesgotável deste país e de todos os países que é a produção do saber na universidade, muito mais a nossa que se quer e que se exige ser pública e gratuita.

Muito bem, eu disse que fiz um passeio pelos documentos pré-criação do Fórum de Pró-Reitores e eles, me mostraram uma vertente política muito interessante. Comecei a ver os primeiros relatórios em torno de 1984,

quando já havia uma certa aglutinação e quando, o Estado se apoderava dessa idéia, uma idéia ainda, como disse o Pró-Reitor Coordenador Nacional, ainda tendente ao assistencialismo, ao assistencialismo puro, sem muita visão futura e política. Eu comecei a ler e ver aqueles documentos e a acompanhar o amadurecimento desse Fórum; e como eu conheço alguns outros fóruns, foi fácil ver nisso uma forma de resistência, de salvamento da universidade pública brasileira.

Naqueles primeiros momentos das reuniões no norte e nordeste, eu vi assim ao final de um determinado relatório pré-85, um dos pontos do relatório dizia: "1. promoção e apoio ao estudante universitário; 2. participação e representação estudantil; 3. projeto emergencial de manutenção dos Restaurantes Universitários; 4. Diretrizes e estratégias para promoção e apoio ao estudante universitário". Aqueles momentos, antes da criação dos Fóruns é como eu disse, eles abrangentemente assistencialistas, já havia a preocupação de que estas lutas não apontariam para a vitória se elas ficassem em si mesmas. E, neste momento, já se marca, neste documento, a presença e articulação com os organismos representativos das categorias dentro da Universidade, a UNE, a ANDES, a FASUBRA e, logo em seguida, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. E o conselho começa a receber esse tipo de manifestação.

Passando por todos esses Fóruns um, particularmente, me marcou, porque é decididamente um ponto de partida muito claro daquele amadurecimento. – O Fórum de Brasília. Este Fórum traz com todas as letras como o Ministério da Educação respondeu a nossa insistência e a nossa busca da solução destes problemas. Observem, passem a reviver através da descrição como está no relatório – o Fórum de Brasília de abril de 1990 diz assim: "O Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários reúne-se pela oitava vez na tentativa de buscar junto ao Governo Federal respostas aos documentos e propostas a tanto tempo elaboradas e encaminhadas a SESU, (hoje SENESU) deve-se ressaltar que nunca essa Secretaria dignou-se a responde-los, numa manifestação clara de omissão e descompromisso com as atividades complementares do ensino-superior". Toda essa luta de 84, com a criação da Coordenadora dos Fóruns, redundava num relatório desses de Brasília que, para mim destaquei porque afirma o descaso. Eu vou procurar entender logo a seguir quando tentava ler politicamente o porque disso. A academia através de seus Pró-Reitores, Secretários e Coordenadores em 8 anos de atividades produzem relatórios, documentos, cartas (cartas de Vitória, carta de Goiânia) documentos sérios, tiram como estratégias o contato direto com a imprensa nacional na perspectiva de denúncia e estes governos todos, desse momento, ficam de costas, e ficam de costas, irresponsavelmente –

talvez não tão "irresponsavelmente" porque atrás dessa "irresponsabilidade" existe uma determinação muito clara do que eu chamaria vontade dirigida e obsessiva de destruição da Universidade Brasileira. Esses são os sinais e sintomas superficiais, mas nós vamos chegar, acredito, pelo menos próximo do diagnóstico final que nós devemos ter muito a mão este diagnóstico, e cada vez mais nos fortalecer, nos unir, nos agregar de maneira mais ampla, sair só da necessidade e da importância vital das casas de estudantes, sair além da sobrevida dos restaurantes universitários que eu considero também vital, sair daí e dar um salto de qualidade, a assuntos que, além da sua importância costuram a reorganização política da nossa sociedade civil, dos segmentos que compõem a universidade e organizam a possibilidade de manifestar-mos a nossa competência acadêmica, competência no sentido mais amplo, não de enriquecer currículo única e exclusivamente, mas competência da universidade sem deixar brecha às críticas autoritárias, a crítica destrutiva vinda do aparelho do estado, sem deixar brecha para que nós possamos mostrar nossa competência acadêmica e nosso envolvimento com a sociedade a quem devemos, envolvimento aprofundado, envolvimento de compromisso, envolvimento que gera o saber, para assessorar a organização da sociedade civil. Nós não podemos perder o fio da meada, nós não podemos perder esta referência.

E nesse amadurecimento, na caminhada desse Fórum, eu tenho que homenagear Goiânia pelo que li. Goiânia, com a carta de Goiânia é um marco importante, é muito significativo. Eu diria que é um marco mesmo, antes de Goiânia e depois de Goiânia. É na carta de Goiânia, por exemplo, que nós tiramos um dado importante que diz assim: "definir uma política de ação das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários e equivalentes por meio de estratégias que envolvam a participação da comunidade ou de seus representantes, referida ao princípio do ensino público e gratuito". O ensino público que é uma bandeira que continua sendo uma bandeira que não devemos deixar de lado. Na carta de Goiânia, é recuperada a idéia que devemos contemplar ações, que não sejam unicamente assistenciais ou promocionais, mas devem ampliar para as áreas de arte, cultura, esporte e lazer. Isso eu refiro como traço fundamental para ampliar, politicamente a resistência pregada na carta de Goiânia até esse Fórum agora.

Mas isto me fez perguntar. Que leitura política mostrar? Ou que leitura política ter para esta determinação de destruição da universidade? Desde o movimento estudantil, como militante do DCE, desde o movimento de docentes, como presidente da Associação de Docentes da Universidade do Amazonas até o seu Reitor uma das grandes marcas de resistência à ditadura foi a defesa da universidade pública e gratuita. Hoje ela está sendo destruída.

Eu lembro bem o olhar das pessoas para aquele "moleque comunista" que estava pregando uma coisa que era totalmente fora da realidade. Hoje, como Reitor, nós estamos sentindo na própria pele, e aí eu gostaria de ter a capacidade de passar para os senhores que isso da destruição das universidades não é mais retórica. Agora como administrador maior de uma universidade federal, as marcas da sua destruição não estão única e exclusivamente num virar de costas para o restaurante universitário, para a moradia estudantil, o avançar da destruição da universidade pública e gratuita deixou a muito as questões complementares como eles dizem, de apoio universitário para destruir o cerne da universidade, a produção do saber. Sabem como eles fizeram? A conquista da nossa greve de 87, de greves anteriores de 85, 84 que davam a aposentadoria integral que nós consolidamos na constituição, eles disseram o seguinte: "Olha nós vamos retirar a aposentadoria integral". Observe como é maquiavélico e em cima disso os nossos professores, 12% dos nossos professores recém pós-graduados, como pós-doutorados nos Estados Unidos, na França pediram aposentadoria e nós tivemos que aposentar. Lembram como a ditadura destruiu a USP? Mandando os seus cérebros para fora do país. O saber é a única fonte de libertação, de autodeterminação, de crescimento. Eles, além do restaurante universitário, além das verbas de outros custeios e capital estão chegando nos salários de uma maneira mais agressiva; eles estão destruindo as cabeças. Observem como são maquiavélicos, estamos na Universidade do Amazonas substituindo, um professor titular doutor por um garoto recém formado na minha universidade, para que esse garoto dê aulas no lugar do professor doutor. O caminho percorrido por esse professor titular doutor investido financeiramente é impagável. O padrão da minha universidade caiu assustadoramente, os garotos recém formando não chegam próximo, próximo sequer, daquele padrão que uma universidade no Norte do Brasil, no Estado do Amazonas lutou a duras penas para formar 64 PhDs, 280 mestres e 800 professores, e isto é uma das provas mais concretas e mais criminosas. Eu fiquei e estou muito preocupado porque nosso Setor de Artes (que importância eles dão à arte) está com as esquadrias podres e caindo; as meninas do balé estão se arranhando num piso todo cheio de farpas, isto é terrível, isto é criminoso. Mas minha preocupação é a cabeça das pessoas. Nós não vamos mais gerar conhecimentos. Até nós recuperarmos isso vai demorar pelo menos mais vinte anos. Como se isso não bastasse, até a minha vinda para cá, o orçamento de 1992 da universidade não havia chegado. Não há administrador que consiga planejar isso, os recursos de 92 eles não haviam mandado, não há recurso algum. Mas um princípio nosso é jamais fechar o restaurante. Observe que é um princípio meio maluco: na Universidade do Amazonas, se fecharmos o restaurante universitário hoje,

na recessão não haverá aula, e não haverá expediente. Sabem qual é o maior exemplo? Nós vivemos numa área de 660 hectares; o Campus da Universidade é todo de mata primária, é lindo o campus da universidade e há o pessoal bastante radical e eu estou com eles quanto a preservação de campus, e aí, o que acontece, as árvores de 30 metros de altura ficam muito próximas da rede de transmissão de energia elétrica. Aí nós não deixamos realmente cortar as árvores e brigamos com o pessoal da Eletronorte, mas nos temporais amazônicos as árvores caem por sobre a rede e nós ficamos sem luz. Mas nós vamos continuar assim, consertando as redes e deixando as árvores – é um princípio. Mas eu estou dizendo isto para lhes dizer que no dia que não tem luz, não tem água no restaurante. A primeira reivindicação é "Reitor suspenda o expediente". Observem a importância disso, não há nada a fazer mais, nem aula nem atividade administrativa. Eu sou obrigado a suspender o expediente. O restaurante universitário hoje é mantido com verba subsidiada do governo do Estado e da Prefeitura de Manaus. Há um convencimento, por parte da universidade, de que as verbas municipais e estaduais são também verbas públicas. Há um convencimento político e aceito pelo Governo do Estado hoje, a luz e a água da universidade, parte dos subsídios do restaurante e metade dos funcionários do hospital universitário são pagos pelo Governo do Estado. Quer dizer, isto não é solução? Não. Não é solução, não é solução à medida que as verbas, por vezes públicas, e foi luta antiga nossa, não estão indo diretamente para a universidade pública. Mas é a expectativa de manter a instituição viva.

Certa vez, há pouco tempo, eu vi o Presidente do Banco Central dizer uma frase que me marcou a vida inteira: "a educação é inflacionária"! Eu vi na televisão da minha casa ele dizendo isso! Naquele momento eu senti de uma maneira muito clara toda a ideologia do governo, e as coisas ficaram escuras na minha frente. Ora, depois a UNE trouxe "educação não rima com lucro", quase como resposta a isso. Mas a verdade é que para um governo que vê a educação como inflacionária, perde uma das coisas mais sérias que tem, que é a soberania. Nós estamos assim porque perdemos a soberania. O Fundo Monetário Internacional a quem a ditadura emprestou os recursos para a ponte Rio-Niterói, para a Transamazônica, para Perimetral Norte, para as grandes hidrelétricas como ITAIPU, Balbina, Tucuruí – sem nos consultar –, exige hoje, por sobre a nossa soberania, que tomemos como política ser a educação inflacionária!

A nossa resistência da UNE, ANDES, FASUBRA e dos Fóruns têm nos mobilizado e com resultados. Têm feito com que o Emendão recue, que não traga no seu bojo essa falsa autonomia.

Os primeiros quinze dias, de janeiro eu tomei um susto muito grande quando vi outro fato na minha cara: fui, com mais 20 Reitores, a Israel para uma visita a Universidades e Institutos de pesquisa. Nós éramos quatro Reitores brasileiros e o restante de toda a América Latina. O susto foi que 80% desses Reitores vinham de universidades que foram públicas e hoje, a que menos tinham um índice de pagamento era de 25% do orçamento. Isto que nós estamos falando e resistindo, eles já perderam a batalha para o Fundo Monetário Internacional. Eu quero confessar minha ingenuidade. Eu tomei um susto quando vi isso estampado na minha cara, na conversa com os outros Reitores.

Assim esse nosso nível de resistência é fundamental, por isso eu dizia que me animava com esta sala cheia, me animava com as propostas mais recentes dos Fóruns que extrapolam a questão única e exclusivamente do que eu chamaria de encolhimento assistencial, "dá aqui uma esmolinha para o restaurante não fechar". As coisas são muito mais complicadas. A casa do estudante tem que existir, tem que se ampliar, o restaurante universitário não pode ser fechado, mas nós não podemos, do ponto de vista estratégico-político deixar de ter a leitura mais ampla de que está fora do país a determinação de nossa destruição. Essa leitura nós não podemos deixar, nós não podemos perder essa referência. A reforma ministerial, como todos sabem, ainda bem que ela não deu os frutos esperados, mas o objetivo é de passar o Emendão, que empurra a LDB prá frente. Espero que a tramitação não dure uns dez ou doze anos da LDB anterior.

Agora no avião, abri um jornal da Grande Imprensa e vi uma notícia pedagógica do que estou dizendo – foto de um nosso companheiro reitor e a notícia dizia assim: "Universidades vivem a beira do calote". O que é calote? Ele diz aqui no final da matéria que ao invés do caminhão ou do carro pagador vai vir um carro de polícia para levar os Reitores presos, porque os Reitores não saúdam os seus compromissos a quatro meses pelo menos. Eu vou lhes dizer uma coisa séria da Universidade Federal do Amazonas, nós temos no campus a segurança nossa contratada, hoje parte da segurança, porque são 660 hectares e mais as Unidades no centro da cidade. Nós não tínhamos servidores pois o nosso corpo de funcionários ficou em 64 servidores e isso é inexpressivo. Nós contratamos uma empresa. Há quatro meses essa empresa não recebe porque o dinheiro do MEC não chegou. Resultado é que a empresa está saindo, está indo embora. Como fica a segurança do Patrimônio?

Eu sei que nesses Fóruns se discutiu muito já a carne, o macarrão, o tomate e eu vou falar um pouquinho disso. Esse mês agora eu comecei a pagar a carne que eu comprei há 4 meses. A carne no Amazonas fica em

média Cr\$ 5.500,00 o quilo, hoje. Eu paguei a carne agora com um "dinheirinho" que chegou esta semana, a carne que eu comprei a Cr\$ 1.800,00 o quilo. Eu estou destruindo o meu fornecedor, esse é o calote que está havendo nas Universidades! O fornecedor não vai fornecer mais, o Hospital vai fechar as portas e as autoridades continuam estritamente insensíveis! Mas eu lhes digo que eles não passarão, não passarão, não passarão porque como a auto-censura desapareceu eu quero crer, e aí faço questão de ser ingênuo, em acreditar que nossa resistência está se reorganizando num Fórum como este.

Muito obrigado pela atenção.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

POLÍTICA DE AÇÃO COMUNITÁRIA: ELEMENTOS
PARA UMA CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA

Marco Aurelio Oliveira da Silva (*)¹

Jane Dalla Corte Monari (**) ²

INTRODUÇÃO

"A Assistência, tanto ao estudante quanto ao servidor, não é um estado. É uma condição. E, como tal, não se ganha. É um direito a ser conquistado, como os outros, em busca da liberdade do homem".

PRAE/90

Para se fazer qualquer abordagem em torno de ações comunitárias em nossas Universidades é necessário, em primeira instância, dar um tratamento histórico ao assunto: com isso, tem-se a intenção de nos instrumentalizarmos para efetuar uma mais ampla e profunda apreensão dessa realidade em tela, compreendendo o presente a partir do passado, como um momento fundamental do futuro.

Isto significa que a produção deste trabalho em torno do nosso quefazer, nos remete, inicialmente, ao reconhecimento da experiências acumuladas, da troca de saberes que a instância do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários oportuniza, estabelecendo, desta forma, uma dada compreensão, que vem sendo medrada a partir e em função dos diálogos entre agentes de determinados programas de assistência em educação universitária.

¹* Professor Adjunto – Pró-Reitor de Assuntos Estudantis/UFSM

²** Técnico em Assuntos Educacionais – Pró-Reitor Adjunto/UFSM

Assim, podemos constatar uma proliferação constante de propostas que situam as formas alternativas de emprego das, orientadas no sentido de satisfazer interesses e necessidades de frações/segmentos de nossa dita comunidade universitária, incrementar sua capacidade de movimento e participação e apoiar o fortalecimento de suas organizações. Nesse sentido, trata-se da recuperação dos saberes produzidos coletivamente, com a intenção de favorecer a apropriação pelos próprios autores de forma socializada.

O documento desta maneira, por coerência com o que foi afirmado, não tem a pretensão de ser absolutizado, conclusivo. Assumindo características processuais, tem, sim, a pretensão de ser contributivo à ampliação da discussão sobre aspectos do nosso trabalho.

Ao alavancar questões que estiveram e estão presentes de forma constante em nossas práticas, as quais longe de estarem resolvidas, precisam ser retomadas e coletivamente trabalhadas, o documento representa a busca da superação. Superar é a síntese que se estriba nas premissas contraditórias da realidade antecedente, que, portanto, conserva e interioriza, em um patamar mais avançado, os elementos que intervieram nos estágios anteriores do processo dialético.

Consubstancia-se, através da proposta, a busca de estratégias que oportunizem o acesso e permanência das camadas populares em nossas Universidades, o compromisso maior na viabilização de uma política de ação comunitária, na demonstração de que a Assistência não é asséptica, nem neutra. Implementada por programas de ordem cultural, política e educativa tem um destinatário, em primeira instância, os representantes das camadas populares, filhos de trabalhadores, operários e camponeses, co-parceiros constituintes das instituições educativas universitárias, e, em segundo momento, numa visão mais ampla, o homem liberto, emancipado, livre da alienação e opressão das quais a educação, paradoxalmente, é um dos condicionantes mais significativos.

A abordagem do tema se estrutura inicialmente com algumas considerações mais gerais, seguidas da apresentação de três grandes blocos: o primeiro, denominado Marco Situacional, procura de forma crítica fazer a apreensão de nossa conjuntura, suas conseqüências, ao nível de indivíduo e da sociedade: numa macro-visão se denuncia, sucintamente, as relações sociais vigentes, as quais são verticalizadas e fortalecedoras dos compromissos com as classes opressoras.

Já a razão de nossas atividades, a clarificação e o esboço de nossas utopias, numa visão onírica de projeto alternativo de sociedade em estado de devir, constitui a segunda parte do trabalho, a qual designamos Marco Doutrinário.

Como caminhar para o futuro ainda não conhecido, mas utópica e ucronicamente pensado, a partir da constatação de uma realidade presente: eis o terceiro momento do documento, representando toda síntese de nossa prática, fundada no tratamento praxiológico. Este aspecto é designado por nós de Marco Operativo.

A referência maior do trabalho é o delineamento da identidade de uma área de preocupação de nossas universidades, na expressão da malha psicológica, sócio-econômica, política e cultural de um grupo humano, em torno da explicitação de suas necessidades, aspirações, conflitos e contradições, buscando, através de sua reelaboração coletiva, uma visão que represente cumplicidade, ecleticismo e ecumenismo.

O documento, por fim, se constrói na perspectiva de fato histórico e, portanto, será revisto, atualizado, inclusive se auto-superando. Torna-se, destarte, matéria prima. E mais que matéria prima é equipamento de transformação, o qual ao estimular a reflexão crítica, através do "olhar a identidade do outro", descobre-se melhor a si próprio, na exaustiva tarefa artesanal de cada um de nós tornar-se, aproximando-nos do ainda-não.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DE NOSSA PRÁTICA

Não há caminhos estabelecidos para a liberdade. Cada um deverá conquistá-la por si mesmo. Sem este esforço não haverá companheiros de caminhada, mas, súditos subservientes ou superiores autoritários.

O CONCEITO DE COMUNIDADE

Uma política explicita-se por um somatório de diretrizes norteadoras de ações para um determinado local. No caso, é preciso, ao se propor estabelecer uma política de ação comunitária, ter o entendimento do que é comunidade, enquanto categoria de pensamento.

O termo comunidade tem sido um dos mais utilizados, tanto no campo das ciências, como sobretudo no das práticas sociais. Para João Bosco Pinto, ao abordar a questão "Comunidade, como a palavra diz, significa comum-unidade, unidade ao redor do comum". O termo em sua origem e usos posteriores denota a existência de determinados agrupamentos humanos que, convivendo em um mesmo espaço territorial interagem, se identificam com

as normas do local, desenvolvendo certos traços comuns, surgindo com uma certa unidade.

PROBLEMAS COMUNS, EFEITOS DISTINTOS

É preciso ter-se o entendimento que o fato de um agrupamento humano ter problemas comuns não faz dele uma comum-unidade. Na verdade a dita comum-unidade é engendrada e dividida por interesses que são opostos e antagônicos, perpassando e determinando a vida social, a totalidade da vida econômica, cultural e política, opondo entre si indivíduos e grupos da população, até mesmo nos povoados mais longínquos.

Estabelece-se deste modo, que os interesses, numa matriz de sociedade como esta que convivemos, dividem os seres humanos mesmo quando, perifericamente, seus problemas aparecem como sendo comuns. Na verdade, a necessidade sentida por um certo grupo humano, torna-se um problema social, o qual ao ser remetido à solução, traz efeitos diferenciados em diversos indivíduos.

O que se quer afirmar é que, numa visão epistemológica, existem duas dimensões, em se tratando de conformações conceituais de comunidade, as quais se sombreiam, se interpenetram, revelando, cada uma, um determinado nível da realidade. Assim, quando se fala de comunidade pode-se estar referindo àquilo que realmente é, como se apresenta, na realidade cotidiana, no dia-a-dia: agrupamento de pessoas, em permanente interação, com conflitos e confrontos estabelecidos pelos interesses, numa relação que, ao mesmo tempo, é unidade e oposição. A outra visão é a ideal - a funcionalista, que joga o conceito, propositadamente ou não, na projeção da homogeneidade, no equilíbrio, no consenso, embora tais características sejam imaginárias.

POLÍTICA DE AÇÃO COMUNITÁRIA: A COMUNIDADE COMO OBJETIVO

As assertivas anteriores levam a inferir que "a comunidade" numa visão ideal não pode ser o ponto de partida, algo pressuposto, que se supõe pré-existir a uma ação educativa. A comunidade pode constituir, sim, um objetivo, um propósito a ser alcançado, um ponto culminante, sempre e quando haja uma base objetiva que justifique essa finalidade.

É preciso ter-se claro que se pode desenvolver práticas integradoras, como a cooperação, entre grupos que têm interesses divergentes e até antagônicos, visando encontrar uma solução para um problema que aparenta ser comum. No entanto, de tal colaboração jamais, neste modelo de sociedade,

resultará uma organização sócio-política permanente, se os interesses dos grupos que a ela se agregam são opostos.

Assim, a base objetiva, o substrato para o desenvolvimento de práticas educativas não formais numa comunidade universitária são os interesses dos indivíduos ou grupos constituintes dessa comunidade, os quais, podem ser diferencia dos, mas não opostos, polarizados e antagônicos. Isto tem a intenção de alertar para que, ao se formular políticas de ação, não se tenha uma visão maniqueísta, deixando-se de perceber diferenças e antagonismos, construindo-se projetos de organização social e política que não tem viabilidade. Ao contrário, eles podem acirrar os antagonismos oportunizando, ainda que não percebidos, que os mesmos se fortaleçam e se perpetuem.

Estas posturas, advindas de leituras ingênuas e acríticas de nossa realidade estão presentes muito mais do que se imagina. Com base nas boas intenções dos que querem e buscam "assistir", o que se promove, na verdade, é a perpetuação das desigualdades sociais.

DESVELANDO A ASSISTÊNCIA

A Assistência desenvolvida em nossas Universidades não pode ser definida. Ela é o que é. O que se pode é aflorar alguns pontos que estabeleçam seus limites conceituais guardando, no entanto, suas particularidades genuínas em cada instituição em que é engendrada.

Para enriquecermos nossa compreensão em torno do conceito, usa-se a categoria teórico-prática, de caráter sociológico e analítico. Por esse prisma a Assistência é considerada da uma prática social, entendendo-se por esta o somatório das atividades, historicamente determinadas, realizadas intencionalmente por agentes, de forma organizada, através de instrumentos, com o objetivo de transformar a realidade.

Toda prática social, para ser entendida, deve ser explicitada como problemática. Isto evitará interpretações localistas e reducionismos. Tem-se a compreensão de que fazendo-se a apreensão dos problemas de forma isolada, também construir-se-á práticas fragmentadas e fragmentárias. Problematicar, ao contrário, é estudar as questões de forma integrada, colocando nossa prática num cenário, cujo pano de fundo é constituído pelas dimensões econômica, política, cultural, ontológica, antropológica, histórica e social.

Por cada foco anteriormente apresentado se estabelece uma vertente e uma versão explicativa para quaisquer práticas. É preciso, no entanto, ter-se claro que cada componente não intervém isoladamente quando da construção de uma dada ação. Todos interagem, de maneira imbricada, ora se comple-

mentando, ora se negando contraditoriamente, estabelecendo-se um grupo infinito de paralelogramas de força, dos quais surge uma resultante: o fato histórico.

Tem-se a clareza que não se pode aqui promover a análise crítica das práticas em estudo pelo viés de cada lente apresentada. Reduz-se tão somente ao enfoque social e político, ficando os demais implícitos nas abordagens posteriores. Assim, pela dimensão sociológica, essa categoria se refere a coletividades sociais, tais como grupos, classes ou frações, organizações públicas ou privadas. Desnecessário se torna afirmar que a origem do termo social é da palavra grega "socius", abrigando o sentido de "ser em relação". O homem é desta forma, numa visão de Paulo Freire, um nó de relações e não só de contatos, não apenas no mundo, mas com o mundo. E estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade que o fez ser ente de relações que é.

Com efeito, é através desse referencial que se passa a compreender a concepção de sociedade, e sua dinâmica a qual permeia a idéia de conjunto, de ação coletiva, de coletividade, isto é, de indivíduos e grupos que estão em relação uns com os outros. Assim, desprende-se que a sociedade não é o resultado das interações individuais, nem é construída subjetivamente pelos indivíduos; sua construção se dá através de relações sociais, diferenciadas e contraditórias, as quais lhe imprimem movimento, desenvolvimento e transformação.

Desta maneira, ao se promover práticas sociais categorizadas como assistência, deve-se ter claro que o que se deseja aperfeiçoar/transformar são as relações sociais estabelecidas em um dado grupo humano, já que elas são determinantes e determinadas da e pela sociedade que convivemos. Mas quais relações predominantes que estão estabelecidas em nossa sociedade que se pretende mudar?

MARCO SITUACIONAL

"O amo não é um amo senão pelo fato de que possui um escravo que o reconhece como tal".

Hegel

Parte-se da idéia de que as atuais relações sociais impedem que nos realizemos como seres humanos. Vive-se numa sociedade opressora assentada no paradigma neo-liberal burguês. E é opressor

o pai, o professor, o representante religioso, e todos aqueles que implementam nossas expressões simbólicas (ciência, senso comum, filosofia, direito, literatura, política, Estado e outros).

Esta sociedade por interesses individuais de grupos minoritários, tende a se reproduzir cotidianamente fortalecendo-se o tipo de relação social, que é a base construtora de nossa dinâmica social: a relação hegemônica. Por esse modelo, a dominação não se sustenta exclusivamente através da coerção; existe outra dimensão da dominação, a qual se viabiliza pela submissão, pelo consentimento, através do conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem sentir e como sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

UM POUCO DE IDEOLOGIA

Este conjunto, torna-se um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo e regulador, cuja função é dar aos membros da sociedade uma explicação racional para as diferenças sociais políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à questão da divisão de classes.

Esta hegemonia é assegurada pela ação do Estado, pelo aparelho jurídico, pela escola, pelas crenças religiosas, pela cultura, cuja maquiagem tem a função de apagar as diferenças sociais e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, como, por exemplo, a comunidade, a igualdade, a Nação ou o Estado.

A ALIENAÇÃO

Os resultados dessa relação processual, historicamente situada, exteriorizam-se, nas condutas e nos modos de pensar do indivíduo ao longo da vida, e tem na alienação - por omissão e expropriação - seus aspectos mais fundamentais.

Desta forma, independente do nível de escolarização que possua o homem alienado, o "homem que não é seu", o homem desominizado, é capaz de matar, inclusive, outros homens na defesa das idéias da classe dominante, a qual ele nem mesmo pertence, porém se tornou seu espelho fiel, depositário e defensor domesticado. Essa ausência da capacidade crítica o coloca no mesmo nível mágico de consciência ingênua, característico das sociedades

primitivas, onde os homens são ainda incapazes de "admirar" sua própria historicidade.

OS NÃO CIDADÃOS

Através da alienação social os homens não falam mais em seu nome, não tem o domínio de seu próprio destino, não são incluídos no seu próprio processo de decisão, e toda a sua vocação humanística é como que direcionada para a metabolização e transpiração dos valores das classes dominantes e dirigida para a omissão social, simbolizada por frases-clichês, de forte conteúdo ideológico, tais como, "política e religião não se discutem", o "estudante é passageiro", "sempre existiu e sempre existirá pobres", e outros congêneres.

Na verdade, o Brasil é um espelho claro de inovação capitalista que se incrusta na realidade social, cuja integração na socialização das conquistas da revolução burguesa dá-se apenas de forma superficial e minoritária: São poucos os cidadãos e é enorme a massa dos assim chamados "condenados do sistema". De um sistema que privilegia os interesses privados dos detentores dos meios de produção, que socializa os seus custos sociais, mas não socializa a fruição dos bens culturais.

Com efeito, quanto mais nossa sociedade se desenvolve culturalmente e mais progride tecnologicamente, mais, paradoxalmente, aparecem as formas de dominação, de manipulação, de violência, e o homem cai do seu estado de sujeito para tornar-se objeto.

Os desdobramentos dessa dinâmica histórica se fazem sentir na questão da cidadania, a qual nunca foi das mais arraigadas tradições em nosso País. A falta dela, aliás, não se sente apenas na apatia com que a população assiste ao descumprimento cotidiano e sistemático da legislação, mas é, justamente uma das origens do problema.

Na verdade, não existindo tal consciência, também não existe o que nela estaria intrínseco: a iniciativa de se fazerem respeitar direitos e o sentimento de obrigação com deveres.

Desta maneira, num misto de apatia e cumplicidade, ao mesmo tempo em que pouco se esforça para exigir direitos legalmente garantidos, boa parte da população não observa por exemplo, pequenas obrigações a serem cumpridas em nome do coletivo. Tem-se a clareza que na origem desta situação constata-se, contribuindo para formação desse quadro, a participação de um Estado autoritário, tutelista e paternalista, que desde suas origens na sociedade escravocrata, impede a formação de uma consciência de cidadania.

Fruto desse processo, somando-se a ilegitimidade de um Estado que sempre se preocupou em atender aos interesses da classe dominante, originou-se um completo descolamento ou falta de identificação entre Estado e sociedade. A população não se vê representada no legislativo nem no executivo, não acreditando nas leis, as quais não são vistas como expressão da vontade geral, mas, sim, como reflexo dos interesses conflitantes.

As leis, embora com aparente neutralidade, são o instrumento pelo qual o Estado absorve as reivindicações da classe subalterna, redefinindo-as em função das classes dominantes. Este conjunto de características traz como reflexo, um modo de agir e pensar inusitados em nossa sociedade, originado a partir do recrudescimento da ditadura militar, da instalação de um governo decepcionante, que deixa cada vez mais a descoberto seus compromissos com interesses alienígenas ao conjunto da sociedade, desenvolvendo, no entanto, velhas práticas populistas, desaquecendo a busca da "utopia revolucionária".

A rebeldia política, a obsessão pela liberação sexual e moral, a sensibilidade às práticas políticas e às bandeiras gerais de transformação da sociedade - tão próprias de um passado tão recente - vão dando lugar a valorização do individual, a exacerbação do consumo, ao retorno da consciência com valores tradicionais, a apatia política e rejeição às instituições for mais, sejam entidades ou partidos políticos.

CARACTERÍSTICAS HODIERNAS DA SOCIEDADE

A revolução técnico-científica incorporada pelo capitalismo brasileiro determinou o conjunto axiológico supra citado, promovendo alterações nas relações de nossa sociedade. Tal fenômeno fez surgir uma forte e moderna indústria cultural, com potência para distribuir, uniformemente, os mesmos apelos a todas as classes/frações sociais e, também, generalizar modelos e aspirações. Esse processo provoca a ascensão das "classes médias" e o ingresso dos jovens e crianças na sociedade de consumo.

A ideologia do "bem-estar" e da "auto-satisfação individual" se generaliza a partir dos anos 80 e dissemina uma postura de identificação com o modismo, com a adoção de práticas de natureza não coletivas centradas no individualismo, no culto ao consumismo e ao hedonismo. A televisão é o principal difusor de novos valores, transformando atitudes, comportamentos e relações, as quais passaram a ser vistas pelo foco do pragmatismo e utilitarismo, expostas à aquisição.

A massa de informações veiculada pela televisão é dramatizada e apresentada de uma forma contemplativa, criando a sensação de sermos meros espectadores da tragédia histórica. Tal mensagem não orienta e não cria

responsabilidades com o mundo, mas, apenas, curiosidades. Esta inércia inconsequente finda por reforçar certas tendências na população em geral, como o distanciamento da realidade e a apatia política.

O capitalismo brasileiro gerou, aparentemente, uma situação contraditória: os nossos cidadãos, não tem seu emprego assegurado e o seu direito à educação e saúde são quase nulos. Mas foram integrados - mesmo que uma parcela só superficialmente - no mercado moderno. A indústria cultural generaliza anseios e cria, até mesmo em frações operárias, o desejo de se vestir bem, de possuir um videogame, um som sofisticado, ou, quem sabe, um jet-ski, para circular numa praia transformada num oásis pela propaganda; frequentar um clube fechado, ou de ter uma moto potente e de barulho cada vez mais assustador, que leva, pela velocidade, a um escapismo fugaz e a uma demonstração de força imaginária, pelo pretenso domínio sobre a máquina.

Essa nossa realidade vem indicando um perfil particular de nossa atual geração: a instalação da indústria da moda gera o narcisismo individualista e faz do prazer o valor moral mais importante, numa perfeita perspectiva hedonística. A busca exasperada em usufruir novos e novos produtos levam ao consumismo e a instalação da sociedade do ter.

Quem tem, tem mais e melhores escolas, tem mais e melhores empregos, mais espaço destinado ao lazer, aproveitados por melhores formas de descanso. Quem tem, tem mais liberdade, tem mais independência, não frequenta filas em frente às escolas, nos postos de saúde e nas instâncias da previdência; quem tem não entra em fila para o telefone ou para a água ou para a eletricidade; nem mesmo vai ao banco para retirar salário; quem tem, tem tudo isso em casa; quem tem, possui tudo, inclusive pessoas descartáveis; quem tem, tem sempre mais; quem tem, tem o poder ou o poder de fazer as regras do poder.

As neuroses urbanas, por sua vez, levam todos a fechar-se em si mesmos, descrendo-se nas práticas coletivas transformadoras. Circunstancialmente, demonstrando capacidade permanente de se refazer, a burguesia revela folego para cooptar nosso potencial de rebeldia. Não é que a atual geração defenda a iniciativa privada. A cooptação é mais sutil, direcionando os anseios de inovação e inconformismo para uma relação mercantilista, com a oferta de produtos - materiais e imateriais fazendo, nos jovens, por exemplo, que a rebeldia se consubstancie ou numa calça velha, desbotada e até "rasgada de fábrica", ou numa melo dia, ou num brinco, evitando que tal postura se materialize numa prática social que possa levar à contestação da ordem social e política instalada.

Também pesa nessa conformação política e ideológica, o próprio comportamento das lideranças formais, as quais não conseguem captar as mudanças e transformações ocorridas na sociedade. A partidarização e o sectarismo de tais lideranças só tem dificultado sua renovação e aproximação de nossa realidade social, gerando rejeição às instituições e à política formal. O caráter elitista e elitizante dessas instituições, quase impermeáveis ao que vem de baixo, a forma tradicional de fazer política, através do clientelismo, da corrupção, do tutelismo, e do oportunismo reforçam o descrédito e contribuem para a perpetuação desse quadro.

Estes traços estruturais são os que definem claramente a situação da não-cidadania, do não homem, do homem negado, humilhado e oprimido, vivenciado pela grande maioria dos brasileiros. É uma sociedade que não se constitui um povo de cidadãos. Somos em grande parte uma massa de trabalhadores orquestrada ao gosto do capital. Atraído irresistivelmente pelo estilo de vida da classe dominante, o homem alienado é um homem conformista, nunca verdadeiramente comprometido com seu mundo. Um dos seus desejos alienados é o de aparecer, não o de ser. A realidade, desta maneira, tal como é sentida, não corresponde à realidade objetivamente vivida, mas à realidade na qual o homem alienado imagina que se encontra.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade. Por isso mesmo, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico e suas transformações sociais.

Nesse sentido, a educação não é um fato ante cedente ao homem, mas é uma construção dele. Ela existe concretamente na sociedade, fazendo parte de sua organização e de seus processos interativos. É uma instituição social e, como programa formalizado, é parte do equipamento que as classes sociais ou grupos de controle do poder lançam mão para realizar alguns dos seus interesses e objetivos sociais.

Desse modo, a educação, não importando o seu nível, sempre se traduz como sendo uma ação de grupos, que no interior da tessitura social, tem uma proposta de modificação das condições existentes, seja no sentido do aperfeiçoamento da estrutura social estabelecida, fortalecendo-a, seja no sentido da transformação da mesma.

A universidade, como componente e tal qual o sistema escolar, é instituída como uma estrutura hierárquica, burocrática, sob controle do Estado, que lhe impõe objetivos definidos segundo os interesses da classe dominante.

Mas, embora a organização burocrática procure formalizar, subdividir e hierarquizar as relações de trabalho, os objetivos não se concretizam automaticamente, pois sua execução passa pela mediação de uma série complexa de relações sociais que os reelaboram.

Assim, inclusive nos programas de assistência, observa-se o confronto, de um lado, a universidade com sua estrutura burocrática, constantemente minada pelo próprio conjunto de relações sociais que lhe dá consistência e, de outro lado, os representantes das camadas populares com sua dinâmica espontânea e democrática, constantemente ameaçada pela burocratização.

Esta situação contraditória abre a possibilidade de que tais atividades sirvam, de acordo com o contexto histórico, tanto para consolidação da classe dominante, quanto para apoiar a construção de uma instituição diferenciada.

Aliás, a própria ambigüidade dos profissionais da classe média, formados em nossa universidade, numa sociedade capitalista, abre perspectivas para que estes, em determinadas situações históricas, comprometam-se com as classes subalternas. Desta maneira, a classe dominante precisa formar seus "intelectuais tradicionais", a elite dirigente que mediatize o exercício de seu poder. Mas, enquanto classe, os profissionais não se identificam com a burguesia, por não serem proprietários, nem se igualam aos trabalhadores manuais, por serem remunerados com parte da mais-valia retirada da classe trabalhadora. No entanto, nas situações de crise econômica "a classe média" tende a se aliar aos operários e camponeses, em oposição a burguesia e, nos períodos de prosperidade, ao contrário, assumindo superficialmente os valores e comportamentos da elite dominante.

A ambigüidade do profissional intelectual, formado na universidade, reflete a contradição decorrente da divisão social entre o trabalho intelectual e o trabalho manual na sociedade capitalista. A Universidade, enquanto instituição reprodutora e repassadora do saber contribui para a manutenção desta divisão, na medida em que exclui relativamente a maioria dos trabalhadores do acesso ao saber, garantindo que este seja assimilado apenas por uma elite facilmente cooptável pela classe dominante, sendo aculturada pela lógica capitalista. A universidade é a instituição que por ser o último patamar do sistema escolar, representa da melhor forma este caráter seletivo e elitista.

A estrutura seletiva do sistema universitário (financiado pela sociedade) faz com que o saber (produzido socialmente) seja apropriado por apenas um grupo minoritário. Assim, a função social que justifica a existência da universidade é invertida, na medida que torna o conhecimento coletivamente produzido em condições de ser acessado apenas por uma parcela, que vai empregá-lo justamente para manter o sistema de exploração e dominação sobre a maioria.

A própria função educativa torna-se invertida, em nossa universidade. Com efeito, é conferido a esta instituição o papel de formadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho, que requisita funcionários treinados para o serviço especializado e subalterno. Pela especialização a universidade passa a transmitir um saber fragmentado e desvinculado da praxis social, impedindo uma compreensão crítica da realidade, necessária à participação ativa no processo de transformação social. Ao invés de formar cidadãos críticos e profissionais capacitados a universidade é condicionada, de uma forma geral, à instruir alunos para serem indivíduos alienados e funcionários obedientes.

Isto posto, na concepção da sociedade de consumo com a qual convivemos, tal qual se formam crianças super vitaminadas, através de iogurtes apresentados de maneira requintada, homens e mulheres ganham forma através de enxertos de silicones, a universidade desenvolve, por sua vez, uma função de produção estabelecida em suas estruturas esclerosadas. Seu produto final, são pessoas capacitadas, cujo número cresce assustadoramente, em função da massificação do ensino, engrossando os "exércitos de reserva", colocando a disposição do mercado profissionais de qualificação duvidosa, e, portanto, submetidos também ao processo de expropriação, na própria luta pela sobrevivência onde se oferece salários cada vez mais aviltados.

MARCO DOUTRINÁRIO OU: EM BUSCA DA NOSSA UTOPIA

"Ao homem desconhecido; aos milhões de humanos anônimos que, do decurso da história, como parte das massas, nasceram, lutaram, morreram sem deixar rastros; aos milhões de escravos sem nome que com suas mãos tudo fizeram; aos que nada foram e nada são, mas que um dia serão tudo: serão homens".

Leôncio Basbaum

A vida ensinou a cada um de nós o dever da participação, o dever do serviço ao outro; Ensinou-nos também o dever de quem possui propostas para a Comunidade/Sociedade deve dizê-las e lutar para vê-las realizadas. É preciso então estabelecer um prognóstico para a sociedade, não desenvolvendo, um mero criticismo, a crítica pela crítica, não só de denunciar de forma ensimesmada, mas anunciar a retomada da caminhada contra a opressão que grassa em todos os campos.

Nossas preocupações se assentam, nos processos mais gerais de formação de uma sociedade estabelecida e, se sua (re)construção é hipotética, é porque, desta maneira, se estará criando condições mais adequadas de avaliação da própria sociedade real. Temos certeza que ao anunciar nossas utopias, enquanto anteprojeto, estamos denunciando as estruturas existentes que representam a própria dominação travestida. Nosso anteprojeto, longe de ser paradigma dogmático, se transformará num projeto de sociedade pela práxis histórica.

O que se compreende é que, numa visão hobbesiana o homem nasce tencionado para viver em sociedade, mas, isto não significa que esteja apto para a vida social. Se a natureza societária é intrínseca ao homem, não se pode afirmar, da mesma maneira da ordem social, a qual é resultante de uma ação racional, de uma engenharia social.

Destarte, ao se empreender um trabalho transformador, torna-se necessário modificar as estruturas sociais, edificando uma sociedade democrática, igualitária e simétrica em suas relações. A democracia, por sua vez, não é um projeto paternalista, tutelista, ou assistencialista, repleto de autosatisfações, situações gratificantes e cômodas, as quais são contributivas à instalação e desenvolvimento da consciência ingênua e à manipulação.

A democracia autêntica é aquela onde as pessoas, em respeito a dignidade de cada um e de todos, não são objetos dos que detêm o poder, mas, sim, co-partícipes e co-responsáveis deste poder. Sua existencialização, no entanto, só ocorrerá quando todos estiverem conscientizados de que a cada homem lhe é dado o direito de participar, apreendendo, assim, a parte que lhe toca, tornando-se co-gestor na lavração da história.

A vocação ontológica do homem - recriador e transformador - o coloca não como mero espectador de nosso drama social, nem como objeto de incidência da ação dos outros, mas sim como sujeito que opera e transforma o mundo, sujeito do seu agir histórico, rumo à construção de estruturas democráticas alternativas, onde todos participam e co-participam na conjuntura e poder comunitário.

Nossa preocupação centra-se no homem totaliza do, integral, ente biopsicosocial, em interação com a ambiência circundante, na busca exaustiva

de sua humanização e hominização. Este homem que precisa ser recriado, adotará para a transformação do mundo, uma outra dimensão valorativa, a iniciar com seu próprio compromisso político com o mundo.

Que esse homem, antes e acima de tudo, seja crítico, assumindo uma postura de protagonista transformador da realidade, e sua atuação, por certo, não se dará sobre "efeitos", buscando a superação dos conflitos que emergem da crise sistêmica de nossa sociedade moderna. Ao contrário, observando e interpretando as "causas", encontra soluções definitivas para os problemas existentes.

Nesse ideário, onde se respeita a diversidade e a pluralidade dos homens, o combustível desse processo é o diálogo, a existencialização da palavra. Será pela palavra que estabeleceremos a recriação e a humanização do homem na sua plenitude e hominidade.

Assim, o homem não é um conceito abstrato. A vida não é um dado. A vida é sempre tarefa. Algo que deve ser feito e conduzido. O homem é um conceito concreto, um projeto social historicamente situado no aqui e agora, mas possuidor de pretérito, alguém que está sendo e por isto é, no mundo e com o mundo, para transformá-lo, transformando-se.

Este ser só existe na liberdade, liberdade não como algo que lhe é doado, mas a liberdade como forma de ser. Vale a pena ser homem. Vale a pena viver a vida, trabalhosa e fiel na luta de sermos cada dias mais crescentes, fortes em suportar as contradições, sábios para aprender com elas e eternos contestadores para superá-las.

MARCO OPERATIVO OU NÓS E O COMO FAZER

A Universidade só será livre quando, paradoxalmente, for aprisionada pelo povo.

A UNIVERSIDADE COMO PALCO DE LUTA

Tem-se afirmado até aqui que o processo gerador e reprodutor da estrutura social vigente, está repleto de mecanismos perpetuadores da matriz escravocrata, mas, também, dialeticamente, pontilhado de trincheiras de resistência, de sementes de libertação da escravidão e afirmação da cidadania, por dentro e fora das formas de sobrevivência, por dentro e fora da religião, da expressão política, por dentro e fora da arte, da comunicação e o que mais

importa, por dentro e fora dos centros de elaboração e socialização do conhecimento.

As universidades, enquanto instituições, são espaços concretos, objetivos, frutos do próprio agir humano, embasado nas relações de produção que o homem estabelece. Isto significa afirmar que as universidades não são abstrações que pairam sobre a realidade. Dificilmente podemos compreendê-las sem nos interiorizarmos no processo estabelecido pela realidade objetiva, onde os indivíduos compartilham sua existência, geram conhecimentos e se reconhecem criadores e socializadores dos mesmos.

Elas, enquanto instituições, refletem a própria realidade contraditória dessa existência, ora servindo aos interesses de uma classe, outras vezes servindo a outra classe antagonicamente. Isto se viabiliza porque nelas estão indivíduos concretos que participam das relações materiais do cotidiano, dinamizando ações de avanço e retrocesso.

É necessário salientar que, mesmo considerando as universidades como espaços de contradições, há permanentes limites e tensões advindas da opção tomada por aqueles que as gerenciam. No momento de enfrentamentos e rupturas com a linearidade estabelecida, que poderiam promover avanços dos projetos políticos das camadas populares no interior institucional, existem tentativas concomitantes de reverter o processo, com a intenção de que não ocorra expansão do espaço político, modificando o ponto de equilíbrio, até então estabelecido pela correlação de forças.

Deste modo, se a assistência é a problematização do cotidiano universitário, sintetizada em práticas constataórias da mesmice linear que faz o dia-a-dia acadêmico, pelas quais se busca não somente novas respostas para velhos problemas, mas novas respostas para novos problemas, resta-nos questionar como pode, então, a universidade - sendo uma instituição burocrática tradicionalmente a serviço da burguesia e com tendência de servir como instrumento de cooptação e dominação - aliar-se no sentido de ser elemento contributivo à construção de uma sociedade libertadora e libertária.

ASSISTÊNCIA COMO PRÁTICA

Já foi afirmado que a assistência é formada por um conjunto de relações sociais, estabelecidas em nossas universidades, as quais se viabilizam concretamente com o objetivo não só de oportunizar ao educando de baixa renda representante das camadas populares e síntese das nossas bandeiras de lutas, acessarem e permanecerem no interior da instituição, mas, também, ao identificar uma realidade estabelecida, torna-se um instrumental transformador das relações que permeiam nossa sociedade.

Assim, se propõe que a assistência seja um instrumento de luta para superar as contradições existentes numa sociedade opressora. Só uma assistência verdadeiramente comprometida com as transformações dessa sociedade interessa as classes subalternas e ela só terá sentido enquanto partícipe do processo libertador, quando vier a colocar todos na condição de sujeito, visando superar a desumanização através da crítica e do diálogo.

Destarte, é necessário adotar-se uma concepção dialética na assistência. Tal concepção aponta para uma inovação no sentido radical, mudando as bases, raízes, colocando nossas práticas a serviço da transformação das estruturas de nossa universidade e, em decorrência, da sociedade. Esse nível de inovação pressupõe um salto de qualidade que ultrapasse o significado da própria aceção de inovação, encarnando-a como um desafio o papel de construir a nova formação social a partir e dentro da formação social existente.

Desta forma, por um lado, a universidade configura-se como uma organização burocrática, definida através de uma estrutura hierarquizada, em que todas as relações são formalmente definidas e dirigidas por um grupo detentor do poder, ao nível de cúpula administrativa, sendo controlada pelo Estado e servindo aos interesses da burguesia, no que diz respeito à produção do saber científico e técnico, assim como a formação de profissionais especializados de que as empresas capitalistas necessitam.

Por outro lado, a assistência se apresenta como um conjunto de práticas extremamente diversificada que tende a resistir de forma crítica, a exploração e à dominação estabelecida. Desenvolve, através de suas práticas, tipos de organização participativas, informais e não formais, visando a satisfação de necessidades concretas e imediatas, no que se refere à moradia, alimentação, creche, enfim às estratégias de sobrevivência, das quais se oportuniza para a consecução de seus objetivos. Para isso, pode-se valer, ainda, da utilização de variadas manifestações culturais, as quais, também, devem representar, sua praxis social de resistência. Desta forma, a teoria surge e se verifica à partir e em função da prática.

A assistência, deste modo, tem um jeito próprio de se realizar e uma finalidade diferenciada. Quanto a finalidade, tem a ver com o grande sonho do qual já falamos. Todos os que desenvolvem uma "trans - ação" com a assistência, parecem, estar alinhados nesse rumo. As divergências se colocam ao nível do "jeito próprio de fazer". Devemos, por conseguinte, ter o entendimento que nas nossas práticas todos os interventores são sujeitos e elaboradores da história. A relação fundamental é o diálogo, partindo do que a pessoa/grupo/fração em questão sabe e faz em termos de trabalho, de organização, de concepção de mundo, da existência e memória individual e

coletiva, levando em consideração sua cultura em suas diversas manifestações: arte, religião, costumes, maneiras de conviver e de se organizar, conhecimentos elaborados a partir da experiência prática, conhecimentos adquiridos através de estudos, cursos e outras formas.

O DESAFIO METODOLÓGICO

Uma das grandes dificuldades que se apresentam no cotidiano, para aqueles que desenvolvem práticas de assistência, na implementação e operacionalização de uma política de ação comunitária, é a questão do método de trabalho. Etimologicamente a palavra tem origem grega de *metà-odós* - caminho na direção de alguma coisa. É importante se afirmar que não se vê aqui método como um receituário, isto é, um rol de procedimentos, estabelecidos em sequência lógica e, portanto, interdependentes e detentores de um rigorismo científico.

A idéia é que o método a ser desenvolvido em nossas práticas é aquele que se chama de lógica reconstruída, aludindo-se que o próprio método é uma prática reconstruída a partir de outras práticas. Carrega o sentido de que não existem fórmulas prontas, que promovam "curas miraculosas", implementadas por "aprendizes de feiticeiros". Isto porque em cada universidade uma questão, ao receber o tratamento histórico e transformado em social, apresenta, no mínimo um condicionante diferente, que torna todos os resultados da mesma forma diferenciados.

Desta maneira, ao desenvolvermos nossas atividades, conceituadas como práticas sociais, as quais são estabelecidas através de um binômio problema/solução: aflora um problema, encontra-se uma solução e elimina-se o problema. Por exemplo: há um problema de vagas na creche, amplia-se a creche, constrói-se uma creche, contrata-se vagas em creches particulares, está resolvido o problema. Não se tem moradia estudantil suficiente, faz-se um projeto, capta-se recursos, constrói-se um prédio, resolve-se a questão; não existe um programa de saúde para os alunos, articula-se profissionais da área, para "dar consultas", resolve-se a questão.

Em síntese, faz-se um diagnóstico, se define o que é problema, prioriza-se os mesmos em função dos recursos existentes, encontra-se a solução e tudo termina e se retoma com outro problema. É aí que chamamos a atenção, para que nossas práticas sejam transformadoras, a partir de um tratamento pedagógico. Com efeito no binômio problema/solução, o qual passa a ser uma situação - instrumento, existe uma lacuna entre os dois pólos, que deve ser preenchida com um conteúdo político, para que nossas atividades sejam consideradas práticas sociais transformadoras. Dessa maneira, é preciso

termos claro que nosso trabalho pode ser categorizado como prática ou não, conforme o horizonte que ele alcança, seja pessoal ou coletivo. Nossa dinâmica se desenvolve no domínio de problemas que são sociais e cuja solução deve ser sempre social, nunca individual ou pessoal.

Para transformar nosso trabalho em práticas sócio-política-culturais, através de um tratamento pedagógico, é preciso modificar as condutas individuais em atitudes e comportamentos coletivos a partir da própria transformação da percepção da realidade. Assim, uma prática educativa problematizadora é vista como um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos indivíduos que a vivem.

Depreende-se daí que o início de nosso trabalho ou prática, se dá a partir da investigação da realidade e a transformação de suas representações, contextualizando nosso problema, definindo-se como ele é gerado, quais suas conseqüências, quais suas características, os fatores determinantes, tudo isto de forma interrelacionada. Isto nos permitirá, também, ao se solucionar o problema, modificar o conjunto de relações sociais, que gravitam em torno do mesmo.

Sendo a realidade o ponto de partida e de chegada da nossa, prática social deve-se ter a compreensão que uma mesma realidade confrontada é vista e entendida de forma diferente pelas pessoas, isto é, ela é representado de forma diferenciada ao nível da consciência das pessoas. Isto posto, clarifica-se que a realidade não é nosso problema primeiro, mas, sim, a representação dessa realidade na consciência dos indivíduos.

Por aí consegue-se conceituar o que seja prática transformadora: uma conseqüente e comprometida relação dialógica, encontro de indivíduos mediatizados pelo mundo para modificá-lo, não se esgotando na relação eu-tu; implica num pensar e refletir coletivo, verdadeiro e crítico, que apreende a realidade como processo e não como algo estático, normatizado, concluído e harmônico.

É nesse sentido, que se busca através do diálogo, através do tratamento praxiológico, a superação das atuais relações hegemônicas estabelecidas entre educador/educando, esposo/esposa, pai/filho, companheiro/companheira, na qual se exalta o sadismo do dominador e o masoquismo do dominado.

A Assistência, enquanto prática social transformadora, deve seguir algumas características que a diferem das formas tradicionais assistencialistas até então viabilizadas em nossas Instituições:

Diferenças básicas entre propostas de assistência:

TIPO CARACTERÍSTICA	ASSISTÊNCIA TRADICIONAL	ASSISTÊNCIA TRANSFORMADORA
Método de Análise	Funcionalista	Materialista Histórico
Método de Intervenção	Caso, Grupo, Comunidade	Método Dialético
Relação Agente/Unidade de Trabalho	Vertical Agente/Paciente	Horizontal Agente/Agente
Sistema Participação	Unidades apenas recebem benefícios	Setores participam de todas as fases da metodologia ao nível decisório
Objetivos	Adaptação e Preservação ao Sistema; Aperfeiçoamento do Social	Colaborar na modificação estrutural do sistema

Nesse sentido ao categorizarmos a assistência enquanto conjunto de práticas (processos) educativas, podemos analisá-la, isto é, desdobrando o todo em seus elementos constituintes. Dessa forma é possível identificar, que ela se inscreve em uma dimensão de intencionalidade, fazendo e exigindo posturas comprometidas dos que a viabilizam, sendo determinada, inclusive, pelas circunstâncias históricas e materiais presentes.

SABER INSTRUMENTO

Ao se identificar a Assistência como prática sócio-político-cultural, desenvolvida em nossas Casas de Ensino e vista pelo enfoque educativo, a mesma passa a ser entendida como uma alavanca de transformação social, onde a conscientização, a participação e a organização devem ser os eixos referenciais para o fortalecimento dos segmentos constituintes das Instituições, rumo ao exercício pleno da cidadania.

Podemos afirmar, dessa maneira, que a Assistência, em suas diversas modalidades, promove a apreensão, o acúmulo e a sistematização de conhecimentos e saberes, vindo a se constituir um guarda-chuva ideológico. Representa este ideário, em nossas Universidades, a instância criadora e

viabilizadora das condições objetivas para a intervenção nos processos sociais, emergindo como elemento de resistência à negação da condição de sermos povo.

Ela acontece como proposta de libertação e de constituição de uma sociedade, na qual todos se sintam participantes de um povo de cidadãos, na perspectiva de virem a cobrar do Estado todos os direitos, inclusive o ensino público e gratuito; a saúde, não como um estado de não ter doença, mas, sim uma condição indissociável das formas de organização social da produção; o aproveitamento de horas de lazer - fruto de uma diminuição da jornada de trabalho - em eventos recreativos que promovam a socialização e ampliação da cultura em todas as suas formas de expressão.

Deste modo, julga-se tarefa do conjunto de proposta da Assistência no atual momento histórico, contribuir para a formação de uma consciência crítica e sócio-política dos comunitaristas universitários. Isto demanda ao conjunto de servidores e alunos compreenderem sua situação dentro do contexto das relações sociais, a posição referente aos diferentes segmentos que compõem o todo social e a encontrar caminhos de ação para superar os obstáculos que impedem sua efetiva participação nas estruturas de poder.

A QUESTÃO DOS AGENTES

Já está claro que a Assistência é um instrumento neste processo de reconstrução social, onde se procura equalizar todas as relações que intervêm na constituição de uma verdadeira ordem social, justa e humanizada, a partir da própria apropriação do processo pelos que nós denominamos agentes em assistência. Este assumir passa a significar ser o sujeito do processo e, não, ser uma forma localizada de mão-de-obra envolvida nele.

Mas que tipo de homem deve ser este agente? Um homem que mudou de atitude em direção a sentir-se comprometido com nossos programas? Evidentemente que não é só isso. A essência de nossos programas considera necessário transformar homens para que eles transformem o seu mundo, colocando-os na dimensão de sujeito da história. Nesse "trabalho de parto", tendo como útero nossa Instituição, misturam-se muitas mãos universitárias, umas habilidosas, outras não.

Para tanto é necessário termos sempre a preocupação de formarmos quadros, na perspectiva de que, através do conhecimento crítico, é possível promovermos a necessidade da competência técnica aliada ao compromisso político. A competência depende de um ponto de vista de classe. Não somos competentes "em geral", mas somos competentes para uma classe e não somos para outra. Temos a clareza que um dos compromissos fundamentais

da Assistência é formar intelectuais que saibam indignar-se com o aviltamento da maioria e que sonhem com uma sociedade na qual todos se sintam participantes. Intelectuais que não se sentem tranquilos e confortados enquanto não jogarem todo o seu saber a serviço da causa. Assumimos aqui a concepção gramsciana de "intelectuais orgânicos", os quais são indivíduos identifica dos com as lutas, conhecimentos, organizações, resgate cultural e outros pontos característicos, que de um modo ou de outro, auxiliem na construção do projeto político, antecipando uma sociedade igualitária e, concomitantemente, promovendo a destruição da estrutura social piramidal.

Neste alinhamento, pensamos que todos os indivíduos são intelectuais, embora muitos não se percebam e não são percebidos como tal. É oportuno, neste momento, fazermos uma distinção existente: de um lado surge aqueles que se percebem intelectuais e, pela divisão do trabalho na sociedade, exercem este trabalho; e, de outro lado, aqueles que se percebem como intelectuais, mas profissionalmente não exercem esta atividade.

Na nossa azáfama é preciso termos claro que não podemos reafirmar a visão funcionalista que dicotomiza o trabalho manual e o intelectual, acentuando o fato da divisão social do trabalho e todos os desdobramentos que daí decorre. Nosso trabalho deve ser encarado numa perspectiva de globalidade, onde os indivíduos se fazem, fazendo-se na transformação da realidade, onde é impossível efetuar a separação entre o "pensar" e o "fazer". É neste sentido, que os homens se fazem e produzem conhecimentos na transação com a materialidade de seu existir.

É preciso não sermos ingênuos e, com nossas posturas, sermos enquadrados como "intelectuais tradicionais" - comissários da burguesia - criadores de idéias, valores, representações, crenças, necessidades e pseudo concreticidades, veiculados pelos aparelhos ideológicos, com a finalidade de alienar, massificar, justificar, escamotear, legitimar e passar a impressão de que só existe uma verdade e um criador de conhecimentos, mantendo desta forma a sua hegemonia e dominação.

É necessário, assim, prepararmos todos os companheiros que desenvolvem seu trabalho em nossa área, não importando a categoria funcional a que pertençam, para o exercício de dirigentes em vários níveis e em vários momentos. Podemos, auxiliar nossos "educadores da emancipação" na preparação de sua capacidade de direção política.

A formação de quadro não parece reduzida, portanto, a simples transmissão e acúmulo de conhecimento e informação com vista a uma qualificação maior de nossos companheiros; isto implica em afirmar que um operário manual de nossa área possa se tornar "governante" e que o coloquemos, mesmo que abstratamente, nas condições gerais de fazê-lo.

Devemos estimular e promover o treino de habilidades necessárias para o seu desempenho no interior de suas organizações políticas, bastante estimuladas na classe dominante, mas rechaçadas pela classe subalterna, treinada esta, sim, por sua vez, para aceitar a submissão como uma qualidade necessária. Destacamos aqui algumas dessas atividades, oportunas para este desempenho: a habilidade de expressão e comunicação, de coordenar debates, de organizar atividades e outras inerentes.

LIMITAÇÕES

A partir das experiências vivenciadas evidencia-se que no desenvolvimento das práticas concretas, afloram uma série de problemas, os quais convertem-se em sérias limitações. Eis alguns deles:

1. **ATIVISMO** - a carência de suporte teórico indispensável para o desenvolvimento do trabalho, com o predomínio da ação sobre a reflexão, gera o ativismo que é a ação sobre si mesmo. A despreocupação com o rigor científico no desenvolvimento do trabalho, leva à prática completamente dissociada da teoria. Além de proporcionar trabalho estrito e imediatista, impossibilita identificar a dimensão mais profunda, as implicações mais gerais das pretensas práticas.

2. **AMADORISMO** - despreocupação de um trabalho profissional na área, predominando a completa falta de organização e perspectivas. As ações passam a ser estabelecidas ao sabor dos acontecimentos e pelo espontaneísmo, levando a perda de função e objetivos e o descompromisso político.

3. **SUBJETIVISMO** - manifestação do idealismo, caracteriza-se pelo desenvolvimento de análises, de funções de tarefas e tomada de decisões não baseadas na leitura da realidade objetiva.

4. **TEORISMO** - super valorização da teoria em detrimento à prática; as interpretações permeadas pelo teorismo são estabelecidas a partir de fórmulas rígidas que não levem em conta o desenvolvimento dinâmico da realidade objetiva. É consequência, também, da falta de uma metodologia adequada, que, muitas vezes, supõe o manejo de um discurso teórico que não corresponde ao nível de consciência e/ou à realidade do setor que se trabalha.

5. **LOCALISMO** - o trabalho se encerra em si mesmo, sem tomar como referência a realidade mais abrangente, em nível regional, nacional. A fragmentação denota falta de contextualização.

6. **SECTARISMO** - ausência de uma postura política no trabalho e no relacionamento com divergências. No enfrentamento do debate e na prática se supervaloriza as divergências, ao invés de identificar os pontos

comuns. O sectorário tem, geralmente, sua própria verdade e dificilmente realiza a auto-crítica, refletindo, assim, uma manifestação de autoritarismo.

7. APARELHISMO - extremo oposto do apoliticismo, é a descaracterização completa do órgão como co-parceiro das aspirações das categorias, levando à utilização dos mecanismos que implementam as práticas para fins próprios.

8. AUSÊNCIA DE CRÍTICA E AUTO-CRÍTICA - fruto da resistência à discussão horizontalizada, visões ingênuas e burocráticas, impede a participação, oportunizam à carência de sistematização da experiência, dificultando a correção dos desvios e alimentando o ativismo.

9. BASISMO - o agente, com o intuito de horizontalização das relações, despe-se de seus valores, negando inclusive, seu próprio saber, assumindo uma postura demagógica de igual identidade com a base.

10. POPULISMO - por falta de tratamento pedagógico, não havendo conscientização dos participantes, o trabalho torna-se uma prática de fachada ou vitrine, não ocorrendo transformação, apenas mudança e, portanto, passível de reversão estrutural.

ALGUMAS QUESTÕES FINAIS

Como foi explicitado, sob todos os focos, este documento não deve ser interpretado como uma construção "a priori". Ele representa um momento e um instrumento do processo histórico de uma área de nossas universidades. Desta maneira, por coerência, levantamos algumas questões, que ficam embutidas na problematização do cotidiano e, com certeza, farão com que o alinhamento teórico, se não responde às nossas constantes dúvidas com certeza nos alimentará para os questionamentos e análises críticas em torno do delineamento de uma ação transformadora:

1. Em que medida os programa de assistência, no seu conjunto e individualmente, podem ser considerados como um instrumento de promoção de lutas rumo à emancipação humana?

2. De que maneira os programas de assistência instrumentalizam pessoas e grupos para uma prática social democratizadora ao nível local e libertadora no campo político?

3. Em que medida os programas respondem aos interesses dos grupos aos quais se dirige e, não, através dele, aos próprios interesses de quem é promotor(a)?

4. De que maneira nossos programas estão articulados com outros trabalhos que não sejam representantes de valores e de interesses não subalternos?

5. Que consequências práticas nossos programas, ao serem viabilizados, evidenciam que pessoas/frações/segmentos estão reafirmando seu poder de transformar as relações sociais?

6. Se nós temos a intenção de desenvolver práticas libertadoras e libertárias, o que implica num estabelecimento permanente de lutas e conquistas, qual o horizonte de autonomia que nossa área tem no conjunto da Instituição?

Assim sendo, estas questões, tem como pano de fundo saber se o modo como nós estamos apreendendo e analisando as relações sociais, estão sendo um fator contributivo para que nossas Pró-Reitorias produzam/aprofundem o seu conhecimento de forma que o mesmo venha a se construir um elemento de poder das mesmas.

Isso significa que se a Assistência não pensar criticamente a realidade, oportunizando a conscientização de nosso homem rumo à libertação, ela permanecerá assistencialista, enriquecendo as fileiras ideológicas sustentadoras da injustiça social.

X FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS POLÍTICA DE AÇÃO COMUNITÁRIA: ASSISTÊNCIA¹

Sandra de Faria²

Gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês participantes do Fórum e parabenizá-los pela iniciativa de discutirem a questão de uma Política de Ação Comunitária, no âmbito das Universidades Federais, através de três enfoques fundamentais: Convivência, Recursos Humanos e Assistência. Acredito por este viés, que é o único, pode-se alcançar um nível de problematização sobre os desafios que estão postos para a Universidade brasileira, tanto na definição de uma política institucional dimensionada em sua função precípua de elaboração e difusão do conhecimento mediante a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, como na relação com a sociedade em que está inserida.

Neste sentido, a nossa contribuição neste debate sobre a Política de Assistência relaciona-se à análise sobre a conjuntura brasileira nesta, como se apresentam as Políticas Sociais e particularmente a Política de Assistência Social.

Vale ressaltar que estes aspectos são, ao nosso ver, indispensáveis para a compreensão sobre a relação Universidade e Assistência.

¹ Trabalho apresentado no X Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários. Goiânia, 21 a 24 de abril de 1992.

² FARIA, Sandra. Assistente Social, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás. Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais de Goiás.

No que tange à conjuntura brasileira, não cabe aqui analisá-la como tema de um debate, mas gostaria de trazer uma síntese do Professor Luiz Eduardo Wanderley, extremamente oportuna. Em sua análise ele nos diz: "Vivemos um momento na América Latina e no Brasil, que chamaria de "não democracia" ou a democracia que não temos". Se tomarmos a realidade social e econômica e os dados que vem sendo apresentados pelos órgãos de pesquisa, pelos meios de comunicação de massa sobre a miséria, o desemprego, a dívida externa, a inflação, a violência, constatamos extremas desigualdades sociais, intra e interpaíses, uma perda de qualidade de vida, um "genocídio" constante, o domínio de técnicos burocratas sobre as políticas sociais. Temos não pessoas e não cidadãos, na imensa maioria da América Latina e desse país."³

É neste contexto de profunda complexidade que pensamos e exercemos direitos e deveres de cidadania e de democracia. É numa conjuntura em que os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais são recortados por uma profunda crise, no contexto nacional e internacional.

Buscando, ainda, subsidiar a abordagem sobre a Assistência, temos como um outro ponto a sua identificação nos marcos históricos e políticos que peculiarizem o enfrentamento da questão social na sociedade de classes.

A Assistência, se quisermos ampliar a Política Social na sociedade, é uma estratégia reguladora das condições de reprodução social que pode expressar, por seu caráter contraditório, diferentes pontos de vista.

Como analisa a Assistência Social Professora Aldaíza Sposati: "a Política Social é um mecanismo que o Estado utiliza para intervir no controle das contradições que a relação capital-trabalho gera no campo da produção e reposição da força de trabalho, ou ainda, que cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade, e intrinsecamente a estar, a função política de alívio, neutralização das relações existentes nessa relação. É ela uma forma de gestão estatal da força de trabalho e, nessa gestão, não só conforma o trabalho às exigências de reprodução, valorização e expansão do capital, mas também é o espaço de

³1 - WANDERLEY, Luiz Eduardo. Democracia, cultura e desenvolvimento de comunidade. IN: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 36. Ed. Cortez. São Paulo, 1991.

articulação das pressões e movimentos sociais dos trabalhadores pela ampliação do entendimento de suas necessidades de reivindicação".⁴

É pois, na relação entre o Estado e a pobreza que o próprio capitalismo gera o que historicamente constitui o campo de Assistência Social, atribuindo-lhe um caráter pontual e emergência no quadro de segmentações que peculiarizem a Política Social brasileira.

Vale evidenciar que o Estado brasileiro chega ao final do século 20 sem sequer ter constituído um conjunto de políticos que assegurem programas sociais de qualidade para todos. O que temos são serviços que não respondem ou são arremedos de respostas às demandas derivadas da pobreza da maioria da população brasileira. Sem recursos os órgãos responsáveis, dentre estes a Universidade, administrem a miséria.

É necessário romper com esse processo global e revertê-lo supõe:

- . trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão como manifestação da própria sociedade capitalista;
- . dar visibilidade ao Assistencial como política, definindo-a pela ótica da redistribuição e de direito de cidadania;
- . transformar a Assistência Social em campo de exercício democrático com a gestão participativa dos subalternizados na sociedade.

Defender a Assistência como política pública é tornar visível e possível de cobrança a responsabilidade do Estado pelas respostas que deixa de dar face às precárias condições de vida da população.

Devemos buscar assegurar uma política de Assistência Social numa perspectiva de rompimento com a concepção paternalista da "prática de ajuda e proteção", para o exercício de uma política que mostre o ponto de vista e o reconhecimento dos direitos dos excluídos, sendo a Assistência Social um mecanismo que altere a apropriação das riquezas socialmente produzidas em defesa dos despossuídos.

É nesta direção que a Universidade, como instituição executora de uma Política Social, a educação e nela inserida a Assistência, revela na sua singularidade as contradições existentes na dinâmica social da totalidade mais ampla, uma vez que é atravessada por conflitos associados pelo antagonismo das classes sociais.

Historicamente, em sua prática social a política de Assistência Social ocupa uma posição secundária e marginal. Podemos dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e iniciativas diferenciadas,

⁴² - SPOSATI, Aldaíza de Oliveira e outros. A Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise. Ed. Cortez. 33-34. São Paulo, 1987.

a Assistência não é considerada como um espaço de ações educativa e de produção e transmissão do conhecimento, convivendo com sua marginalização no conjunto das prioridades acadêmicas e administrativas nas Universidades.

Isto tem justificado a redução de recursos, corte de programas, desvalorização dos Profissionais envolvidos com esta área. Enfim vamos identificar a falta de recursos para manter suas programações, bem como a falta de apoio acadêmico para as suas iniciativas.

Portanto, a Assistência enfrenta o desafio de superar o seu limite de ser compensatório ou complementar à prestação de serviços a funcionários, professores, alunos e mesmo aos segmentos que recorrem à Universidade. Para ser um espaço de produção de conhecimento e exercício de cidadania.

Este enfoque pressupõe que a área de Assistência Social esteja envolvida em diferentes níveis de articulação, estabelecendo no âmbito institucional a sua relação intrínseca com a Política de Recursos Humanos, compreendendo os seus programas como espaço possíveis de globalização de aspectos historicamente fragmentados em seu interior. Uma articulação, concreta e efetiva, com as entidades organizadas no interior da Universidade: Sindicato dos Professores, Associação dos Funcionários e entidades estudantis.

Envolve, em outro nível, uma articulação maior da Universidade com os demais segmentos da sociedade civil, tornando-se em um espaço de construção de uma instituição que aponta sugestão e participa no processo de superação das profundas desigualdades e injustiças que predominam em nossa realidade.

BIBLIOGRAFIA

1. WANDERLEY, Luiz Eduardo. Democracia, cultura e desenvolvimento de comunidade. IN: Revista Serviço Social e Sociedade nº Ed. Cortez, São Paulo, 1991.
2. SPOSATI, Aldaíza de Oliveira e outros. A Assistência Social na trajetória das Políticas Sociais brasileiras: uma questão em análise. Ed. Cortez, São Paulo, 1987.
3. MIMEO. Subsídios à constituição de uma nova modalidade de abordagem da questão assistencial, do ponto de vista de sua concepção e prática. Documento sobre o Anteprojeto da Lei Orgânica da Assistência Social, Elaborados pelas entidades ABESS/CEDEPSS, ANAS, CFAS e ANASSELBA. Fevereiro, 1992.

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Profª Acácia Zeneida Kuenzer

1. INTRODUÇÃO

Nasce com a constituição do Fórum Pró-Reitores de Assuntos Comunitários a preocupação com a construção teórico-prática de uma concepção de assistência que supera a concepção de assistencialismo.

Originalmente criadas para controlar os movimentos organizados das categorias componentes da comunidade universitária, reproduzindo a lógica das práticas empresariais na área de recursos humanos, através de programas assistenciais, as políticas de assistência, no bojo do movimento da crítica à Universidade em suas relações com a sociedade, deram um salto de qualidade na busca de seu papel e de sua identidade.

Assim, de assistencialismo, a concepção de assistência passa a ser entendida como:

- o conjunto das práticas sociais que se realizam intencionalmente, de forma organizada, através de estratégias que lhe são próprias, com o objetivo de transformar as relações sociais, determinadas e determinantes, que ocorrem no interior da Universidade enquanto manifestação das relações sociais mais amplas;

- o conjunto de práticas sociais enquanto práticas educativas não formais que ocorrem numa comunidade onde os interesses dos indivíduos e dos grupos que a constituem são diferenciados, e em muitos momentos antagônicos;

- práticas sociais que reproduzem, no interior da Universidade, as relações sociais em seu conjunto, fazendo com que elas se situem no bojo do processo de construção da hegemonia, através de movimentos contraditórios de elaboração e negação de consenso, perpassados pelas práticas coercitivas, em busca da construção de uma concepção de mundo coerente com os interesses dominantes; no interior da Universidade esse processo tende a ser de construção da contra-hegemonia, dadas as suas características de instituição responsável pela crítica social, e neste sentido, de desalienação;

– práticas sociais que têm por objetivo não conceder benesses, mas assegurar os direitos do cidadão- trabalhador¹.

Historicamente, contudo, esta concepção tem estado restrita às Pró-Reitorias ou outras unidades que se responsabilizam pelas políticas de ação comunitária.

Em decorrência, na maioria dos casos, têm-se constituído em ações isoladas, com exígua, e até mesmo insignificante dotação orçamentária, recursos humanos insuficientes e nem sempre com a qualificação adequada; dado o seu caráter não prioritário, estas ações acabam por se desenvolver de forma fragmentária não integradas às demandas práticas no interior da Universidade, e pouco sistematizadas, resultando ao final naquilo que elas pretendem negar: ações de controle das contradições.

Um dos aspectos mais cruciais desta falta de integração tem sido o divórcio entre as políticas de assistência e as políticas de recursos humanos em seu conjunto, que abrangem desde a questão salarial, de ingresso e progressão na carreira, até as ações de acompanhamento, qualificação e avaliação.

Acredita-se que este divórcio, é, em grande parte, responsável pela pouca eficiência das políticas de assistência. Inúmeros exemplos podem ser citados: o programa de saúde ocupacional será pouco eficiente se não se articular às políticas de melhoria das condições de trabalho ou às políticas de qualificação ou de readaptação de servidores, os programas de saúde mental, alcoolismo e outras drogas estão intimamente ligados ao treinamento de chefias e às políticas de pessoal que definem os critérios de seleção, acompanhamento, recuperação, aposentadoria e demissão; as políticas de moradia, auxílio- creche, vale-transporte, refeição, estão relacionadas às políticas de salário e à estrutura de cargos e funções; as ações desenvolvidas nas áreas de educação e cultura, na perspectiva de direito do cidadão, são parte integrante de um programa de desenvolvimento de recursos humanos.

Tanto estas considerações são verdadeiras que os segmentos mais progressistas das entidades universitárias têm reivindicado a constituição de unidades - pró-reitorias, coordenadorias ou superintendências - que se responsabilizem pelo desenvolvimento de políticas e programas de recursos humanos que confirmem unidade e coesão às práticas sociais que têm se desenvolvido nesta área.

^{1*} Para aprofundamento, ver o texto de Oliveira da Silva e *Política de Ação Comunitária: elementos para uma concepção de assistência*, UFSM, 1992.

A partir da experiência da Universidade Federal do Paraná, que constituiu na gestão 1990/1994 a Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis com a finalidade de implementar uma política voltada para todos os segmentos da comunidade interna de modo a promover o seu desenvolvimento entendido como um processo dinâmico e dialético de constituição de cidadania que se dá na práxis conscientizante e transformadora possibilitada pela vivência das contradições postas na vida universitária, dado o seu sentido e sua função social, têm-se como hipótese de trabalho que as políticas de assistência integram a política de desenvolvimento de recursos humanos.

Por ser seu objeto as práticas sociais de construção da cidadania de professores, funcionários técnico-administrativos e alunos, além das áreas de atuação típicas da área de recursos humanos, considera-se o apoio aos movimentos estudantil, dos funcionários e dos professores, como categorias integrantes de uma política de desenvolvimento de recursos humanos, uma vez que estes são espaços de aprendizagem e de experimentação da participação política necessária ao avanço democrático, não só da Universidade, mas da sociedade em seu conjunto. Respeitada a autonomia dos movimentos, é competência da política de recursos humanos apoiar o seu fortalecimento, segundo a especificidade de sua função, através de programas de apoio à organização e à participação em eventos nesta área; da mesma forma, é sua competência assegurar os direitos básicos do cidadão-trabalhador e do cidadão-estudante que compõem a comunidade universitária, principalmente nas áreas de educação e saúde.

Dada a especificidade de suas propostas, várias Universidades têm uma pró-reitoria específica voltada para a cultura, junto com a extensão; no entanto, a cultura faz parte integrante da política de recursos humanos, enquanto espaço de construção e manifestação do homem/cidadão omnilateral, mas também enquanto direito ao acesso aos bens culturais socialmente construídos.

A partir da análise das práticas concretas, torna-se necessário avançar na construção de uma concepção teórico-metodológica de desenvolvimento de recursos humanos na perspectiva da cidadania do servidor público, que integre a concepção de assistência e lhe dê organicidade, não na lógica da empresa, mas na lógica da função mediadora do Estado no cumprimento de seu dever com o público.

São poucos os estudos sobre este tema, na perspectiva do servidor público. Daí este texto não ter outra pretensão senão colocar as questões para iniciar o debate.

O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS COMO FORMA HISTÓRICA DE CONTROLE SOCIAL*²

Uma das grandes questões que as sociedades capitalistas têm se colocado, ao longo do seu processo de desenvolvimento, é como fazer do trabalhador um operário, ou seja, como habituá-lo ao modo capitalista de produção.

Habitado ao trabalho livre no artesanato, dominando o saber sobre o processo de produzir, as decisões sobre o próprio trabalho, controlando o tempo e o ritmo de sua produção, com o advento do capitalismo o trabalhador autônomo precisa ser submetido a um rigoroso processo de disciplinamento, para transformá-lo, de "humanidade trabalhadora" em "força de trabalho" que permita a acumulação do capital recuperando seu investimento e produzindo excedente.

Este processo, eminentemente pedagógico, não se limita à educação técnica do trabalhador; muito mais amplo, ele implica em um movimento ininterrupto de superação da animalidade, de sujeição dos instintos às necessidades do tipo de vida coletiva imposta pelo desenvolvimento do modo capitalista.

Para isso, são acionados mecanismos de pressão externa ao trabalhador, através de mecanismos complementares de força e persuasão, com o objetivo de levá-lo a incorporar uma concepção de mundo que conduza a uma ética do trabalho que privilegie os hábitos de ordem, exatidão, submissão, assiduidade, pontualidade, cuidados com o corpo, com a segurança no trabalho, e assim por diante.

Ao mesmo tempo, como mostra Gramsci (1978, p. 396) a racionalização do processo produtivo exige uma nova moral social e sexual, aliada a um reforçamento da família monogâmica, a padrões de vida ascética que tornem possível o disciplinamento da vida social, dos vícios e dos instintos sexuais para garantir que as energias não sejam desperdiçadas em outras atividades que não sejam as relativas ao processo produtivo.

A incorporação desta "adequada" concepção de mundo, enquanto uma "segunda natureza", exige o desenvolvimento de processo pedagógico peculiar, que se configura como uma das formas de concretização das relações hegemônicas que ocorrem ao nível das relações sociais mais amplas.

^{2*} Este texto toma por base o Cap. 2º da Pedagogia da Fábrica: As relações de Produção do Trabalhador, da mesma autora.

Esta pedagogia do capital que articula política e produção, e que tem por objetivo educar o trabalhador para que ele se ajuste ao processo racionalizado de produção, tem sido, historicamente o objeto da área de desenvolvimento de recursos humanos.

Os seus fundamentos têm sido fornecidos pelas teorias capitalistas de administração, com o objetivo de disciplinar a força de trabalho e manter sob controle as contradições; ela se operacionaliza, dentre outras dimensões, por uma forma de organização do trabalho cujo princípio é a divisão e autonomização de suas partes, do que decorre o esvaziamento do conteúdo do trabalho, a desqualificação do trabalhador e a depreciação do seu salário.

Esta divisão capitalista do trabalho não se desenvolve pela busca da eficácia produtiva em si, mas da eficácia relativa à maximização da produtividade de um tipo determinado de trabalho: o trabalho alienado. Esta divisão, em última instância determinada pela necessidade de reprodução ampliada do capital, contraditoriamente têm colocado limites à esta expansão.

Os teóricos de recursos humanos têm explicado estas limitações como conseqüências técnicas decorrentes do esvaziamento do conteúdo de trabalho e da desqualificação que o acompanhou; assim, o trabalho simplificado, repetitivo e desinteressante é que teria trazido os problemas que afligem a administração das empresas públicas e privadas.

Na verdade, o que ocorre é que as formas de coerção do capital sobre o trabalho criam focos de resistência entre os trabalhadores, que acabam por limitar o seu próprio processo de acumulação.

Dentre estas formas de coerção está a organização taylorista do trabalho, que têm gerado inúmeras formas de resistência, dentre as quais o "turnover" alto, as taxas de absenteísmo, a baixa produtividade, a má qualidade do produto, a alta ocorrência de acidentes de trabalho, até a sabotagem.

As medidas puramente organizacionais e repressivas têm-se mostrado insuficientes para resolver estes problemas. Os custos da repressão são muito altos e não há como obrigar um trabalhador desempenhar o seu trabalho com qualidade, a não ser com sua colaboração, que precisa ser buscada, portanto, através de outros mecanismos.

Desenvolveu-se, a partir desta constatação, uma nova política de recursos humanos, expressão de uma nova pedagogia do trabalho, que veio buscar suas bases nas ciências do comportamento e nas novas teorias de organização industrial. Da integração destas ciências resultaram várias políticas, como a da valorização de recursos humanos, da participação nas decisões, dos benefícios, sempre com o objetivo de controlar os efeitos

desagregadores da contradição entre capital e trabalho, através de um processo de integração econômica e ideológica.

Além dos incentivos monetários, as necessidades psicossociais passam a ser exploradas, principalmente as necessidades de segurança, de afeto, de auto-realização, de prestígio, de aprovação social. A organização passa ser vista como sistema equilibrado que recebe contribuição e da satisfação em troca; o trabalhador coopera para a obtenção dos objetivos da instituição como forma de atingir seus próprios objetivos, monetários ou psicossociais.

Novas variáveis passam a ser trabalhadas pelas organizações: liderança, motivação, satisfação, clima organizacional; a produtividade é concebida como resultado do grau de adaptação e satisfação do indivíduo no trabalho, dependendo também do padrão social não convencional do grupo. O administrador começa a perceber que o trabalhador desenvolve, no cotidiano, um saber sobre o trabalho que o esquema tradicional não lhe permite absorver. Passa a ser um problema o como dar vez e espaço de participação ao trabalhador sem perder o controle sobre as energias liberadas. É preciso criar um novo processo educativo, que não rompa efetivamente com o Taylorismo, que permita administrar melhor as contradições entre capital e trabalho, mas sem negá-las, apenas exercendo o controle de forma mais compatível com os padrões culturais (e democráticos?) contemporâneos.

Surge a gerência de recursos humanos, cuja tarefa primordial será, sem negar as contradições entre capital e trabalho, controlar seu poder revolucionário através da busca de integração dos interesses de ambas as partes, considerando-a como força produtiva.

A nova estratégia continua sem questionar as causas reais de insatisfação e de resistência, que se situam ao nível estrutural; atacam-se os efeitos, para não se colocar em risco a continuidade do modo de produção. A hierarquia não é suprimida, mas passa a se dar de outra forma; admite-se maior liberdade, iniciativa e participação, mas controla-se o seu grau de integração à ideologia da empresa, ou seja, a participação está condicionada ao "vestir a camisa".

Por trás do novo discurso, as relações de produção, que são relações de poder, continuam as mesmas.

A pesquisa relatada na "Pedagogia da Fábrica" (Kuenzer, 1986) permite identificar dois tipos de procedimentos metodológicos através dos quais se realize a educação do trabalhador, na vertente adotada pela administração contemporânea (capitalista) através do desenvolvimento de recursos humanos:

– o processo identificado como amplamente pedagógico, que ocorre ao nível das relações hegemônicas, objetivando a construção de uma concepção de mundo compatível com as necessidades do modo de produção dominante; este processo, de "fazer a cabeça" do trabalhador, tem como "pedagogos" os profissionais de recursos humanos, os supervisores, os assistentes sociais, os psicólogos, que atuam cotidianamente em todos os níveis, através de ações formais e contactos informais;

– o processo identificado como especificamente pedagógico, voltado para a qualificação técnico-científica do trabalhador, mas articulado ao processo anterior; seus "pedagogos" são os instrutores;

Estes dois processos se concretizam através dos seguintes mecanismos:

– seleção: com o objetivo de garantir um corpo coletivo de trabalho identificado ideologicamente com a instituição e capaz de produzir segundo seus padrões;

– organização do trabalho: com o objetivo de habituar o trabalhador ao processo de trabalho existente na instituição e assegurar a maior produtividade possível; as formas de divisão do trabalho são poderosos mecanismos de educação do trabalhador;

– adaptação e disciplinamento: com o objetivo de iniciar e acompanhar o trabalhador no trabalho cotidiano, buscando sua integração aos objetivos da instituição através da ação;

– qualificação profissional, com o objetivo de desenvolver a competência técnica do trabalhador, voltada para a melhoria da qualidade, produtividade e competitividade dos produtos e serviços;

– política salarial, que é a estratégia mais antiga usada pelo capital para obter bons padrões de produtividade e disciplinamento;

– política de benefícios, que vem substituindo progressivamente a política dos salários diretos pelos indiretos, como forma de baixar o custo da mão-de-obra mantendo seu grau de satisfação no trabalho (vale- transporte, auxílio creche, vale refeição, planos de saúde, etc);

– política de cargos e salários com o objetivo de obter soluções de menor custo através de critérios de diferenciação salarial por níveis de qualificação e responsabilidade, que funcionam como "estímulo" à melhoria do desempenho tendo em vista a ascensão funcional; é importante destacar que estas estruturas não se sustentam se analisadas à luz de critérios técnicos; antes, se configuram como estratégias de diferenciação a partir de critérios políticos, que procuram legitimar diferenças meramente ideológicas com o fim de baratear o custo da força de trabalho e exercer controle sobre as "am-

bições" do trabalhador, compelindo-o a um comportamento disciplinado, para "subir" na carreira.

3. RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O CASO DA UNIVERSIDADE

A análise levada à efeito no ítem anterior leva à seguinte questão: até que ponto a lógica do desenvolvimento de recursos humanos nas empresas capitalistas - diretamente produtivas - explica a problemática de recursos humanos na administração pública?

A compreensão desta questão inicialmente leva à discussão dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo.

Como mostra Marx, (1978) é estreiteza mental contentar-se com a interpretação tautológica de que é produtivo todo o trabalho que resulta em um produto, em um valor de uso qualquer. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, todo o trabalho que valoriza diretamente o capital, é produtivo; ou seja, é produtivo o processo de trabalho que represente uma forma de consumo produtivo da capacidade de trabalho para o capital. Isto porque:

– não é trabalhador individual que é produtivo, mas a capacidade de trabalho socialmente combinada que articula diferentes formas de trabalho com seus diferentes instrumentos, ou seja o trabalhador coletivo é produtivo, não importando a função específica de cada trabalhador individual; é produtiva a atividade combinada que realiza um produto total, que resulta na valorização do capital.

Deste ponto de vista, concebido o Estado como mediador das relações entre capital e trabalho tendo em vista assegurar o desenvolvimento capitalista, de forma mais ou menos reguladora em função do grau de intervenção na economia e nas relações sociais como um todo, não é o fato do trabalho ocorrer na administração pública, e não na produção direta de mercadorias, que vai determinar o seu caráter produtivo ou improdutivo. O serviço público será produtivo na medida em que contribuir no conjunto de trabalho coletivo, para o processo de reprodução ampliada do capital

Por outro lado, o trabalho assalariado será produtivo quando foi utilizado "produtivamente", e não como consumo, como valor de uso. Assim, se todo trabalhador produtivo é assalariado, nem todo assalariado é trabalhador produtivo, uma vez que seu trabalho não gera valores de troca, sendo consumido improdutivamente. Portanto, se a natureza do trabalho na administração pública não define a priori seu caráter produtivo ou improdutivo do ponto de vista do processo geral de acumulação

capitalista, a sua utilização poderá ser improdutiva, caso não contribua para o processo de geração e realização do valor.

Parece ser esta a situação do serviço público no Estado brasileiro, determinada pelo seu desenvolvimento histórico; poderíamos afirmar que ele é em parte produtivo, na medida em que o Estado desempenha significativo papel no processo de acumulação de capital, quer na produção (estatais) quer na regulação das relações econômicas e sociais (dimensões ideológica e jurídico-normativa). Por outro lado, dadas as características das burocracias estatais, inchadas e inoperantes, o serviço público tem sua dimensão de improdutividade nitidamente definida pelo mero "consumo" de força de trabalho que não contribui direta ou indiretamente, para a geração de valor.

Esta constatação decorre da análise histórica da constituição do Estado e da administração pública no Brasil; nesta perspectiva a sua história é a da centralização, que permanece até hoje. Mesmo a proposta de "descentralização" ocorrida em 1967, com o Decreto-Lei 200, cujo espírito permanece, propõe a descentralização da execução, mantendo-se a centralização das decisões, embora exercida de outra forma, em decorrência da substituição do Estado Nacional Populista pelo Estado Arbitrário Burocrático. À medida que o Estado amplia suas funções, assumindo obrigações maiores e mais complexas, a máquina administrativa vai crescendo de forma inorgânica e desordenada, pela criação, de novas instituições ou ampliação das existentes.

Quanto mais se desenvolve, a administração pública vai criando corpo próprio e se separando do Estado, deixando de viabilizar a realização dos seus objetivos. Assim, a administração pública, que teoricamente deveria assumir a feição do Estado e seus propósitos, cresce como se tivesse seus próprios objetivos.

Desde sua criação, no bojo do Estado Oligárquico Tradicional, passando pelo Estado Burguês nascente em 1930, até o Estado Autoritário Burocrático que propõe a reforma administrativa em 1967, a administração pública reflete o caráter de um Estado centralizado e nepotista, caracterizando-se pelo clientelismo e pelo empreguismo, com baixos níveis de competência e produtividade.

Assim, com vida própria, ao invés de viabilizar o desenvolvimento dos planos nacionais, a administração pública tem obstaculizado sua efetivação desde Juscelino Kubistchek até nossos dias.

No conjunto das propostas da Revolução de 64, à medida em que o Estado passa a ser ocupado pelos militares, habituados à burocracia com base técnica, e que se propõem a reorganizar a economia em particular e a sociedade em geral pela nacionalização, é que vai-se perceber alguma

alteração nesta situação, passando o Estado, através de mecanismos de repressão, a ter um pouco mais de poder de realização com algum apoio na administração pública.

No bojo deste esforço de reorganização é que se localiza o Decreto-Lei 200, cuja proposta passa a ser a racionalização administrativa baseada em princípios científicos de gestão na busca da eficiência e da eficácia, através da combinação de estratégias de planejamento, controle, competência e coordenação. O modelo passa a ser a administração empresarial, anteriormente esboçada no item anterior, evidenciando-se a relação entre burocracia pública e privada como indicador de que não há repartição entre sociedade política e sociedade civil.

As boas intenções, no entanto, sucumbem à força dos princípios e modos de funcionamento anteriores; nada de concreto mudou. A centralização foi mantida, não obstante o princípio da descentralização; da mesma forma manteve-se uma visão vulgar do fenômeno "burocracia", na vã esperança de promover uma eficiência administrativa que permitisse a viabilização dos planos de desenvolvimento econômico lançados pelo governo "revolucionário" de 64 (Garcia, 1978).

Nas universidades, reflete-se a extensão dos princípios da burocracia estatal à organização do Sistema Escolar através da Lei 5540/68, que objetiva o disciplinamento das áreas do saber através da reformulação técnica de sua estrutura e de suas formas de organização, segundo a lógica de controle na perspectiva da organização empresarial. Do ponto de vista de sua administração, cabe a proposta do MEC expressa no "Estudo do Plano de Modernização Administrativa", de 1981:-

– "realizar procedimentos administrativos de forma a minimizar custos operacionais e ampliar a capacidade e a qualidade de atendimento à clientela do setor educacional e cultural... associa-se a esta proposta a incorporação de novas experiências e tecnologias e, ao mesmo tempo, a qualificação dos quadros de pessoal para o adequado exercício de funções gerenciais", (MEC, 1981, p. 123).

De lá para cá o discurso se repete, propostas se sucedem na busca da almejada modernização administrativa pelo enxugamento dos quadros, pela racionalização dos procedimentos e pelo resgate da competência do servidor; instituições para treinamento são criadas, e novos programas são propostos, sem que se consiga causar algum impacto sobre o caráter improdutivo da administração pública.

Ao mesmo tempo, as sucessivas tentativas de controle da economia têm efeitos devastadores sobre os salários do funcionalismo; em contrapartida,

os servidores aprendem com os demais trabalhadores a partir da década de 80, a substituir suas reivindicações por salários diretos pelos benefícios. A burocracia estatal repete a burocracia privada.

Fortalece-se o pacto da "meia-cidadania": O Estado não exige produção como contrapartida. O trabalhador "servidor público" não é sujeito de direitos, e portanto, não se reconhece como sujeito de deveres. O burocratismo continua a ser, como o era no Estado nacional populista, a lógica da administração pública; muito pouco mudou. Suas características básicas, como mostra Lapassade (1977) continuam a ser as seguintes:

- o burocratismo se define segundo as normas políticas do poder; a gestão não está enferma; o burocratismo é **propriedade** deste tipo de organização do Estado;

- o burocratismo implica em alienação das pessoas nos papéis e dos papéis da administração pública;

- a decisão burocrática é obscura; nunca se sabe onde ela foi tomada, como e por quem; não existem responsáveis pelas decisões; a culpa é do aparelho burocrático;

- as comunicações não funcionam, só circulando em uma direção: da cúpula para a base; a cúpula dificilmente recebe de volta informações quanto à recepção e ao cumprimento das determinações; neste sentido, tanto os bons quanto os maus projetos tornam-se inócuos; a palavra do "moderno príncipe" já não tem poder para transformar a realidade;

- o burocratismo apóia-se numa pedagogia, fundamentada na diretividade, que desenvolve tal ortodoxia ideológica cuja rigidez dogmática reflete o seu poder; desenvolve-se no servidor um "ethos burocrático" tão forte que o compele, a fazer tudo sempre da mesma forma, sob um suporte controle do aparelho burocrático; as mesmas formas de agir repetem-se por décadas; usam-se os mesmos procedimentos, sem nenhuma explicação lógica para além do "sempre se fez assim, não se pode fazer diferente";

- por outro lado, esta pedagogia não reconhece a competência dos que estão na base da pirâmide; a cúpula sempre detém o saber e a base não possui maturidade e competência para participar das decisões;

- as técnicas de formação contribuem para desenvolver o conformismo; uma de suas características mais marcantes é a falta de iniciativa do servidor;

- o burocratismo gera comportamentos desviantes e grupos informais: os burocratas pretendem ser a consciência do grupo e os que lhe fazem oposição são excluídos; forma-se grupos clandestinos na organização, que, estabelecendo relações informais, porém mais reais e espontâneas, ofere-

cem profunda resistência à ordem imposta, definindo os rumos reais de organização;

- a organização não é mais um meio, passando a ser o próprio fim;

- o burocratismo recusa a mudança e a história: a burocracia, em decorrência de passar a ser um fim em si mesma, tende a preservar-se em seu ser, conservar suas estruturas, mesmo quando inadequadas às novas situações; conservar sua ideologia, mesmo que se refira a situações passadas; seu pessoal, mesmo quando este já não se adapta as novas exigências; este conservadorismo, esta recusa sistemática da novidade e a hostilidade em relação a toda crítica, põe em perigo a organização; contudo, a burocracia privada estabelece mecanismos de controle para assegurar a observância dos fatores **imediatamente** relacionados à manutenção de sua capacidade produtiva: saúde, educação, alimentação, transporte, etc, em parte através da remuneração direta e cada vez mais através da política de benefícios; já as burocracias públicas tendem a não reconhecer a cidadania do servidor, mantendo os salários achatados, só muito vivamente implantado alguns poucos benefícios; a questão da atenção à saúde e o direito a educação em geral ou à qualificação profissional exemplificam bem este descaso; por outro lado, também não cobram os deveres do servidor, estabelecendo-se um verdadeiro pacto de mediocridade; o servidor, por sua vez, adota um comportamento ambíguo - ao mesmo tempo que cobra seus direitos do Estado entendido como Tutor, não se reconhece enquanto sujeito de deveres; configura-se a si próprio e é configurado pelo Estado como "meio-cidadão": a burocracia estatal produz incompetência, o não - direito, a dependência, a falta de iniciativa, a heteronomia do trabalhador, assim como a empresa capitalista produz, através de trabalho dividido o trabalhador unilateral; resguardadas as especificidades, ambas produzem o trabalhador alienado, como uma das condições de reprodução ampliada do capital.

- o burocratismo desenvolve o carreirismo:- trata-se não mais de servir a organização, mas de servir-se dela.

O burocratismo, característico da administração pública no Brasil, cria portanto, um **tipo** de servidor público e uma cultura institucional marcadamente conservadores, contrários à transformação, como estratégia de manutenção de seus próprios objetivos, descolados dos objetivos do Estado.

A partir destas considerações, é possível pontuar as diferenças e semelhanças do objeto de uma política de recursos humanos nas burocracias privadas e estatais:

- embora o seu caráter produtivo ou improdutivo não dependa de sua natureza (pública ou privada) as burocracias públicas tendem ao consumo

improdutivo da força de trabalho, desenvolvendo-se estruturas inchadas e o empreguismo;

- as burocracias privadas, em face de sua relação direta com a produtividade do capital, que tem na força de trabalho um de seus fatores preponderantes, tende a investir mais no trabalhador, reconhecendo os direitos de cidadão;

- as burocracias privadas, em função da base científico- técnica do processo produtivo, são organizações dinâmicas, que incorporam a mudança, a transformação, como uma de suas categorias básicas; exigem, portanto, uma força de trabalho flexível, adaptável às mudanças, que se qualifique permanentemente e desenvolva iniciativa e criatividade, desde que dentro dos parâmetros exigidos pelo processo produtivo, ou seja, mantida sob controle a energia liberada; já as burocracias públicas têm como base as relações políticas, de poder, configurando-se como organizações conservadoras, resistentes às transformações, exigindo uma força de trabalho que não questione os procedimentos burocráticos, que perpetue condutas de rotina, não estimulando a busca de mudanças e condutas criativas;

- nas burocracias públicas não é a estrutura formal, mas os grupos informais que dominam a competência e definem o grau de eficiência e eficácia da organização; é neles que repousa a decisão de realizar ou não realizar as metas da instituição - Estado; já nas burocracias privadas os grupos informais não têm tanto poder, em função da própria lógica do processo produtivo, que determina as formas de divisão e organização do trabalho, o tempo, o ritmo de sua realização, e assim por diante;

- nas burocracias públicas, embora o "ethos burocrático" seja uma poderosa forma de controle do comportamento do servidor, que justifica pelo poder da burocracia o seu comportamento repetitivo, não existem mecanismos efetivos de controle de produtividade, não havendo meios de se identificar a responsabilidade pela improdutividade, que se difunde por toda a organização; da mesma forma, as características do sistema de informação não permitem agilizar os procedimentos ou implantar inovações, inviabilizando-se o acompanhamento das ações entre a decisão e a sua execução; nas burocracias privadas, o controle da produtividade é efetivo, as responsabilidades são localizadas, o sistema de informações é eficiente e perpassa da base ao topo e vice-versa, toda a instituição, como imperativo de produtividade.

Pode-se concluir, desta rápida comparação, que a política de recursos humanos nas empresas privadas tem um componente de controle mais forte, em decorrência da necessidade de reprodução ampliada do capital; da mesma forma, reconhece aqueles direitos do trabalhador que são necessários à reprodução de sua força de trabalho, exigindo o cumprimento

dos deveres - a sua parte no acordo do contrato de trabalho, como imperativo de produtividade. Em contrapartida, não reconhece a integralidade do trabalhador, a sua omnilateralidade, posto que ele é concebido como fator de produção; desenvolve, assim, a virtuosidade do trabalhador mutilado, como diz Marx, ou a competência do fragmento.

Nas burocracias públicas, o desenvolvimento de uma política de recursos humanos não tem se colocado; no entanto, a conformação do servidor público que elas mesmo têm criado atingiu tal nível que passa a comprometer a atuação do Estado no exercício de suas funções de mediador das relações entre capital e trabalho e de fiador da acumulação capitalista. A necessidade da modernização no Estado em sua proposta neo-liberal atual passa a surgir uma administração pública mais ágil, competente. Retoma-se o discurso da reforma, como o feito em 1967, com poucas modificações; preconiza-se a redução dos quadros, o controle dos custos - e da corrupção - a qualificação dos profissionais, a agilização das rotinas.

Para a Universidade, que conta com um servidor público que apresenta especificidades em relação aos demais componentes da administração direta, e que desta se diferencia pelas suas funções de ensino, pesquisa e extensão, configurando-se como espaço e processo de crítica social comprometida com a transformação da sociedade, a questão dos recursos humanos assume conotações especiais.

Não há como, por imperativo de coerência com o exercício de sua função social, reproduzir as políticas de recursos humanos próprias das burocracias privadas; não há como exercer o controle para produzir alienação, manter as contradições em níveis suportáveis ou estimular a competência do fragmento.

Por outro lado, não há como compactuar com a manutenção dos padrões do servidor público produzidos historicamente pela burocracia no Brasil: meio-cidadão, meio-assalariado, conformista, competente no fragmento, resistente à mudança. A crítica decorre não só da função social da Universidade, mas principalmente porque o serviço público tem o dever de ser produtivo em relação ao atendimento às demandas da população que o financia.

Como desenvolver uma política de recursos humanos que tome o dever do público ser competente com relação às necessidades da sociedade, é a questão. Principalmente ao se considerar que alguns dos mecanismos utilizados para o desenvolvimento desta política, como a remuneração da força de trabalho, a estrutura de cargos e salários e a normatização jurídico-política (Regime Jurídico Único) são prerrogativas do Estado, escapando ao poder administração universitária. Até que ponto é possível

desenvolver uma política de recursos humanos comprometida com a qualidade do público e com a concepção de homem omnilateral, cidadão por inteiro, se as suas determinações estruturais estão dadas? Quais são as áreas de atuação possíveis, e serão elas suficientes?

Estas discussões são objeto do item a seguir.

4. PARA UMA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

4.1. PRESSUPOSTOS

No item anterior, levou-se à efeito uma análise das principais características da administração pública perpassada pelo burocratismo. Neste capítulo, procurar-se-á analisar como se coloca a questão da administração de recursos humanos na Universidade, a partir da consideração das suas especificidades, estabelecendo-se a necessária articulação com as políticas de assistência.

Inicialmente, é preciso considerar que, se por um lado a administração universitária reproduz as principais características da administração pública em geral, ela possui características que lhe são próprias.

Dada a natureza de sua função social - ensino, pesquisa e extensão, que determina seu objeto - o conhecimento em seus momentos de produção e reprodução, que se constituem nas formas através das quais a Universidade contribui para a crítica e transformação sociais, seus recursos humanos revestem-se de características que os diferenciam dos demais servidores.

Através da lida com o conhecimento - dinâmico e transformador - a Universidade estabelece relações diretas, imediatas, com a sociedade, quer através dos alunos, quer através de outras instituições, quer através da comunidade em geral, no desenvolvimento das tarefas que lhe são próprias.

Este caráter dinâmico do processo de produzir, reproduzir e divulgar o conhecimento através de relações sociais imediatas, traz uma profunda contradição com as características básicas da administração pública em geral, que se reveste de caráter estacionário e se relaciona com a sociedade não diretamente, mas através de mediações. Assim, quando o FNDE financia a construção de uma creche para a Prefeitura ele apenas media o processo; a relação com a clientela far-se-á através da Prefeitura. Desta forma, a administração pública em geral fica distanciada das relações

sociais concretas e protegida de suas contradições. Tal não se dá com a Universidade, que traz para o seu interior todas as contradições que estão postas no conjunto das relações sociais, e que a desafiam, no sentido de não permitir a sua acomodação; ela é chamada cotidianamente a responder às demandas sociais e a responsabilizar-se pelos resultados de suas práticas junto à sociedade.

Assim, em que pese a força conservadora da forma de gestão burocrática que lhe é historicamente imposta pelas relações entre Estado e administração pública no Brasil, os efeitos desta contradição configuram um espaço de reflexão crítica sobre a função do servidor público - professor e técnico-administrativo - no exercício das funções básicas da Universidade.

Além da relação direta com o "cliente" (a sociedade) e do caráter dinâmico do conhecimento, a contradição entre administração pública e administração universitária se reforça pelo caráter público da Universidade. Este caráter impele-a a assumir o compromisso político de participar diretamente do processo de transformação da sociedade, contribuindo, através da democratização do conhecimento produzido e da produção do conhecimento socialmente necessário, para a sua democratização em geral.

Como consequência desta contradição, constituem-se espaços políticos de mobilização, reflexão e reivindicação pelas entidades representativas da comunidade interna - alunos, funcionários e professores - que, através de suas representações internas e nacionais (UNE, FASUBRA e ANDES) vêm, nos últimos anos, discutindo e defendendo a Universidade pública competente, democrática e de qualidade. Assim, para além das questões salariais, tem-se colocado nas pautas de negociação, os demais direitos do trabalhador público enquanto cidadão, como educação em geral, qualificação profissional e saúde; da mesma forma, discute-se a necessidade de moralização do serviço público através da exigência do cumprimento do contrato de trabalho pelos alunos, professores e funcionários, na busca do rompimento dos já tradicionais acordos de mediocridade, reconhecendo-se a comunidade interna como sujeito de **deveres** e não apenas de **direitos**; ao aluno, que reivindica seu direito ao ensino público de qualidade, gratuito, a questão dos deveres coloca-se da mesma forma que para os demais componentes da comunidade universitária.

Nesta perspectiva, pois, já se tem uma primeira indicação de resposta para as questões levantadas ao final do item anterior: o desenvolvimento de uma política de recursos humanos não só é possível e necessária, como tem sido uma das solicitações dos segmentos mais progressistas da comunidade universitária.

Sua realização, no entanto, exige que se tenha claro algumas concepções, que não estão dadas neste momento histórico, mas que devem ser colocadas como horizonte da nossa utopia, sob pena de perdemos o rumo: são as concepções de Estado e de homem.

Inicialmente, é preciso considerar que o pleno desenvolvimento de uma política de recursos humanos no âmbito de uma administração pública competente exige a superação da atual concepção do Estado. Enquanto dominar a concepção de Estado como Poder Moderador - Tutelador da sociedade nos momentos difíceis, nunca teremos uma administração pública eficiente, ou seja, descentralizada para atender às demandas sociais com competência; neste sentido, o processo de reformulação administrativa é um processo político, que traz no seu bojo as dimensões psicossociais, e não apenas um processo técnico-científico de modernização das estruturas e formas de organização. Novos organogramas mudam a forma, e não a substância; reestruturar a administração pública, é, pois, "um processo permanente e dinâmico de transformação de atitudes, sistemas e estruturas administrativas que se insere no contexto político, econômico e social de um país e que se constitui meio indispensável para aumentar a eficácia e a eficiência do setor público na busca de melhor cumprimento de todos os objetivos visados pelo Estado (Garcia, 1978 p. 51).

Esta concepção exige a formulação de um esquema conceitual que permita o resgate da competência dos servidores públicos, para que se tornem verdadeiros agentes de transformação, exercendo suas funções com competência e atribuindo ao aparelho burocrático o caráter de trabalho produtivo.

Este esquema conceitual, voltado para a recuperação da cidadania do servidor público, terá que tomar como ponto de partida uma nova concepção de homem, que supere os limites da unilateralidade capitalista. Senão, vejamos: o capitalismo, em decorrência dos processos de divisão social e técnica do trabalho, tal como se desenvolveu historicamente da manufatura à fábrica moderna, vai submetendo o homem a um processo (contraditório) de desumanização.

De artesão, produtor qualificado responsável por todas as decisões e etapas do processo de trabalho, e portanto, em condições de desenvolver sua integralidade, ele passa a trabalhador assalariado, responsável por fragmento do processo de trabalho. A divisão do trabalho rompe, ao nível das relações sociais, o que era indivisível ao nível do trabalho humano: teoria e prática, intelecto e ação.

A omnilateralidade, presente no modo de produção anterior, no capitalismo dá lugar à unilateralidade, à competência do trabalho dividido, eliminando o que diferenciava o trabalho humano do trabalho animal.

A fragmentação do trabalho, determinada pelas necessidades de controle do capital sobre o processo produtivo, se reproduz ao nível da fragmentação do produtor. Se o homem é o que e como ele produz, o trabalho fragmentado produz o homem unilateral.

A fragmentação das tarefas, que determina competências também fragmentadas, é recomposta ao nível do trabalhador coletivo; assim as deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando ele é integrante do trabalhador coletivo.

Esta omnilateralidade do trabalhador coletivo, em contradição com a "unilateralidade" do trabalhador parcial, cria, para este, um espaço de desenvolvimento da sua integralidade, tanto maior quanto mais o desenvolvimento das forças produtivas avança, uma vez que a sua consequência é a ampliação das habilidades do trabalhador.

A divisão social e técnica do trabalho, ao se utilizar da ciência e da tecnologia para revolucionar, simplificando, os métodos de trabalho e suas formas de organização coletiva, permite ao capital recrutar camadas da classe trabalhadora que antes eram inadequadas, bem como dispensar trabalhadores que passam a ser facilmente substituíveis, tendo disponível um imenso exército de reserva de mão-de-obra.

Assim, a desqualificação, a unilateralidade do trabalhador, além de sua dimensão subjetiva de perda de competência, passe a ser também objetiva enquanto dificulta ao trabalhador prover a sua sobrevivência e a de seus familiares.

A análise feita deste ponto de vista mostra que o resgate da omnilateralidade tem uma dimensão também objetiva, que passa pela retribuição feita pelo capital à força de trabalho (recomposição salarial). Desconsiderar esta dimensão, atendo-se apenas à questão da integridade do homem ao nível da apropriação do conhecimento, é cair no idealismo. Daí porque a discussão da omnilateralidade não se encerra no âmbito do pedagógico, para localizar-se no âmago das relações produtivas capitalistas.

É importante considerar, ao pregar a reconstrução do Estado e o resgate da omnilateralidade como horizonte de uma política de recursos humanos, que estas dimensões não se expressam como mero desejo, mas como resultado objetivo de desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, é o próprio movimento do real, que ocorre na e a partir das condições concretas existentes, que acaba com o atual estado de coisas. Ou seja, são as condições concretas já dadas no capitalismo que geram o movimento de sua negociação: isto permite afirmar que é pela superação do homem unilateral no percurso da história, pelas próprias exigências do capital de ter à mão um trabalhador com competências ampliadas em face do

desenvolvimento científico e tecnológico, que está **em constituição** a omnilateralidade, como resultado objetivo das contradições sociais. Esta perspectiva de construção da omnilateralidade, como mostra Frigotto, é "um processo de resgate do homem como sujeito de sua história", como cidadão (1991, p.272).

As concepções fundamentais aqui analisadas conduzem à definição de alguns pressupostos a partir dos quais desenvolver-se-á a política de recursos humanos. São eles (UFPR - PRHAE - Plano de Gestão 1990-1994):

- o desenvolvimento da competência da universidade, no cumprimento de sua responsabilidade social, assenta-se no desenvolvimento da competência de seus recursos humanos, em associado à consciência de seu papel no cumprimento daquela responsabilidade;

- o potencial de recursos humanos se assenta e desenvolve de maneira complexa, segundo uma interação dinâmica de aspectos bio-psico-sociais, culturais, econômicos, etc., devendo portanto ser considerado de modo orgânico;

- o desenvolvimento de recursos humanos sofre múltiplas interferências das relações sociais que se reproduzem na cultura organizacional e determinam problemas sociais, familiares e pessoais, não sendo portanto objeto exclusivo de programas formais de educação;

- o desenvolvimento de recursos humanos é um processo que envolve a dialética das dimensões pessoal e social, a partir da qual deverão ser definidas as ações voltadas para essa finalidade;

- o desenvolvimento de recursos humanos envolve não apenas e limitadamente o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, mas também, e sobretudo, o desenvolvimento de uma consciência individual e coletiva, a partir dos determinantes das relações mais amplas que ocorrem na sociedade;

- o desenvolvimento se equaciona com práxis, envolvendo, portanto, a discussão teórica das formas de organização do trabalho, no seu dia-a-dia; a desconsideração desta relação dificulta, por certo, o desenvolvimento de recursos humanos;

- a promoção do desenvolvimento de recursos humanos em caráter global e contínuo se assenta sobre uma política de recursos humanos que a partir do binômio homem- instituição, dinamicamente relacionados, viabilize as finalidades e objetivos institucionais;

- o estabelecimento de uma política de recursos humanos global e dinâmica que oriente o desenvolvimento de recursos humanos se assenta sobre uma política de investigação e permanente análise do trabalho e de suas formas de organização no interior da instituição.

Como diretrizes de ação, a Política de Recursos Humanos deverá:

Promover o desenvolvimento e a implementação de uma política de recursos humanos e de encaminhamento de assuntos estudantis, considerados organicamente em sua relação com os objetivos institucionais e de maneira a superar ações imediatistas e casuísticas.

Articular dinamicamente as questões de recursos humanos e assuntos estudantis às finalidades e ao espírito da educação nacional.

Contribuir para o desenvolvimento de uma consciência de comunidade universitária, dentre os professores, funcionários e alunos da Universidade.

4.2. CATEGORIAS

Analizados os pressupostos, é possível definir as categorias que devem compor uma política de recursos humanos na Universidade. É necessário apontar que não se pretende dar conta desta questão de forma completa e definitiva; pelo contrário, o que se pretende é levantar, a partir da reflexão teórica sobre a prática que vem se desenvolvendo na Universidade Federal do Paraná, algumas categorias que nos parecem fundamentais, para iniciar o debate e possibilitar a construção coletiva de um referencial conceitual que possa ser útil às demais Universidades.

Por imperativo de clareza teórica é preciso destacar que a crítica feita no item 2 à dimensão de controle da política de recursos humanos nas burocracias privadas, acompanhada da análise da burocracia pública no Brasil e da especificidade da Universidade, definindo-se os pressupostos, leva à construção de categorias que superem a unilateralidade e o meio-cidadão, em nome da constituição da cidadania. Assim, mesmo que as categorias tenham o mesmo título, pois essas denominações foram constituídas através da história, seu conteúdo é outro, determinado pelo compromisso com a construção da sociedade democrática sobre os pilares da cidadania plena.

Como já se afirmou no item anterior, algumas categorias estruturais para a definição de uma política de recursos humanos escapam à administração universitária, localizando-se no interior do aparelho do Estado. São elas: a política salarial e a estrutura de cargos e salários.

Considerando que a Universidade Pública é um direito conquistado historicamente pela população brasileira, sendo financiada pela sociedade como um todo; que ela não se configura como uma instituição prestadora de serviços, não sendo portanto, arrecadadora de recursos; que a isonomia salarial, decorrente de um plano unificado de cargos e salários e regido por um único regime tem sido uma das reivindicações históricas do movimento

dos professores e funcionários, considera-se inadequada a descentralização destas questões ao nível das administrações universitárias, como as atuais propostas de orçamento global da emenda constitucional, em discussão no Congresso Nacional, pretendem implementar.

Estas questões não são próprias do servidor público que atua na Universidade, mas devem continuar a ter tratamento globalizado, como imperativo de democracia; por outro lado, sendo função do Estado assegurar os direitos da população à educação responsabilizando-se pelo seu custeio, esta discussão não pode ser separada do conjunto das discussões relativas ao Orçamento Geral da União, em termos do estabelecimento das relações possíveis entre as prioridades e os recursos disponíveis.

Transferir a questão salarial e da carreira para o âmbito das Universidades através do orçamento global não garante o custeio do ensino superior pelo Estado.

Estas categorias, portanto, deverão ser trabalhadas pelas entidades sindicais dos professores e funcionários, através de negociação direta com o Estado, a partir do entendimento de que esta é uma dimensão **objetiva** fundamental da omnilateralidade, e portanto, da cidadania. Sem a discussão salarial, qualquer política de recursos humanos via paliativo.

É preciso considerar, no entanto, que a discussão salarial na administração pública contemporânea, esbarra nas características do aparelho burocrático constituído historicamente: inchaço, empreguismo, improdutividade, baixos padrões de qualidade, clientelismo, nepotismo, etc.

Neste sentido, o desenvolvimento de uma política de recursos humanos poderá ser um instrumento importante na mudança destas dimensões objetivas, facilitando a negociação salarial.

Identificamos as seguintes categorias que podem ser trabalhadas internamente pelas instituições, e que se articulam às categorias enunciadas anteriormente:

- **SELEÇÃO** - embora definido pela Constituição o acesso aos cargos públicos mediante concurso, torna-se necessário o desenvolvimento, na Universidade, de uma política de ingresso por competência, no sentido de rigor acadêmico, competência técnica e compromisso político com a Universidade Pública; é preciso desenvolver junto à comunidade universitária, um profundo senso de responsabilidade com os processos de seleção, em função do **caráter** público da instituição. Espaço plural, centro de crítica e controvérsia, a seleção não se fará por critérios ideológicos, como fazem as burocracias privadas, que não tem problema para a formação dos trabalhadores para processos fragmentados de trabalho; já nas Universidades, a competência não se resolve apenas com treinamento, mas exige domínio teórico-prático e

capacidade histórico-crítica. A inobservância desta categoria tem povoado as burocracias públicas, em geral, com quadros inadequados e incompetentes, que, submetidos às características do burocratismo se perpetuam e definem sua improdutividade. Em decorrência desta ausência de capacidade instalada, novas vagas são abertas, inchando-se a máquina pública sem melhoria da sua produtividade;

- INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL - se há um aspecto do qual a burocracia privada não descuida é a introdução do novo funcionário na empresa; este é um momento crucial para construir a identidade ideológica, o compromisso político com a empresa e o espírito de colaboração. As Universidades tem descuidado desta questão; em sua maioria, professores e funcionários, novos e antigos, desconhecem a Instituição na qual trabalham; raramente conhecem as instalações, não tem oportunidade de discutir suas políticas, os seus planos de gestão e de aprofundar o estudo de suas funções. A política de recursos humanos deverá promover, entre os participantes da comunidade universitária, a construção do conhecimento global da instituição, em seus aspectos estruturais e funcionais, bem como suas ações voltadas para a formação científica, cultural, tecnológica, educacional. Esta política inclui, juntamente com o trabalho das áreas fim, a introdução dos novos alunos na instituição;

- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - As formas de organizar o trabalho contém um projeto pedagógico, muitas vezes pouco explícito, mas muito eficiente; seu objetivo é a constituição de um certo tipo de trabalhador - o operário, nas fábricas, e o burocrata, nas administrações públicas. No caso das Universidades, cujo processo de trabalho tem se caracterizado pela perpetuação de rotinas ultrapassadas e pouco ágeis, torna-se necessário rever os modos de organização dos processos de trabalho. Do ponto de vista do trabalho docente, torna-se necessária a discussão das formas de planejamento institucional e departamental, das formas equitativas de distribuição das tarefas ligadas às atividades fim (pesquisa, ensino, extensão, com suas ações decorrentes nas áreas de divulgação, acompanhamento e orientação de alunos, produção de textos, etc); da mesma forma, torna-se necessário rever as formas de relatório das atividades desenvolvidas e dos mecanismos de tratamento destes dados. Esta política não é exclusiva da área de recursos humanos, devendo desenvolver-se de forma integrada às demais pró-reitorias, particularmente às ligadas às atividades-fim. Do ponto de vista da organização do trabalho técnico administrativo, há que urgentemente revisar e racionalizar as rotinas através dos procedimentos de organização e métodos e informatização, revendo as tarefas, identificando o tempo, o número de pessoas e a qualificação necessária para realizá-los até chegar ao redimensionamento de força

de trabalho necessária em cada unidade, processando os remanejamentos, readaptações e treinamentos que se façam necessários. Da mesma forma, há que estudar a distribuição da força de trabalho docente e remanejar as vagas até obter a superação das distorções inter-departamentais e inter-setoriais; esta política deve ser desenvolvida em íntima interação com as unidades de ensino. Em resumo, para superar o baixo nível de produtividade, a resistência à mudança e a inoperância dos sistemas de informação, é preciso rever as formas de organização do trabalho e corrigir distorções na distribuição e qualificação dos recursos humanos técnico-administrativos e docentes;

– **EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR** – Assegurar o acesso ao saber socialmente produzido é condição indispensável de constituição de omnilateralidade e cidadania. Uma Universidade, em face de suas funções precípuas, não pode compactuar com mecanismos de distribuição desigual do saber objetivando o controle da força-de-trabalho, tal como faz a empresa capitalista. Pelo contrário, ela terá que assumir, entre as suas funções, a educação da sua força de trabalho, nas suas distintas modalidades, oferecendo:

- educação básica (1ª e 2ª graus) aos servidores que a ela não tiveram acesso;

- educação continuada, viabilizando a frequência ao 3º grau e aos cursos de pós-graduação, "lato e strito senso", mediante o desenvolvimento de uma política ordenada por prioridades;

- qualificação profissional propiciando o aprofundamento, atualização e especialização nas áreas de trabalho; desenvolvendo novas qualificações para ajustar as demandas individuais às necessidades institucionais; readaptando os servidores através do desenvolvimento de novas competências;

- educação permanente – permitindo aos servidores o acesso, em sentido amplo, ao conhecimento científico, tecnológico e cultural socialmente produzido;

- apoio à participação dos estudantes, funcionários e professores a eventos de caráter científico-técnico e cultural;

- apoio à educação política dos estudantes, enquanto espaço de formação para a cidadania, através de sua integração à vida universitária via movimento estudantil, necessariamente articulado à vida acadêmica.

Além do caráter social destas políticas, trabalhar a categoria "educação" é fundamental para a construção do novo cidadão "servidor público" pela superação do "meio-cidadão"; da mesma forma, é imperativo de recuperação da produtividade do serviço público; ou seja, é imperativo de transformação social.

- AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - a categoria avaliação, que deve ser desenvolvida de forma integrada por toda instituição constitui-se como pré-requisito necessário às categorias de organização do trabalho e educação. É através da avaliação de desempenho, articulada à análise das tarefas e à revisão das rotinas, que as necessidades de educação, em todas as modalidades, serão identificadas, permitindo o atingimento dos objetivos institucionais. A política de avaliação é fator de transformação institucional, à medida em que cria condições para a reflexão e transformação das práticas cotidianas, com base nas formas de organização do trabalho.

É preciso observar, no entanto, que as práticas de avaliação de desempenho desenvolvidas pelas instituições tendo em vista a concessão de promoções, têm descaracterizado esta política. Em face dos baixos salários e da falta de servidores competentes, tem-se generalizado a prática de acordos entre as chefias e os servidores de tal modo que o desempenho não tem sido efetivamente avaliado, transformando-se a avaliação em estratégia de cooptação sem retorno para a melhoria da produtividade da instituição, para a revisão das rotinas ou para o estabelecimento de programas de qualificação. Como esta é uma questão política, e não técnica, é insuficiente revisar os procedimentos ou os instrumentos de avaliação; a questão é a mudança da cultura institucional, processo lento, que ocorre ao nível da intervenção psicossociológica nos grupos, e exige, no primeiro momento, o descolamento da avaliação de desempenho à concessão de promoções.

A avaliação, entendida como processo contínuo, inicia-se na seleção e se desenvolve através das estratégias de acompanhamento dos servidores no seu trabalho cotidiano, tendo em vista a promoção das adaptações, treinamentos, remanejamentos ou mesmo demissões que se façam necessárias. Para tanto, torna-se necessário a criação de mecanismos que permitam a discussão permanente das questões institucionais, através de reuniões, seminários e trabalhos de grupo. A UFPR tem desenvolvido, nesta linha, além do acompanhamento dos servidores, os Seminários Permanentes de Administração Superior, onde se discutem as questões da Universidade e se definem formas de atuação assumidas coletivamente.

- APOIO A COMUNIDADE - esta categoria inclui o que seriam os benefícios na empresa privada, utilizados como forma de cooptação do trabalhador, mas na perspectiva dos direitos do cidadão trabalhador. Tem sido, nesta linha, desenvolvidos programas de apoio à moradia estudantil, apoio à alimentação, através dos restaurantes universitários, apoio à educação pré-escolar através de creches e do auxílio creche, apoio ao transporte.

Neste momento, o programa de apoio que tem se constituído em forte demanda do servidor público, em decorrência do direito estabelecido no

Regime Jurídico único que institui o Plano de Seguridade Social, aliado à crescente proletarianização dos servidores públicos, e o programa de saúde.

Ao discutir esta categoria, particularmente na questão da saúde é fundamental observar a necessidade de trabalhar com a concepção de atenção, ou de assistência, enquanto direito do cidadão trabalhador que deve ter as garantias de desenvolvimento da sua integralidade. Daí a necessidade da integração das políticas de assistência à dimensão mais ampla da política de desenvolvimento de recursos humanos, sob pena de assumir uma dimensão assistencialista e manipuladora (para o que, aliás, foi criada).

É preciso não perder a clareza que os direitos sociais se apresentam, desde a constituição do Estado moderno, como necessidade de proteção do cidadão pela sociedade contra as incertezas econômicas. Assim, os direitos sociais tem sido o resultado das lutas que a classe trabalhadora tem desenvolvido através da história, como formas de garantir ao cidadão condições de qualidade de vida, segurança e participação. Há, portanto, pelo respeito a essas mesmas lutas, que se superar o assistencialismo, que atribui às formas de proteção o caráter de "caridade", de "dádiva" do Estado para a população ignorante e pauperizada. O assistencialismo parte justamente do reconhecimento que o indivíduo é incapaz para exercer plenamente sua cidadania, precisando de assistência por não ser cidadão.

Da mesma forma, há que rejeitar as modalidades de assistência do tipo "seguro social", que assegura os benefícios apenas àqueles que contribuem com o sistema, quer através do Estado, quer através de instituições privadas. Na presente conjuntura, em que o Estado assume feição neo-liberal, o seguro social aparece como uma estratégia interessante aos interesses do capital, por permitir o repasse dos recursos públicos para a iniciativa privada e desresponsabilizar o Estado de suas obrigações para com a população; destaque-se também, que o seguro social não assegura a qualidade dos serviços prestados. Os responsáveis pelas políticas de recursos humanos precisarão estar atentos neste momento em que constitui o Plano de Seguridade Social, garantindo a concepção de seguridade social como conquista histórica da classe trabalhadora, entendendo a garantia dos direitos sociais básicos como direitos do trabalhador e como condição de cidadania e omnilateralidade

- APOIO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS – propiciando a criação de espaços para que as manifestações culturais, artísticas e esportivas sob todas as suas formas, tenham possibilidade de manifestação; o acesso as formas culturais, artísticas e esportivas socialmente produzidas e a possibilidade de participar de sua construção

fazem parte dos direitos do cidadão trabalhador e são categorias constitutivas da omnilateralidade.

4 – CONCLUSÃO

As discussões levadas à efeito mostram o desenvolvimento da política de recursos humanos para o servidor público como possibilidade de avanço em relação à função do Estado no cumprimento de suas obrigações com o público e como perspectiva de construção da cidadania.

A perspectiva dialética que subsidiou as discussões mostra que o estabelecimento desta política é processo, é construção, é conquista, configurando-se como historicamente possível no âmbito das contradições postas pela relação entre capital e trabalho, mediadas pelo Estado.

Esta construção, como afirma Garcia (1978, p 52) consubstancia-se em AÇÃO respaldada na REFLEXÃO, em CONSCIÊNCIA SOCIAL sobrepondo-se às CONSCIÊNCIAS INDIVIDUAIS, em RESPONSABILIDADE PARA COM A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA em lugar de FAVORITISMO PARA O CARGO, e em PARTICIPAÇÃO em lugar de EXCLUSÃO".

Só assim será possível resgatar a cidadania do servidor público, superando o pacto através do qual ele cumpre apenas parte dos seus deveres em troca de apenas parte dos seus direitos.

Sem uma política de recursos humanos de qualidade, que assegure os direitos do servidor público, não é possível exigir o cumprimento dos seus deveres; neste caso, como o faz a empresa capitalista, é preciso que cada um cumpra a sua parte – Estado – Patrão e servidor-trabalhador – do acordo estabelecido nos contratos de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação dos trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1986.
- LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- FÉLIX, Maria de Fátima Costa. *Administração Escolar: Um problema educativo empresarial*. São Paulo, Cortez, 1984.
- GARCIA, Fernando Coutinho. *Modernização e Reforma Administrativa no Brasil: uma interpretação dos impasses e um projeto alternativo*. In: *Modernização Administrativa*. Brasília, IPEA, 1978.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho, educação e tecnologia*. In: Silva, Tomaz T. Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
A CONVIVÊNCIA COMO INTEGRANTE DA POLÍTICA
DE AÇÃO COMUNITÁRIA

Assistente Social Conceição Zotta Lopes⁵

ROTEIRO

Os avanços na concepção do papel da universidade no mundo de hoje e, em particular no contexto brasileiro, exigem um posicionamento claro de compromisso na formação de cidadãos altamente qualificados, comprometidos com a sociedade e com a sua transformação.

Está, portanto, incorporando a certeza de que precisa conduzir um processo educacional transformador que contemple, de modo reflexivo e crítico, as possibilidades de construção coletiva de um desenvolvimento integrado e harmonizado do homem, da cultura, do meio ambiente. O intelectual competente, crítico e responsável passa a ser o perfil fundamental do sujeito da construção de uma nova sociedade.

Forjar este profissional e colocar toda a estrutura educacional neste rumo passa a ser o grande desafio da universidade brasileira. Este desafio implica, conseqüentemente, no empenho e no compromisso de todos os setores responsáveis pela definição e implementação de políticas e de programas no âmbito das universidades. Cabe, neste espaço, refletir e aprofundar sobre as contribuições que a área de assuntos comunitários tem para responder a este compromisso, conquanto constitui estrutura de poder e de responsabilidade na consecução do objetivo da instituição.

Os assuntos comunitários consolidam-se nas universidades públicas como a área responsável por definir e gerir programas de natureza assistencial, demandados por parcelas da comunidade universitária. Os avanços significativos neste aspecto passam pela evolução na concepção das respostas que estes programas dão aos direitos básicos de cidadania.

Concomitante aos programas assistenciais também estão presentes, em inúmeras universidades, programas que abrangem projetos e atividades de características coletivas, de natureza diversa e incrementadas de formas variadas.

Entendo que este é um espaço que a ação comunitária deve **pensar** e nele **agir**, compartilhando e contribuindo para o projeto educacional de formação do profissional cidadão.

⁵ Decana de Assuntos Comunitários da UnB

Aqui se coloca a **convivência**, cujo significado de **viver consigo e viver com o outro** propõe-se seja valorizado e situado como propulsor de incalculáveis formas de ações conseqüentes no âmbito comunitário.

2. Considerações: Pensar a questão da convivência

O simples fato da presença de pessoas no mesmo espaço viabiliza a convivência. A interação e a convivência no meio universitário podem gerar estímulos para ações que extrapolam aquelas pertinentes às exigências acadêmicas, postas nas salas de aula.

Se, formalmente, a vida acadêmica gira em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, a convivência entre as pessoas pode fazer emergir e explicitar outros interesses não diretamente vinculados a essas funções básicas.

A convivência viabiliza idéias e ações que individualmente não seriam levadas adiante mas que, em sendo coletivas, encontram estímulo e animação para se corporizarem. Aproxima pessoas diferentes, identificadas por interesses comuns. Possibilita a abertura de novos canais de percepção e do conhecimento, complementares ao conhecimento formal.

Convém, ainda, afirmar que a convivência constitui base para a produção e reprodução de ações coletivas. E as ações coletivas livres e autônomas podem levar a um sentido de participação global no campo das artes, do lazer, dos esportes, da política, do livre pensar. Podem percorrer trilhas da ética e da estética. Podem caminhar na busca do prazer, da felicidade, quebrando rotinas do cotidiano inibidoras da criatividade. A dimensão humana, assim contemplada, pode emergir mais plenamente e contrapor-se à fragmentação da vida universitária que faz com que docentes, alunos e funcionários vivam o seu cotidiano, sua sala de aula, seus problemas individuais, sem preocupação com o todo, com o conjunto, com o universo que os cercam.

Na atual estrutura do ensino superior há outro fator altamente redutor de convivência: o sistema de curso por disciplinas, que substituiu o sistema seriado. Este continha o fator estimulante de interação grupal, criava o espírito de turma. Neste sentido, incentivar as iniciativas de convivência é fazer reviver na universidade uma parte significativa que lhe foi amputada. Resumindo o que foi posto, a convivência assimila os seguintes aspectos, que totalizam as pessoas: - o cotidiano, a participação, a criatividade, a autonomia, o conhecimento (diálogo e contradição) e o prazer.

3. Considerações sobre o agir

Em sendo válido o pensar aqui colocado a respeito da convivência, quero conduzir a questão do agir num dos aspectos propícios à sua inserção, que é o da ação comunitária. Justifico:

- as iniciativas que emergem ou podem surgir, por estimulação, no ambiente comunitário não se constituem normalmente um projeto formal no âmbito do processo pedagógico do ensino, da pesquisa ou da extensão;

- a percepção desta potencialidade e da sua essencialidade advém das práticas e experiências decorrentes do trato com o coletivo e o comunitário, ainda que comumente pelo enfoque da assistência;

- o entendimento de que o direito à cidadania plena, abrange tanto a garantia de ter supridas as necessidades básicas de subsistência, quanto o direito à cultura, ao lazer, ao livre pensar;

- o esforço e a competência investidos neste campo constituirão uma significativa contribuição da área de assuntos comunitários ao compromisso de formação da cidadania plena.

As ações a serem assumidas pela área comunitária, destinadas a estimular e incentivar a convivência, devem seguir algumas estratégias, como:

- acolher e apoiar as iniciativas de pessoas ou grupos ao apresentarem idéias e propostas de trabalho, ainda que informais, nas diversas áreas de interesse humano e coletivo;

- ter percepção e sensibilidade para o acolhimento de idéias alternativas, muitas delas desvinculadas da academia;

- promover eventos que contenham base de participação e provoquem desdobramentos de outras ações coletivas com repercussões internas e externas;

- atuar junto às organizações consolidadas na linha do estímulo à identificação de fazeres coletivos pertinentes ao seu campo de atuação social, política, profissional (debates, seminários, encontros);

- entendimento claro de ser agente articulador e não produtor de evento.

O desenvolvimento das ações pressupõe:

- decisão política;

- alocação de recursos financeiros de suporte;

- utilização plena dos espaços físicos e equipamentos existentes, adaptação e definição de novos;

- capacitação de recursos humanos.

REFLEXÃO FINAL:⁵

Será que, pelo fato de constarmos as dificuldades por que passa a universidade brasileira, que não é diferente da que passa a nação brasileira, não poderemos falar em prazer?

Que razões nos farão repensar a universidade, dentro de uma ótica em que se reveste o olhar vazio, por aquele que vê, observando e tentando retratar um momento de beleza que impulse para um fazer criativo. Será que uma proposta de reformulação, que estimula a convivência alienará este ser ou fará com que ele possa realmente, pensar a realidade e encontrar elementos interiores que ajudem num projeto maior de transformação e de responsabilidades públicas com a sociedade? Aflorando as expressões individuais serão elas, certamente elementos geradores de transformações qualitativas de convivência humanas?

Pensando isto em uma estrutura que, apesar de hierárquica, possibilite a permeação desses fazeres criativos, eliminaríamos o amesquinha-mento das ações, as pequenas disputas e caminharíamos para uma atitude integral na construção de um pensar maior, alegre e até com a festa na hora certa.

Brasília, 20 de abril de 1992

CÔNCEIÇÃO ZOTTA LOPES e EQUIPE

REFERÊNCIAS

- Documentos elaborados pelo Decanato de Assuntos Comunitários 1988-1990.
- Alberto Cavalcante - Política Cultural - Cadernos da Constituição - UnB/1988.
- Cristóvam Buarque - Usina de Idéias.

O Homem, As Viagens

O Homem, bicho da Terra, tão pequeno!

⁵ Contribuição de Renée Simas

Chateia-se na Terra
lugar de muita miséria e pouca diversão.
Faz um foguete, uma cápsula, num módulo
toca para a Lua
desce cauteloso na Lua
pisa na Lua
planta Banderola na Lua
experimenta a Lua
civiliza a Lua
coloniza a Lua
humaniza a Lua.

Lua humanizada; tão igual à Terra!
O Homem chateia-se na Lua.
Vamos para Marte – ordena as suas máquinas.
Claro – diz o engenheiro
sofisticado e dócil
vamos a Vênus.
Vê o visto – é isto?
idem
idem
idem.

O Homem funde a cuca se não for a Júpiter.
Proclamar justiça com injustiça
repetir a fossa
repetir o inquieto
repetitório.
Outros planetas restam para outras colônias.

O espaço todo vira Terra – a – terra.
O Homem chega ao Sol ou dá uma volta
só para terver?
Não vê que ele inventa
roupa insidervel de viver no Sol
Põe o pé e:
mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.

Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao Homem (estará equipado?)
a difícil viagem
de si a si mesmo:
por o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o Homem
descobrimo em suas próprias inexploradas
entranhas a perene, insuspeitada alegria
de conviver.

De: Carlos Drummond de Andrade
Do livro: Seleta em Prosa e Verso.
Páginas: 193 à 194.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA

Prof. Antônio Claudino de Jesus

Projetar as perspectivas da Universidade Brasileira, com enfoque centrado no cultural é intrinsecamente dependente das premissas ético-culturais que possam vir a moldar um compromisso claro e explícito da ruptura com o obsoleto e frágil modelo estabelecido, bem como afirmar criticamente nossa postura frente ao mundo que pretendemos construir.

Ao aprofundarmos a análise do substrato com o qual se impõe romper, verificamos que a crise institucional que atravessamos, já há algum tempo, está vinculada em seu âmago à crise por que passa a Sociedade Civil Brasileira. No caso específico da Universidade Brasileira é, além de tudo, considerável o fato de sua gênese não estar vinculada a um projeto da sociedade civil e, portanto, estar ainda dependente de encontrar seu papel histórico dentro desta sociedade, inserindo-se no projeto político geral do povo brasileiro, que vai sendo construído ao longo dos séculos. Necessário ressaltar a contribuição ao contexto da crise que os elementos conceituais vigentes sobre o que é uma instituição universitária vêm colocando e com os quais teremos que romper, ou adotá-los, tendo sempre presente a visão dialética do processo.

Às afirmações do papel fundamental da Universidade na realização do avanço técnico-científico, na formação de mão-de-obra eficiente, na prática e desenvolvimento do esporte e das artes, na compreensão e busca de propostas para o processo social, faz-se necessário explicitar o entendimento de que tais ações só atingirão seus objetivos se calcadas no substrato básico de sua missão histórica: O HOMEM. Seja o indivíduo-espécime, seja a espécie humana e tudo que envolve sua realização. Tal fato só se consolidará com a ruptura das algemas que ao longo dos anos vêm sendo adquiridas pelas Universidades, para assim retomar sua função libertária que possa lhe imprimir a seiva nutridora da construção do futuro.

Assim, acordados que à Universidade compete um papel a ser descoberto dentro de um projeto geral da sociedade brasileira, que em crise busca a sua identidade e com ela sua libertação, é ressaltável que tal mister só se concretizará na medida em que definirmos nosso quinhão de responsabilidades na construção do indivíduo pleno que resulte no exercício permanente da cidadania – seus direitos e responsabilidades, mirando a universalização

do saber e o exercício da liberdade, fundamentais ao advento da felicidade, da utopia.

Sem dúvida, a construção de um mundo socialmente justo, culturalmente livre e economicamente equilibrado está vinculado à consolidação do indivíduo-cidadão, com plena consciência do seu papel histórico e de sua posição no universo, com aspirações realizadas e totalmente harmonizado com o meio ambiente não só do País, do planeta, do sistema solar, mas sim harmonizado com o universo conhecido e preocupado em desvendar o desconhecido, partindo de concepções que corrijam os desvios de relação com a natureza e impeçam novas agressões por estar consciente de que aí reside o elemento fundamental da realização do lúdico, do belo, do feliz. Em nossa visão, a Universidade precisa clarear seu compromisso de diagnosticar e buscar construir instrumentais que auxiliem a humanidade no alargamento de sua ansiedade por liberdade e na conquista de tempo livre com condições de seu uso.

O alargamento do horizonte da libertação humana está intrinsecamente ligado ao entendimento do desenvolvimento histórico, à decodificação do processo social e à atuação política, bem como à realização de avanços técnico-científicos calcados no equilíbrio da relação homem-natureza. A consolidação da felicidade compreende maior espaço libertário pelo estabelecimento do imaginário humano através da prática e do desenvolvimento cultural, expressos, grande parte no exercício das artes, das áreas de conhecimento humanistas, do esporte e do lazer, do livre pensar para livre viver. Aí se reconhece o compromisso constante com a busca da verdade, transcendente a esta ou àquela vontade política, como nos parece ser inerente à consolidação da instituição universitária. Tais afirmações, ao contrário do que possa parecer numa leitura mais superficial, não se contrapõe aos compromissos com o regional, com o específico, com o local. Ao contrário, reafirmam a universalidade do regional, a coletivização da realização individual. A concretização do arco de alianças, partindo do específico para o global, que permitirá a consolidação da universidade como elemento indispensável à concretização da felicidade humana.

É evidente que, pelas suas peculiaridades, a universidade necessita de um projeto pedagógico adequado à sua vocação holística e, em muitos casos, à vocação específica desta ou daquela instituição que possa escoar suas intenções, abrir canais para sua inserção na sociedade e consolidar seus compromissos históricos. Porém tal projeto estará fadado à ineficácia se não estiver imbuído da pluralidade de idéias que sustentam a liberdade dos cidadãos e as relações destes com a natureza.

Todas estas reflexões levam a um questionamento: "Como rumar ao futuro?" O ilustre professor Cristovam Buarque em seu livro "Na Fronteira do Futuro" afirma:

"Mantendo-se a permanente busca de ampliação do horizonte de liberdade, torna-se necessário retomar padrões de liberdade onde as características naturais e culturais do país sejam respeitadas, onde o padrão tradicional, originado há 200 anos com a Revolução Industrial, na Europa, e espalhado imperialistamente em todo o mundo, que começa a demonstrar seus esgotamento, seja substituído por novo conceito que retome as bandeiras permanentes do saber: beleza, verdade, eficiência com justiça, paz e o equilíbrio ecológico.

Do ponto de vista geral, é claro que compete à Universidade participar do esforço de avanço do pensamento, de maneira a reproduzir e aperfeiçoar os sistema social e a cultura. No caso específico do Brasil, em seu momento atual, à Universidade cabe o papel mais importante de pensar a crise que atravessamos e de formular alternativas à construção da Nação, na sua conceituação global e em sua área de conhecimento necessário à eficiência, à Justiça e à soberania, ao lado da produção da beleza e da busca da verdade."

Porém, o enfrentamento com o desafio hoje colocado ficará sem rumo ou razão se as questões culturais, sentido estrito não forem incorporadas ao cotidiano das instituições bem como às matrizes que originam o saber. alerta que ressaltamos em virtude de percebermos que, infelizmente, ainda hoje é extremamente desconhecido ou não reconhecido, notadamente, o papel das artes e das reflexões filosóficas na maioria de nossas universidades. Esta inversão de valores necessita ser corrigida, com urgência, sob pena de não ser possível atingir a modernidade ou cumprir seu papel libertário.

É evidente que estas concepções generalistas e universalizantes não deixam de ter correspondência em responsabilidades específicas junto ao espectro social onde a universidade está inserida, pois na exata medida em que a instituição universitária se inserir na vida do cidadão e, portanto, da coletividade, buscando encontrar seu papel no projeto político da nação, é que se delinearão os projetos, programas e ações inerentes a cada universidade, o que a credenciará ao status de instituição necessária e indispensável à realidade onde está inserida. O perigo populista do paternalismo assistencialista-social, bem como a falsa superioridade do elitismo intelectualoide só serão inibidos e erradicados com a assumpção do verdadeiro espaço/compromisso da universidade no meio em que está inserida, sob a mira de sua vocação primária: holística, universalisante, libertária.

Finalizando, é possível concluir que o estabelecimento do processo de convivência na Universidade Brasileira e desta com a Sociedade Civil é dependente de sua definição ético-cultural que resultará na sua participação frente às mudanças requeridas pela construção do indivíduo-cidadão e, portanto, da sociedade moderna, livre, eficiente, justa e feliz. As instituições públicas ou privadas são regidas por conceitos oriundos de pensadores, de homens. A grande contribuição deve ser a realização humana em perfeita harmonia com o universo.

Com a ocupação consciente e o cumprimento de seu papel dentro do projeto político da sociedade brasileira, consoante com sua responsabilidade universal, tornando-se portanto elemento indispensável dentro do projeto nacional, do projeto humano, a Universidade romperá com o círculo vicioso que lhe aprisiona e contemplará, com a humanidade, o futuro de igualdade, prazer, beleza e felicidade, calcados no compromisso, na eficiência e na realização do imaginário universal. Aí estarão estabelecidas as condições plenas da convivência. E, sem dúvida, está na área de assuntos comunitários a semente que poderá germinar este futuro.

*Ser eu um homem?
Isto eu compartilho com todos os homens
Ser eu capaz de comer, beber e dormir?
Isto também o fazem todos os outros animais.
Mas eu ser eu
Isto compete somente a mim
E a nenhum outro homem, anjo ou mesmo Deus
Exceto na medida em que sou idêntico a Ele.*

Erich Fromm.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS
COMUNITÁRIOS**

**X FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS
ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DAS IFES**

TEMAS LIVRES

DATA: 22/04/92 (quarta-feira).

HORÁRIO: 14:30 horas.

- 1) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
 - Programa Pré-Escola.
Euza Maria R. Bonamigo.
 - Programa de Bolsas e Estágios.
Lurdes de Oliveira Nunes.
 - Coordenador: Narciso Júlio Freire Lobo.
- 2) Escola Paulista de Medicina.
 - Serviço de Saúde dos alunos na área de saúde mental.
Júlio Ricardo de S. Noto.
 - Coordenador: Narciso Júlio Freire Lobo.

DATA: 23/04/92 (quinta-feira).

HORÁRIO: 14:30 horas.

- 1) Universidade Federal de Pelotas.
 - Moradia Estudantil: Um espaço de formação para a cidadania?
Ana Lúcia Gastaud L. da Rocha.

Coordenador: Camilo Nassar Chamoun.

- 2) Universidade Federal de Santa Maria.
 - Planejamento participativo com estratégia de formação de quadros.
Jane Dalla Corte Monari.
Coordenador: Camilo Nassar Chamoun.
- 3) Escola Paulista de Medicina
 - Implantação de setor de avaliação em departamento de assuntos estudantis.
Regina Celes de Rosa Stella.
- 4) Universidade Federal de Goiás.
 - Programa de Melhoria da Moradia dos Servidores da UFG.
Omari Ludovico Martins.
- 5) Universidade Federal do Ceará.
 - Programa de apoio ao estudante estrangeiro.
Vera Lúcia Motta Klein.

DATA: 24/04/92 (sexta-feira).

HORÁRIO: 14:30 horas.

- 1) Universidade Federal do Paraná.
 - Programa de atenção integrada à saúde: Projeto Casa.
Luiz Renato Carazzai.
Coordenador: Pafôncio Barros Neto.
- 2) Universidade Federal de Sergipe.
 - Uma alternativa para universitário e os pais trabalhadores: Ação de Baby-Sitter.
Noêmia Silva Santos.
Coordenador: Pafôncio Barros Neto.
- 3) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
 - Transformação do Restaurante Universitário em Restaurante Escola.
Neide Maria Ferreira da Rocha.

Goiânia, 24 de abril de 1992.

PROGRAMA DE BOLSAS E ESTÁGIOS

O trabalho sobre o tema "Programa de Bolsas e Estágios" foi apresentado pela Profª Lurdes de Oliveira Nunes, diretora da Divisão de Seleção e Mercado de Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no X Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES.

Consta do conteúdo do trabalho: - organograma sintético da Universidade; estágio curricular obrigatório; estágio curricular não obrigatório; Bolsa de trabalho interna da UFRGS; além de convênio; termo de compromisso; regulamento; instruções para assinatura de convênio; avaliação a ser preenchida pelo aluno estagiário; avaliação a ser preenchida pelo Coordenador da COMCAR e modelos de formulários contendo orientação quanto ao preenchimento.

Devido ao seu volume não foi possível reproduzir esse trabalho que ficará à disposição dos interessados na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE: PROJETO CASA

O trabalho sobre o tema "Programa de atenção integrada à saúde: Projeto Casa", apresentado por Luiz Renato Carazzai é um projeto da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Paraná.

Devido ao seu volume não foi possível reproduzi-lo, mas ficará à disposição dos interessados na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás e na Universidade Federal do Paraná.

SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DOS ALUNOS DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA: Relato de uma experiência inicial (1988 – meados de 1991)

Julio Ricardo de Souza Neto*
Maria Adelaide T. Olival Avancine**

O serviço de saúde dos alunos da Escola Paulista de Medicina iniciou-se em agosto de 1987, na sua estrutura atual. Este serviço tem como finalidade dar assistência médica aos alunos da comunidade, que é composta pelos cursos de Medicina, Enfermagem, Ortóptica, Fonoaudiologia e Biomédico (um total de 1260 alunos); Residência Médica e Pós-Graduação, oferecendo atendimento na área de Clínica Geral e de Saúde Mental. Ressaltamos que são usuários mais freqüentes do serviço os alunos dos diversos cursos de graduação.

Especificamente, o serviço na área de Saúde Mental visa auxiliar o aluno nas dificuldades pessoais e naquelas conseqüentes às vivências experimentadas durante o curso, contando, para tanto, com um psiquiatra.

O serviço passou a ser divulgado a partir de 1988 quando, sistematicamente no início de todo ano, os clínicos submetem os primeiranistas de todos cursos (com exceção dos Residentes e Pós-Graduados) a uma avaliação visando sua aptidão para poderem freqüentar a Educação Física. É importante salientar que quanto a existência do serviço na área de Psiquiatria, optou-se por não fazer uma divulgação mais ampla, devido a sua reduzida

*Professor Assistente do Deptº de Psiquiatria e Psicologia Médica da Escola Paulista de Medicina.

**Médica Psiquiatra da Escola Paulista de Medicina.

estrutura, pois julgamentos ser contraproducente não fazer frente a uma demanda estimulada.

A maioria dos alunos que chega ao serviço são os que estão a "procura de terapia", sendo raro chegar até nós aqueles mais problemáticos e que habitualmente são assunto de corredor entre professores e alunos.

Por época da implantação do serviço, tentamos desenvolver um programa de Terapia Breve nos moldes do proposto por Fiorini, onde determina-se um foco. Usualmente este é expresso por sintomas perturbadores, situação de crise (luto, separação dos pais, mudança de cidade, término de namoro, etc...), ameaças de descompensação que alarmam o aluno ou seu núcleo familiar. Basicamente, trabalhava-se em torno deste foco, o que nos criava certas dificuldades pois, na maioria dos casos, os alunos necessitavam de uma sensibilização para os seus aspectos emocionais, ou melhor, a "alfabetização das emoções". Passamos a lidar com as vivências trazidas pelos alunos, não perdendo de vista o foco, mas tendo como objetivo principal, uma mobilização que despertasse neles a necessidade de olharem para si de forma mais integrada.

Na maior parte dos casos atendidos observamos que a entrada na universidade é vivenciada primariamente sob um estado de euforia. Neste momento, a faculdade é vivida como se fosse "um ponto central e único" na vida do aluno. Segue-se um estado de desidealização do sonho, ocorrendo o "desmoronamento de castelos", e levando o aluno a ter que se dar conta de suas dificuldades. A faculdade não os imuniza de seus conflitos, de seus "monstros imaginários", e das vivências internas e externas da vida de cada um. Confrontando-se com seus problemas pessoais, vêm então a nós com as seguintes queixas prevalentes: conflitos familiares (pais e/ou irmãos e/ou cônjuge), separação dos pais, situação de luto (falecimento de pai ou mãe), questionamento quanto a escolha profissional, dúvida quanto a especialidade a ser seguida ao término do curso, dificuldade de relacionamento em geral, término de namoro, ou namorado com doença grave. De forma menos freqüente, aparecem também queixas de: queixas somáticas, aborto provocado, frigidez, obesidade e homossexualidade.

Os nossos dados apontam que 52% dos estudantes de medicina atendidos cursam o 3º 4º ano, o que é entendido por nos como correspondendo ao momento da desidealização anteriormente referida. Esta nossa população referida era constituída predominantemente por pessoas do sexo feminino (81%), com idade variando de 17 a 24 anos. Isso nos obriga a levar em consideração as características próprias de fim de adolescência, de tal forma que o processo de entrar mais em contato com a realidade (a

desidealização), também constitui um dos aspectos do início do desenvolvimento da vida adulta.

Os alunos foram primordialmente encaminhados a nós pelos clínicos do Serviço de Saúde dos Alunos e pelos docentes do Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da Escola Paulista de Medicina. Esta situação é a responsável pela maior participação de alunos de Medicina e Enfermagem nas estatísticas do Serviço.

Os casos atendidos são caracterizados por quadros de baixa auto-estima, depressão (com dois casos de tentativa de suicídio) e ansiedade, chamando-nos a atenção a baixa prevalência de quadros psicóticos (apenas dois casos), embora tenhamos conhecimento indireto da existência de outros alunos com quadros graves. Os transtornos relacionados com alterações corporais e da sexualidade, que poderiam ser mais prevalentes nesta fase de transição, têm baixa incidência, bem como aqueles relacionados ao uso de drogas, o que poderia estar ligado a temores de represália institucional.

Observamos que alguns alunos procuram o Serviço por mais de uma vez chegando a comparecerem em 3 ou 4 períodos distintos. É claro, que em tais circunstâncias a indicação seria para uma terapia a longo prazo, o que não foi possível devido a condição financeira dos alunos. Tal situação explica o fato de que o número total de casos (86) difere do número total de alunos atendidos (60). Há casos que iniciam o tratamento e desistem (24%), sendo que alguns deles retornam em outro momento.

O contrato é definido propondo-se um total de 12 a 16 sessões, com data prevista de término e, dentro do possível, um horário semanal fixo. O contrato claro dá liberdade de percorrer mais livremente caminhos para atingir o objetivo do trabalho atual, tendo maior flexibilidade em relação ao foco.

Outro aspecto é que, estando o Serviço vinculado à E.P.M. e seu período letivo, prevê-se no contrato situações de término ou férias no tratamento.

Atualmente, dada a alta demanda observada no Serviço, temos uma lista de espera para primeiro atendimento de três meses, e sete alunos já aguardando horário para terapia breve. Ainda que nossa carga horária de trabalho seja relativamente pequena (10 atendimentos semanais), é evidente a necessidade de criação de um maior "espaço" para que o atendimento possa ser realizado em tempo hábil. Ou seja, se a proposta é de terapia breve com sensibilização para os aspectos emocionais em situações de crise, torna-se premente atendê-los com a menor espera possível.

Tais situações reafirmam a importância deste tipo de Serviço, que cria um espaço opcional para as necessidades de continência emocional do

aluno pois, apesar da pouca divulgação, a população estimulada bem demonstra o seu interesse.

BIBLIOGRAFIA

1. ABDO, C.H.N. (1987). "Psicoterapia breve: relato inicial acerca de seis anos de experiência com alunos da Universidade de São Paulo (USP)". *Rev. Psiquiat. Clin.*, 14(1-2):14-27.
2. CAMILLO-COURA, L.; SERAPIÃO, J.J.; HOIRISH, A.; SOUZA, I.S.; ECKSTERMAN, A.; BRITTO, R.; CASTRO, D.I.T.; VALLE, N.C.; CHAGAS TELLES, V.L.; de PITTA, L. (1984). "Programa de Orientação Psico-Pedagógica e Profissional (POPPE) – Faculdade de Medicina da UFRJ. – I Projeto de Implantação". *Rev. Bras. Educ. Méd.*, Rio de Janeiro, 8(3):182-187.
3. FIORINI, H.J. "Teoria e Técnica de Psicoterapias" – Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1981.
4. GILLIÉRON, E. "As Psicoterapias Breves". Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1986.
5. MILLAN, L.R.; BARBEDO, M.F. (1988). "Assistência psicológica ao aluno de medicina: O início de uma experiência". *Rev. Bras. Educ. Méd.*, Rio de Janeiro, 12(1):21-23.
6. MILLAN, L.R.; ROSSI, E.; de MARCO, O.L.N. (1990). "O suicídio entre estudantes de medicina" – *Rev. Hosp. Clín. Fac. Med. S. Paulo, São Paulo*, 45(3):145-149.
7. MILLAN, L.R.; ROSSI, E.; de MARCO, O.L.N.; MILLAN, M.P.B.; ARRUDA, P.V. (1989). "Alguns aspectos psicológicos ligados à formação médica" - Trabalho apresentado no VII Congresso Médico-Universitário da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo.
8. SOUZA, I.S.; BARROS, D.I.M.; HOIRISH, A. (1987). "Programa de Orientação Psico-Pedagógica e Profissional (POPPE) – Faculdade de Medicina da UFRJ – II Sistematização". *Rev. Bras. Educ. Méd.*, Rio de Janeiro, 11(1):1-36.
9. SOUZA, I.S.; BARROS, D.I.M.; HOIRISH, A. (1989). "Programa de Orientação Psico-Pedagógica e Profissional (POPPE) – Fac. Med. da UFRJ. – Avaliação e Perspectivas" – UFRJ., Rio de Janeiro. Comunicação pessoal dos autores.
10. SOUZA, I.S.; BARROS, D.I.M.; HOIRISH, A. (1991). "POPPE – Relatório de atividades desenvolvidas em 1990. UFRJ., Rio de Janeiro. Comunicação pessoal dos autores.

MORADIA ESTUDANTIL, UM ESPAÇO PARA FORMAÇÃO DE CIDADANIA?

Ana Lucia Gastaud Lobo da Rocha*

1. CONCEPÇÕES INTRODUTÓRIAS

Inúmeros documentos, elaborados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, apontam a relação do Ensino Público e Gratuito e das Políticas de Assistência.

Não há como falar da democratização da Universidade, sem pensar na democratização do acesso e permanência do aluno na instituição universitária.

Engloba, portanto, áreas tais como: saúde, moradia, transporte, lazer, cultura, esporte, alimentação etc...

Não podemos deixar de considerar que estas concepções tem enfrentado muitas resistências na esfera governamental e, até mesmo, no interior das Universidades. Deste modo, a discussão para o custeio dos programas de assistência estudantil e comunitária fica comprometida, na medida em que, para alguns estes são menos importantes ou até dispensáveis comparativamente com outras necessidades, para que tenhamos um Ensino Público e Gratuito de qualidade. A questão se agrava, quando o Ministério da Educação hoje divide seu orçamento em atividade meio e fim, enquadrando, como era de se esperar, a maioria dos programas de nossa área na atividade meio.

* Trabalho apresentado pela Assistente Social Ana Lucia Gastaud Lobo da Rocha (Diretora do Deptº de Assuntos Estudantis e Comunitários - Universidade Federal de Pelotas) no X Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Abril/1992.

Podemos afirmar, outrossim, que a Universidade gratuita necessariamente não será Pública. Pública será, se estiver ao acesso da maioria da população e para as necessidades desta se volte.

A Universidade deve sistematizar, produzir e disseminar um conhecimento que, no seu conjunto, contribua para o processo de transformação social onde está inserida.

Logo, a Educação, sendo um direito do cidadão, não se fará na sua plenitude se não houver um compromisso aos que participam deste processo de formação acadêmica e de cidadania.

O projeto pedagógico da Universidade Federal de Pelotas engloba estas concepções, quando busca a formação do aluno crítico, criativo, intelectualmente independente, efetivamente comprometido com valores que construa uma sociedade mais justa, levando assim a que a Universidade cumpra verdadeiramente seu papel social.

Devemos, pois, questionar, pode a Educação operar a mudança? Que mudança?

Paulo Freire combate a concepção ingênua da pedagogia que se crê, por si só, motor ou alavanca da transformação política. Combate, igualmente, a concepção oposta, o pessimismo ideológico que entende que a Educação reproduz mecanicamente a sociedade. Ao analisar as possibilidades e limites da educação, nasce um pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente e a perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta da transformação da sociedade. Acrescenta-se, ainda, que ele não separa o ato pedagógico do ato político, nem tampouco os confunde. Paulo Freire nos indica o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e da conscientização.

Neste contexto e por coerência se inserem, também, as Políticas de Assistência Estudantil e Comunitária, as quais é fundamental estarem relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem e terem um caráter pedagógico permanente, rompendo assim com o assistencialismo que, ao longo dos anos, suas ações contiveram.

Logo, todas as concepções, até aqui abordadas, vão interferir no planejamento e execução das políticas de assistência, no papel dos técnicos e no tipo de participação dos usuários da mesma.

Queremos uma prática domesticadora, clientelista? Ou queremos uma prática que leve a promoções do ser humano individual e coletivamente, ampliando seu conhecimento da realidade e o instrumentalizando para nela intervir?

Queremos uma ação "para" a comunidade? ou "com" a comunidade?

Entendemos que a primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido, está em ser capaz de refletir e agir. Optamos, então, por falar em educação em caráter permanente, um processo onde não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando, existindo, assim, graus de educação e em caráter não absoluto.

2. CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA E MORADIA ESTUDANTIL

Por tudo até então dito, entendemos que poderíamos conceber a moradia estudantil dentro de dois parâmetros. Um, seria o de apenas pensar no compromisso da instituição universitária em manter espaço físico para tal fim. Outro, seria o de ir além e considerar que, neste espaço físico, habitam pessoas que estão num processo de aprendizagem de convivência e de cidadania.

Defendemos a gratuidade da moradia e, conseqüentemente, se torna indispensável o compromisso de cada aluno com a manutenção e organização desta.

Referimos-nos, pois, a um processo de formação e não adestramento, bem como a noção de sujeito social.

Perguntaríamos, como referenciar nossa prática social junto à moradia estudantil, tendo em vista estas concepções e atendendo a um projeto educativo?

Sabemos que, de modo geral, as moradias são compostas por grupos com alguns interesses comuns, contudo com muitas idéias diferentes e/ou divergentes, fruto da história de vida de cada um, sua opção de curso, entre outros aspectos. Normalmente, tais grupos são representados por uma diretoria que, por sua vez, tem dificuldade de apreender seu verdadeiro papel.

Assim sendo, no conjunto dos moradores ou nas diretorias se alternam práticas mais condizentes com a noção de cidadão e outras típicas de uma visão assistencialista, criando-se uma relação de dependência e tutela com a instituição.

Igualmente, o técnico se vê numa prática contraditória, posto que seu processo de formação nem sempre lhe propicia a consciência de seu papel, enquanto agente de transformação.

Deste modo, não podemos afirmar que a qualidade de vida comunitária e grau de compromisso do aluno são os desejáveis.

Defendemos, pois, que ação junto às moradias estudantis levem em consideração esta realidade e mediante atividades adequadas venham a buscar

maior e melhor interação entre os moradores e uma participação ativa, crítica e responsável dos mesmos na melhoria destas moradias.

Entendemos, também, que esta participação não pode ser considerada como dádiva, concessão, ou algo preexistente, como um processo de conquista.

Depreende-se, hoje, que o técnico deva ser um grande mobilizador, levando em conta que todo homem é um ser em relação, aberto a um processo de formação e com habilidades maiores ou menos desenvolvidas.

Outra questão importante é a relativa a gerência da vida comunitária.

Encontramos o sistema de autogestão, principalmente em comunidades autônomas financeiramente e independentes do poder público municipal, estadual ou federal. Existem outras, em que há uma inter-relação com algum dos poderes citados, onde há limite para gerir seu destino, porque mantido pelo órgão público, que, por sua vez, tem compromisso com o bem público e com processo educativo, principalmente nas instituições universitárias.

Apontamos, aqui, para um sistema de co-gestão significando responsabilidades compartilhadas. Contudo, não defendemos "o fazer" pela comunidade e/ou por suas instâncias representativas, mas procurar instrumentalizá-los para com organização e segundo regras coletivamente estabelecidas, identificar com clareza suas questões e nelas intervir mediante um processo conjunto de reflexão e decisão.

É conveniente lembrar que esta ação educativa constitui-se num processo, onde não cabe expectativas de resultados imediatistas. Supõe, também, uma intervenção gradativamente menor do técnico, porque tem em mente um processo de capacitação e independização dos moradores de alojamentos estudantis.

No cotidiano, se busca alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

- estimular e apoiar os usuários na organização e utilização moradias;
- estimular e apoiar ações que contribuam para uma maior interação lazer e informação entre os moradores;
- contribuir para uma maior interação entre os moradores e a universidade e com a comunidade em geral;
- desenvolver com a Diretoria da Casa do Estudante um processo de capacitação do grupo para que tenha maior clareza do seu papel e de como melhor desenvolvê-lo;

- estimular a existência de espaços periódicos de discussão coletiva das questões da moradia e a existência de procedimentos democráticos na tomada de decisão;
- assessorar, sempre que solicitado ou entender necessário, processos de discussão coletiva, seleção de moradores etc...; e
- estimular o aparecimento de novas lideranças.

Sabemos que a tarefa mencionada encontra dificuldades, entre as quais citamos:

- alternância de pessoas nas moradias estudantis e número de moradores excessivamente grande em algumas delas;
- existência de questões de poder, partidarização de ações, resultando em conflitos interpessoais e/ou intergrupais;
- predominância, muitas vezes, de objetivo e idéias individualistas em detrimento do coletivo;
- demora no processo educativo, pois supõe uma acumulação qualitativa e mudança;
- aparecimento de fenômenos tais como: democratismos, centralismos, populismo e, principalmente, assistencialismo;
- desconhecimento dos moradores quanto ao seu papel fundamental na organização das moradias;
- deficiências de recursos teóricos e metodológicos dos técnicos atuantes nesta área; em algumas circunstâncias;
- tendências largamente encontrada em nossa sociedade do comodismo, apatia e alienação;
- moradias estudantis em condições inadequadas de habitabilidade, originada pela deficiência de recursos financeiros, comprometendo parte dos objetivos do projeto em curso; e
- sobrecarga curricular, determinando acúmulo de atividades para os alunos.

3. CONCLUSÃO

Entendemos que os riscos e as dificuldades em nossa prática são inúmeras. Agir sem considerá-las, certamente, comprometerá significativamente o resultado de nossas ações.

Contudo, apostamos no caminho!

A cidadania supõe direitos e deveres. Direitos humanos básicos, cuja conquista demorou milênios e deveres supondo compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade. Assim sendo, o processo participativo

acentua, é claro, a cidadania organizada e somente esta terá relevância social como estratégia mobilizadora de transformação.

Vivemos, então, um momento rico, criativo e de superação. O desafio desta tarefa deve se constituir em fator de motivação para todos. Para que as dificuldades, entraves e, porque não dizer, as resistências para um novo projeto de Universidade e Assistência prevaleçam.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO DE QUADROS: UMA EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Jane Dalla Corte Monari*

INTRODUÇÃO

O Planejamento Participativo na perspectiva de formação de quadros nasceu na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE, a partir da institucionalização do quadro de referência teórica e filosófica, do seu plano global de trabalho, que se consubstancia no documento PROMOVER – Promoção, Mobilização e Valorização dos Recursos Humanos.

O surgimento do programa PROMOVER é decorrente da necessidade de aprofundar a reflexão e provocar uma discussão coletiva, em torno das práticas desenvolvidas com a assistência; concomitante a isso, ele aponta uma direção, um norte para planejarmos nossas atividades. Assim, é que o documento, ao fazer o delineamento do referencial filosófico e teórico, baliza, como linha de todo o trabalho da PRAE, a busca permanente da construção de um novo homem, que seja desalienado e livre, convivendo numa sociedade alicerçada sobre a justiça e o igualitarismo.

É com esse alinhamento que o documento PROMOVER, ao ser socializado aos serviços da PRAE, tinha e tem a intenção de oportunizar o tratamento praxiológico às ações ligadas a assistência, fazendo com que a

* Técnica em Assuntos Educacionais – Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis/UFSM.

teoria nele expressa seja elemento contributivo para reflexão em torno da prática.

Ao deflagrar-se, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, as discussões, em torno dos referenciais propostos no documento PROMOVER, encontrou-se a força de trabalho, composta por 180 servidores, com a necessidade de uma maior capacitação para a própria compreensão da complexidade e o devido realinhamento de suas práticas, contribuindo, assim, para a formação de servidores mais conscientes, e detentores de uma cosmovisão ampliada.

Detectava-se que os servidores da PRAE, em sua maioria, não conseguiam analisar reflexiva e criticamente o que se passava por trás do trabalho desenvolvido com a assistência e que esse, até então, vinha servindo para implementar práticas domesticadoras, populistas e tutelistas, contribuindo para fortalecer os hegemônicos no círculo do poder universitário.

No entanto, tem-se claro que a falta de um pertinente trato crítico ao cotidiano pelo grupo de trabalho da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, se, de um lado é causa, de outro é consequência de posicionamentos políticos e da cultura instalada em nossa Universidade pois:

- detectava-se na Instituição a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, valorizando-se o intelectual e desprestigiando-se o manual;
- Percebeu-se na Universidade Federal de Santa maria a falta de uma política de capacitação de Recursos Humanos, gerando dirigentes despreparados politicamente para ocuparem cargos na hierarquia da Instituição;
- viabilizava-se a assistência no foco espontaneísta, atendendo as necessidades imediatas dos servidores e alunos;
- dava-se ênfase aos cursos de aperfeiçoamento, viabilizando-se a qualificação do servidor para o aumento da produtividade, numa perspectiva fracionária do processo administrativo.
- negava-se, aos servidores, a democratização dos processos inerentes às Universidades, entre os quais os administrativos, uma vez que uns só planejam e outros só executam.

Ao diagnosticar-se essa realidade, entendeu-se que era preciso oportunizar a força de trabalho da PRAE ampliar sua visão de mundo, sua consciência, pois só deste modo estar-se-á realizando um trabalho transformador.

Diante disso, é que instalou-se, como metodologia de trabalho, o planejamento participativo na perspectiva de formação, de quadros, tendo o entendimento de que este seria um instrumental para permear a proposta transformadora do documento PROMOVER.

Além disso, o planejamento participativo, oportunizaria a implantação de um sistema na complexa área de trabalho, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, viabilizando-se uma inter-relação entre todos os órgãos na consecução dos objetivos pré-estabelecidos no documento PROMOVER.

OBJETIVOS

- Oportunizar a participação de todos os servidores da PRAE, viabilizando-se a cada um, no seu setor, fazer a apreensão do processo administrativo em sua totalidade, contextualizado, entretanto, no conjunto sistêmico.
- Promover a instrumentalização das pessoas com as quais se está em interação, para que elas possam:
 - apreender e compreender criticamente a realidade
 - expressar a realidade e expressar-se
 - descobrir e assumir a responsabilidade de serem agentes de transformação
- Capacitar politicamente as pessoas para que, nas suas instâncias, elas possam de forma articulada viabilizar uma Universidade livre e, paradoxalmente, comprometida com a sociedade.
- Contribuir para formar um novo tipo de dirigente que, por suas características, antecipe e estabeleça relações vislumbrando uma nova sociedade justa e democrática.
- A partir da reflexão sobre a realidade contextual, oportunizar a autogestão e a tomada de decisão por parte dos indivíduos de forma participativa.
- Oportunizar a formação de agentes de transformação exercendo um papel de educador na planificação, execução e avaliação das práticas sociais.

A EXPERIÊNCIA EM CURSO

O Planejamento Participativo foi construído com a perspectiva de se estabelecer, dentro da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis um processo histórico, entendendo-se como tal, um conjunto de etapas que se sucedem de forma lógica e racional, inter-relacionadas pela sequência de causa/efeito.

No primeiro momento dos trabalhos com o planejamento participativo procurou-se instrumentalizar teoricamente os dirigentes da PRAE, usando-se como subsídio o documento PROMOVER.

Por uma questão operacional, embora sendo uma contradição, optou-se por trabalhar inicialmente com os dirigentes da PRAE uma vez que, devido a complexidade de trabalhos da Pró-Reitoria e os diferentes graus de escolaridade, não era possível reunir homogeneamente os 180 companheiros que fazem o dia-a-dia da Pró-Reitoria.

A metodologia usada foi a da problematização participativa, onde estudou-se as questões que envolvem a Assistência de forma integrada, colocando-se, enquanto prática, num cenário cujo pano de fundo é constituído pelos focos político, econômico, cultural, antropológico, histórico e social.

O grupo de dirigentes estudou a assistência sob as diferentes lentes levantadas acima, o que oportunizou uma maior compreensão a respeito da concepção de sociedade e de universidade, e, bem como, que os mesmos despertassem para a responsabilidade de serem, na visão de Gramsci, os intelectuais orgânicos atuando, junto às bases, na transformação das relações sociais estabelecidas.

Assim, operacionalizou-se a implantação do planejamento participativo, a qual aponta um marco referencial subdividido em marco situacional, marco doutrinário e marco operativo.

Marco Situacional – o grupo de servidores da PRAE, através de discussões, procurou de forma crítica, levantar algumas questões pertinentes a conjuntura de nosso País, e o reflexo desta na sociedade e nos indivíduos. Em relação a isso, arrolou-se alguns pontos que afluíram como características da sociedade e a tipologia do homem brasileiro:

- vive-se numa sociedade capitalista excludente, e portanto, o capital está concentrado nas mãos de poucos, gerando injustiças e desigualdades sociais.
- o homem, em nossa sociedade é valorizado pelo que tem e enquanto possui, capacidade de produção.
- o homem é individualista, alienado e oprimido.
- o homem sobrevive em condições precárias, uma vez que o Estado não tem nenhum compromisso com seus cidadãos, no atendimento de seus direitos básicos.

Marco Doutrinário – com esse marco, procurou-se estabelecer o delineamento das utopias a serem perseguidas nas propostas de trabalho, visando a construção de um projeto alternativo de sociedade. Para o grupo de servidores

da PRAE, o modelo de sociedade e de homem ideal deve ter as seguintes características:

- que a sociedade seja justa e igualitária, oportunizando a participação de todos nos processos decisórios, e na fruição dos bens culturais produzidos.
- que a sociedade priorize o coletivo, em detrimento do individual.
- que o homem tenha espírito solidário e cooperativo.
- que o homem seja crítico, consciente do seu papel, sujeito de si e de sua própria história.

Marco Operativo – a partir da constatação da realidade presente, o grupo de servidores da PRAE procurou estabelecer uma linha de ação que fosse ao encontro da dimensão delineada no marco doutrinário, priorizando-se alguns delineamentos para o desenrolar das atividades, tais como:

- dar um tratamento praxiológico a todas ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, indissociando teoria e prática, ação e reflexão.
- aprofundar, através de grupos setoriais, as discussões em torno da concepção de Assistência da PRAE.
- estabelecer uma maior dialogicidade entre grupos de trabalho, viabilizando-se uma constante troca de informações e conhecimentos.

A partir da instrumentalização teórica dos dirigentes experienciou-se o planejamento global, onde, todos os componentes da Pró-Reitoria, não importando a instância hierárquica, planejaram o trabalho (anexo 1), assessorados pelo seu dirigente imediato, que os alimentava com o referencial filosófico e teórico da PRAE.

Assim, numa micro-visão, cada setor, realizou reuniões para estabelecer o seu planejamento de atividades, buscando, estratégias individuais de trabalho, de forma metodizada e sistematizada que fossem consoantes com o guarda-chuva ideológico da Pró-Reitoria: o PROMOVER.

CONCLUSÃO

Ao concluir-se o relato da experiência vivenciada com o planejamento participativo, pode-se, com certeza, afirmar de que esse processo, por ser revestido de uma postura transformadora oportunizando às pessoas ampliarem a consciência da realidade, para modificar as estruturas é lento e demorado.

Isso exige do grupo de dirigentes, que leva à frente o planejamento participativo na perspectiva de formação de quadros, um constante estado de alerta, buscando sempre, metodologias alternativas que possam implementar

o programa **PROMOVER** – Promoção, Mobilização e Valorização dos recursos Humanos.

Assim sendo, é que a Promoção dos servidores se consubstancia com o planejamento participativo, uma vez que se busca, constantemente, caminhos que oportunizem aos companheiros da PRAE compreenderem a realidade, ampliarem a sua consciência, visando que os mesmos estejam capacitados para transformar as estruturas sociais estabelecidas no seio universitário.

De outro modo, a mobilização se dá pelo foco de que o Planejamento Participativo tem a força de grupalizar, de aglutinar as pessoas em torno da discussão da assistência enquanto prática transformadora, delineando objetivos comuns para consecução de propostas alternativas de trabalho.

De outra forma, a Valorização dos Recursos Humanos se dá pelo veio de que cada pessoa tem que ser sujeito de sua própria história, assumindo, conscientemente as decisões administrativas e políticas pertinentes à sua área e ao conjunto da Instituição.

Por último, gostaríamos de deixar registrado que o Planejamento Participativo na perspectiva de formação de quadros é uma semente com potencial para ser árvore. No entanto, temos claro que ele só será árvore se estivermos constantemente nos realimentando com informações, para, na práxis, percebermos os efeitos positivos de sua ação, e corrigirmos os desvios detectados.

É importante, no entanto, que nosso trabalho, de nada valem instrumentos metodológicos, se não estivermos alicerçados e fundamentados numa concepção libertadora de Assistência. O "que fazer" e o "como fazer" são decorrentes do nosso "porque fazer" ou a serviço de quem fazemos.

A NUCLEAÇÃO DO SETOR DE AVALIAÇÃO NO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. RELATO DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

A avaliação das instituições de ensino superior vem se impondo como um processo irreversível na atualidade. A questão da avaliação se impõe em meio ao processo de democratização e transparência dos procedimentos: trata-se, afinal, de especificar a que vem a Universidade Pública, no sentido de questionar sua função pública e social, esclarecendo objetivos e potencialidades de suas ações, tanto para seu público interno quanto para o externo.

A inserção de um grupo acessor de avaliação junto aos órgãos diretores da Escola Paulista de Medicina (EPM) é recente, datando de fevereiro de 1991. O grupo existia como assessoria técnico-científica de um projeto de avaliação do curso médico desenvolvido pela Comissão de Ensino Médico/Câmara Curricular e sua Institucionalização decorreu do reconhecimento de seu trabalho.

A necessidade de avaliação do curso de medicina/EPM surgiu em 1986, na decorrência de política não só interna como, também, de política externa. Internamente neste ano, foi implantada uma reforma curricular com a duplicação do período dedicado ao internato (dois anos) e introdução de inicialmente remunerados por serviços prestados, hoje contratados com técnicos de nível superior.

O projeto foi desenvolvido, os dois primeiros relatórios já foram elaborados e o segmento dos egressos encontra-se na fase de teste do questionário. A seriedade do trabalho da equipe, seu critério na divulgação dos resultados, ressaltou a necessidade de avaliação continuada de todos os segmentos de ensino desmitificando o entendimento de processos avaliativos como instrumentos de controle.

Hoje o setor de avaliação constitui um grupo inserido no DAERG (Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais) e que está encarregado e dando andamento aos seguintes projetos:

- AVALIAÇÃO DO CURSO MÉDICO DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA; EGRESSOS: questionário a ser aplicado à amostra de trezentos egressos.

- O PERFIL DO ALUNO: dados sócio-econômicos, opção de carreira, aspiração profissional. Questionário aplicado, anualmente, aos alunos do primeiro ano, matriculados nos cursos de graduação da EPM: Ciência Biológicas/Modalidade Médica, Enfermagem, Fonoaudiologia, Medicina e Ortopédica.

cursos de sociologia médica e psicologia médica e, sugerida a necessidade de avaliação continuada.

Externamente neste período a sociedade discutia ativamente a necessidade de avaliação nas Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas. Neste período, de 87 a 89, o MEC realizou seminários nacionais e um internacional sobre avaliação universitária; a USP iniciou seu projeto de avaliação interna; este assunto foi também tema de debate na Associação Brasileira de Ensino Médico, em Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação, entre outros.

Acompanhando estas sugestões e tendências a Câmara curricular da EPM nomeou uma comissão científica composta por docentes da área médica, biomédica e ciências sociais para avaliação do curso de medicina. A comissão elaborou o projeto "Ensino de Graduação Médica na EPM na opinião dos alunos, docentes e egressos". Definindo o projeto, sua execução ficou a cargo de uma equipe técnico-científica, composta apenas parcialmente por membros da comissão inicial, acrescida por graduados da área de ciências sociais, não docentes. A metodologia e o trabalho de campo ficou, portanto, a cargo deste grupo com a seguinte composição profissional e inserção na EPM: coordenadores do projeto: um médico, professor adjunto da disciplina de Bioquímica – e um sociólogo, professor adjunto da disciplina de Epidemiologia; assessoria à coordenação e levantamento dos dados secundários – sociólogo, professor adjunto de cursos de sociologia médica e psicologia médica e, sugerida a necessidade de avaliação continuada.

- EVASÃO NO CURSO DE ENFERMAGEM: motivos de desistências do alunato da 1ª série do curso de Enfermagem nos últimos cinco anos.

- AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÉDICO PELO CORPO DISCENTE: críticas dos objetivos, desenvolvimento do curso, avaliação, desempenho docente e auto-crítica.

- INSERÇÃO DOS RECÉM-FORMADOS PELA EPM NO MERCADO DE TRABALHO: projeto iniciado em 1992 com dados do desempenho dos egressos de 1991.

– Desempenho dos egressos do Curso Médico da Escola Paulista de Medicina nos exames de ingresso para residência médica.

– Levantamento da situação profissional dos recém-formados na área de Ciências Biológicas/Modalidade Médica, Fonoaudiologia, Ortopédica e Enfermagem.

Cumpra ressaltar que vários destes projetos são verdadeiros projetos de pesquisa básica ou aplicada o que mostra a evolução do departamento de assuntos estudantis tradicionalmente um departamento de gerência administrativa e comunitária para um departamento acadêmico com produção em campo de conhecimento específico.

Concluindo, a implantação de setor específico de avaliação no departamento de assunto estudantis permite o desenvolvimento de projetos de pesquisa possibilitando produção científica em campo de conhecimento específico; contribui para o estabelecimento de parâmetros e indicadores de avaliação continuada: racionaliza os recursos disponíveis priorizando os projetos de acordo com a demanda e a crítica.

Em 23.04.92

Profª Drª Regina Celes de Rosa Stella

Diretora do Deptº de Assuntos Estudantis e
Registros Gerais.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
COORDENAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO
PROGRAMA DE MELHORIA DA MORADIA
DOS FUNCIONÁRIOS**

**GOIÂNIA-GO
1991**

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE MELHORIA DA MORADIA 1991

Omari Ludovico Martins

O Programa de Melhoria da Moradia é uma experiência de trabalho multidisciplinar articulado pela PROCON/ETA, de natureza participativa e educativa, iniciada em meio de 1987 pela Coordenação do Serviço Social com um grupo de funcionários pertencentes, na época, à categoria de apoio operacional, que ainda não exerciam o direito de morar. Hoje o programa conta com 103 famílias de funcionários ocupantes de cargos de nível de apoio, médio e superior, que ainda não tem resolvido a sua questão de moradia; dos que resolveram, dezoito (18) habitam o Conjunto Nossa Morada.

O ano de 1991 foi marcado pela estruturação do grupo da 1ª quadra, quando seus integrantes dão continuidade ao acabamento de suas casas; essas atividades ocorrem ora individual, ora coletivamente. Há, portanto, uma preocupação generalizada entre os moradores do Conjunto, quanto a participação dos demais inscritos no programa, sem que, no entanto, promovam ações concretas para que isto ocorra. Por isso, atribuem essa difícil tarefa à Coordenação do Programa e do Serviço Social da PROCOM. Outra preocupação que tem norteado os moradores é quanto ao pagamento da casa, preocupação que procede tendo em vista a política do Sistema Financeiro de Habitação vigente no nosso país; além da perspectiva de quitação de "seu imóvel". A não participação deste grupo na construção da 2ª quadra é justificada por eles, quando dizem que não irão construir casas para os outros – este argumento encontra sustentação em um dos princípios do programa que é não fazer "para", mas fazer "com" eles. Trata-se mesmo de simples argumento para justificar o não engajamento, pois este grupo de moradores recebia ajuda dos companheiros que constroem hoje suas casas na 2ª quadra.

No decorrer do ano o programa direcionou suas ações na busca de seu fortalecimento através da:

1º – prioridade do trabalho com aquelas famílias que estão pagando aluguel e a melhoria das condições daquelas que habitam o conjunto;

2º – articulação com Entidades de Assessoria Popular (IBRACE, IFAS e Prof. Hab. Popular/UCG), entidades que dirigem o movimento popular de moradia (Fagip e C.C.A.B.); movimento de mulheres; experiência do movimento popular de moradia a nível local e nacional e ainda com o movimento de moradia estudantil;

3º – Atividades comemorativas e de confraternização;

Desenvolvimento das Atividades

A continuidade do trabalho na primeira quadra teve em vista a melhoria das condições da moradia com organização do grupo, para a construção da rede elétrica, atividade que contou com o apoio do SENAI pela promoção do curso de eletricista.

O citado curso permitiu: a conclusão da rede elétrica de todas as casas da quadra; introduzir a mulher em atividade da construção civil e estender à pessoas da comunidade da Vila Itatiaia. Ainda o envolvimento de grande parte dos moradores que se achavam mais voltados para o acabamento de banheiro, reboco e assentamento de piso pois as instalações hidro-sanitária foram concluídas no 1º semestre do ano em curso.

A organização dos funcionários para edificação da 2ª quadra teve como referência a construção da 1ª quadra, e as normas aprovadas em assembléia, conf. anexo.

O barateamento dos custos com edificação foi proposto pela construção de um protótipo de laje inclinada que, segundo os técnicos, além da considerável redução no preço final, apresenta maior conforto térmico na moradia.

A atuação da Universidade permanece centrada principalmente na área administrativa; mesmo sendo o programa de caráter educativo, este se concretiza no aspecto da educação continuada quando o Serviço Social trabalha no processo de alteração das relações dos funcionários entre si e destes com a Universidade. A estratégia da organização e participação assegura o exercício da cidadania quando direitos e deveres são identificados e vivenciados.

Uma outra atividade desenvolvida pela Coordenação do Serviço Social foi a articulação dos órgãos e unidades visando a execução do projeto. Desta forma estiveram envolvidos com as seguintes programações:

ETA – participa através dos engenheiros e arquitetos da elaboração de projetos, assessoramento nas discussões e acompanhamento nas frentes de trabalho (edificações, fabricação das vigas de concreto e serralheria).

PREFEITURA – contribui com a contratação de 2 pedreiros e dois serventes e o apoio logístico, na fabricação de vigas de concreto e de estruturas e esquadrias metálicas. Ainda participou de parte do reflorestamento previsto na área. A contratação desses pedreiros tem assegurado um espaço de participação àqueles componentes do programa que se propõem trabalhar durante a semana, garanti-

do o andamento normal das construções de segunda a sábado.

TRANSPORTE – mesmo com as dificuldades pelas limitações de veículos e pessoal este setor esteve pronto ao atendimento das solicitações em muito contribuindo para continuidade dos trabalhos.

D.M.P. – foi a responsável pelo transporte das estruturas metálicas e tijolos de solo e cimento fabricados na Escola de Engenharia para o Conjunto Nossa Morada.

ESCOLA DE ENGENHARIA – Foi possível pelo apoio da direção da Escola, cedendo o espaço físico e equipamentos das oficinas, para fabricação das estruturas e esquadrias metálicas.

ESCOLA DE AGRONOMIA - Forneceu 68 mudas de limão Taiti que foram plantadas nas pontas de quadra. O objetivo dessa atividade é melhorar a qualidade da alimentação e o excedente deverá ser vendido como fonte de renda.

A articulação com as Entidades Populares e Movimento Estudantil foi uma estratégia que permitiu a troca de experiência, maior entrosamento e a inserção dos componentes do programa nos movimentos local e nacional por moradia. Dentre estas atividades destacam-se: – Ida a Piracicaba com vista ao Mutirão da Boa Esperança – moradia popular e fábrica de tijolos de solo e cimento;

– Participação no II Encontro Nacional dos movimentos de luta pela moradia – com coleta de assinaturas para o Projeto de Criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, e participação na caravana à Brasília para entrega das propostas de projeto e entrega do abaixo assinado.

– Participações em cursos de formação e seminários que permitiu adquirir conhecimentos e a troca de experiência com outras lideranças do movimento popular de moradia.

– A assessoria jurídica do IBRACE que permitiu definir melhor as questões pendentes.

– A articulação com o movimento estudantil permitiu a inserção de estudantes dos cursos de engenharia, agronomia, moradores da casa de estudantes, nas atividades desenvolvidas pelo programa.

Esta tem como marco:

- A participação da PROCOM/Coordenação do Serviço Social no movimento dos estudantes por mais moradia estudantil e na comemoração dos 13 anos da casa I.

- A visita do Secretário Nacional de Casas de Estudantes ao Conjunto Nossa Morada. Aquela visita aconteceu conjuntamente com outros estudantes da UFG e UCG:

No decorrer do ano de 1991 foram comemorados:

- o aniversário do Programa e o dia das mães no Conjunto Nossa Morada. A festa teve ainda como objetivo angariar recursos para aquisição de telhas a fim de terminar a cobertura das casas. Constatou-se de uma cerimônia da celebração da palavra quando o Padre Pereira fez a leitura de um trecho da bíblia e do evangelho, procurando relacionar com as propostas de fortalecimento, união, participação, responsabilidade do grupo envolvido além das questões mais gerais da sociedade. A venda do churrasquinho, cerveja e refrigerantes, bingo de um bicicleta, sorvete e um torneio de futebol entre o time do Programa e do Itatiaia fizeram parte das atividades comemorativas. Esta comemoração foi bastante participativa tanto na fase de preparação, quanto no dia da festa, quando os componentes do programa assumiram as tarefas, armando barracas, preparando o campo e as atividades de caixa e vendas - além das atividades de final da festa. Estiveram presentes: O Reitor da UFG, representantes do ETA, o Secretário Nacional de Casas de Estudantes, e outros estudantes e funcionários da UFG.

O dia da árvore que contou com uma palestra do Prof. Everaldo/UCG sobre a conservação da natureza; neste dia, as famílias e demais convidados plantaram 46 árvores típicas da região. O evento foi assessorado por estudantes do curso de agronomia. Esta atividade teve como um dos objetivos também angariar recursos e contou com a presença de pessoas da administração da UFG, dentre elas o Reitor, Pró-Reitores, Diretor do ETA, Recursos Humanos, Rádio Universitária e um grupo de estudantes da UFG e UCG. Ainda a fim de captar recursos realizou a festa Vapt Vupt, baile no Clube da Asufego.

A confraternização entre os participantes dos cursos de formação que integram o Movimento Popular e de moradia, além dos assessores, num total de aproximadamente 60 pessoas.

A visita dos estudantes no Conjunto e a participação dos mesmos no Programa se deu a partir do engajamento de alguns estudantes de engenharia, agronomia, moradores da casa em algumas atividades: mobilização, acompanhamento de obras, reflorestamento, etc. Entretanto, a participação aconteceu com pouca expressividade, mas persiste a presença de

estudantes dos cursos acima citado e de Serviço Social e arquitetura cujos professores já acompanharam os alunos nas atividades.

O envolvimento do professor da UFG ainda permanece no plano das promessas como é o caso da engenharia e do instituto de artes. O programa permanente ainda desconhecido como espaço de ensino, aprendizagem e fonte de pesquisa para esta Universidade.

O ano de 1991 foi bastante positivo tendo em vista as novas perspectivas apontadas, principalmente no andamento das construções, no amadurecimento político do grupo e na formação profissional para os componentes do programa. Além disso, houve toda uma preocupação, por parte da Coordenação do Serviço Social, em organizar a documentação por ordem cronológica dos fatos do programa para serem encadernados. E buscou articular com estudantes do Curso de Comunicação a fim de fazer a montagem da história do programa em fita de vídeo cassete. A busca de recursos financeiros e o envolvimento do programa nos movimentos populares, local e nacional, foram pautadas de vários momentos e, tornaram-se efetivas através de contatos até mesmo com instituições internacionais.

A nível interno, a estruturação das atividades todavia vinculadas à participação requerem a observância de fatores tais como: as condições de vida e salariais dos funcionários da UFG; a política de habitação; os preços dos aluguéis; as condições de moradias em casas cedidas (como alguns funcionários que habitam casas na UFG e outros); a falta de perspectivas em conseguir o seu espaço de morar; os preços elevados dos materiais de construção – tudo isso dificulta a concretização do sonho da casa própria e concorrem para que o programa, inserido neste contexto, sofra o embate político da participação.

A vinculação entre as atividades da construção das casas e os trabalhos de apoio (serviços administrativos desenvolvidos na PROCOM) e os anseios dos moradores do conjunto fazem desta relação uma atividade dinâmica; a coerência e eficiência desses serviços, vinculadas aos princípios do programa, caracterizam o seu desenvolvimento e resultados. Entretanto, alguns destes trabalhos tem encontrado barreiras ou falta de apoio de algumas Unidades/Órgãos da UFG, uma vez que não conseguiram assimilar o programa como um espaço de conhecimento interdisciplinar.

Alguns fatores ainda se encontram pendentes para o sucesso das atividades no programa. Dentre eles, podemos destacar: a legalização e a urbanização do terreno; a instalação das redes de água, esgoto e energia elétrica; a melhoria da estrada de acesso ao Conjunto além de maior envolvimento de algumas Unidades/Órgãos.

Detalhamento das Atividades

1ª. Continuação da edificação das casas da 1ª quadra:

- . cobertura das casas com estruturas metálica e telha plan;
- . instalação elétrica executada no período do curso de eletricista;
- . construção de cruzetas para sustentar caixa d'água;
- . ligação da rede de água;
- . construção dos banheiros;
- . calçadas de proteção;
- . piso;
- . reboco;
- . construção das cintas de concreto nas duas casas de tijolo furado;
- . ligação da rede de esgotos;
- . construção de bandeirolas.

2ª. Edificação da 2ª quadra:

- . construção de nove alicerces;
- . construção de duas casas até o respaldo; uma será protótipo da 2ª quadra.
- . conserto de quatro alicerces que estavam com dimensões diferentes do projeto;
- . início da abertura de fossa e sumidouro;
- . fabricação de cabeçotes para viguinhas;

Outras atividades de fortalecimento da organização do grupo:

- . Convênio entre o SENAI e UFG para execução de cursos de formação profissional – foi realizado o 1º curso de eletricista no período de 16.09 a 05.11.91 com duração de 120 horas;
- . Reflorestamento: plantio de 68 mudas de limão taiti no dia 15.11.91 através de mutirão;
- . Início do reflorestamento com o plantio de 46 mudas de árvores típicas da região;
- . Estudo e elaboração do contrato de ocupação da casa;
- . Seminário Analfabetismo e Cidadania: Desafio à Universidade 14 a 16.08 com visita ao Mutirão da Boa Esperança – Moradia Popular e fábrica de tijolo solo e cimento em Piracicaba/SP. Participaram: Natal, Omari, Vânia, Domingos, Pedrinho, Dulce, Eduardo, Edivar, Sr. José, Ana e esposo.
- . Curso de Comunicação 25 a 28.04 – Josival.

- . Seminário das Mulheres nos Movimentos Sociais 14 a 17.11 – participaram: Átila, Aparecida, Cleonice, Dorcelina, Vera, Dulce, Maria Aparecida e seis crianças.
- . Curso de Formação Política e Planejamento para o movimento Popular – 3 etapas, promoção: IFAS/IBRACE/CCAB e CPT.

PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE ESTRANGEIRO

EQUIPE RESPONSÁVEL:

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
Profª Vera Lúcia Mota Klein

COORDENADORA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Prof. Gregório Maranguape da Cunha

DIRETORA DA DIVISÃO DE PROMOÇÕES E EVENTOS
Sônia Regina de Negreiros Seabra

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS
Miguel Angel Garcia Espinoza

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE ESTRANGEIRO

A Universidade Federal do Ceará, tem recebido regularmente estudantes estrangeiros, notadamente de outros países da América Latina, através do convênio do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores (DCT) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Programa de Estudantes-Convênio (PEC).

Atualmente na UFG, integram o seu corpo discente, além dos brasileiros natos, alunos de outros 12 (doze) países (figura 1), matriculados em nove diferentes cursos.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFG, objetivando melhor assistir o aluno conveniado e procurando minorar os problemas decorrentes da adaptação à uma nova cultura e distanciamento de seus países de origem e familiares, elaborou o Programa de Apoio ao Estudante Estrangeiro.

O Programa em Apreço, visa não somente atender ao aluno conveniado, mas aproveitar uma vertente ainda não explorada, qual seja o intercâmbio cultural de forma mais efetiva entre os estudantes autóctones e os beneficiados pelo PEC.

A proposta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em síntese abrange os seguintes pontos:

- 1) Cursos de conversação de francês e espanhol – ministrados pelos estudantes estrangeiros, sob os auspícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, tendo como clientela, universitários.
- 2) Noites Culturais – reuniões mensais, com apresentação de dados geopolíticos e turísticos de cada país, na forma de vídeos, slides e conferências. O apresentador será sempre um estudante conveniado ou um seu convidado, que tenha conhecimento suficiente do país a ser apresentado.
- 3) Eventos de integração folclórica – realizados a cada trimestre, reunindo grupos de 3 países com apresentação de ritmos, danças e comidas típicas.
- 4) Tour-cultural para os alunos estrangeiros – anualmente são organizadas visitas a pontos turísticos e de interesses específicos, de acordo com as áreas de estudos dos estudantes do PEC, na cidade de Fortaleza e/ou cidades vizinhas.
- 5) Biblioteca dos estudantes estrangeiros – a PR/AE cedeu uma sala e mobiliário onde foi instalada uma biblioteca para os estudantes conveniados, podendo ser utilizada, entretanto, por toda a comunidade estudantil. O acervo bibliográfico que conta no momento com cerca de 1.000 volumes, foi obtido através de doações de Instituições Científicas. Seu patrimônio conta também com aparelho de TV e vídeo-cassete.

NOVA ALTERNATIVA PARA UNIVERSITÁRIO E PAIS TRABALHADORES: AÇÃO DO BABY-SITTER

Noêmia Silva Santos
Lúcia Maria Correia
M^a Angélica P. Nascimento
Gildete Silva Araújo
Jussara Góys Costa

OBJETIVO

Criar formas alternativas de promoção e melhoria de renda para os estudantes universitários e, conseqüente, preparação e desenvolvimento pessoal, bem como proporcional aos pais trabalhadores, condições seguras e educativas de cuidados para seus filhos, no enfrentamento diário do mercado de trabalho.

JUSTIFICATIVA

A concepção de muitos que fazem e respondem pela educação brasileira como um todo e, em particular, educação no terceiro grau, sem contar com o descaso que vem sendo dada a educação de um modo geral, e de que os problemas pessoais, a nível da própria sobrevivência do alunado, não têm a mínima importância. Isso é visível e notório ao se indagar qual a política de educação que o país tem formulado? Dai porque não se encara quais as condições que o aluno tem para enfrentar o curso, de manter-se para poder estudar, se estes aspectos influem ou não no acelerar ou retardar da conclusão da formação acadêmica e formação de sua cidadania.

A PROESTE, através da CODAE, tem enfrentado situações adversas para desincubir-se do seu papel e encontrar soluções para desenvolver as atividades que lhes são inerentes, sobretudo no que tange a promoção, assistência e apoio aos estudantes.

A Coordenação de Assistência ao Estudante, trabalha mais diretamente com o universitário carente financeiramente. Carência esta, que é definida não nos moldes genéricos dos considerados miseráveis, e desprovidos das mínimas condições de sobrevivência. O universitário carente, para nós, é definido através de várias conotações, uma vez que ele não pode ser equiparado ao acima referido, pois se assim o fosse, dentro das condições de vida da maioria do povo brasileiro, jamais teria conseguido chegar a um curso de nível superior ou terceiro grau. Basta lembrar o alto percentual de analfabetismo que impera na população do Brasil.

As conotações de carências, que se manifestam em dificuldades, com as quais trabalhamos no dia, são: a) Dificuldades financeiras (para subsidiar o próprio curso, para manutenção pessoal com transporte, alimentação); b) Carência de informação e formação; c) Dificuldades psicológicas; d) Dificuldades acadêmicas; e) Carência de orientação, apoio, etc. Todas estas entendidas por nós, como necessidades de assistência.

Com este pensamento sobre a assistência ao universitário é que elaboramos o Projeto Baby Sitter a exemplo de outras atividades que vêm se desenvolvendo, cuja finalidade é tornar-se alternativa de complementação de renda do estudante, para que possa suprir suas necessidades de custeio dos estudos, bem como o desenvolvimento do processo educativo com vista à formação e, concomitantemente, prestar serviço à comunidade que teria como clientela os pais trabalhadores.

Desta forma, justifica-se o presente Projeto na UFS/PROEST, com base no seguinte:

1 - A existência de programas desta natureza em outras IES (UNICAMP, UFAL, UFRS), têm demonstrado resultados bastantes positivos, o que justifica a ampliação da experiência em nossa UFS;

2 - As necessidades e carências financeiras apresentadas por muitos estudantes, têm prejudicado consideravelmente o rendimento acadêmico e causado o retardo no tempo de permanência em muitos cursos, conforme os inúmeros depoimentos que são manifestados nos atendimentos rotineiros. Acreditamos terem sido acentuados nos últimos semestres, dada a suspensão das bolsas de trabalho;

3 - O incentivo ao desenvolvimento prático do estudante, com vista a exercitar os seus conhecimentos teóricos, principalmente daquele cujo curso

tenha relação direta, e que, com certeza, visará o crescimento integral do aluno como profissional e como cidadão;

4 – Por outro lado, o convívio do mundo moderno, exige cada vez mais que a mulher, antes considerada "DONA DO LAR", trabalhe fora para complementar a renda familiar. Por esta razão, é necessário que alguém a substitua, pelo menos em alguns momentos, no cuidado para com os filhos.

Esse tipo de serviço e cuidado vêm sendo efetuado por Baby-Sitter em alguns Estados do Brasil e em maior escala, nos países europeus e norte americanos.

5 – Os comentários de grandes educadores, Psicólogos, Médicos e outros, são de que, pais modernos e bem informados não dispensam, além da creche, a assistência de uma boa Baby-Sitter;

6 – A questão dos cuidados para com a criança, se acentua cada vez mais, principalmente devido a onda de violência que atinge os centros urbanos, o que tem deixado os pais cada vez mais apavorados. Tendo a mãe que se ausentar, a criança fica a merce de pessoas despreparadas e as vezes, pouco confiável. No projeto, na sua íntegra, estão previstos treinamentos, reciclagem, orientação e acompanhamento permanente ao Baby-Sitter.

Por todas estas razões é que reforçamos e justificamos a necessidade de implantação do Programa Baby-Sitter.

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O PROJETO	
ETAPAS	OBJETIVOS
1. Reelaboração do Projeto	1. Atualizar conteúdos para viabilizar sua implantação.
2. Encaminhamento do Projeto aos órgãos envolvidos.	2. Levar o Projeto ao conhecimento dos órgãos envolvidos e interessados, visando apreciação e engajamento dos mesmos.
3. Elaboração e implantação do Programa Baby-Sitter:	3. Normatizar e regimentar o Programa considerando todas suas etapas.
3.1 – Estruturação do treinamento	4. Analisar e acompanhar o Programa visando seu melhor andamento ou sua reformulação a partir das necessidades que foserem surgindo.
3.2 – Divulgação interna	
3.3 – Recrutamento de pessoal	
3.4 – Execução de treinamento	
3.5 – Divulgação externa	
3.6 – Acompanhamento do programa na prestação de serviços	
4. Avaliação Sistemática	

[illegible]

COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - PROESTE/UFS
PLANO ATUAL DE ATIVIDADES - EXERCÍCIO - 1991

PROGRAMA PROJETO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES	ÓRGÃO EXECUTOR/APOIO	RECURSOS	CRONOGRAMA
4 - Nova Alternativa para o universitário e pais trabalhadores: Ação do Baby-Sitter.						

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO**

**TRANSFORMAÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
EM RESTAURANTE ESCOLA A EXPERIÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

NATAL-RN, ABRIL/1992

Reitor da UFRN – Prof. Geraldo dos Santos Queiroz
Pró-Reitor Estudantil – Prof. Luiz Pereira de Brito
Supervisora do R.U. – Profª Neide Maria Ferreira da Rocha

Assessoria Técnica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:
Profª Joana D'Arc Cabral de Azevedo – Coordenadora
Profª Thérbia Maria de Medeiros Guerra
Assistente Social – Marise Costa de Souza Duarte
Assistente Social – Margarida Maria Guerra M. Bezerra

I - Introdução

O presente relato trata de uma experiência de transformação desenvolvida do **Restaurante Universitário** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir de um novo enfoque – o acadêmico – à Unidade de Alimentação, contemplado nas diretrizes gerais que orientam a Administração da UFRN no quadriênio 1991/1995.

Vale ressaltar que na UFRN o **Restaurante Universitário (RU)** é um órgão diretamente vinculado à **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**, criado

pela **Resolução nº 58/63-CONSUNI**, de 16 de dezembro de 1963, (anexo I) com o objetivo de oferecer ao corpo docente, discente e administrativo, refeições preparadas segundo dieta equilibrada, de acordo com as disponibilidades e recursos da região.

Inaugurado o **Campus Universitário**, o RU passou a funcionar em suas novas instalações a partir de 1975, em prédio construído para tal finalidade, atendendo aos diversos segmentos da **Comunidade Universitária**, o que ensejou a elaboração do seu **Regimento Interno**, aprovado pela **Resolução nº 035/79-CONSUNI**, de 19 de março de 1979 (anexo II). É administrado por um **Supervisor**, pessoal técnico e demais auxiliares distribuídos nos vários setores de sua estrutura organizacional, cujo **Organograma** encontra-se no anexo III deste trabalho.

Desde sua criação o Restaurante Universitário atendeu aos diversos segmentos da comunidade universitária que dele necessitavam; porém, devido à progressiva redução de recursos destinados à **Educação**, pelo **Governo Federal**, foi sendo dificultado o atendimento oferecido pelo RU à clientela proposta, quando, a partir da **Resolução nº 22/91-CONSAD**, de 14 de maio de 1991, o mesmo ficou restrito somente a **alunos residentes da UFRN, bolsistas de alimentação, representantes de entidades estudantis (DCE e Centros Acadêmicos da UFRN) e usuários eventuais**.

As refeições preparadas no RU do **Campus Central** são em parte servidas neste local e as demais no **Centro de ciências da Saúde**, nas proximidades das quatro residências universitárias extra-campus central, no baixo de Petrópolis, através do sistema de distribuição de tipo descentralizado.

Decorrente das medidas de restrição de gastos, imposta pelo Governo Federal à Educação Superior, os Restaurantes Universitários, que antes tinham verba específica, passaram a depender do **Orçamento Geral das Universidades**. A partir desta medida, grandes questionamentos surgiram por parte dos setores acadêmicos da comunidade universitária, uma vez que os gastos efetuados com o RU, bastante onerosos, competem com o percentual destinado às atividades acadêmicas impedindo uma maior expansão destas.

Diante desta realidade, configurou-se uma nova compreensão do papel do RU como **Unidade de Ensino**, por parte da atual gestão da UFRN, ratificada em suas **Diretrizes Gerais-1991/1995**, sendo elaborada a presente proposta de transformação do RU com o objetivo básico de levar a Unidade a "**servir de laboratório e campo de estágio ao Curso de Nutrição**" (Diretrizes Gerais da UFRN-Natal Ed. Universitária, 1991-P20). Objetivando viabilizar tal proposta, foi nomeada para dirigir o RU uma **Professora do Curso de Nutrição**, da área de **Administração de Serviço de Alimentação**,

condição tida como essencial, pois até então a administração dessa Unidade era entregue a pessoas leigas.

Apesar das dificuldades encontradas para implantação da nova proposta, no entanto, tem-se constatado depoimentos satisfatórios por parte dos usuários do RU que tem servido de estímulo aos responsáveis pelo encaminhamento das diretrizes propostas na atual administração da UFRN.

II – Diagnóstico da Situação Encontrada

Ao assumir o Restaurante Universitário, a nova direção detectou alguns problemas básicos nas áreas de **peçoal, estrutura física, equipamentos, abastecimento e clientela**, tais como:

1) Na área de peçoal:

- Desqualificação profissional;
- Falta de reciclagem do peçoal de apoio;
- Baixa produtividade em função da idade avançada (em alguns casos);
- Má distribuição de funcionários por setor;
- Ausência de controle de saúde;
- Falta de compromisso com a Instituição;

2) Na área de estrutura física:

- Danificação parcial, dificultando o controle do aspecto higiênico-sanitário;

3) Na área de equipamentos:

- Falta de máquinas utensílios e vasilhames;
- Falta de viatura e vasilhames adequados para transporte da alimentação descentralizada;
- Precário estado de conservação dos equipamentos existentes.

4) Na área de abastecimento:

- Morosidade no processo de licitação, chegando a ultrapassar prazos de validade, desabastecendo algumas vezes o setor;
- Centralização da recepção de material pelo Almoxarifado Central do Departamento de Serviços Gerais;
- Tentativa de não cumprimento das especificações empenhadas por parte de alguns fornecedores;
- Inadequada forma de transporte de gêneros alimentícios no que concerne a temperatura e higiene;

- Falta do cumprimento por parte de alguns fornecedores do cronograma estabelecido pelo RU para entrega dos produtos, desestabilizando todo o planejamento e o serviço.

5) Na área da clientela:

- Falta de conscientização por parte dos usuários quanto ao direito do acesso ao Restaurante Universitário e uso de suas instalações.

III – Proposta acadêmica do RU:

Tentando viabilizar a melhoria do **ensino teórico-prático**, pretende-se com a atual proposta acadêmica desenvolver no RU os objetivos seguintes:

1) Inserir o aluno e o professor nas atividades desenvolvidas no RU, sob o ponto de vista teórico-prático, viabilizando a integração das atividades de **Ensino, Pesquisa e Extensão**, sobretudo para o **Curso de Nutrição**.

2) Promover a ampliação do ensino-aprendizagem para outros cursos, através das práticas desenvolvidas nas instalações de uma **Unidade de Alimentação e Nutrição**, contribuindo para o desenvolvimento e a transformação do saber nas diversas áreas do conhecimento.

3) Proporcionar a formação **técnico-científica** do profissional, através da sistematização e divulgação de respostas dos estudos científicos e tecnológicos desenvolvidos.

4) Mobilizar recursos necessários à viabilização da proposta pretendida, propiciando benefícios não só para a Instituição à nível de melhoria da qualidade do serviço, como também para toda a comunidade norte-riograndense, uma vez que possibilitará uma melhor formação dos profissionais de nutrição e de outros cursos que utilizem a unidade como prática de ensino.

IV – Reestruturação: Medidas tomadas.

1) Dentro desta nova proposta, ficou patente a necessidade de adotar algumas medidas iniciais básicas a fim de viabilizar a reestruturação, entre as quais merecem destaque:

- Ampliação e recuperação das instalações físicas do Restaurante Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

- Aquisição dos equipamentos básicos indispensáveis ao funcionamento do Restaurante Universitário e seu laboratório da **Microbiologia de Alimentos** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2) Designação para Administração do Restaurante Universitário de um professor do curso de nutrição, com especialização na **Área de Administração de Serviços de Alimentação**.

3) Interpretação e discussão de nova proposta de trabalho do RU, junto à Pró-Reitoria de Administração e Estudantil, Direção do Colégio Agrícola de Jundiá, Departamento de Contabilidade e Finanças, Restaurante Universitário e fornecedores, objetivando a implantação de nova sistemática de abastecimento da Unidade.

4) Concretização de intercâmbio entre o **Colégio Agrícola de Jundiá e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PAE)**, proporcionando a aquisição de gêneros produzidos pelo referido colégio e preços mais acessível, resultando em benefícios para as duas unidades.

5) Reformulação do **Organograma e do Regimento Interno** do Restaurante Universitário, para adequá-los à nova realidade.

6) Enxugamento e melhor distribuição do pessoal técnico e de apoio lotado no RU.

7) Maiores exigências no abastecimento sobretudo quanto à qualidade, quantidade, transporte e armazenamento.

8) Maior controle no acesso dos usuários, visando o cumprimento da **Resolução nº 22/91-CONSAD, de 14 de maio de 1991**, reduzindo os gastos do RU.

9) Autonomia ao RU quanto ao recebimento de seu material de um modo geral.

10) Recesso das atividades da unidade, por um período de 20 (vinte) dias, para implantação de reformas emergenciais, oportunidade em que foram os estudantes deslocados para outras **unidades de Alimentação**, período coincidente com as **férias** dos funcionários.

11) Maior adequação das necessidades nutricionais da clientela e melhoria na qualidade das refeições oferecidas.

12) Acompanhamento sistematizado da confecção das refeições por profissionais e estagiárias de Nutrição.

Conclusões:

A partir de todo o processo relatado, se tornam básicos alguns aspectos dispostos, a título de conclusão.

Necessário se faz considerar inicialmente o fato de que toda mudança pressupõe dificuldades e obstáculos a serem transpostos, uma vez que sempre atinge uma determinada estrutura consolidada. A experiência aqui

relatada, não fugiu a essa regra, já que foram inúmeras as dificuldades com as quais deparamos, durante todo o período de árduo trabalho.

Faz-se necessário contudo compreender as causas dos problemas encontrados, envidando esforços para suas soluções.

Em termos práticos, podemos dizer que houve uma acentuada mudança dos serviços oferecidos à clientela, principalmente através da melhoria da qualidade do cardápio oferecido, queda dos custos, aquisição de equipamentos necessários, introdução do controle de qualidade, implantação de rotina de análise microbiológica da água e concretização do intercâmbio com o Colégio Agrícola de Jundiáí.

Do ponto de vista de melhoria na área acadêmica, podemos considerar, a obtenção de 04 (quatro) **Bolsas de apoio Técnico** para alunas do Curso de Nutrição, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, e a melhoria da qualidade do **estágio curricular e extra-curricular** aos alunos do Curso de Nutrição e outros, o que possibilitou uma maior interação teoria/prática, e aluno professor.

A nível de relacionamento com outros órgãos da Universidade podemos inicialmente mencionar a interação obtida com o Departamento de Saúde Coletiva e Nutrição, através da administração da unidade por um docente da área, o que possibilitou a viabilização da proposta acadêmica, e ainda com o Departamento de Engenharia Mecânica e de Engenharia Elétrica, que possibilitaram uma redução de custos, decorrente da prática de uma assessoria técnica especializada por parte dos professores. Ampliando o relacionamento interno podemos citar a **NUPLAM** (Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos), que passou a realizar a análise microbiológica da água, o Colégio Agrícola de Jundiáí, no fornecimento de gêneros alimentícios a preços reduzidos, a Editora Universitária, na confecção de impressos, a ainda a **FUNPEC** (Fundação Universitária Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura), na administração financeira dos usuários eventuais.

Podemos citar a nível de relacionamento externo, o intercâmbio realizado com outras Unidades de Alimentação, através do subsídio à instituições locais e interestaduais.

Todos os empreendimentos descritos visaram consolidar a proposta de transformação do RU idealizada pela atual gestão, porém, para concretizar-se necessário se faz uma nova definição de sua estrutura jurídica administrativa, sem a qual tornar-se-á impossível qualquer ação definitiva.

ANEXO I

ORGANOGRAMA DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

ANEXO II

ATOS OFICIAIS

(Anexo ao Boletim Informativo nº 29, de 21.03.79)

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 35/79 – CONSUNI, de 19 de março de 1979.

Aprova Regimento do Restaurante Universitário

O Conselho Universitário, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 14, itens III e XVIII do Estatuto.

CONSIDERANDO que a proposta de reforma do Regimento do Restaurante Universitário foi amplamente discutida pelos respectivos órgãos específicos desta Universidade e pelas lideranças estudantis;

CONSIDERANDO que o novo instrumento nos interesses da clientela e obedece às normas administrativas da Universidade,

RESOLVE

Art. 1º – É aprovado o Regimento do Restaurante Universitário, baixado com esta Resolução.

Art. 2º – O Regimento referido no artigo anterior entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Natal, 1º de março de 1979.

aa) DOMINGOS GUEDES DE LIMA
E OUTROS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis

REGIMENTO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

CAPÍTULO I **Disposições Preliminares**

Art. 1º – O Restaurante Universitário, criado pela Resolução nº 58/63, de 16 de dezembro de 1963, é órgão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, diretamente vinculado à Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis.

Art. 2º – O Restaurante Universitário atenderá aos corpos docente, discente e administrativo da Universidade, oferecendo refeições preparadas segundo dieta equilibrada, de acordo com as disponibilidades e recursos alimentares da região.

CAPÍTULO II

Da Administração

Art. 3º – O Restaurante Universitário é administrado por um Conselho Administrativo, com a seguinte composição:

I – O Diretor do Departamento de Assuntos Estudantis, seu presidente;

II – O Diretor da Divisão de Assistência ao Estudante;

III – O representante da Pró-Reitoria para Assuntos Administrativos;

IV – O Presidente do Diretório Central de Estudantes, (DCE);

V – O Presidente das Residências Universitárias;

VI – O Supervisor do Restaurante;

VII – Um Nutricionista.

Parágrafo Único – O Supervisor e a Nutricionista, referidos neste artigo, serão designados pelo Reitor mediante indicação do Pró-Reitor para Assuntos Estudantis.

Art. 4º – Compete ao Conselho Administrativo:

I – Traçar diretrizes e planos para o funcionamento do Restaurante;

II – Propor ao Reitor, por intermédio do Pró-Reitor para Assuntos Estudantis, o quadro de servidores e a celebração de Convênios para o melhor funcionamento do Restaurante;

III – Propor ao Reitor, por intermédio da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis, tabela para refeições servidas pelo Restaurante;

IV – Inteirar-se previamente dos balancetes mensais a serem enviados pelo Superior do Restaurante à Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis;

V – Apresentar ao Reitor, por intermédio da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis, o relatório anual das atividades do Restaurante;

VI – Fiscalizar a execução dos planos e diretrizes estabelecidos para o Restaurante.

Art. 5º – O Conselho Administrativo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente.

Art. 6º – Compete ao Supervisor do Restaurante Universitário:

I – Supervisionar as atividades do Restaurante;

II – Encaminhar os pedidos de gêneros alimentícios, fiscalizando, com o auxílio do Nutricionista, a qualidade dos que forem fornecidos;

III – Estabelecer o horário das refeições e o da distribuição e venda de tíquetes, ouvido o Conselho Administrativo;

IV – Apresentar ao Conselho Administrativo relatório e balanço que visem a melhorar o seu funcionamento;

V – Propor ao Conselho Administrativo a admissão de pessoal de apoio ao Restaurante;

VI – Executar outras atividades, inerentes à sua função, determinadas pelo Conselho Administrativo, ainda que não especificados neste artigo.

Art. 7º – Compete ao Nutricionista:

I – Organizar o cardápio do Restaurante Universitário, segundo princípios e regras dietéticas científicas;

II – Promover campanhas educativas racionais, visando a quebra de tabus alimentares e a necessidade de alimentação em moldes científicos;

III – Orientar o pessoal de serviços da cozinha do Restaurante Universitário quanto ao emprego dos temperos e condimentos;

IV – Fiscalizar a quantidade e a qualidade da alimentação servida pelo Restaurante Universitário;

V – Instruir e orientar o pessoal da limpeza, fiscalizando a higienização das dependências do Restaurante Universitário.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento do Restaurante Universitário

Art. 8º – O Restaurante Universitário oferecerá 02 (duas) refeições diárias a estudantes, professores e servidores da Universidade.

§ 1º – As refeições referidas neste artigo serão: o almoço e o jantar, cujos horários serão fixados pelo Supervisor do Restaurante, ouvido o Conselho Administrativo.

§ 2º – O Restaurante não oferecerá a refeição do jantar nos domingos e feriados.

Art. 9º – Ao início de cada período letivo, o Supervisor do Restaurante Universitário estabelecerá os dias em que o Restaurante

permanecerá fechado, para revisão de seus equipamentos e máquinas, submetendo esse calendário à aprovação do Conselho Administrativo.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, ocorrendo força maior, poderá o Restaurante deixar de oferecer seus serviços habituais, obrigando-se o Supervisor a comunicar esse "ato aos usuários no mínimo 24 (vinte e quatro) horas antes da paralisação do Restaurante.

Art. 10º – Sempre que o usuário desejar louvar-se dos serviços oferecidos pelo Restaurante Universitário, deverá exibir à entrada do refeitório, o seu documento de identificação.

Parágrafo Único – A identificação do estudante será a carteira escolar; a dos professores e servidores, o documento hábil expedido pelo Departamento de Pessoal da Universidade.

Art. 11º – A utilização do refeitório do Restaurante Universitário por parte de visitante ou de familiar do estudante, de professor ou de servidor, para tomarem refeições, somente será permitida quando acompanhados por usuário do Restaurante.

Parágrafo Único – No caso deste artigo, a taxa a ser satisfeita por visitante ou familiar de estudante, professor ou servidor corresponderá à que for exigida aos professores, salvo quando tratar-se, comprovadamente, de estudante universitário vinculado a estabelecimento de ensino superior não pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Art. 12º – Excepcionalmente, poderão realizar-se no Restaurante Universitário, desde que as solicitações nesse sentido sejam feitas com antecedência e os horários indicados não se conflitem com os de funcionamento regular do Restaurante.

Parágrafo Único – No caso deste artigo, os interessados deverão satisfazer ao pagamento de taxas especiais, previamente fixadas pelo Conselho Administrativo.

CAPÍTULO IV

Dos Usuários

Art. 13º – São usuários do Restaurante Universitário os integrantes dos corpos docente, discente e administrativo da Universidade.

Art. 14º – Para efeitos de pagamento de taxas, os usuários são classificados nas seguintes categorias:

- I – Bolsistas;
- II – Mensalistas;
- III – Eventuais.

Art. 15º – Todos os usuários estão sujeitos à apresentação do documento de identificação, segundo dispõe o artigo 10, devendo exibí-lo à entrada do refeitório.

Art. 16º – São direitos do usuário:

I – Utilizar os serviços e as dependências do Restaurante Universitário, observadas reclamações legais em vigor;

II – Apresentar reclamações ao Conselho Administrativo, desde que fundamentadas;

III – Recorrer das decisões do Conselho Administrativo ao Pró-Reitor para Assuntos Estudantis.

Art. 17º – São deveres do usuário:

I – Zelar pelas higiene das dependências do Restaurante Universitário, quando delas se utilizar;

II – Responder, perante a universidade, por decoro ou prejuízos causados ao Restaurante Universitário;

III – Portar-se, nas dependências do Restaurante Universitário, segundo as normas da boa educação e do companheirismo;

IV – Apresentar-se sempre convenientemente trajado de acordo com as norma sociais e os bons costumes;

V – Respeitar e manter a ordem no Restaurante, convivendo em harmonias com os demais usuários;

VI – Abster-se de manifestação ou propaganda político-partidária nas dependências do Restaurante;

VII – Apresentar o tiquete correspondente a cada refeição, ao entrar no refeitório do Restaurante;

VIII – Comunicar as irregularidades observadas ou que tenha tomado conhecimento, fazendo-se de Supervisor do Restaurante ou a quem as suas vezes fizer;

IX – Respeitar e acatar as deliberações do Conselho Administrativo e as do Supervisor do Restaurante;

X – Identificar-se por ocasião da aquisição de tiquetes para o refeitório do Restaurante;

XI – Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

CAPÍTULO V

Das Faltas e Penalidades Disciplinares

Art. 18º – São faltas puníveis:

I – Os atos ou ações que atentar contra a moral e os bons costumes, praticados nas dependências do Restaurante Universitário;

II – O desrespeito ou o desacato, físico ou moral, às autoridades legalmente constituídas, e outros usuários ou a servidores do Restaurante;

III – A embriaguês costumeira;

IV – A não comunicação de irregularidades de que tenha conhecimento, das quais possam resultar danos ou prejuízos ao Restaurante;

V – O desacato ou desrespeito a resolução, deliberações ou decisões dos Órgãos da Administração Superior da Universidade, do Conselho Administrativo ou do Supervisor do Restaurante.

Art. 19ª – São Penas Disciplinares:

I - A advertência oral;

II – A advertência escrita;

III – A suspensão do direito de utilização dos serviços do Restaurante Universitário;

IV – A proibição definitiva de entrar nas dependências do Restaurante Universitário para utilizar-se de seus serviços.

§ 1ª – A pena disciplinar referida no inciso I, deste artigo, poderá ser aplicada pelo Supervisor ou pelo Nutricionista do Restaurante Universitário.

§ 2ª – As penas disciplinares referidas nos incisos II, III e IV, deste artigo, serão propostas pelo Supervisor do Restaurante ao Conselho Administrativo, cabendo a este instaurar inquérito sumário para apurar o fato e a conveniência ou não de aplicação da pena proposta.

§ 3ª – Em qualquer dos casos previstos neste artigo, serão levados em consideração a gravidade da falta cometida, a reincidência e os antecedentes do faltoso.

§ 4ª – Da pena disciplinar referida no inciso IV, deste artigo, cabe recurso ao Reitor.

§ 5ª – A aplicação das penas disciplinares, previstas neste artigo, independe de ação judicial cabível.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 20ª – O Restaurante Universitário será mantido com o produto da arrecadação das taxas que incidir sobre os serviços por ele prestados e recursos próprios da Universidade ou outros concedidos pelo MEC.

Art. 21ª – Os lançamentos contábeis relativos ao Restaurante Universitário ficarão a cargo de órgãos competentes da Universidade.

Art. 22º – Os casos omissos serão solucionados pelo Conselho Administrativo, cabendo recurso para o Reitor, por intermédio do Pró-Reitor para Assuntos Estudantis.

Art. 23º – Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL¹

A Universidade é um espaço que tem como fim dar continuidade ao processo de formação do cidadão, proporcionando para a sociedade pessoas conscientes e atuantes em uma relação recíproca.

Em cima disto, acreditamos que a Universidade não paira acima da sociedade, muito pelo contrário, traz na sua organização e prática o reflexo desta. Partindo desta reflexão, é necessário afirmar que a assistência comunitária deve refutar qualquer relação de assistencialismo, já que esta é uma política que tem como princípio a formação de indivíduos comprometidos com o conhecimento crítico e transformador que são responsáveis pelo combate constante da inércia que presenciamos no nosso cotidiano.

Uma política de assistência comunitária deve representar o papel fundamental de elo e intercâmbio da comunidade com a estrutura formal da Instituição (ensino-pesquisa-extensão), com o objetivo de superar as contradições presentes no dia-a-dia da comunidade e que extrapole o cotidiano acadêmico e passe a fazer parte da vida social, política e cultural dos indivíduos.

A sociedade cria muitos estereótipos e mitos em torno da moradia estudantil, dificultando a integração MORARIA X SOCIEDADE. A Universidade deve reconhecer os moradores-estudantes como Instituição. Pensando nessa política de assistência comunitária extra-acadêmica propomos:

- . Desmistificação de conceitos negativos acerca das moradias, deve partir das próprias Pró-Reitores.
- . Comprometimento das Instituições no apoio a comunidade universitária para desenvolvimento de atividades relativas a esporte, cultura e lazer.
- . Que haja uma ampla divulgação das atividades que a Instituição de Ensino Superior oferece à comunidade.

* Plenária conjunta com a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes e Pró-Reitores (25/04/92).

. As universidades devem desenvolver programas viáveis de integração não só para a comunidade universitária, assim como para toda a sociedade civil. Tais programas devem ser realizados em local acessível a toda comunidade.

A retórica usada para a expressão dos ideais referentes aos assuntos discutidos é com certeza convincente e fervorosa de idéias, porém a prática nem sempre acompanha os mesmos.

As experiências e realidades vividas de forma diferentes em todo o País demoram a ser repassadas. Os espaços cedidos a comunidade e especialmente as Moradias Estudantis diferem muito de Estado para Estado, demonstrando a contraposição do pensar e agir nas diversas Universidades.

É sabido a dificuldade encontrada no que se refere ao agir, evidenciada na crise geral por que passa o País, que se reflete principalmente nas Moradias Estudantis. Em contrapartida faz-se necessário uma política de recursos alternativa que busque soluções para tais questões, as quais devem ser levadas ao conhecimento dos estudantes na busca de propostas conjuntas e ação integrada.

SECRETARIA NACIONAL DE CASAS DE ESTUDANTES
SENCE

GOIÂNIA, 25/ABR./92

**APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE CASA DO ESTUDANTE
DO RIO GRANDE DO SUL (SECERGS) NO X FÓRUM NACIONAL
DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁ-
RIOS**

A SECERGS faz questão de contribuir para com a discussão sobre assistência por ser uma entidade comprometida com a transformação social, por ser composta por sujeitos/agentes ao despertar da consciência crítica do ser cidadão. Enfim, por se caracterizar enquanto uma real comunidade.

O movimento de casas do Rio Grande do Sul também herdou as cicatrizes da ditadura, o que fez com que o processo de discussão política dentro do movimento estivesse por um longo período envolvido com questões não muito claras – se discutia amadoristicamente muitas questões importantes, daí o fato de vários encontros serem marcados por lamúrias, lamentações, mas hoje, acreditamos que, enquanto movimento, estamos nos profissionalizando, recuperando o senso crítico, já não somente queixamos como filhinhos desamparados, mas hoje, questionamento o papel social da Universidade e nos propomos a desafiar, temos, quem sabe, a ousadia de desafiar o sistema

dominante. Por isso, já não nos serve a concepção funcionalista de assistência, onde as relações se dão na ordem vertical, onde a assistência deixa de ser um direito de cada um de nós, para ser um favor da burguesia para com o resqúcio do proletariado que, apesar de tudo, conseguiu passar todo o processo de utilização do ensino superior. Por que se nos tempos da ditadura as casas de estudantes foram focos de mobilizações, como por exemplo o surgimento da UNE, hoje temos claro que em especial as casas de estudantes representam focos da democratização da Universidade Pública Brasileira que passa também por toda uma discussão acerca de assistência. Quando se ocupa um prédio federal e se faz pressão para que se construam mais casas de estudantes, estamos historicamente transformando a realidade objetiva da sociedade, onde, apesar do estudante ter conseguido chegar ao 3º grau, não consegue manter-se, daí a importância da manutenção desses estudantes na Universidade como forma de garantir a democracia, respeitando-lhes a dignidade e o direito de cidadão, que por sua vez constrói a sua própria história.

A nossa sociedade está selada pela dominação de uma ideologia marcada pela opressão, submissão e alienação, relações essas que a Universidade como mais essa forma mantenedora do poder do estado acaba reproduzindo as relações verticais, daí a necessidade de se fazer uma análise acerca do tipo de sujeito estamos formando nas Universidades homens que com sua prática apenas reforçam a ambigüidade entre a produção intelectual e a produção moral, isso porque também enquanto estudantes apenas se contentavam em aprender a técnica pela técnica, enquanto, que um erro de parte da esquerda e isso aconteceu pode-se dizer aconteceu muito no movimento estudantil foi deixar espaços para que os setores mais conservados da sociedade dominassem a técnica, desvinculando toda a questão da praxis-social, permitindo que se formasse um grande número de profissionais sem uma compreensão pode dizer da técnica e com isso sem o comprometimento da socialização do saber, apenas reforçando o saber como forma de dominação.

Propomos então que a assistência como prática contribua para a formação de verdadeiros intelectuais orgânicos na nossa sociedade, os quais lutam e tem como bandeira de vida contribuir para a formação do homem livre.

Por todas essas razões, podemos garantir que reconstruindo e utopia não será apenas em nome de uma gestão da SECERGS e sim uma realidade, afinal de contas como diria Fernando Pessoa "Tudo vale a Pena. Se a alma não é pequena".

RELATÓRIO FINAL

Realizou-se em Goiânia, no período de 21 a 24 de abril de 1991, o X Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, para discutir o tema "Política de Ação Comunitária", desdobrando-se em três eixos: Convivência, Recursos Humanos e Assistência.

Estiveram presentes nesse evento, representantes de 32 instituições federais de ensino superior e merece destaque a preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor, uma perspectiva de recursos humanos que visualize o servidor público como um servidor da sociedade; e uma convivência universitária e extra-universitária libertadora e criativa.

Paralelamente, realizou-se o Pré-Encontro de Moradia Estudantil e o I Seminário Nacional de Assistência das Universidades Federais, organizado pela Secretaria Nacional de Moradias Estudantis, que culminou com a plenária conjunta no dia 25/04/92.

Este X Encontro consolidou através de documentos e de exaustivas discussões, eixos de atuação das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários e equivalentes, marcando um momento novo de atuação em que saímos do assistencial numa visão restrita e estreita, para uma visão ampla, na busca de sua vocação aglutinadora e sinalizadora na contra corrente do comodismo e da esclerose que ameaçam a Universidade Brasileira.

Goiânia, 25 de abril de 1992.

ELEIÇÃO

Goiânia, 24 de abril de 1992

Em reunião plenária, o Coordenador Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, Prof. Narciso Júlio Freire Lobo, solicitou aos Coordenadores Regionais (05) que informassem à plenária o resultado das eleições dos coordenadores regionais, assim decidido e votado:

- Região Sul – Marco Aurélio O. da Silva da Universidade Federal de Santa Maria;
- Região Centro Oeste – Ary Monteiro do Espírito Santo da Universidade Federal de Goiás;
- Região Sudeste – Sídio Werdes S. Machado da Universidade Federal Fluminense;
- Região Norte – Narciso Júlio Freire Lobo – Fundação Universidade do Amazonas.

Após exposição dos coordenadores sobre o processo de escolha, o Coordenador Nacional deu a eles posse imediata. A seguir, passou à eleição do Coordenador Nacional do Fórum, sendo liberada a palavra aos eleitos para declinarem sobre a indicação de nomes. Os Coordenadores regionais, professores Marco Aurélio O. da Silva, Sídio Werdes S. Machado, Narciso Júlio Freire Lobo e Pafôncio Barros Neto indicaram, por consenso, o nome do Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo que, após aclamação da plenária, justificou a sua aceitação em nome do fortalecimento, União e harmonia entre os componentes do fórum.

Do: Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da Universidade Federal Fluminense, Prof. Sidio Werdes Souza Machado

Para: Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás, Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo

Assunto: Documento do X Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários das IFES a ser encaminhado ao MEC sobre o Programa Estudante-Convênio.

Com o objetivo de aperfeiçoar a política para o Programa de Estudantes-Convênio do MEC, o X Forum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários das IFES, realizado em abril/92, em Goiânia, retirou de suas discussões e debates as seguintes questões:

1 - Falta de maiores informações para o estudante-convênio, encaminhado ao Brasil, com relação às dificuldades de manutenção no país, face à instabilidade econômica (descontrole da inflação), e a moradia, em função das exigências das firmas imobiliárias. Sugere-se que, cada país, através das Embaixadas, seja informado, para que passe para seus candidatos as vagas nas Universidades Brasileiras, as condições de vida segundo a realidade brasileira. Por exemplo: para se obter uma moradia digna, impõe-se que se apresente um fiador ou um depósito em dinheiro, no valor de três vezes o aluguel do imóvel. Necessidade urgente de criação de um mecanismo, por parte do MEC, para solucionar a questão da moradia para esses alunos em especial.

2 - Dificuldades que atingem o estudante convênio, no que diz respeito à diferença de língua e de costumes, comprometendo a adaptação ao país e o rendimento acadêmico. Sugere-se menor rigor com relação às normas de controle acadêmico, considerando-se o idioma não-falado, na medida em que Universidades não suprem tal necessidade.

3 - Desconhecimento do estudante, por época da seleção, sobre a estrutura e a aplicação de normas acadêmicas internas, de cada Universidade. Exemplo: o estudante aceita vir para fazer um curso, que não é o desejado, mas sujeita-se para não perder a vaga, na esperança de mudar, quando já na Universidade, porém a Universidade que o matricula veda essa possibilidade ao estrangeiro. O país de origem deve ter conhecimento deste fato e clarificá-lo ao seu candidato.

4 - Necessidade de modificação do texto da Apostila Restritiva, que é anexada do estudante convênio, visando a diminuir dúvidas, quanto à qualidade do curso realizado e validade do diploma no país de origem, ou supressão da mesma, tendo em vista a existência de uma infinidade de recursos já utilizados para controle da permanência no Brasil e/ou retorno do aluno ao seu país.

5 - Situações-problema levantadas junto aos Estudantes - Convênio, com ênfase no psico-social, repercutindo seriamente no desempenho acadêmico, e que implica também em uma intervenção mais específica por parte do MEC.

PLANO DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

I - INTRODUÇÃO

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários, após ter sido recebido pelo Senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Administração Financeira - SAF, Dr. Marcondes Múndim, no dia 16 de janeiro, foi convidado para participar do grupo de estudos que teria por objetivo subsidiar aquela Secretaria na elaboração do Plano de Saúde do Servidor Público. Assim, os doutores Ary Monteiro do Espírito Santo, da Universidade Federal de Goiás, Luiz Renato Carazzai da Universidade Federal do Paraná e a professora Acácia Zeneida Kuenzer da Universidade Federal do Paraná, estiveram em Brasília nos dias 13, 14 e 15 de abril; os resultados da reunião são relatados a seguir.

Durante o transcurso dos trabalhos, defendeu-se o princípio da atenção integral à saúde, com ênfase na dimensão de promoção, tendo em vista a superação do enfoque atualmente predominante de atenção à doença através das especialidades.

Nesta perspectiva, buscou-se firmar princípios para o plano que privilegiassem uma abordagem global, com prevenção e atenção, a ser desenvolvido através de ações específicas de saúde mental, saúde ocupacional, alcoolismo e outras drogas, saúde bucal, atendimento farmacêutico e outras ações derivadas das características da clientela, como programas para gestante, hipertensos, diabéticos e assim por diante.

Conscientes da diversidade de órgãos, situações e recursos, defendeu-se uma posição de privilegiamento das especificidades através da possibilidade de diferentes formas de programas, a serem elaborados por cada

órgão ou unidade, e sempre que possível mantendo os esquemas próprios de atendimento já existentes.

Nesta linha, definiu-se que, em primeiro lugar, os órgãos ou entidades usem os seus próprios recursos; em seguida, e sempre que possível, dêem preferência ao estabelecimento de convênios com instituições que prestem assistência pública, como forma de melhorar a qualidade do atendimento à toda população mediante o investimento de recursos públicos em instituições públicas. Quando não foi possível, os órgãos ou entidades estabelecerão contratos com instituições filantrópicas, e por último, com as instituições privadas.

A idéia é criar um leque de alternativas que atendam à diversidade dos órgãos e entidades que compõem a administração pública federal, desde que assentadas nos princípios de promoção integral à saúde, preferência ao público, autonomia na execução e centralização das políticas e formas de controle.

O documento final, oriundo das reuniões dos grupos, será objeto de discussão em cinco reuniões regionais, promovidas pela SAF; a primeira, prevista para junho, realizar-se-á na Região Sul, sediada pela Universidade Federal do Paraná. Após as cinco reuniões, o documento reformulado será transformado em minuta de decreto, a ser assinado pelo Presidente da República, após o Congresso Nacional ter aprovado a Lei que cria a Fundação.

A intenção do SAF é encerrar a regulamentação no início do segundo semestre, para viabilizar os repasses ainda neste ano.

II - PRINCÍPIOS

Um plano comprometido com a saúde do servidor público enquanto direito do cidadão deverá ter como ponto de partida a concepção de que saúde é a perfeita e continua adaptação do organismo ao seu ambiente, entendendo-a como um processo e não como um estado, como um equilíbrio dinâmico que deve ser construído a todo momento, mais do que a simples reparação do estado alterado, uma construção.

Esta concepção exige a modificação da visão que historicamente a assistência à saúde vem assumindo, através da predominante abordagem da porção exteriorizada do "iceberg da doença", permanecendo muito aquém das reais necessidades da saúde das pessoas. A dicotomização de medicina em suas dimensões curativa e preventiva não tem ocasionado o crescimento esperado dos níveis de saúde da população, cujos resultados não têm correspondido ao volume de recursos investidos, quer ao nível global, quer ao

nível da contribuição de cada servidor; ao contrário, o que se tem observado é o crescimento real das entidades privadas prestadoras que atendimento secundário.

Superar essa tendência significa assumir um conceito de atenção na perspectiva da seguridade social, enquanto direito universal e inalienável do trabalhador; significa entender a necessidade de um atendimento holístico, a partir de uma concepção de atenção integral à saúde, posto que a prática tem demonstrado que não existe resultado efetivo para a melhoria das condições de saúde da população se o planejamento e a ação não buscarem a promoção e a prevenção; a assistência, em si, é um sumidouro de recursos, que não tem trazido os resultados desejados.

Deste ponto de vista, o Plano deverá ter como orientação básica a concepção de atenção integral à saúde enquanto direito do cidadão, considerado na integralidade de suas dimensões biológicas, psicológicas e sociais, a ser desenvolvido de forma integrada por equipes multidisciplinares.

Esta forma de conceber a atenção à saúde exige que se organize um sistema integrado de ações que vão desde o estabelecimento de um processo pedagógico de educação e prevenção até a atenção nos diferentes níveis e dimensões (biológica, psicológica e social) segundo as necessidades de cada participante da comunidade de servidores.

Em decorrência, atenção à saúde implica em níveis de atuação diversificados e complementares, dentro dos princípios básicos de hierarquização e universalização, de referência e contra-referência e da implementação das ações em função da especificidade que cada situação apresenta, nos diferentes níveis de atenção.

Para isto, é preciso ter claro as concepções de:

- prevenção primária: toda ação, em sua maior amplitude, que possa evitar o adoecer;
- prevenção terciária: toda ação que objetiva a reabilitação e a redução das consequências;
- atenção primária: todo atendimento realizado por profissional generalista, constituindo-se em porta de entrada, primeiro contato, triagem e referência para os demais níveis do sistema de saúde.
- atenção secundária: todos os cuidados prestados em ambulatórios, com profissionais especialistas, em unidades mistas e em hospitais de pequeno porte, visando esclarecimento de diagnóstico e tratamento; são os serviços médico-cirúrgicos, nas diversas áreas intermediárias e servindo a população abrangida pelas unidades de atenção primária, nos casos de maior nível de complexidade;

atenção terciária: são as ações especializadas em nível hospitalar, de recuperação e reabilitação como por exemplo, radioterapia, transplantes de órgãos, próteses, etc.

Embora distintas, estas dimensões e níveis não guardam entre si relação linear; pelo contrário, se interpenetram, estando a prevenção presente em todos os níveis de atenção; da mesma forma, os níveis de atenção, que também são formas de prevenção, determinam as necessidades de programas de prevenção; dissolve-se, desta forma, a dicotomia entre prevenção e cura, através do entendimento de que a atenção à saúde se dá em níveis de complexidade que se relacionam e se interpenetram.

As unidades de atenção primária se constituem nos pólos a partir dos quais o Programa será desenvolvido nas seguintes dimensões:

- do ponto de vista da prevenção serão desenvolvidos os programas específicos a partir das demandas da comunidade e dos casos clínicos identificados; a ação preventiva pretende discutir com a comunidade de servidores todos os aspectos de saúde, tais como saúde do trabalhador, sexualidade, alcoolismo, drogas, comportamentos socialmente diferenciados, saúde mental, saúde na terceira idade, e assim por diante.
- do ponto de vista do atendimento clínico, as unidades de atenção primária atenderão as necessidades específicas dos usuários, responsabilizando-se pelo diagnóstico inicial e pelo encaminhamento que se fizer necessário, o qual poderá tomar as seguintes direções:
 - tratamento pela própria unidade de atenção primária, nos casos mais simples;
 - encaminhamento para as clínicas de atenção secundária, com vistas a atendimento especializado (cardiologia, traumatologia, pneumologia, etc);
 - solicitação de exames complementares, laboratoriais atenção farmacêutica; de RX, dentro da linha básica; de exames complementares de diagnóstico e terapias, quando solicitados pelo responsável no atendimento especializado;
 - encaminhamento para internamento, quando necessário;

A promoção de saúde tem por objetivo a manutenção do bem-estar físico, mental e social e a prevenção dos agravos à saúde do homem e de cada homem em sua atividade.

A educação em saúde é um processo ativo, planejado, através do qual os indivíduos aprendem a conhecer e praticar aqueles comportamentos adequados à obtenção de saúde individual e da comunidade.

Nesta perspectiva, o Plano de Saúde do Servidor Público precisa sair da posição paternalista de assistência que não exerce ação direta sobre os determinantes de saúde da população; não basta adotar a política de seguro social como simples compra de serviços, mas é preciso assegurar uma ação planejada e integrada de atenção à saúde resgatando o direito de cidadania na perspectiva da seguridade social.

A concepção exposta deverá se concretizar no Plano através da observância dos seguintes princípios:

- 1 - O programa oferecerá promoção integral à saúde, atuando nas dimensões preventiva e curativa, prestando atendimento médico, odontológico, farmacêutico, saúde mental e de saúde ocupacional, bem como exames complementares para diagnóstico e tratamento, internações hospitalares, tratamento especializado, urgências e emergências. A atenção diferenciada será custeada com a participação financeira do servidor.
- 2 - A atenção integral compreende os níveis de atenção primária, secundária e terciária, sendo que a atenção primária deverá ser feita preferencialmente nos ambulatorios dos órgãos e entidades, quando possíveis; os níveis de atenção secundária e terciária deverão ser prestados pelas instituições de saúde existentes na comunidade, mediante convênios.
- 3 - Toda estrutura instalada de atenção à saúde nos órgãos e entidades do SIPEC, deverá ser plenamente utilizada, visando a redução dos custos.
- 4 - O Programa deverá atender o servidor e seus dependentes.
- 5 - O programa deverá centralizar a formulação das políticas e o controle da execução dos planos, devendo ser descentralizada a execução, assegurada a autonomia dos órgãos e entidades desde que resguardados os princípios comuns.
- 6 - As unidades deverão desenvolver programas de prevenção em saúde, com seus próprios recursos, ou quando não for possível, de forma conveniada com órgãos públicos, filantrópicos ou privados; estes programas serão objeto de financiamento pela Fundação, mediante a apresentação, acompanhamento e avaliação dos programas de cada órgão ou entidade.
- 7 - Os convênios deverão ser feitos prioritariamente nesta ordem:
 - 7.1 - Instituições públicas;

7.2 – Instituições filantrópicas, ou contrato com Instituições privadas.

Remunerados por tabela a ser definida; as instituições, para atender o programa definirão cotas específicas para agendamento, exames complementares e internações, que serão remuneradas, de modo não definir sua capacidade de atendimento à população; pelo contrário, desta forma criar-se-á uma fonte adicional de recursos para melhoria de qualidade do servidor público.

- 8 – A livre escolha ou atendimento diferencial poderá ser oferecida através dos órgãos e entidades ao servidor, através de arrecadação complementar, ou mediante participação.
- 9 – Os projetos de atenção integral à saúde serão elaborados e executados por cada órgão segundo sua especificidade, observando os princípios do programa, devendo a Fundação aprovar os planos, repassar os recursos e fiscalizar e avaliar a sua execução.

III – GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A proposta em estudo prevê que o programa de atenção integral à saúde do servidor seja gerenciado por uma fundação, de direito público, cujos recursos em decorrência de sua natureza jurídica, serão previstos no Orçamento Geral da União e administrados através do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e passíveis de aplicação financeira em entidades oficiais federais de crédito, nos termos da lei.

Desta forma, podem ser atingidos três objetivos, essenciais ao desenvolvimento eficiente de um programa desta natureza:

- agilidade nos procedimentos operacionais e financeiros;
- controle da qualidade do atendimento e dos recursos, através de rigorosa supervisão;
- manutenção do poder de compra dos recursos.

Para assegurar esses objetivos, foram apresentadas as seguintes propostas:

- 1 – Os projetos de atenção integral à saúde serão elaborados e executados por cada órgão segundo sua especificidade, observados os princípios do Plano, cabendo a Fundação apoiá-los, repassar os recursos, fiscalizar e avaliar sua execução.
- 2 – A análise, aprovação e avaliação dos projetos será feita por um comitê composto para este fim, por profissionais de reconhecida

competência em saúde pública, de caráter interdisciplinar e interinstitucional, com representação das entidades nacionais dos servidores públicos.

3 – Os projetos deverão conter:

- proposta global de atenção;
- as metas anuais;
- o plano de aplicação dos recursos financeiros.

4 – A aprovação dos recursos para cada ano está condicionado à apresentação e aprovação do relatório do ano anterior pelo Comitê.

5 – A Fundação não apresentará despesas adicionais de pessoal, de instalações e de manutenção, usando pessoal e recursos já existentes no serviço público.

6 – O custeio da administração da Fundação será provida com um percentual do resultado das aplicações financeiras.

7 – Compete à Fundação a fiscalização permanente do Plano, devendo estabelecer três níveis de supervisão:

- supervisão de execução financeira, realizada através

do SIAFI;

- supervisão de execução do atendimento, feita por

equipes de servidores indicados pelos órgãos/entidades usuários do Plano em cada região, vinculados, treinados e acompanhados pela Fundação;

8 – Os convênios e contratos deverão, observadas a natureza e a qualidade dos serviços, ser feitos com:

- instituições públicas, vedadas as que atendem exclusivamente pelo SUS;
- instituições filantrópicas;
- instituições privadas.

9 – Constituem fontes de recursos para o Plano de Atenção Integral à Saúde:

- parte da contribuição do servidor para o Plano de

Seguridade do Servidor Público;

- contribuição patronal (a ser definida);
- recursos resultantes das aplicações financeiras;
- recursos provenientes da prestação de serviços a

terceiros;

- 10 - O montante oriundo das contribuições do servidor e da União serão repassados integralmente às unidades executoras mediante critérios redistributivos que assegurem a universalização e a qualidade do atendimento.
- 11 - O critério para a definição do repasse será a arrecadação média/servidor, a ser calculada da seguinte forma:
- a contribuição patronal acrescida de contribuição dos servidores (ativos e inativos) dividida pelo número total de servidores, tomados os valores globais, e não por instituição.
- 12 - O valor assim obtido será repassado aos órgãos e entidades segundo os seguintes critérios:
- um % fixo por instituição segundo critério de arrecadação média/servidor multiplicado pelo número de servidores, repassado mensal e imediatamente após a disponibilidade do recurso (no mínimo 50%).
 - um % para reajuste do custeio com base na despesa efetivamente realizada por cada órgão (entidade, repassado após a análise do relatório, apresentado a cada três meses);
 - um % variável por instituição, definido a partir da análise dos planos apresentados por cada órgão, contemplando os programas específicos de promoção de saúde (prevenção, saúde ocupacional, saúde mental, etc.) aprovados pelo Comitê.
- 13 - O montante de recursos oriundos do resultado das aplicações financeiras será distribuído da seguinte forma:
- % para custeio da administração de Fundação;
 - % para fundo de emergência;
 - % para cobrir o reajuste dos preços dos serviços comprados;
- 14 - Os recursos provenientes da prestação de serviços serão repassado integralmente para a unidade prestadora.

PROPOSTAS FEITAS NO X FÓRUM NA ÁREA DE SAÚDE

- 1 - As Universidades, articuladas à UFPR e à UFGO, deverão se organizar para a participação das reuniões regionais para discutir

- o Plano de Saúde do Servidor Público, devendo, se possível, buscar sediar os seminários das respectivas regiões.
- 2 - O Fórum, tendo em vista a discussão do Plano de Saúde do Servidor Público, deverá participar do IX Conferência Nacional de Saúde e buscar a articulação com os Conselhos de Saúde em todos os níveis.
 - 3 - As Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários deverão estimular a discussão, em cada Universidade, de um programa de saúde para os servidores, que tome por base os princípios do Projeto CASA, respeitadas as especificidades de cada instituição.
 - 4 - A Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis da UFPR deverá promover a realização de um seminário com a participação de representantes da área da saúde indicados por cada Universidade através das Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários com o objetivo de formar um grupo multiplicador tendo em vista a formulação dos planos de saúde dos servidores.
 - 5 - Considerando as propostas discutidas pelos representantes do Fórum junto à SAF, propõe as seguintes estratégias, a serem desenvolvidas pelos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários:
 - levar as propostas ao conhecimento dos Reitores e das entidades componentes da comunidade universitária;
 - Promover discussões internas, ressaltando a legitimidade da proposta da fundação de direito público, do plano de saúde com ênfase na atenção primária, a viabilidade da proposta de planejamento e a necessidade de elaboração de projetos próprios, tendo como referência o Projeto CASA.
 - preparar a Pró-Reitoria para participar das reuniões, e se possível, participar da primeira reunião regional, em Curitiba, como preparação para as demais reuniões.
 - 6 - Considerando:
 - o stress constante a que estão submetidos os estudantes e servidores em face da conjuntura e da luta pela sobrevivência;
 - os inúmeros casos de distúrbios mentais, crises nervosas e emocionais, depressões e suicídios, que têm ocorridos, cada vez mais nas instituições universitárias.

Recomenda-se a implantação de Serviços de Saúde Mental, integrados aos Serviços de Saúde, em todas as Universidades Federais.

**PARTICIPANTES DO X FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DAS IFES**

- 01) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
 - Narciso Júlio Freire Lobo
 - Marcus Luiz Barroso Barros
- 02) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 - Maria Tálita Neiva
- 03) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 - Acácia Zeneida Kuenzer
 - Luiz Renato Carazzai
 - Elizabeth Garzuze da Silva Araújo Voros
 - Milena M. costa Martinez
- 04) UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO
 - Thânia Monteiro de Arruda
 - Audenice Alencar Silva
 - Delma Perpétua O. de Souza
- 05) UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
 - Francisco Eulálio A. Santos
- 06) UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
 - Alacyr Beghini de Moraes
- 07) UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 - Maurício José de Andrade
 - Sílvio Roberto Tavares
- 08) UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 - Normando Melquíades de Araújo
- 09) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 - Antônio José de F. Sampaio
 - Alberto Jackson T. da Costa
- 10) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 - Neide Maria Ferreira da Rocha
 - Luiz Pereira de Brito

- 11) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
– Gilberto Vieira Ângelo
- 12) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARTA
– Marco Aurélio O. da Silva
– Jane Dalla Corte Monari
- 13) UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
– Maria de Nazaré Figueiredo da Silva
- 14) UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
– Marco Aurélio dos Santos Barbosa
- 15) UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
– Gilson Rodolfo Martins
- 16) UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
– Camillo Nassar Chamoun
– Antônio Claudino de Jesus
- 17) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
– Pafôncio Barros Neto
– Noêmia Silva Santos
- 18) UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
– Vera Lúcia Mota Klein
- 19) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
– Lurdes de Oliveira Nunes
– Euza Maria de Rezende Bonamigo
- 20) UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
– Lícia Gatto S. R. de Melo
- 21) UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
– Sídio Werdes S. Machado
- 22) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
– Conceição Zotta Lopes
– Leda D. Caro Paiva

- Anelise W. Ferreira
 - Rosalina Pereira
- 23) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 - Ana Lúcia Gastaud L. da Rocha
 - 24) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 - Maria Cristina L. Cruz
 - 25) ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
 - Regina Celes de Rosa Stella
 - Júlio Ricardo de S. Noto
 - 26) ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
 - Gilnei de Souza Duarte
 - 27) UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 - Ary Monteiro do Espírito Santo
 - Omari Ludovico Martins
 - Eliana de Oliveira
 - Austéria Margarida Lopes Moraes
 - Norma Menezes Nunes Vitorino
 - Luzia Silva Xavier
 - Denize Maria de Brito
 - Lázara Divina de Fátima
 - Waldir de Souza Alves Júnior
 - Miguel Inácio Sobrinho
 - Domingos Ferreira de Medeiros
 - Dulce Helena Luzini
 - Júlio César Prates
 - Maria de Fátima Vaz de Mattos
 - Adolfo Ribeiro Valadares
 - Marco Antônio de Oliveira
 - Fátima dos Reis
 - 28) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 - 29) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 - 30) UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

- 31) UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
- 32) UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
- 33) UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Goiânia, 24 de abril de 1992.

MOÇÃO

Os participantes do X Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, reunidos em Goiânia, decidiram homenagear os colegas abaixo relacionados, pelo fato de estarem deixando este Fórum ao final de suas atividades como Pró-Reitores, ou equivalentes.

Tânia Chiari Gomes Lazarini – Universidade Federal de São Carlos;

Gilberto Vieira Ângelo – Universidade Federal de Pelotas;

Francisco Eulálio dos Santos (Prof. Magnésio) – Universidade Federal do Acre;

Rosemiro S. Canto Filho – Universidade Federal do Pará;

Maria do Socorro Cordeiro Ferreira – Universidade Federal do Piauí.

Goiânia, 24.02.92.

MOÇÃO

Os participantes do X FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS e COMUNITÁRIOS, reunidos em Goiânia, decidiram homenagear o Pró-Reitor e servidores da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e a Universidade Federal de Goiás, pela excelência da acolhida dada aos participantes e da organização desse evento, o que possibilitou uma proveitosa convivência.

54ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

REUNIÃO DOS PRESIDENTES DE FÓRUMS DE PRÓ-REITORES

ARACAJÚ, MARÇO DE 1992

1. Sob a coordenação do ex-Reitor RÔMULO AUGUSTO PENINA, reuniram-se os diversos Fóruns de Pró-Reitores, por seus Presidentes, assim como a Comissão Nacional de Dirigentes de Pessoal e o COSJUB, presentes, ainda, diversos outros membros desses colegiados, em atenção à programação **54ª Reunião Plenária do CRUB**, em Aracaju (SE).

Encontrando-nos pela primeira vez, experimentamos todos a viva sensação de que se torna extremamente rica a abordagem diferente dos mesmos problemas que nos envolve e que nos preocupam. A primeira e unânime manifestação do grupo foi no sentido de que chegasse à Presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e, em particular, ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe, Prof. CLODOALDO ALENCAR FILHO, o registro de que foi considerada das mais felizes iniciativas a abertura deste espaço, oportunizado, e nunca antes o fora, pela sensibilidade e pela visão dos que programaram esta Plenária e exemplo a ser seguido em futuras reuniões do CRUB e da ANDIFES.

2. Levados por natural necessidade de identificar os desafios apresentados à Universidade Brasileira, destacam-se os pontos de convergência das preocupações atuais.

Assim, atingem a todos, e não se desvinculam do tema específico da Plenária, os problemas criados com os nossos orçamentos e com os repasses financeiros correspondentes. Estes problemas foram exaustivamente identificados e denunciados ao longo de todo o exercício de 1991, documentados em expedientes os mais diversos, que anteviam as seríssimas questões que envolvem, ainda hoje, um tumultuado fechamento do exercício, ao ponto de expostos estarem os Reitores, como ordenadores de despesas, a ações passíveis de questionamento, ao responsavelmente assumirem manter abertas suas instituições.

Inadimplentes e aceitando administrar a queda da qualidade de seus serviços e, conseqüentemente, de seus produtos, as IES não conviveram apenas com o contingenciamento perverso, orçamentário e financeiro, mas também com a falta de informações, ou com a desinformação, o que inviabiliza todo e qualquer arremedo de planejamento estratégico. Deste quadro se valeram os que, pelos mais diversos interesses, se opõem à educação pública, em geral, e à Universidade Brasileira, em particular, procurando demonstrar à opinião pública que as instituições de ensino superior em funcionamento não necessitam sequer das verbas que lhe são alocadas no orçamento da União.

Essas mesmas questões permanecem ainda neste início de 1992, sem que se vislumbrem nenhuma alteração no tipo de problemas vividos pela comunidade brasileira em geral.

Entendida a **Informação e a Interação** com a comunidade como os fatores predominantes em todas as nossas questões de hoje e, muito particularmente, nas que se ocupam do meio ambiente, pergunta-se se as ações do CRUB e da ANDIFES têm contemplado este entendimento.

3. As preocupações com a avaliação docente e com um consistente projeto pedagógico, assim como a conceituação da extensão nas IES, (que tem levado, hoje, a projetos que atingem os mais variados espaços de financiamento e ao primeiro diagnóstico das atividades de extensão no País) foram outras questões comuns levantadas, juntamente com o oferecimento renovado dos trabalhos da Comissão Nacional de Pessoal. Isso é observado principalmente no que se refere à avaliação de desempenho dos servidores em função do desempenho institucional, ao SIAPE, a uma substituição de órgãos de pessoal por órgão de recursos humanos e a uma consideração de plano de carreira como parte da organização institucional.

Igualmente, considerou-se a importância de buscar a melhor convivência interna nas instituições de ensino superior com uma política

adequada de ação comunitária, sem conotações assistencialistas que as fortaleça-o internamente.

Com esta postura, propõe-se ao CRUB a instalação de Câmaras Temáticas constituídas com a participação integrada de representantes dos diversos Fóruns.

Destaque todo especial mereceu a consideração do Modelo de Alocação de Recursos às IFES, de inspiração do MEC, apresentado aos Reitores em versão preliminar e ainda não contemplado com a manifestação dos diversos segmentos da comunidade universitária, incluindo aí CRUB e ANDIFES. A preocupação maior advém do fato de que, na prática, já vem sendo parcialmente aplicado pelo MEC, embora ainda em apreciação e dependente de uma série imensa de pré-requisitos para possível adoção, tais como, modificações em praticamente todos os textos legais vigentes, inclusive da própria Constituição; a definição da propalada autonomia das Universidades, com orçamento global, etc.

O impacto que poderá advir da aplicação experimental desse modelo, sem a sua mais ampla discussão e sem que estejam vigentes as indispensáveis e prévias condições para tanto, reveste-se da maior preocupação e está a exigir urgente e firme tomada de posição.

Todas essas considerações não parecem ao grupo desvinculadas do tema central da Plenária do CRUB, entendendo-se ele definitivamente amarrado à vontade política maior e à existência de recursos mínimos programáveis.

4. A Educação é um processo complexo, que se deve adaptar ao mundo novo, às novas perspectivas e às novas demandas, e requer, por isso, um novo conteúdo.

A nova **EDUCAÇÃO** deve voltar-se para a **TRANSFORMAÇÃO**, através de intelectuais competentes, críticos e responsáveis, aptos a interferir no processo de **DESENVOLVIMENTO** nacional, para mudar as estruturas e os mecanismos que levam à desigualdade e à fragmentação da sociedade civil.

Será a **EDUCAÇÃO** para a mudança, para uma revolução intelectual e moral, que deverá alcançar os valores fundamentais da nação brasileira. Essa revolução **INTELLECTUAL** e **MORAL** é dado básico para o avanço em direção à **mudança** da sociedade.

Tal proposta de **EDUCAÇÃO**, comprometida em resgatar o sentido do homem e sua cultura, forjando o intelectual que vai interferir na realidade, faz-se na medida em que ela avance incorporando as contribuições da **CIÊNCIA** contemporânea.

Essa é a perspectiva com a qual deve trabalhar uma **Educação Transformadora**. Daí porque o acesso à educação básica, a um nível cultural que permita à população participar da evolução da sociedade – pela compreensão elementar das revelações científicas – é a condição fundamental para que o homem possa ser efetivamente **SUJEITO** da construção de uma nova sociedade.

O **DESENVOLVIMENTO** não pode ser sinônimo de progresso desenfreado, voltado apenas para o consumismo, para a acumulação selvagem do capital.

É preciso não refutar o progresso, mas é necessário, cética e criticamente, questionar até que ponto as ciências estão servindo à causa do **homem e da natureza**, que o sustenta e provê.

Democratizar a ciência, por outro lado, é investir numa educação transformador que contempla, de modo **reflexivo e crítico**, as possibilidades de **construção coletiva** de um **desenvolvimento** integrador e harmonizador do homem, da cultura e do meio ambiente.

Considerando o caso brasileiro, urge definir políticas globais articuladas e efetivas para o setor **educacional** e de **Ciência e Tecnologia**, caso contrário qualquer proposta voltada para a questão ambiental não passará de quimera, discurso de roupagem pomposa e consequência ineficaz. As Universidades, por representarem instrumentos estratégicos e insubstituíveis de interface de ação entre estes dois sistemas, sem dúvida poderão desempenhar papel preponderante na elaboração e implementação de projetos conseqüentes de formação de pessoal qualificado e sensível à questão ambiental. Podem, assim, constituir-se em laboratórios privilegiados de ação e gestão de um programa cultural amplo e integrado pertinente à preservação do meio ambiente, a ser direcionado a toda a sociedade nacional.

Definido esse impasse pelos Ministérios competentes e pelo Congresso Nacional, caberá às IES resolver institucionalmente a questão que se encontra no cerne de sua crise: sua **relação orgânica** com a sociedade – ou a Universidade Brasileira resolve este dilema ou será "**predatória**".

Qual o papel da Universidade na sociedade em que vivemos: brasileira/latino-americana/terceiro-mundista? Eis a grande **questão cultural** que se coloca – e sem a qual não se pode pensar em desenvolver seriamente um projeto desenvolvimentista com preservação ambiental! Mesmo porque esse papel não pode ser definido de forma **ideal** ou apriorística, como cópia importada de um inexistente modelo padrão. São os contextos históricos, as condições concretas e objetivas de vida das sociedades que vão definindo e direcionando as funções ideais, senão Universidades **possíveis**. E é a **nossa realidade** que precisa, antes de tudo, ser compreendida nos seus contornos e

no seu "**dever histórico**". É preciso criar tecnologias adaptadas, valores, sonhos, que por força de sua ortodoxia e compromisso se imponham sobre velhos esquemas colonialistas.

O desafio de se pensar a questão ambiental associada ao desenvolvimento econômico coloca em aberto a própria visão e perspectiva que se tem não apenas do trabalho acadêmico, mas da própria instituição universitária, pois implica concebê-la na sua relação dinâmica com a sociedade mais ampla à qual serve, da qual, porém, também é produto. Ademais, qualquer posicionamento que se tome a respeito, inevitavelmente implicará opção ideológica mais ou menos definida em relação a papel político e social que deve cumprir e assumir a Academia perante os desafios históricos inerentes às diversas conjunturas que marcam a trajetória da sociedade na qual se insere.

O que se deve ter é o **compromisso da instituição de se fazer presente no conjunto da sociedade de modo que seja esta o ponto de partida e de chegada do trabalho acadêmico**, se é que a Universidade não está disposta a caracterizar-se como um ente alienado.

A Universidade não existe para produzir para si próprio, nem para a carreira do professor. Isso evidencia a importância de ganhar **canais, de criar meios de articulação** para obter **legitimidade** junto às forças do progresso institucional e da mudança social. Somente mediante processo **dialógico** de comunicação com a sociedade é que a Universidade conseguirá elaborar um programa ambiental sério e contribuir, assim, para o desenvolvimento do país.

São práticas que, incorporadas ao exercício acadêmico da pesquisa e do ensino, tornarão a Universidade mais próxima da sociedade e, portanto, mais próxima do cumprimento de seu papel específico.

Trata-se, em última instância, de redefinir os objetivos da construção de um saber que só se realiza nessa perspectiva se estiver comprometido com os **interesses sociais majoritários da sociedade e não mais como garantia ou produção de privilégios**.

Perseguir esta utopia é um dever de cidadania e de brasilidade. É o grande teste Histórico das Universidades neste país se é que se almeja algo de sério para o terceiro milênio. É preciso não perder o sonho – produzir novas tecnologias, mas também poesia.

5. Nesse sentido, dentro e fora das Universidades consideram-se prioritárias as ações seguintes em defesa do homem, de sua cultura e do seu meio:

1. Promover campanhas de esclarecimento junto à população sobre os perigos que podem advir da destruição da natureza.

2. Fomentar atividades que conduzam ao despertar da consciência de valorização do meio-ambiente.

3. Incentivar intercâmbio de experiências das Universidades entre si e destas com outras instituições e grupos da sociedade.

4. Analisar todas as ações e projetos particulares ou governamentais que atentem contra o patrimônio cultural ou da natureza, promovendo campanhas de denúncias e mobilização, visando impedir seu prosseguimento.

5. Criar núcleos de pesquisas, de divulgação e mobilização em defesa do patrimônio ambiental e cultural.

6. Assegurar o acesso da sociedade aos saberes sobre meio ambiente produzidos no interior das Universidades e, ao mesmo tempo, incorporar os saberes da cultura popular.

7. Recomendar às administrações universitárias inserir a preocupação com o meio ambiente e a cultura em suas atividades curriculares e extra-curriculares.

8. Incentivar eventos com preocupação ecológica.

6. Como alcançar esses objetivos de alto nível relativos à Educação, Desenvolvimento e Meio Ambiente é o grande desafio.

Para uma Universidade que se encontra mergulhada em profunda crise devido à falta de consideração adequada por parte das autoridades da área econômica, não tendo garantias mínimas de mera sobrevivência, torna-se extremamente difícil a utilização de seu potencial para o enfrentamento desse desafio, apesar das reiteradas manifestações de intenção do MEC para reverter o quadro.

7. Como proposta concreta, considera-se fundamental a eleição de uma estratégia de trabalho comum que envolva todas as IES em torno de políticas e projetos maiores, no sentido de promover as ações necessárias de forma conjunta e integrada. Com essa postura, propõe-se ao CRUB a instalação de Câmaras Temáticas a serem constituídas com a participação de representantes dos diversos Fóruns.

Apesar da crise, acredita-se no empenho da Universidade e na força da sociedade para manter viva a instituição universitária, ao lado da luta pela vida na Terra.

Aracaju, 20 de março de 1992

**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.**

- . Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação.
- . Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.
- . Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.
- . Comissão Nacional de Dirigentes de Pessoal – CNOP
- . Comissão de Procuradores Jurídicos das Universidades Brasileiras.



**CENTRO EDITORIAL E GRÁFICO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS SAMAMBAIA - CAIXA POSTAL 131
Fones (062) 205-1616 - Fax (062) 205-1015
CEP 74.001-970 - GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL
1993**